

# Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 12 - Janeiro de 1996

## ANDES pede 59,96% de aumento ao MEC

A ANDES e todas as suas seções sindicais vão defender um reajuste de 59,96% na data base da categoria, durante este mês. O índice equivale a todas as perdas acumuladas pelos trabalhadores durante desde de que o Plano Real foi criado e durante o ano de 95%. Veja aqui a pauta de reivindicações apresentada pela Diretoria da entidade ao Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, no dia 11 de dezembro passado.

### 1) SALÁRIO

- ★ Política salarial
- ★ Índice de reajuste de 59,96%
- ★ Pagamento dos Precatórios
- ★ Incorporação da GAE no seu valor mais alto.

### 2) AUTONOMIA, DEMOCRACIA E VERBAS

- ★ Carreira única
- ★ Regime jurídico único
- ★ Isonomia entre as IFES
- ★ Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão
- ★ Garantia de financiamento público para as IFES

### 3) LDB

- ★ Pelo resgate do Projeto de Lei Complementar 101/93 (Sid Sabóia)

### 4) EMPREGO

- ★ Estabilidade
- ★ Concurso público, repondo-se integralmente as vagas existentes.
- ★ Imediata contratação dos candidatos selecionados. Expansão de vagas de acordo com as necessidades das IFES.

### 5) APOSENTADORIA

- ★ Garantia de aposentadoria por tempo de serviço.
- ★ Equivalência de reajuste salarial entre os trabalhadores da ativa e aposentados.
- ★ Manutenção do pagamento das aposentadorias e pensões como encargos do Tesouro Nacional através do Ministério da Educação e do Desporto. Este pagamento não pode ser dar na conta da rubrica "Manutenção e Desenvolvimento do Ensino".



A Diretoria da ADUFPB-JP não aceitará as propostas do Governo Federal de não conceder nenhum reajuste, este mês, e prorrogar a data base para maio. A Entidade iniciará, apesar do recesso escolar, uma intensa atividade de mobilização e discussão sobre o assunto, com uma assembleia geral já marcada para o próximo dia 18/01, às 09h00, no Auditório da Reitoria.

As informações de que o Governo não quer repassar nenhum reajuste salarial para seus servidores foram divulgadas na grande imprensa, nas últimas semanas, mas vêm sendo trabalhadas há vários meses. No ano passado, o anúncio inicial foi o de que o aumento seria de 20%. Este índice depois caiu para 10% e agora é de zero.

Na avaliação da Diretoria, o argumento principal do Governo para justificar à sociedade é que o reajuste dos referidos salários incidirá no aumento do déficit público.

O falso discurso diz que o déficit cresceu de R\$ 56 para R\$ 110

## Diretoria mobiliza para campanha salarial

bilhões em 95, e lança o argumento de que o aumento de salários agravaria o problema. A comprovação de que isto não é verdadeiro está no fato de no ano passado, a arrecadação ter aumentado de R\$ 27 bilhões para R\$ 30 bilhões, além do Governo ter continuado pagando R\$ 20 bilhões de juros da dívida interna.

O dinheiro gasto com a folha de pagamento também diminuiu e ela hoje não representa mais que 30% do orçamento. As dívidas contra o argumento do Governo aumentam com a exposição destes dados, e reforçam a afirmação de que o causador do déficit público não são os funcionários públicos federais.

Uma avaliação mais aprofundada da questão será feita durante a assembleia geral da categoria, marcada para o próximo dia 18, às 9h00, no Auditório da Reitoria. Nela, os professores também discutirão sua participação na paralisação geral que está sendo convocada pela centrais sindicais CUT e Força Sindical, para o dia 30

deste mês.

TABELAS - Nos últimos dias, a imprensa divulgou informações de que o Governo Federal modificou sua posição de não conceder reajuste para o funcionalismo. Sua intenção, agora, é de repassar aumentos diferenciados entre a categoria, de acordo com os níveis de remuneração.

O Ministério da Administração e Reforma do Estado, segundo as notícias, está estudando uma reestruturação nas tabelas dos salários e já constatou que os servidores dos níveis básico e médio ganham entre 28% e 40% mais do que os trabalhadores da iniciativa privada. Entre os de nível superior a situação é inversa.

Os aumentos diferenciados serviriam para reduzir as desigualdades internas no funcionalismo e equiparar a categoria com os trabalhadores da iniciativa privada. Isto aconteceria com algumas delas obtendo apenas a reposição parcial da inflação, já que a Constituição impede o Governo de reduzir nominalmente os salários.

## ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 18, quinta-feira  
Às 09h00, no auditório da Reitoria  
**Pauta:**  
Informes e Campanha Salarial/96

## Governo Discricionário

José de Araújo Madeiro

*O Presidente Fernando Cardoso e a alta cúpula ministerial vem dando um tratamento, sem precedentes, ao servidor público, aos demais assalariados e até aos aposentados.*

*Apesar de afirmarem, quando entram em divergências com o PFL, de que não são crias da ditadura e de que no Governo não existe arbítrio, o Ilustre Professor Presidente e a sua equipe revelam, em maior profundidade, além da face da insensibilidade e da arrogância, as contradições entre os seus discursos e as decisões políticas nas questões sociais.*

*Vejamos bem, a incisiva imposição do Governo diante a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, no momento da admissibilidade da reforma administrativa, sobre as conquistas dos servidores, dos aposentados e, pior ainda, sobre os direitos adquiridos previstos na Lei Maior, a atual Constituição Brasileira, pressupostos e respeitados em todos os Estados sedimentados no Direito, relevando os nossos méritos e esforços na condução das nossas tarefas, sobretudo nos transformando em categorias desqualificadas.*

*Em segunda parte, quando no uso abusivo de medidas provisórias, vem subtraíndo as melhorias trabalhistas das leis vigentes. Numa situação das mais lastimáveis, estando o Governo, com a passividade do Congresso Nacional e do Poder Judiciário, a expor aos mais duros sacrifícios os assalariados, na justificativa de manter o Plano Real e modernizar o país. Nós, professores das universidades públicas, jamais tivemos um final de ano de tamarinha penúria. Vivemos num tenso clima de terrorismo, com o salário mais achatado da história... nem os tempos de General Médici podem ser comparáveis e frente as ações nefastas dos Ministros Brésler, Paulo Renato e outros da área econômica, ao sabor da mídia e de sombrias perspectivas de mudanças, sem jamais termos sido ouvidos, nem tendo espaços para nossa defesa.*

*Ontem, dia 27.12.95, o Ministro Malan, através do Jornal da Globo, deu o tiro de misericórdia nas nossas esperanças de de ano novo. Não iremos ter nenhum reajuste em 1996, para não prejudicar o Real, nem aumentar o déficit público. Ora, a folha foi alterada porque o Judiciário e o Legislativo concederam aumento diferenciado para os seus servidores. Em agosto o Governo beneficiou, ao arrepio das leis, as Forças Armadas com 20%, bem como vem despejando dinheiro público em bancos falidos mas de banqueiros ricos, dos quais recebeu financiamentos, não declaráveis, para campanha, conforme a "Pasta Rosa" do Banco Econômico e outros processos inconfessáveis como o "Caso Sivam". Não tivemos nada com isso, precisamente, com essa inflação do Real, ano 1995, arredondada, por baixo, em 25%.*

*Em outra instância, o Governo FHC, promove a demissão "voluntária" em massa, como verificou-se no Banco do Brasil e agora na Caixa Econômica Federal, num verdadeiro e desumano atendimento aos direitos de pais de família com muitos anos de serviço prestados, com bocas para alimentar e escola para pagar, sem em contrapartida, apresentar uma política de pleno emprego, mas que tem usado a palavra para invocação da lei numa contratação da filha Luciano, contestada por uma juíza do Distrito Federal.*

*Mas vamos nós... os injustiçados. A justiça divina tarda, mas não falha. A História, mãe da política, tem reservado surpresas para os tiranos. Não esqueçamos o Sermão da Montanha e queda do Império Romano.*

Professor de Medicina da UFPB

## ANDES entra com mandado para conseguir precatórios

A Assessoria Jurídica da ANDES entrará, ainda esta semana, com mandado de segurança contra o Ministro Pedro Malan, requerendo, ao mesmo tempo, o sequestro de verbas da União para o cumprimento as ordens judiciais de pagamento por ações trabalhistas perdidas (precatórios). A decisão foi tomada depois que o Governo Federal reteve o dinheiro até o dia 28 de dezembro de 95.

As dívidas do Governo para os seus servidores chegam a R\$ 500 milhões. Para os funcionários do Ministério da Educação, o débito é de R\$ 280 milhões. Foi a primeira vez, na história do país, que o Ministério da Fazenda deixou de cumprir, dentro do prazo legal, os precatórios.

A decisão de adiar o pagamento foi do

Ministro da Fazenda, Pedro Malan. Segundo o coordenador geral de programação financeira da Secretaria do Tesouro Nacional, Claudiano Albuquerque, o ministro está disposto a correr o risco das consequências do descumprimento das ordens judiciais.

Uma explicação para a decisão de Malan talvez esteja no fato de que este mês está acontecendo recesso no judiciário federal. Isto, na opinião do advogado da ANDES, Roberto Caldas, não será obstáculo, pois o caso poderá ser julgado por um juiz substituto.

A maior parte dos precatórios que não foram pagos refere-se a ações trabalhistas encaminhadas por docentes, através da ANDES, e de ações de funcionários movidas pela Fasubra

## Seminário discute política de comunicação

A Diretoria está participando do II Seminário de Comunicação Social da ANDES-SN "Do Tambor à Internet", em Belo Horizonte. O evento começou hoje (04/01) e o representante da ADUFPB-JP é o diretor de imprensa Derval Golzio.

Os participantes irão discutir três grandes temas: comunicação, sindicato e universidade; novas tecnologias e política de comunicação para a ANDES-SN. Os dois primeiros debates acontecerão hoje e amanhã, ficando o terceiro para hoje.

A programação foi montada de forma a fundamentar o debate sobre a política de comunicação da ANDES-SN, como informações e debates sobre o que existe de mais importante no setor.

Entre os nomes que farão exposições no evento estão o presidente da ANDES, Luis Henrique Shuch, Renato de Oliveira (ADUFRGS), Manoel Marques (DCS/UFGM), Antonio Carlos Spis (FUP), Airton Kanitz, Jorge Salomão Amorim, Washington Sidney (Agência ANDES) e Luciene Rosas de Assis (Assessoria de Imprensa da ANDES-SN)



## Convênio com GEAP é analisado no Rio de Janeiro

*Durante todo o mês de janeiro, a proposta de convênio entre o Grupo Executivo de Assistência Patronal - GEAP - e a UFPB para um plano de saúde será analisada pela Divisão de Cálculo atuarial da instituição, no Rio de Janeiro. A previsão é a de que o serviço comece a ser oferecido aos professores da UFPB em fevereiro, quando o convênio deverá ser definitivamente fechado.*

*Os cálculos atuariais servem para comprovar a viabilidade do convênio, mas no caso da UFPB, isto tem caráter apenas formal, diante do número de possíveis associados. O GEAP avalia a natalidade dentro da categoria, número de professores e dados socio-econômicos.*

## EXPEDIENTE

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiação à CUT. Centro de Vivência - UFPB - Caixa Postal: 5001 - CEP 58.051-970 - João Pessoa/PB - Fone: (083) 224-3801 - Fax: (083) 224-8375

Presidente: Jaldes Reis de Meneses  
Vice-presidente: Maria das Graças Toscano  
Secretário Geral: Dailton Lacerda  
Tesoureiro: Héliida Cristina C. Valério  
Diretor de Política Sindical: José Jonas Duarte  
Diretor de Política Social: Marcos Montenegro  
Diretor de Política Educ. e Cient.: Luis Tadeu D. de Medeiros

Diretor Cultural: Josemar Pereira dos Santos  
Diretor de Imprensa e Divulgação: Derval Golzio  
Suplente de Secretaria: Giovani Luiz de Carvalho Bezerra  
Suplente de Tesouraria: Judy Mauria Gueiros Rosas

Jornalista Responsável: Fred Oliveira - MTB/PB 956  
Diagramação: Ricardo Araújo - MTB/PB 623



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira 1 - CEP 58.055-620 - João Pessoa - PB  
Fone/Fax: (083) 231-3945/231-1703

# Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 13 - Janeiro de 1996

## ABONO PECUNIÁRIO

### Justiça federal garante o pagamento

A Justiça Federal reconsiderou sua decisão de suspender a validade da liminar do mandado de segurança impetrado pela Assessoria Jurídica da ANDES-SN, contra a Medida Provisória que suspendeu o pagamento do abono pecuniário. Com isso, os docentes voltaram a garantir o direito ao benefício.

Na quinta-feira passada (11/01), o presidente em exercício do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Nelson Gomes da Silva, em Brasília, proferiu sentença restabelecendo os efeitos da liminar.

Vale destacar o principal trecho de seu despacho, para tirar qualquer dúvida sobre a decisão: "...reconsidero a decisão agravada e, em juízo de retratação, considerando que a

decisão liminar proferida no mandado de segurança coletivo acatada não causa qualquer lesão grave à ordem pública, à economia, à saúde ou à segurança pública, indefiro o pedido de suspensão dos efeitos da mencionada liminar...".

A juíza Daniele Calixto, da 5ª Vara Federal, de Brasília, que concedeu a liminar, já foi comunicada sobre a decisão e deve notificar o Ministério da Administração e Reforma do Estado, para que ele cumpra a liminar em 48 horas.

Vale lembrar que a Reitoria da UFPB já enviou toda documentação necessária para o Siape, para que o pagamento ao abono pecuniário seja realizado para seus funcionários e professores.

### *Passo a passo, a luta pelo abono*

★ *Adisputa judicial em torno do abono pecuniário começou quando o Governo Federal publicou a Medida Provisória 1.195, suspendendo seu pagamento, no Diário Oficial do dia 25 novembro de 94. As Assessorias Jurídicas da ANDES-SN e da ADUFPB-JP entendem que aqueles professores que quiseram o benefício até um dia antes têm direito a ele.*

★ *Para tentar recorrer da MP, a Assessoria Jurídica da ANDES entrou com um mandado de segurança nacional, no dia 18/12/95. Uma assembleia geral da categoria, no dia 13/12/95, também decidiu que a*

*ADUFPB-JP deveria entrar com uma ação semelhante.*

★ *Depois que a juíza da 5ª Vara Federal de Brasília, Daniele Maranhão Costa Calixto, deu liminar favorável ao mandado da ANDES, no dia 19/12/95, o Governo Federal tentou adiar o pagamento para conseguir cassar a decisão. O diretor geral do Siape, Ethel Airtton Capuano, chegou a pedir a UFPB cópia da sentença e relação dos beneficiados, como providência para articular o pagamento.*

★ *Para tentar obrigar o Governo a pagar, a ANDES entrou com um novo*

*mandado de segurança, mas o Diário Oficial publicava no dia 05/01/96, a sentença cassando a liminar favorável. O argumento jurídico do Ministério da Administração foi de que a entidade entrou com uma ação sem ter decisão da categoria.*

★ *Várias assembleias foram realizadas, em todo país, na semana passada, com esta finalidade. No dia 11, quinta-feira última, a Justiça Federal reconsiderou sua decisão de suspender validade da liminar do mandado de segurança, impetrado contra a Medida Provisória 1.195.*

**Dia**

**18/01**

**QUINTA-FEIRA**

### **ASSEMBLÉIA GERAL**

**PAUTA:**

- 1) - Informes: Abono Pecuniário; 1/3 férias; adiantamento; 13º salário
- 2) - Campanha Salarial/96
- 3) - Posição sobre a greve geral de 30/01

**ÀS 09H00,  
NO AUDITÓRIO  
DA REITORIA**

# O jurídico e o político, as idéias e seu lugar

(A propósito do abono pecuniário)

O episódio da ação interposta pelo Ministério da Reforma do Estado, do Ministro Bresser Pereira, que logrou êxito na tarde de sexta-feira 05/01, cassando a liminar da ANDES-SN, sobre o pagamento do abono pecuniário, encerra algumas lições para a categoria dos docentes universitários, a principal delas referente ao que ficou conhecido como *luta jurídica* (?). Sobre esta e seu conteúdo, a Diretoria Executiva da ADUFPB-JP tece as seguintes considerações:

As demandas na esfera jurídica devem ser objeto de acompanhamento sistemático e cotidiano das Associações Docentes; para esta esfera ocorrem pleitos legítimos e, principalmente ao nível da primeira instância, magistrados corajosos e honestos vez em quando dão ganho de causa a ações legítimas. Porém, *caminho errôneo é esperar pelo veredito dos tribunais para fazer valer direitos, posto que conforme o jurista Cássio Mesquita Barros (FSP, 11/01/96), "não existe costume contra a lei, embora os costumes possam inspirar novas leis". A luta cria o direito.*

Ao cruzarmos os braços à espera dos vereditos jurídicos, duas questões de imediato se interpõem: 1) abrimos mão da luta para criar a lei nova; 2) sucumbimos ao ordenamento jurídico e político existente, sabidamente injusto.

Temos um presidente da República que editou no ano passado 480 Medidas Provisórias, mais de que uma ao dia, recorde nacional absoluto em governo autoritário (entre estas, a MP que retira o Abono Pecuniário). A formação histórico-social brasileira forjou uma sociedade desigual, sem noção de valor, onde, por exemplo, a cotação do passe de Túlio - doze milhões de reais - equivale ao orçamento da UFPB em 1995 e as políticas sociais não constituem prioridade do Estado (basta observar que o orçamento da Universidade norte-americana de Harvard, em

1995, seis bilhões de dólares, é maior do que o do Ministério da Saúde brasileiro). Enquanto isso, a farrá bancária do Nacional, Econômico e do Banespa consome a extraordinária quantia de 14,5 bilhões de reais, a juros de 3% ao ano!

Em sociedades injustas e autoritárias como a brasileira, antes de cumprir a lei, devemos nos imbuir de modificar o status quo. Vivemos ainda numa sociedade verticalizada e hierarquizada (embora às vezes não percebamos) na qual as relações sociais são realizadas sob a forma da cumplicidade (e existe uma cumplicidade velada entre o alto executivo federal e os tribunais superiores), ou sob a forma de mando e da obediência entre um superior e um inferior. Não existe no Brasil a idéia, oriunda da Revolução Francesa, de igualdade jurídica de direitos e de igualdade jurídica dos cidadãos.

O discurso liberal brasileiro é uma espécie de chantilly, ou uma macumba para turistas na expressão de Oswald de Andrade. Estamos impossibilitados de efetuar a idéia liberal na política como pacto ou contrato (pois a condição do contrato é a igualdade entre as partes); impossibilitados de realizar o desiderato liberal da democracia como representação e cidadania - esta é substituída pela clientela e pela cooptação.

Quando abrimos mão da luta política clássica e suas formas - as assembléias, as mobilizações de rua, o questionamento desabusado do rei, etc - e nos conformamos ao individualismo e à espera das soluções dos Tribunais, estamos perdidos. 1996 é um ano simultaneamente duro e repleto de possibilidades. Voltemos a exercitar a luta política e suas formas clássicas!

João Pessoa, 12 de janeiro de 1996

A Diretoria Executiva da ADUFPB-JP

## REFORMA DA PREVIDÊNCIA

# Votação das propostas só deve acontecer no início de fevereiro

Apesar do Governo Federal estar articulando a votação do projeto de reforma da previdência para a esta semana, ele só deverá chegar ao Plenário da Câmara dos Deputados no início de fevereiro. Até lá, o relator da matéria, deputado Euler Ribeiro (PMDB-AM) estará reunindo-se com as centrais sindicais para discutir o assunto.

A tramitação da proposta de reforma da previdência reforça a previsão de que ela só começará a ser votada em fevereiro, pois na comissão especial do assunto, quase todos os membros deverão apresentar votos em separado ao parecer de Euler Ribeiro.

Depois da leitura dos votos, a comissão vai examinar 41 destaques e mais de 150 emendas já colocadas ao substitutivo do relator. Como a Comissão reunem-se três vezes por semana, todo este trabalho só deverá estar concluído no próximo dia 25.

O interlocutor do Governo Federal para tratar da reforma previdenciária no Congresso é o ministro do trabalho Paulo Paiva. O primeiro encontro

dele com as centrais acontecerá das reuniões que o deputado paulista Michel Temer (PMDB) está articulando.

Apesar de contar com uma grande base parlamentar de apoio as reformas, o Governo também enfrenta oposições de peso no Congresso. O Senador José Sarney (PMDB-AP) é um deles. Contra ele está sendo articulado um pequeno movimento interno no seu partido. Uma reunião da liderança na quinta-feira passada seria o ponto culminante da armação.

A reunião também agrupou senadores de outros partidos que apoiam a reforma e o PMDB investiu alto na divulgação dos seus resultados, junto a mídia nacional. O Governo Federal também já está articulando a aprovação da reforma tributária e o presidente Fernando Henrique Cardoso já recomendou aos ministros da Fazenda Pedro Malan e José Serra, do planejamento, que recebam o mais rápido possível o relator do projeto, o deputado Mussa Demes.

## POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

### Congresso avaliará agência

O funcionamento da Agência ANDES deverá ser avaliado pelos delegados ao Congresso, em Santa Maria/RS. A Agência é uma deliberação de Congresso e é responsável pelo fluxo de informação da entidade com outros sindicatos e com a grande imprensa.

Com o funcionamento da Agência ANDES de Comunicação, a publicação de informações de interesse dos professores universitários brasileiros têm sido melhorada consideravelmente.

O seminário de Comunicação realizado pela ANDES, dias 4 e 5 de janeiro, em Belo Horizonte, avaliou pela importância da melhoria das condições de funcionamento das assessorias de comunicação das Seções Sindicais.

A grande discussão que está sendo travada no momento é a concretização de uma jornal de circulação nacional em conjunto com outras entidades, a exemplo da Federação Única dos Petroleiros (FUP).

## EXPEDIENTE

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiada à CUT. Centro de Vivência - UFPB - Caixa Postal: 5001 - CEP 58.051-970 - João Pessoa/PB - Fone: (083) 224-3801 - Fax: (083) 224-8375

Presidente: Jaldes Reis de Menezes  
Vice-presidente: Maria das Graças Toscano  
Secretário Geral: Dailton Lacerda  
Tesoureiro: Héli da Cristina C. Valério  
Diretor de Política Sindical: José Jonas Duarte  
Diretor de Política Social: Marcos Montenegro  
Diretor de Política Educ. e Cient.: Luis Tadeu D. de Medeiros

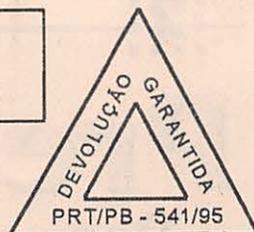
Diretor Cultural: Josemar Pereira dos Santos  
Diretor de Imprensa e Divulgação: Derval Golzio  
Suplente de Secretária: Giovanni Luiz de Carvalho Bezerra  
Suplente de Tesouraria: Judy Mauria Gueiros Rosas

Jornalista Responsável: Fred Oliveira - MTB/PB 956  
Diagramação: Ricardo Araújo - MTB/PB 623



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira 1 - CEP 58.055-620 - João Pessoa - PB  
Fone/Fax: (083) 231-3945/231-1703

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95



# Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 14 - Janeiro de 1996

## DESVIO DE VERBAS NA UFPB

### ADUFPB-JP quer cópia do relatório

A Diretoria da ADUFPB-JP vai solicitar, ainda esta semana, uma cópia do relatório da Secretaria Federal de Controle que aponta desvios de verba realizados pelas universidades federais e que incluem a UFPB. Se isto não for possível, a entidade pretende propor a organização de uma comissão de integrada por um de seus diretores e representantes do Sintesp e do DCE, para ir até o Ministério da Educação conseguir o documento.

A decisão de solicitar uma cópia do relatório da auditoria realizada em agosto de 95, pela Secretaria Federal de Controle, parte da avaliação de que a defesa da UFPB deve

ser baseada em dados deste documento. A diretoria da ADUFPB-JP acredita que o MEC não colocará dificuldades para repassar o texto, já que entregou ao jornal Folha de São Paulo dados sobre o relatório.

Segundo o presidente da Associação, Jaldes Reis de Meneses, a reunião de anteontem à tarde, entre o reitor em exercício, Roberto Siqueira, pró-reitores, diretores de Centros e entidades de classe foi importante para criar um de união na comunidade universitária, mas a obtenção do relatório é fundamental para uma análise mais detalhada e a produção de uma resposta.

Jaldes Meneses lembra que a

acusação de desvio de verba pelas universidades federais não é nova, pois o jornalista Josias de Souza, da Folha de São Paulo, na edição do dia 23 de dezembro de 95, já denunciava o problema. No dia 26, a direção da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes enviou uma resposta. O assunto voltaria ao jornal quando Josias, no início deste mês, citou o relatório e disse que o ministro Paulo Renato não quis lhe fornecer uma cópia.

A avaliação da Diretoria sobre as causas da divulgação do conteúdo do relatório neste momento, é de que elas são consequência da ini-

ciativa da Andifes de pedir a saída do ministro da educação no Senado, por causa do atraso no pagamento das pendências trabalhistas que o Governo perdeu dentro das universidades (precatórios). Paulo Renato teria ficado irritado pela medida e divulgou o relatório.

A comprovação desta avaliação aconteceu na audiência entre a direção da ANDES e ele, na sexta-feira passada. No encontro, Paulo Renato disse que estava desgosto com a Andifes e que iria divulgar o relatório no dia seguinte. A matéria sobre o assunto foi publicada na edição da Folha de São Paulo do domingo passado (21/01).

### MEC diz que universidades são prioridade este ano

Este ano as universidades serão a principal preocupação do Ministério da Educação. O anúncio foi feito pelo ministro Paulo Renato de Souza, durante audiência concedida a Diretoria da ANDES, na semana passada. Ele revelou que o MEC trabalha

em duas leis para regulamentar melhor o funcionamento destas instituições: uma sobre **autonomia** e outra sobre **financiamento**.

Paulo Renato disse que em 95 o Ministério dedicou-se às reformas do ensino básico, mas que até o final

do mês de março estará repassando para a ANDES uma primeira versão as leis sobre as universidades. O ministro disse querer discutir a proposta com a entidade, apesar de ter dúvidas sobre a concordância entre as partes sobre o conteúdo.

A audiência também serviu para retirar qualquer dúvida sobre a posição do Mec em relação a questão da autonomia universitária. O ministro criticou o artigo 207 da Constituição Federal, que garante este direito, dizendo que ele deve ser reformado. Nesta discussão, Paulo Renato também se posicionou contrário à isonomia salarial, carreira única e Regime Jurídico Único.

A ANDES disse ao ministro que o patamar para a entidade discutir a questão da autonomia será a manutenção do artigo 207 da Constituição, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o Projeto de lei complementar 101/93 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o substitutivo de Florestan Fernandes ao projeto de lei do deputado Ubiratan Aguiar.

### Abono será pago em fevereiro

O abono pecuniário será pago em fevereiro, pois será incluído na folha de pagamento de janeiro. A garantia é da secretária geral da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, Vanessa Guimarães, dada numa audiência entre o Ministro Paulo Renato de Souza e a Diretoria da ANDES, realizada no MEC, na terça-feira da semana passada (16/01).

Os Ministérios da Administração e Reforma do Estado e da Educação estão sendo forçados a pagar o abono por uma determinação da Justiça Federal. No dia 11/01, o presidente em exercício do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, Nelson Gomes da Silva, recondeceu a suspensão da liminar do mandado de segurança favorável a ANDES e determinou o pagamento do benefício.

No encontro, o ministro também foi questionado sobre o pagamento dos precatórios e informou que o Ministério já liberou cerca de R\$ 100 milhões para as universidades com esta finalidade. O restante, cerca de R\$ 80 milhões, será repassado até o final deste mês.

### Ministério libera concursos

O Ministério da Educação informou a ANDES que liberou a realização de concurso para as vagas existentes nas universidades. Esta determinação não se aplica apenas às 15 instituições que estão sendo monitoradas pelo MEC por excesso de funcionários e professores.

A revelação deverá resolver os problemas de excesso de professores substitutos em várias universidades e foi feita na discussão das reivindicações sobre as Instituições Federais de Ensino Superior apresentada pela ANDES ao MEC.

O ministro Paulo Renato disse ser contrário a aposentadoria especial para os professores de 3º grau e mencionou o acordo feito pela CUT e o Governo Federal sobre as reformas da Previdência, que retirou este direito da categoria. A secretária de Ensino Superior do Ministério, Vanessa Guimarães, informou a ANDES que a interrupção dos trabalhos da Comissão do MEC que estuda a carreira e capacitação docente aconteceu porque o assunto está diretamente ligado à proposta de autonomia. Ela também garantiu que não estão faltando recursos para os programas de capacitação docente.

**ASSEMBLÉIA  
GERAL**

**Dia  
30/01**

**ÀS 09H00, NO AUDITÓRIO DA REITORIA  
PAUTA: 1) - Informes jurídicos: precatórios, FGTS e  
desconto previdência; 2) - Aprovação da paralisação  
das atividades no dia 30/01**

# Precatórios

## Pagamento do Plano Bresser está suspenso

O pagamento dos precatórios referentes ao Plano Bresser (26,6%) para os professores do Campus I da UFPB está suspenso por determinação judicial. Apesar da ADUFPB-JP ter ganho, na Justiça do Trabalho, uma ação que pede a reposição da perda salarial, a Reitoria da Universidade entrou com uma ação rescisória, seguida de uma medida cautelar inominada, conseguindo suspender a determinação do pagamento do precatório.

O esclarecimento da situação do precatório do Plano Bresser é necessário porque dezenas de professores estão procurando a ADUFPB-JP, para confirmar se o pagamento dos precatórios

anunciado pela Reitoria no final de semana passado, é referente a ação do Plano Bresser.

No dia 18 de dezembro passado, a Diretoria divulgou nota sobre a ação do Plano Bresser. Hoje, a situação permanece inalterada. Segundo os advogados da ADUFPB-JP, a Reitoria poderia ter dispensado as ações contra a decisão da Justiça do trabalho, como aconteceu em outras universidades. Apesar disto a Assessoria Jurídica da entidade recorrer da suspensão do pagamento do precatório, mas perdeu por 3x2. Ela recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho e hoje aguarda julgamento do recurso.

## Sede funciona das terças aos domingos

A sede sócio-cultural da ADUFPB-JP está funcionando das terças aos domingos deste o último dia 15. A decisão foi tomada em reunião da Diretoria da Entidade, atendendo reivindicações de muitos filiados, que durante o recesso e as férias de início de ano querem um local de lazer na Orla. Uma prévia de carnaval, marcada para o dia 11 de fevereiro, deverá agitar o calendário festivo da sede. O horário especial de funcionamento existirá até o final do recesso e acontecerá sempre das 9h00 às 15h00. Na segunda-feira, a sede estará fechada para limpeza e manutenção de seus equipamentos.

O Bar Aula Extra continuará funcionando as sextas-feiras, sempre das 18h00 às 24h00. Uma comissão da Diretoria já está trabalhando para a realização da prévia de carnaval. Um calendário de apresentações para o Bar Aula Extra também está sendo organizado, para oferecer aos filiados sempre uma boa opção musical nas sextas-feiras.

## OPINIÃO

## HABEMUS PAPAM - Eleições na UFPB

José de Melo Neto

O mundo cristão assiste, em transe, a substituição do dirigente máximo, quando de sua morte, na Praça de São Pedro, em Roma. Esse processo, conflituoso sim, é pouco conhecido pelos vis mortais, sintetiza-se na simbologia da fumaça branca das chaminés da Capela Sistina - e isto quer dizer - habemus papam.

O mundo acadêmico da UFPB vive este ano mais uma oportunidade de escolha de seus dirigentes máximos - o Reitor e o Vice. Um momento que quer se primar pelo exercício de democracia e mais que isso, de um momento de aprendizagem do fazer democracia. O fundamental deve estar, mais que branco, deve ser translúcido. Para isso, é preciso salvaguardarem-se os procedimentos democráticos de todas as fases desse processo. Uma tarefa que é de cada um pertencente aos quadros da Universidade, de cada um que pode expressar mais que um, em tantos outros ambientes não universitários porém formadores de opinião. É daqueles que podem expor suas idéias através da mídia ou mesmo num boquete qualquer. É tarefa dos Conselhos Universitários, desde aqueles conselhos celulares departamentais, passando pelos conselhos de centro até os conselhos superiores da instituição. Uma escolha de Reitor numa universidade nordestina, sobretudo, diz respeito a toda sociedade regional, no caso, à sociedade paraibana - setores das elites dominantes locais, setores médios e em particular, aos setores que mais estão à margem desse processo, que são os trabalhadores do campo e da cidade.

Para todos esses interessados, os debates com os candidatos a reitor, não poderão deixar de abordar inicial-

mente, duas questões: o posicionamento político do candidato frente à atual política governamental e que ações desenvolverá como expressão de concretude desse posicionamento. Duas atitudes fundantes dessas respostas vêm à tona: a defesa da Universidade e a objetificação da ação daí decorrente. Ao postular-se como um defensor da Universidade pública, gratuita, de qualidade, autônoma, democrática e crítica, o candidato não satisfaz à exigência acadêmica da resposta pois essa defesa exige um comprometimento já no passado com essas bandeiras, e ele precisa demonstrar, que não só agora aparece com esse posicionamento. A história do candidato é elemento determinante num processo eleitoral. Além do Mais, um posicionamento de defesa da Universidade, pura e simplesmente, também não satisfaz. Essa posição pode externar apenas uma atitude de defesa sim, e isto é positivo. Mas pode ainda demonstrar que não passa de discursos de oposição às políticas da atualidade, contudo sem conter esse tipo de tomada de decisão. Não satisfaz esta posição em defesa da universidade se a mesma não se tornar expressão de atitudes também de "ataque" no campo acadêmico. Aqui surge novamente outra questão, tão importante quanto a primeira, que é o externamento do tipo de ataque. É preciso que se conheçam formas, talvez até novas e consequentemente mais desafiantes quanto aos posicionamentos. Todos que atuam na Instituição vão precisar estar também convencidos de que aquelas se-

rão as melhores tomadas de decisão. Não poderão estar estabelecidos apenas nos cânones da corporação se o desejo for o engrandecimento maior da própria instituição para com a sociedade. A defesa, em síntese, externada também como ataque, precisa ser propositiva e além do mais precisa ser assumida, sobretudo, pelos que fazem a instituição universitária. Um reitor não pode ser um Quixote.

Esta primeira questão, necessariamente, arrasta consigo a segunda que é a ação. Todos os interessados nas questões da Universidade e os eleitores precisarão, também, escutar primeiro quais são os encaminhamentos propositivos que os candidatos apresentam. Isto, todavia, ainda não é tudo. É até expressão da incompletude da proposição. Não pode interessar simplesmente a proposta mas também os caminhos de sua completude, isto é, o seu desenvolvimento. Um candidato não poderá sofismar na demonstração das condições de possibilidades de suas ações. Por outro lado, cai na mesma arapuca lógica anterior, aquele que se externar por um posicionamento propositivo apenas como resposta às exigências empíricas imediatas. Valorizar demasiadamente o objeto de superação pode levar à exacerbada materialização ingênua, perdendo a dimensão processual que é o básico quanto ao gerenciamento da academia. Também não se pode manter no campo de uma idealização de Universidade cuja realidade é inexistente. O trato de questões acadêmicas não pode passar por nenhum desses extremos aqui coloca-

dos mas ser fruto e expressão de sínteses do dado empírico sim, inicialmente, mas submetido ao crivo da racionalidade, da consciência. O dado em si, se existir, não pode ser a expressão de verdade para tomada de decisão. Se qualquer dessas situações de extremo vierem acontecer, todos se tornarão testemunha da miséria administrativa que dilacerará toda a Universidade. Será o atestado de incompetência coletiva.

Com isso, todos estarão assinando aquilo que preconiza a ADUF/JP, onde "algumas rotinas das consultas nada ficam a dever em patrimonialismo e fisiologismo a escolhas de prefeitos..." Isto vale inclusive para o próprio Sindicato, agente também interessado no processo eleitoral e no futuro Reitor, mantendo a equidistância necessária contudo atuante neste processo, ressaltando-se a importância da defesa da universidade com um "bem público do povo brasileiro".

Assim, imagina-se que o debate pela defesa da Universidade nesses tempos de crise e nos termos colocados, precisa ser melhor detalhado. Além disso, o avanço do significado dessa defesa expressa em ação como expressão propositiva, ajudará a todos para o posicionamento que deverão tomar quando da escolha do dirigente da Instituição. Em sendo assim, ter-se-á assegurada a transparência de todo processo eleitoral e permutando-se, de forma superior até, a brancura da fumaça do "habemus papam" pela cristalinidade do processo de um HABEBIMUS RECTOREM.

Professor Dr. do Centro de Educação

## EXPEDIENTE

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiada à CUT. Centro de Vivência - UFPB - Caixa Postal: 5001 - CEP 58.051-970 - João Pessoa/PB - Fone: (083) 224-3801 - Fax: (083) 224-8375

Presidente: Jaldes Reis de Meneses  
Vice-presidente: Maria das Graças Toscano  
Secretário Geral: Dailton Lacerda  
Tesorero: Hélija Cristina C. Valério  
Diretor de Política Sindical: José Jonas Duarte  
Diretor de Política Social: Marcos Montenegro  
Diretor de Política Educ. e Cient.: Luis Tadeu D. de Medeiros

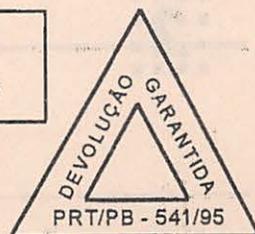
Diretor Cultural: Josemar Pereira dos Santos  
Diretor de Imprensa e Divulgação: Derval Golzio  
Suplente de Secretaria: Giovani Luiz de Carvalho Bezerra  
Suplente de Tesouraria: Judy Mauria Gueiros Rosas

Jornalista Responsável: Fred Oliveira - MTB/PB 956  
Diagramação: Ricardo Araújo - MTB/PB 623



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira I - CEP 58.055-620 - João Pessoa - PB  
Fone/Fax: (083) 231-3945/231-1703

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95



# Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 15 - Fevereiro de 1996

## Diretoria quer informações do reitor sobre precatórios

A Diretoria da ADUFPB-JP reúne-se nesta sexta-feira, 02, às 10h00, com o reitor Neroaldo Pontes, em busca de informações para esclarecer várias dúvidas sobre o pagamento dos precatórios a dezenas de professores da instituição. Apesar da Reitoria ter encaminhado uma relação dos docentes que terão direito ao benefício à entidade, os diretores enviaram um pedido oficial de informações na semana passada.

A primeira dúvida sobre os precatórios é se as determinações judiciais de pagamento das reclamações trabalhistas foram despachadas depois que os processos tramitaram até as últimas instâncias. A Diretoria também pediu informações ao reitor sobre quais foram as causas das ações e se elas envolvem Planos Econômicos. Isto sendo confirmado, a ADUFPB-JP quer saber quais são eles.

Outro interesse da entidade

é saber quais foram os procuradores da UFPB destacados para defender a instituição, nas ações que produziram os precatórios. A ADUFPB-JP também busca informações se algum caso foi julgado à revelia da universidade e qual foi o servidor beneficiado.

Uma das dúvidas que os diretores da entidade mais querem esclarecimento do reitor Neroaldo Pontes, é se Universidade ajuizou ações rescisórias contra to-

dos os reclamantes, além de medidas cautelares para sustar as execuções. Caso isto não tenha acontecido, a entidade quer que as razões sejam divulgadas à comunidade universitária.

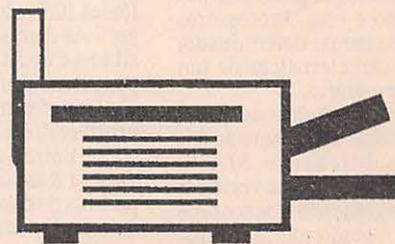
O ofício que os diretores da Entidade encaminharam ao reitor Neroaldo Pontes, é o resultado de questionamento de dezenas de sócios que sentem prejudicados por não estarem na listagem dos que terão direito ao pagamento dos precatórios.

## Enzo Faletto virá à UFPB em abril

O sociólogo chileno, Enzo Faletto, já confirmou a sua vinda à UFPB, no mês de abril. Ele virá para uma série de debates a serem realizados numa promoção conjunta da Diretoria da ADUFPB-JP e do Mestrado de Ciências Sociais.

Faletto é um dos mais importantes sociólogos latino-americanos e, em 68, lançou com Fernando Henrique Cardoso o livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Sua presença na Paraíba faz parte do esforço da Diretoria da entidade em discutir grandes temas envolvendo o Estado e o país.

A Diretoria também está tentando trazer à UFPB o sociólogo Roberto Mangabeira Unger, que recentemente lançou um livro com o ex-ministro da fazenda e ex-governador do Ceará, Ciro Gomes. A promoção de grandes debates pela ADUFPB-JP começou em 95, quando estiveram na Paraíba personalidades como Emir Sader.



## ADUFPB-JP compra novas fotocopiadoras

Já estão à disposição dos filiados da ADUFPB-JP duas novas máquinas de fotocópias. Elas substituíram o antigo equipamento utilizado pela entidade para este serviço e além de maior velocidade, fornecem um produto de melhor qualidade.

Com a aquisição, cresce para 3 o número de máquinas disponíveis no setor de reprografia da entidade. A decisão pela substituição e ampliação foi tomada pela Diretoria porque a compra proporciona uma economia maior do que os custos de manutenção e consertos das antigas.

**ASSEMBLÉIA  
GERAL**

**Dia  
14/02**

**ÀS 09H00, NO AUDITÓRIO DA REITORIA**

**PAUTA:** 1) - Informes; 2) - Apreciação da proposta de GREVE dos servidores públicos, a partir de 11/03; 3) - Denúncias contra as Universidades Federais

# GREVE

## SPF's propoem indicativo para o dia 11 de março

O primeiro semestre de 97 poderá não começar nas universidades federais brasileiras, se os professores aderirem nacionalmente a proposta de iniciar uma greve no dia 11 de março, em conjunto com as outras categorias de funcionários públicos federais. A paralisação tem como causa principal a tentativa do Governo Federal de ignorar a data base do setor e o anúncio de que não pretende conceder nenhum aumento salarial.

A proposta foi colocada durante a reunião de representantes dos servidores públicos federais realiza-

da em Brasília, no dia 21 de janeiro. Do encontro, foi retirado um plano de lutas que começou no dia 24 daquele mês, Dia dos Aposentados.

Terça-feira, 30/01, a Diretoria da ADUFPB-JP realizou uma assembleia não deliberativa, no Auditório da Reitoria, onde discutiu a possibilidade de adesão, ou não, de dezenas à greve, além do Dia Nacional de Paralisação, marcado para aquela data. Para as demais categorias de servidores públicos, o evento teve seu maior momento na realização de uma passeata pelas ruas centrais da cidade.

No calendário organizado na reunião da SPF's, até o dia 5 de fevereiro, as seções sindicais deverão realizar assembleias para analisar a proposta de indicativo de greve para o dia 11 de março. Para os dias 10 e 11 de fevereiro estão marcadas plenárias nacionais da categoria, em São Paulo.

Uma decisão que favorece o movimento é o fato de que a paralisação também poderá ser acompanhada por servidores municipais e estaduais que, em sua maioria, não receberiam nenhum tipo de reajuste salarial.

## Manobras prejudicam lei de patentes

A tramitação no Senado do projeto de lei complementar sobre as patentes no Brasil, vem sendo marcada por várias tentativas de manobras. Uma delas aconteceu na última reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, quando os parlamentares governistas tentaram impedir a votação do relatório do senador Fernando Bezerra, sobre o projeto.

A manobra, articulada pelos senadores Elcio Alvares e Epitácio Cafeteira, tenta minimizar o relatório sobre o projeto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, para tentar produzir um outro documento e colocá-lo em votação no plenário. Eles argumentam que a CCJ tem de analisar apenas a constitucionalidade, enquanto a CAE é quem deve trabalhar nos outros aspectos do projeto. Os Senadores Ney Suassuna e Lauro Campos defenderam que a Comissão de Justiça tem atribuições também técnicas e que o seu relatório é totalmente legítimo.

## OPINIÃO

### Governo privatiza Universidades federais

Rolando Lazarte

O governo suspendeu os concursos públicos para acesso ao magistério superior no País. No lugar de professores efetivos, as Universidades federais vêm contratando professores "substitutos". A palavra é parecida, mas não é essa. Professores contratados por tempo determinado, com todas as características de um trabalhador temporário.

A partir de outubro de 1995, com a centralização do pagamento aos servidores públicos no SIAPE (Brasília), começaram a se verificar atrasos no pagamento, descontos inexplicados, quando não, simplesmente, o não pagamento de numerosos funcionários públicos. O governo paga em atraso, sem multa, sem juros, sem correção monetária. E tudo bem. *Tudo bem?* Começa 1996, e o governo anuncia que não haverá reajuste no salário dos funcionários públicos.

Uma insistente e continuada campanha de desmoralização do funcionalismo em geral, e das Universidades federais em particular, renova permanentemente na população, a imagem do parasita, fantasma, aproveitador, improdutivo, incompetente, que ganha fábulas de dinheiro enquanto o honesto trabalhador do

setor privado tem que se conformar com esses gélidos R\$ 100 que orgulham o Presidente da República.

Professores, professoras: **até quando vamos suportar tanto destrato?**

Até quando vamos continuar privatizando o arrocho, apostando na lógica individualista do "não é comigo"? As demissões no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal não permitem alimentar esse tipo de ilusão. A próxima vítima, nesta novela neoliberal, é a Universidade pública.

Entretanto, o governo não deverá se desgastar demasiado, pois a política de deseducação em marcha é suficientemente eficaz como para ir produzindo uma **apatia** que nos faz aceitar o inaceitável: a destruição do patrimônio social representado pela educação pública, gratuita e de boa qualidade.

Professor paga duas vezes, e não acha ruim. É descontado compulsoriamente pelo INSS para um serviço de saúde que não existe, logo, têm que pagar um plano privado de assistência médica. É descontado compulsoriamente pelo Ministério da Fazenda, que taxa o salário do trabalhador na educação, equiparando o salário com o lucro do empresário ou do banqueiro. E qual é o retorno desse "imposto" compulsório? Escolas pú-

blicas de bom nível, com professores bem remunerados, bem equipadas? Nada disso: logo, professor paga também escola particular. E não diz nada.

Se a esta situação "externa", acrescentamos a situação "interna" da categoria docente, então estamos feitos. Quer dizer, estamos fritos. Uma categoria pulverizada pelo individualismo egocêntrico, pela incapacidade de **somar** com o outro sem que essa soma adquira o cheiro de mofo das "panelas", "igrejinhas", ou qualquer outro nome que se queira dar aos reductos da mediocridade, aos aparelhinhos em que se esfacela um coletivo que sequer consegue ser corporativo.

O "eclipse" do socialismo real, bem como do marxismo como ideologia dominante no meio acadêmico, rapidamente produziram uma mutação: antigos aguerridos militantes das causas sociais, pregadores de mudança no quintal do vizinho, viraram elementos do sistema. Que sistema? Um sistema que premia a lealdade burocrática frente à ousadia, a repetição do mesmo frente à criatividade, a acomodação frente à aventura de construir novos caminhos. O "panelismo" privatizante, frente a uma forma de exercer o ato de educar que exige o **aprendizado contínuo** de todos, a cooperação.

Como não aprender estas lições que o governo nos força a aprender? Como não abandonar mesquinhas egoístas, quando não apenas o nosso emprego, mas a própria continuidade do sistema público superior de ensino no Brasil estão em risco?

Professores (as): não podemos começar o ano letivo 1996 *como se* não fosse conosco.

Vamos lecionar, mas um programa diferente, em locais diferentes. Um programa que mostre o que é o plano real, realmente. Um programa que lembre os cidadãos dos seus direitos: direito à vida, direito à saúde, direito à educação, direito à cultura, direito à informação, direito ao lazer, direito à justiça, direito a uma velhice digna. Certamente, não será um programa neoliberal.

Um programa que lembre os paraibanos que, antes de mais nada, são cidadãos. Não rebanho nem massa de manobra. Não maioria omissa nem curral de oligarcas. Mas um povo digno, que se respeita, e que, além de saber *negar*, sabe também *afirmar*.

Professor. Depto. de Ciências Sociais. Universidade Federal da Paraíba

## EXPEDIENTE

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiação à CUT. Centro de Vivência - UFPB - Caixa Postal: 5001 - CEP 58.051-970 - João Pessoa/PB - Fone: (083) 224-3801 - Fax: (083) 224-8375

Presidente: Jaldes Reis de Meneses  
Vice-presidente: Maria das Graças Toscano  
Secretário Geral: Dailton Lacerda  
Tesoureiro: Hêlida Cristina C. Valério  
Diretor de Política Sindical: José Jonas Duarte  
Diretor de Política Social: Marcos Montenegro  
Diretor de Política Educ. e Cient.: Luis Tadeu D. de Medeiros

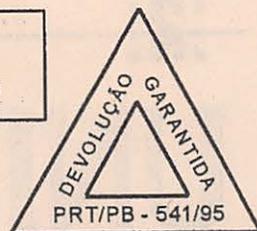
Diretor Cultural: Josemar Pereira dos Santos  
Diretor de Imprensa e Divulgação: Derval Golzio  
Suplente de Secretaria: Giovanni Luiz de Carvalho Bezerra  
Suplente de Tesouraria: Judy Mauria Gueiros Rosas

Jornalista Responsável: Fred Oliveira - MTB/PB 956  
Diagramação: Ricardo Araújo - MTB/PB 623



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira 1 - CEP 58.055-620 - João Pessoa - PB  
Fone/Fax: (083) 231-3945/231-1703

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95



# Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 16 - Fevereiro de 1996

## Convênio com GEAP será assinado este mês

A assinatura definitiva do convênio entre a UFPB e o Grupo Executivo de Assistência Patronal -GEAP, deverá acontecer na próxima semana. A previsão está baseada no fato do Conselho Administrativo da fundação ter aprovado a proposta, no último dia 8. Ela foi ratificada por uma firma atuarial, que analisou toda a viabilidade do negócio.

A Diretoria da ADUFPB-JP espera que entre o final deste mês e o início de março, seus filiados comecem a aderir ao convênio. Como ele será firmado de entre a UFPB e a GEAP, os funcionários também terão acesso.

## Frota vem à Paraíba debater o Sivam

O brigadeiro Ivan Frota, principal crítico da versão projeto do Sistema de Vigilância Eletrônica da Amazônia - Sivam, que o Governo Federal quer aprovar no Congresso, virá à Paraíba na segunda quinzena de março, a convite da ADUFPB-JP, para um debate sobre o tema.

## DENÚNCIAS NA UFPB

# Diretoria pede ao Reitor criação de Comissão de Auditoria

A Diretoria da ADUFPB-JP está solicitando da Reitoria a criação de uma Comissão Especial de Auditoria para investigar todas as denúncias de irregularidades na instituição, surgidas nas últimas semanas. As mais graves estão contidas no relatório de uma auditoria operacional do MEC e na informação divulgada, pelo o reitor, sobre aposentadorias ilegais.

O pedido de uma Comissão Especial de Auditoria está numa nota que a Diretoria está enviando para todos os seus filiados, mas também já foi en-

caminhada à Reitoria, na audiência que o presidente da Entidade, Jaldes Meneses, teve com o reitor Neroaldo Pontes, na sexta-feira passada (02/02).

Na nota, a Diretoria diz que o sensacionalismo das denúncias de desvios de verbas nas universidades federais merece o repúdio da sociedade, mas sabe-se que "ao longo do tempo distorções de gravidade foram se incrustando no sistema das IFES, e estas devem ser objeto de cirurgia".

A avaliação da

ADUFPB-JP é de que o MEC tem divulgado algumas das irregularidades para "o escárnio público das universidades". A entidade quer acesso a todos os dados do problema para ter condições de defender a instituição, evitando a realização do revide genérico e abstrato.

O texto também lembra que a estruturação burocrática das universidades não se deu de maneira transparente e provocaram vícios, que, ao longo do tempo, levou ao mal aproveitamento do pequeno orçamento destas instituições.

## Dúvidas sobre os precatórios serão esclarecidas em 15 dias

O reitor da UFPB, Neroaldo Pontes, pediu um prazo de 15 dias para responder a todos os questionamentos da ADUFPB-JP, sobre os precatórios que estão sendo pagos a professores e funcionários. As dúvidas da entidade foram apresentadas durante uma audiência, no dia 02 deste mês.

A primeira dúvida sobre os precatórios é se a Assessoria Jurídica da Universidade recorreu até as últimas instâncias para evitar que eles fossem pagos. A segunda é se os precatórios envolvem planos econômicos e quais seriam eles.

A entidade também quer saber quais foram os procuradores da UFPB destacados para defender a instituição nas ações e se algum caso foi julgado à revelia da Universidade. Caso isto tenha acontecido, a ADUFPB-JP quer informações de quem foi o beneficiado.

Nos casos onde a Assessoria Jurídica perdeu as disputas, surge a dúvida se ela impetrou ações rescisórias contra as decisões, também pedindo a sua suspensão. Se isto não aconteceu, a Diretoria da entidade pede que as razões sejam divulgadas.

**ASSEMBLÉIA  
GERAL**

**Dia  
14/02**

**ÀS 09H00, NO AUDITÓRIO DA REITORIA**  
**PAUTA:** 1) - Informes; 2) - Apreciação da proposta de GREVE dos servidores públicos, a partir de 11/03; 3) - Denúncias contra as Universidade Federais

# UNIVERSIDADE-ESTADO

## Para onde Vamos?

Luiz Felipe P. Serpa

A crise orçamentária e de recursos humanos que as universidades federais vêm passando não é só uma continuidade linear das políticas do governo que, desde a década de 80, restringem os investimentos no ensino superior público. As relações universidade/Estado estão em vias de uma mudança qualitativa e radical, e esse deve ser o foco de nossas avaliações e projeções fundamentais.

As dificuldades ou impedimentos na reposição dos quadros docente e técnico-administrativo, mais toda a questão orçamentária e financeira das universidades, devem ser olhadas sob o prisma de uma dinâmica que deverá culminar nessa mudança qualitativa das relações Estado/universidade.

A reforma do Estado pelo governo federal, ora em discussão, considera como serviços exclusivos do Estado a justiça, a segurança, os tributos e as Forças Armadas. Esses terão quadros estatutários, profissionais funcionários públicos. Todas as demais funções do Estado que têm concorrentes na iniciativa privada, como a educação, são consideradas não-exclusivas, e terão alteradas as suas definições e funcionamento em relação ao Estado.

Quanto às universidades uma comissão do MEC está construindo um anteprojeto de lei para a autonomia das universidades em geral, incluindo o sistema público e privado, e um anteprojeto de lei de autonomia financeira específica para as instituições federais a ser apresentado aos reitores em março, com um cronograma de discussão.

O governo tem expectativa de encaminhá-lo ao Congresso Nacional entre os meses de junho e julho, para ser votado, e a ser implementado em 97. A perspectiva que temos, portanto, é de uma mudança radical na relação universidades/Estado a partir do próximo ano.

Depreende-se uma posição do Ministério da Educação que prevê as universidades com autonomia financeira, mais ainda como uma



instituição pública estatal; há uma outra posição do Ministério da Administração, relacionada com a reforma do Estado, que argumenta ser impossível autonomia financeira ou autonomia geral das universidades federais públicas, mantendo-as estatais, submetidas, por exemplo às leis de licitação, ao controle do Ministério da Administração sobre os cargos públicos e ao controle orçamentário e financeiro da Seplan e do Ministério da Fazenda.

Diante desses fatos pode-se antever nas universidades, em 96, as mesmas dificuldades orçamentárias, financeiras e de recursos humanos de 1995, até que se implante a autonomia pretendida no projeto de lei. Qual delas?

Na perspectiva do Ministério, cada universidade a partir das novas definições deverá apresentar um plano gestão com metas cronogramas e orçamento definitivos que servirão de base para seu orçamento global. As avaliações do cumprimento das metas estabelecidas deverão refletir nos orçamentos posteriores dessas universidades.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (substitutivo Darcy Ribeiro), já aprovada pelo plenário do Senado em primeira votação, a cada cinco anos haverá uma avaliação das universidades e de seus custos. Aquelas que não satisfizerem as expectativas ou os compromissos assumidos poderão ser reduzidas ou extintas ou ainda transformadas em "centros de ensino superior". Essa é a síntese do que se pode concluir hoje sobre os projetos e anúncios da política de governo para as universidades.

É fundamental, neste momento, em face da própria crise de totalidade, aprofundarmos a relação universidade/sociedade. Ambas precisam promover, em 96, um grande espaço para interlocução, visando avaliar conjuntamente essas iniciativas do governo federal, seja na hipótese do Ministério da Educação e dos Desportos, seja na hipótese do Mare, que objetiva transformar as universidades em instituições de direito privado como financiamentos público.

O que não podemos, enquanto sociedade, é ter um encami-

nhamento da relação universidade/Estado que coloque em risco o patrimônio da sociedade, formado pelo sistema federal público de ensino superior.

Para esse debate amplo faz-se necessária a plena consciência da universidade acerca da irreversibilidade das mudanças - em algum nível - na relação Estado/universidade. Qualquer pretensão de continuidade da relação básica universidade/Estado, no que diz respeito ao sistema federal público, como atualmente, só terá sucesso se a sociedade brasileira organizada demonstrar força, clareza na importância das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social do país espírito de cidadania.

Cabe, portanto, além de divulgar a relevante produção das universidades federais, estimular a dimensão de cidadania, de participação coletiva, para chegarmos a essa ampla discussão, inclusive para encaminharmos proposições de novas relações da universidade com o Estado, preservando a dinâmica de ensino superior público e inaugurando uma forte relação universidade/sociedade. Como dizia o grande mestre Anísio Teixeira "a universidade é maior que o Estado".

No plano interno de cada universidade será urgente rever toda a estrutura administrativa e sua estrutura acadêmica para proceder a uma mudança institucional, capaz de resultar em uma universidade que tenha superado o corporativismo e suas fragilidades históricas visíveis.

Precisamos tornar a universidade federal pública uma instituição com atividades de alta relevância e eficácia com seus quadros envolvidos no trabalho, na formação e na produção, e com um grande sentido de pertinência à sociedade onde se insere e sintonizada com os novos tempos, a fim de construirmos uma nova sociedade que supere a crise dos limites históricos da modernidade.

Reitor da Universidade Federal da Bahia

Transcrito da Folha de São Paulo de 6 de fev. de 96.

### EXPEDIENTE

Boletim ADUFPPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiação à CUT, Centro de Vivência - UFPB - Caixa Postal: 5001 - CEP 58.051-970 - João Pessoa/PB - Fone: (083) 224-3801 - Fax: (083) 224-8375

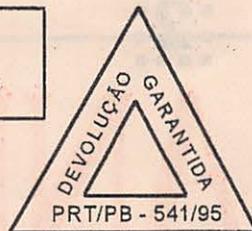
Presidente: Jaldes Reis de Meneses  
Vice-presidente: Maria das Graças Toscano  
Secretário Geral: Dailton Lacerda  
Tesoureiro: Héliida Cristina C. Valério  
Diretor de Política Sindical: José Jonas Duarte  
Diretor de Política Social: Marcos Montenegro  
Diretor de Política Educ. e Cient.: Luis Tadeu D. de Medeiros

Diretor Cultural: Josemar Pereira dos Santos  
Diretor de Imprensa e Divulgação: Derval Golzio  
Suplente de Secretária: Giovani Luiz de Carvalho Bezerra  
Suplente de Tesouraria: Judy Mauria Gueiros Rosas

Jornalista Responsável: Fred Oliveira - MTB/PB 956  
Diagramação: Ricardo Araújo - MTB/PB 623

**MÍDIA**  
Assessoria de Comunicação

Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira 1 - CEP 58.055-620 - João Pessoa - PB  
Fone/Fax: (083) 231-3945/ 231-1703



# Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 17 - Fevereiro de 1996

## GREVE

### Indicativo foi transferido para 20 de março

A data do início da greve dos servidores públicos federais foi transferida do dia 11 de março, para o dia 20. A decisão foi tomada na última plenária da categoria, realizada no dia 11/02, em São Paulo. A intenção é dar mais tempo ao Comando dos SPF's para articular a paralisação. Para as próximas semanas, estão previstas a ida de caravanas a Brasília e reuniões em todos os Estados.

Pela programação definida na reunião, as mobilizações começarão a intensificar-se a partir de segunda-feira (26/02). Neste dia, será instalada a Comissão Nacional de Mobilização dos Servidores Públicos Federa-

rais. A coordenação do grupo ficará com um diretor da ANDES-SN.

Entre a terça-feira (27/02) e o dia 5 de março, a Comissão fará um acompanhamento do processo de votação das propostas de Reforma da Previdência do Governo Fernando Henrique Cardoso, no Congresso. A partir do dia 5, o calendário prevê a ida de caravanas de todos os Estados a Brasília, para a realização de manifestações nos dias de votação. Existe uma convocação especial para os docentes aposentados engajarem-se.

Até o dia 8 de março, os servidores públicos, através de suas entidades, deverão promover reuniões para unificar, ao máximo, a

mobilização, além de programarem manifestações locais, também para o período de votação das propostas de reforma.

Nos dias 13 e 14 de março, o calendário prevê uma paralisação de advertência por 48 horas. No dia seguinte, está marcada uma reunião da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais, com o objetivo de avaliar a paralisação e preparar a plenária do dia 17. Os dias 15 e 17 também ficarão reservados para a realização de reuniões setoriais nas diversas categorias de SPF'S.

O último compromisso marcado antes da deflagração geral da greve será uma plenária nacional da categoria, no dia 17.

### Maria Luiza Fontenele em João Pessoa

A ex-prefeita de Fortaleza e ex-deputada federal, Maria Luiza Fontenele, esteve em João Pessoa segunda-feira (26/02) para um debate sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, às 10h00, na sede da ADUFPB-JP. Ela é também candidata a presidência do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior-ANDES na chapa ANDES PARA TODOS.

Maria Luiza é professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Ceará e já participou da Comissão de Educação do Congresso. Ela acompanhou grande parte da tramitação da proposta do senador Darcy Ribeiro sobre o assunto.

## Governo ainda não tem índice de reajuste salarial

O Governo Federal ainda não tem nenhuma definição sobre o índice de reajuste salarial para seus servidores. A afirmação é do Ministro da Administração e Reforma do Estado, Bresser Pereira, dita durante uma audiência com uma comissão da Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais-CNESF, dia 23 de janeiro, no Ministério da Administração.

Bresser disse que este assunto estava a cargo diretamente do presidente da república, Fernando

Henrique, e que estava participando do encontro com o comando para ouvir nossa opinião sobre o tema e apresentar números que sua assessoria tinha preparado. Ele garantiu que não está autorizado a negociar com os servidores.

O Ministro tentou convencer o comando da CNESF que 95 foi o ano em que os funcionários públicos tiveram os melhores salários, desde de 89, apresentando um conjunto de tabelas. O comando avalia que elas são incompletas e apresen-

tam sinais de manipulação de índices. Os membros do comando disseram que se o Governo não der um reajuste a categoria entrará em greve, em março.

Depois que for concluída a discussão sobre o reajuste, Bresser Pereira diz querer voltar a se reunir com o funcionários para debater a reforma administrativa. Ele avalia que existe um "campo comum" entre as partes e quer que se faça uma reforma necessária para reparar os problemas do Estado brasileiro.

### Aberta inscrição para nataçao e hidroginástica

Já estão abertas as inscrições para hidroginástica e nataçao para todos os filiados da ADUFPB-JP. Os interessados devem procurar a sede da entidade no Centro de Vivência ou na sede social. A nataçao é destinada a crianças a partir de 4 anos e a hidroginástica para os adultos.

A taxa de inscrição é de R\$ 10,00 sendo a mensalidade para a nataçao de R\$ 15,00



e para hidroginástica de R\$ 23,00. As aulas acontecerão 3 vezes por semana. Para nataçao os horários disponíveis estão entre às 9h00 e 11h00 e entre às 15h00 e 18h00. A hidroginástica terá horários entre 6h00 e às 9h00 e entre 18h00 e 21h00.

As aulas serão ministradas na piscina da sede social, na Rua Gilvan Muribeca, 88, ao lado do Jangada Clube, no Cabo Branco. O telefone do local é o 247-2528

# ANDES 16º Congresso será em João Pessoa

João Pessoa será a sede do próximo Congresso da ANDES. A decisão foi tomada durante a 15ª versão deste evento, ocorrida entre os dias 1 e 6 deste mês, no Hotel Itaimbé, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Será a primeira vez que a Paraíba sediará o congresso, que está previsto para acontecer em fevereiro de 97.

A atual Diretoria da ADUFPB-JP não estará a frente da entidade durante o Congresso, mas até o final de seu man-

dato pretende encaminhar, junto com a nova Diretoria da ANDES, todos os trabalhos necessários para sua perfeita realização.

A expectativa é que o Congresso de 97 repita o compadimento deste ano, quando cerca de mil delegados e observadores de seções sindicais de todo país participarão. João Pessoa tem todas as condições estruturais e políticas de receber um evento deste porte.

## OPINIÃO

### Política e democracia no congresso da Andes

Flávio Lúcio R. Vieira

Os Congressos da ANDES deveriam se constituir de um amplo espaço para o debate político, onde as idéias fluam livremente e as decisões - objetivo principal do congresso - possam ser tomadas depois do aprofundamento necessário. Deveriam. Quem participou do último Congresso da ANDES, em Santa Maria, no início de fevereiro, principalmente quem foi pela primeira vez como é meu caso, assistiu a uma verdadeira demonstração de como não deve ser o desenvolvimento dos trabalhos num congresso de professores - nem de qualquer categoria.

Os Congressos da ANDES começam antes da data marcada, quando a "diretoria" da entidade - leia-se ARTICULAÇÃO ANDES-AD, a única corrente no interior da direção do Sindicato Nacional - elabora um "texto base" que "orienta" os debates no Congresso. Todos os trabalhos se desenvolveram, como numa camisa-de-força política e ideológica, em função do que pensa a "diretoria" e não os delegados que representam a base e estão ali para decidir em nome dela. Isso funciona como um profundo inibidor do debate, na medida que o delegado está limitado a concordar ou discordar das idéias contidas no texto.

Não que eu concorde com ausência de qualquer texto preparatório para o Congresso, mas que isso fique a cargo das correntes políticas que atuam dentro do Movimento Docente, ou de delegados, ou mesmo de professores que tenham críticas, opiniões, contribuições a dar. Isso democratizaria o Congresso, tornaria as opiniões divergentes mais claras, exporia as contradições que existem -

e são naturais, principalmente num ambiente onde convivem professores universitários - e romperíamos definitivamente com as ilusões de um falso consenso sobre as concepções de mundo, de sociedade, de universidade e de sindicato que convivem no interior dos Congressos da ANDES. Essas contradições existem, pulsam vigorosamente, mas não aperecem.

Isso é resultado dessa forma elitista e excludente com que os Congressos da ANDES são conduzidos. O resultado é uma reunião anódina, cansativa, onde os delegados se revessam no microfone, durante as plenárias, para modificar vírgulas, palavras, incluir frases. Nada mais monótono e despolitizado. Discutamos grandes temas, polemizemos sobre pontos divergentes, votemos o que não for consenso. Se for necessário a redação de um texto final que isso ocorra ao final do Congresso, mas que tenha como base os debates e as resoluções das plenárias. O mais importante é que a ação política da diretoria, seus planos de luta, as opiniões que irá defender seja fruto de um amplo debate. Isso tornaria as resoluções mais legítimas e abriria a possibilidade de um compromisso mais forte dos delegados das Ads com as resoluções do Congresso.

Para terminar, lembramos que o próximo Congresso da ANDES será realizado em João Pessoa, proposta pela ADUFPB-JP. Esse artigo tem o objetivo de ser o pontapé inicial para o debate a respeito da elaboração de uma organização das plenárias do próximo Congresso.

Professor substituto do Depto. de História

## Três chapas disputam eleição para diretoria

Pela primeira vez, no últimos 10 anos, a eleição para a Diretoria da ANDES terá 3 chapas concorrendo. Serão a ANDES PARA TODOS, EM DEFESA DA DEMOCRACIA e ARTICULAÇÃO. Elas foram apresentadas durante o último Congresso da entidade, em Santa Maria-RS e são uma demonstração do atual quadro das forças políticas que formam o movimento docente no país. Os candidatos a presidente são Maria Luiza Fontenele (ADUFC), Renato Oliveira (ADUFRGS) e Cristina (ADUFRN), respectivamente.

A chapa ANDES PARA TODOS é integrada por professores que participam do Fórum ANDES Plural e tem como candidato a tesoureiro, o ex-presidente da ADUFPB-JP, Iêdo Leite Fontes. O Candidato a secretário geral é o professor Elias Dourado (ADUSB-Bahia). A candidata a presidente é a professora do Departamento de Serviço Social da UFC, Maria Luiza Fontenele. Ela já foi ex-prefeita de Fortaleza e ex-deputada federal.

EM DEFESA DA DEMO-

CRACIA é integrada por dissidentes do grupo "articulação", que dirige atualmente a ANDES. Ela tem como candidato a secretário geral Emanuel Appel (APUFPR) e tesoureiro Aníbal (ASDUERJ). O candidato a presidente é Renato Oliveira, da ADUFRGS.

Os integrantes da chapa ARTICULAÇÃO são ligados ao grupo que vem dirigindo a ANDES a 16 anos. A candidata a presidente é a professora Cristina, da ADURN. O secretário geral é Márcio Oliveira e a 1ª tesoureira Solange Bretas.

Nos próximos dias, as chapas ANDES PARA TODOS e EM DEFESA DA DEMOCRACIA pode anunciar um acordo político para uma fusão. Articulações com este objetivo vem sendo realizados desde o encerramento do congresso. Entre as primeiras consequências do "racha" no grupo que dirige a ANDES, estão o afastamento voluntário da 1ª vice-presidente da entidade, Anamaria Beck e do 1º tesoureiro da Regional-RS, Edson Luiz Lindner.

## Repúdio ao acordo CUT/FHC

Os participantes do XV Congresso da ANDES, realizado de 1 a 6 em Santa Maria/RS, aprovaram uma nota explicitando o descontentamento com a direção da CUT, em virtude dos entendimentos acerca da Reforma da Previdência.

O acordo abre espaços para que o Governo Federal, a partir das Reformas previdenciárias, passe implementar mudanças na CLT e Regime Jurídico Único, prejudicando significativamente os trabalhadores.

No entendimento dos delegados e observadores ao Congresso da ANDES, a CUT não poderia negociar, sem ouvir as bases sindicais, conquistas trabalhistas adquiridas há anos.

Por unanimidade, os participantes do XV Congresso da ANDES, viram nos pontos acordados entre o presidente da CUT e o Governo Federal, sobre as Reformas da Previdência, um grande retrocesso.

## EXPEDIENTE

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiada à CUT, Centro de Vivência - UFPB - Caixa Postal: 5001 - CEP 58.051-970 - João Pessoa/PB - Fone: (083) 224-3801 - Fax: (083) 224-8375

Presidente: Jaldes Reis de Meneses  
Vice-presidente: Maria das Graças Toscano  
Secretário Geral: Dailton Lacerda  
Tesoureiro: Héliida Cristina C. Valério  
Diretor de Política Sindical: José Jonas Duarte  
Diretor de Política Social: Marcos Montenegro  
Diretor de Política Educ. e Cient.: Luis Tadeu D. de Medeiros

Diretor Cultural: Josemar Pereira dos Santos  
Diretor de Imprensa e Divulgação: Derval Golzio  
Suplente de Secretaria: Giovani Luiz de Carvalho Bezerra  
Suplente de Tesouraria: Judy Mauria Gueiros Rosas

Jornalista Responsável: Fred Oliveira - MTB/PB 956  
Diagramação: Ricardo Araújo - MTB/PB 623



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira 1 - CEP 58.055-620 - João Pessoa - PB  
Fone/Fax: (083) 231-3945/ 231-1703

# Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 18 - Março de 1996

## UFPB continuará com dificuldades para contratar professores

A Diretoria da ADUFPB-JP questionou a secretária do ensino superior do Ministério da Educação, Vanessa Guimarães, sobre a política do órgão contrária a reposição de professores na mesma proporção das aposentadorias. O encontro entre os diretores da entidade e a secretária aconteceu numa audiência na quinta-feira (29/02) pela manhã, na Reitoria.

Vanessa Guimarães confirmou a proposta do MEC e disse que apesar da UFPB possuir uma estrutura multi campi deve "racionalizar seu quadro docente". Isto foi um recado para a categoria de que o déficit de professores continuará existindo e não será resolvido.

Outro ponto de discórdia entre a secretária de ensino superior do Mec e os diretores da ADUF é o plano de autonomia universitária que o Governo Federal quer implantar nas universidades. Ele consolida o projeto Nº 233, em tramitação no Congresso Nacional, que também regulamenta a auto-

nomia.

Na avaliação da entidade, o princípio da autonomia é universal e o dispositivo constitucional auto-aplicável, sem necessidade da legislação complementar vinda de fora das instituições federais de ensino superior.

Entre as mudanças que o projeto de lei de autonomia das universidades prevê, está a implantação de um orçamento global e novos critérios de distribuição de recursos, baseados nos quantitativos de alunos, professores, funcionários e produção acadêmica.

O corte das bolsas da Capes foi outro ponto de discórdia entre Vanessa Guimarães e a Direção da ADUFPB-JP. Ela justificou o corte alegando que a demanda para as bolsas aumentou, com o crescimento exponencial dos cursos de mestrado e doutorado nos últimos anos. A justificativa não convence, sobretudo, depois do corte de R\$ 18 milhões no programa de pós-graduação docente da CAPES.

## CURTAS

■ A Diretoria da ADUFPB-JP pede às pessoas interessadas em colaborar com poesias e contos para a elaboração da agenda do professor 97, que apresentem sua produção para a secretária executiva, Célia Lopes.

■ A Assessoria de Comunicação pede aos professores que quiserem publicar textos no boletim e no jornal da entidade, que limitem seus artigos em 45 linhas de 70 toques (caracteres) cada. A solicitação é justificada pelo espaço que as publicações dispõem para este tipo de material.

■ A ADUFPB-JP já dispõe para a venda do Nº 10 da Revista Universidade e Sociedade, da ANDES. O preço unitário é de R\$ 10,00. Também estão a disposição os Nº 08 e Nº 09.

### Banda Longa Metragem no Bar Aula Extra

A banda LONGAMETRAGEM vai comandar o início da programação de baixa estação, no Bar Aula Extra, no próximo dia 22/03 (sexta-feira), na sede sócio-cultural da ADUFPB-JP. O grupo é integrado por vários professores do Departamento de Música da UFPB e possui um repertório diversificado.

O Bar Aula Extra está marcado para iniciar-se às 18h00, ficando a apresentação da Banda prevista para às 21h00. O show servirá para a reabertura do bar, que teve a sua programação suspensa devido aos feriados de carnaval.

## Diretoria participa de reuniões nos Departamentos

A Diretoria da ADUFPB-JP está participando de várias reuniões de departamentos para repassar informações sobre a mobilização em torno do indicativo de greve para o dia 20 deste mês. A iniciativa também servirá para os diretores analisarem o nível de adesão da categoria à proposta e para a divulgação do plebiscito sobre o assunto.

A ida aos departamentos faz parte da estratégia da Diretoria de envolver, ao máximo, a categoria na decisão de aderir ou não a paralisação por tempo indeterminado dos funcionários públicos federais.

Dentro do calendário já estabelecido pela Diretoria, a ida aos Departamentos obedecerá a seguinte ordem: no dia 04/03, reuniões em

Tecnologia Mecânica, às 8h45 e do Curso de Fisioterapia, às 9h00.

No dia 05/03, a reunião a ser visitada será no Departamento de Engenharia de Produção, às 8h30. No dia seguinte, a ida está prevista para o DMG, no Centro de Educação, numa reunião marcada para às 14h30.

O Departamento de Tecnologia de Construção Civil deverá ser visitado durante a reunião marcada para o dia 11/03, às 9h30. No dia 14/03, a ida prevista será na reunião de Centro do CCS, às 8h00. No próximo dia 28/03, a Diretoria pretende participar das reuniões nos departamentos de História, Música, Geociências e reunião do Centro do CCHLA. No dia seguinte, o calendário prevê a ida à reunião do CT.

**ASSEMBLÉIA  
GERAL**

**Dia ÀS 09H00, NO AUDITÓRIO DO CT**  
**21/03** PAUTA: 1) - Informes; 2) - Decisão sobre a greve dos funcionários públicos federais 3) - Discussão sobre precatórios

Decorridos mais de 3 anos, o governo do FHC terá sido um dos mais marcantes ou medíocres da história do país. Será lembrado apenas por mais uma tentativa de estabilização de relativo sucesso, se o plano for capaz de superar os perigos que o rondam ou terá, a seu crédito realizações no campo da saúde, educação e do bem estar social.

Como se encontra ao cabo de um ano, somente o plano ainda se mostra positivo mas há indícios de que aquelas realizações se concretizem sem a necessária inflexão de perspectiva. Em recente pronunciamento à nação, Fernando Henrique, com muita modéstia, se reportou a maior distribuição de renda já verificada nesta República, o que computado o período do seu mandato, pouco mais de um ano, reduziria todas as administrações anteriores e substrato de pó de sua eficientíssima gestão.

Ainda não vimos cálculo que fundamente as palavras presidenciais. É verdade que estatísticas andam por aí um tanto inventadas mas nenhuma abalza o entusiasmo tucano. A nosso ver, o presidente não está distinguindo entre elevação do poder aquisitivo da moeda em clima de relativa estabilidade e aumento da renda real.

O funcionário vai ao mercado,

# Sonho e realidade

Plauto M. de Andrade

sem ter tido sequer reajustamento ao novo nível geral de preços e compra algo por cinco centavos de real. Beneficiário de alguma distribuição de renda? Não, vítima de perda. Onde se lê funcionário, leia-se classe média, com exceção é claro dos apaniguados do governo. Com o salário mínimo concedido sob pressão sindical pode-se falar em reajustamento, mas a que custo? O de milhares e milhares de trabalhadores despedidos como parte da conta social do Plano. É essa a distribuição de renda? Será a pensão do mínimo concedida a segmentos restritos da população?

Agora, o que dizer no capítulo da educação? Que o governo deixou a Universidade a mercê dos seus distorções, conseguiu esvaziar-la pela falta do estímulo e deixou-a vulnerável a toda sorte de desvios.

A ANDIFES do resto sabe muito bem disso, pois o reitorado não aten-

de às vezes sequer reivindicações normais do corpo docente. Os reitores recorriam de incompatibilizar-se com o Ministro. Ora, oral ...

Ainda outro dia, vimos um filme USA, que se passa no Harlem, bairro negro de Nova Iorque, em escola do segundo grau. A referida escola faz uma verdadeira festa por ter sido aprovada num teste institucional. Tom heroi e tudo. Até para que o Ministro Paulo Renato se inspirou nesse filme para anunciar ao país a sua festojada novidade educacional.

Sabe-se que tanto as estabilizações como as inflações podem redistribuir a renda nacional em favor de grupos e segmentos da sociedade. Pois bem, imagine o filósofo FHC fazendo conferência a aludindo ao governo brasileiro atual como grande esperança. De repente, alguém no auditório lhe indaga: existe algum país africano em que o

presidente e o Congresso tenham aumentado o seu salário em mais de 150%? E a seus servidores civis apenas 17%? Risos contidos. Constrangimento do filósofo, que tosse um pouco mas não responde diretamente, limitando-se a dissertar sobre as peculiaridades nãcianas... O brasileiro presente sente enorme vergonha. Oh! mon Dieu!

Em dois fulminantes artigos na Folha de São Paulo, em dezembro de 95, o jornalista Josias do Souza aponta à sociedade as mazelas das universidades brasileiras. Alguns ganham salários altíssimos, há gratificações polpudas, leviandades financeiras diversas registradas em todos os setores da administração pública nacional e nos três poderes. Contra as referidas mazelas, o governo tem se revelado impotente. As medidas duras se destinam não aos privilegiados mas à média. Agora, 150% em clima de estabilidade. Que aumento de renda real! Não sei como o Roberto Campos, o Delfim Neto e o Brosser Pereira não protestaram! O Presidente tem, afinal, razão. Esta foi a maior redistribuição de renda de que se tem notícia na história da República.

Professor do Depto. de Economia da UFPB - Campus I

# Neo-Liberalismo e Unidade Sindical

Sandro Meira

Acabo de chegar da assembléia convocada para 18/01/96, com a seguinte pauta: 1. Informe: abono pecuniário; 1/3 de férias; adiantamento 13º salário. 2. Campanha salarial/96. 3. Posição sobre a greve geral de 30/01.

Não houve quorum. Houve uma reunião não-deliberativa. Com uma pauta tão quente, mesmo em período de recessão, deveria ter havido gente transbordando os assentos do Auditório da Reitoria. Que fatores explicariam o enorme absentismo?

Somos um sindicato composto por intelectuais. Muitos afeitos a pesquisa social. Propus a realização de uma pesquisa sobre o assunto. Chegar lá junto ao companheiro e perguntar: "porque você não foi a assembléia?"

Tenho ouvido discursos e lido matérias de professores da Universidade, a propósito do arrocho salarial, da perda de conquistas, do não cumprimento de decisões judiciais, das ameaças à classe e, infelizmente, das divergências intramovimento trabalhista e, em particular, do movimento docente.

Lamento ler na imprensa local ou nacional sobre o aumento do buraco da camada de ozônio das forças progressistas da sociedade. Lamento mais quando se refere ao movimento docente.

Aconteceu na UFPB o que ocorre no país inteiro. As "esquerdas" não se entendem. PT, PC do B e CUT, entre outras entidades, brigam à luz do holofote. Vida, por exemplo, as críticas sobre o acordo das centrais sindicais com os representantes do insidioso FHC, a propósito da reforma da previdência.

Coléguas nossas têm escrito na imprensa provinciana sobre as divergências,

entre as forças progressistas no que tange à universidade e ao sindicato. Os que assim agem, a quem estão prestando serviços?

As "elites" brasileiras, quando seus interesses são ameaçados, sempre chegam a algum acordo. Foi assim para eleger os Fernandes. Também o foi para cuidar dos casos Banco Econômico, Banespa, SIVAM, Pasta Rosa...

Já a esquerda se divide. Autofágica e endogâmica "não têm trompas de Euzáquio nos ouvidos, têm trompas de Falópio". Ainda esta semana estamos sob a influência do mago Golbery? Vamos continuar nos compreendendo e nos comendo a nós mesmos?

A partidização vem afetando significativamente o movimento sindical. Sindicato é partido. Partido é partido. O que acontece com a casa dividida já se sabe desde os tempos bíblicos...

Potistas, peccobistas e independentes têm exposto nossas fraquezas. Não raro, ocusam-se à militância e à crítica intramovimento mas, se expõem - expõem-nos a fragilidade - às forças reacionárias e conservadoras.

Os tempos mudaram. A essência da exploração, da colonização e da opressão permaneceu a mesma, mas as estratégias e táticas dos dominadores estão recicladas.

Neo-liberalismo é apenas um nome para representar a nova ordem mundical inaugurada pelos testas-de-ferro Thatcher e Reagan, alguns anos atrás. Tanto foram, apenas, testas-de-ferro, que desapareceram do cenário político econômico mas, a trajetória econômica do mundo continuou a mesma.

Neo-liberalismo? Que neo? Neo quer dizer novo. Que há de novo na exploração econômica? Índios, negros e degradados conheceram a canjeia da perua desde os tempos cabralinos. Índios e

negros americanos, idem. Sem falar do Império Britânico, onde o sol nunca se escondia.

A exploração é antiga: Pau-Brasil, ouro, pedras preciosas, minérios, cana-de-açúcar, algodão, couro, sisal... A questão é que os exploradores (ex, quer dizer de fora) sempre encontraram nas elites locais os seus sócios (os imploradores).

Sempre houve na fauna bipede local os que se acumpliciam com portugueses, franceses, holandeses e ingleses nos tempos imperiais e que se tornaram beneficiários da exploração. Mais recentemente, os ingleses, os alemães, os americanos, os italianos encontraram seus sócios.

Um só exemplo paradigmático. Lembram da crise do petróleo? Lembram da ameaça de falência das montadoras de veículos? Pois bem, surgiu o pro-Alcool. Surgiu o carro à álcool. Usineiros, fornecedores de cana e latifundiários se deram muito bem. Quem não se deu bem foi o Banco do Brasil e, sobretudo os que foram expulsos do campo para dar lugar à cana-de-açúcar.

Liberalismo? Coisa nenhuma! Nada há no país, nada houve, desde os tempos coloniais tão controlado quanto a economia nacional. Continuando nos períodos mais autoritários da República e das ditaduras varguista e dos militares.

Recentemente, seguindo o modelo anglo-americano e em termos de destrutamos de uma democracia nominal e de uma "liberdade econômica". A nova ordem que se instalou no mundo, sobretudo após a derrocada da União Soviética, é forte. Governos não são governos, são prepostos das classes dominantes.

Tão forte, quanto dissimulada. Vide participação de Clinton, via FHC, no caso SIVAM. Vide protecionismo japonês (nem arroz pode ser importado), americano (a questão da gasolina im-

portada).

A barra é pesada! Vamos, novamente, empunhar flores contra canhões? Porque a divisão? Há contradições que são antagônicas e contradições não antagônicas. É preciso analisar concretamente a realidade concreta. Os ideais socialistas não morreram. Fraquejaram o estatismo soviético e, em consequência, todo o leste europeu. Mas, os "comunistas" estão voltando, reciclados, ao poder.

Enquanto isto, nós, os brasileiros, os intelectuais, inclusive, estamos servindo de massa de manobra. O desemprego campeia. Os sem-terra e os sem-teto continuam sem teto e sem terra. Sem saúde, sem providência, sem educação.

Enquanto isto a esquerda está "na praça, dando milhos aos pombos" e carne a gato. A ordem mundial mudou. No primeiro mundo nada ameaça a ordem capitalista. "Welfare State" é apenas uma lembrança em muitos países. Nos países neo-colonizados impera o capitalismo selvagem e predador que afora o rótulo nada tem de neo-liberal.

Protecionismo? É "crime" segundo as normas do comércio internacional. Mas, existe algum governo mais protecionista que o americano? Talvez o nipônico.

Mudou o ritmo. A batida não é de samba. Não é tango, rumba, nem mambo. Não tem origem africana. Enfim, não procede do tenebro, do quarto ou do quinto mundos...

Vamos cantar o quê? Os discursos, as assembléias, as mobilizações e greves à moda antiga?

Então, vamos "dançar".

Professor do Depto. de Psicologia da UFPB - Campus I

## EXPEDIENTE

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiação a CUT. Centro de Vivência - UFPB - Caixa Postal: 5001 - CEP 58.051-970 - João Pessoa/PB - Fone: (083) 224-3801 - Fax: (083) 224-8375

Presidente: Jaldes Reis de Menezes  
Vice-presidente: Maria das Graças Toscano  
Secretário Geral: Dailton Lacerda  
Tesoureiro: Hélida Cristina C. Valério  
Diretor de Política Sindical: José Jonas Duarte  
Diretor de Política Social: Marcos Montenegro  
Diretor de Política Educ. e Cient.: Luis Tadeu D. do Medeiros

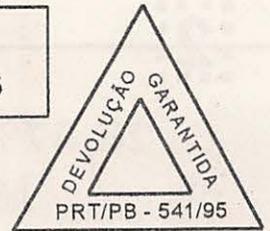
Diretor Cultural: Jozemar Pereira dos Santos  
Diretor de Imprensa e Divulgação: Derval Golzio  
Suplente do Secretário: Giovanni Luiz de Carvalho Bezerra  
Suplente de Tesouraria: Judy Mauria Guérios Rosas

Jornalista Responsável: Fred Oliveira - MTB/PB 956  
Diagramação: Ricardo Araújo - MTB/PB 623



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira I - CEP 58.055-620 - João Pessoa - PB  
Fone/Fax: (083) 231-3945/231-1703

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95



# Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - N° 19 - Março de 1996

## 26,06% - PLANO BRESSER

### ADUFPB-JP aguarda julgamento de recurso no TST

**PROCESSO N° 974/91 - 1ª JCJ** - Em fase de execução, já tendo sido enviado o devido precatório. A UFPB entrou com ação rescisória perante o TRT da 13ª Região e paralelamente, com uma medida cautelar inominada, requerendo a suspensão da execução até o julgamento final da rescisória. O juiz Paulo Montenegro Pires do TRT da 13ª Região concedeu liminar na medida cautelar intentada e determinou a suspensão

da execução do feito. Entramos com um agravo regimental contra o ato do juiz do TRT, o qual foi rejeitado pelo Pleno do Tribunal. A ação rescisória foi julgada pelo pleno do Tribunal, tendo havido sustentação oral da assessoria jurídica da ADUFPB-JP, no entanto, perdemos por 3 votos contra 2 a favor. Interpusemos o devido recurso ordinário para o TST, do qual aguardamos julgamento.

## 84,32% - PLANO COLLOR

**PROCESSO N° 1155/91 - 4ª JCJ** - Em fase de execução. O processo encontra-se na 4ª JCJ com a execução suspensa face ao julgamento da Ação Rescisória (ROAR - 105.570/94.0), que anulou o julgamento do processo principal. Os cálculos já foram apresentados em 10.06.94. A assessoria jurídica em Brasília, interpôs Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal. O andamento da execução dependerá do julgamento final da Ação Rescisória.

## 26,05% - PLANO VERÃO

**PROCESSO N° 355/92 - 4ª JCJ** - Em fase de execução. Não foi possível ser enviado o precatório no ano passado em virtude de não ter sido julgado o Agravo de Instrumento que visa destrancar Recurso de Revista da UFPB. O Agravo de Instrumento foi julgado, tendo o TST determinado a subida dos autos para aquele Tribunal Superior, a fim de que seja julgado o recurso de revista da UFPB. Com esta decisão, ficou difícil a situação relativa a este plano, desde que o posicionamento atual do TST é contrário à concessão de diferenças salariais decorrentes desse plano.

## 84,32% - PLANO COLLOR REMANESCENTES

**PROCESSO N° 843/93 - 4ª JCJ** - Em fase de Recurso. A 4ª JCJ de João Pessoa julgou a ação improcedente. Foi interposto recurso ordinário em 23.01.94 para o Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região. Foi negado provimento ao recurso ordinário interposto. Foram interpostos embargos de declaração em 04.10.94. Foram julgados os embargos de declaração, no entanto, não recorremos desta decisão. A matéria relativa aos 84,32% está pacificada em todos os tribunais. É inútil recorrer ao TST. Achamos melhor aguardar o posicionamento relativo a ação rescisória movida sobre o processo 1155/91 para, em caso de vitória, recorreremos à Justiça Federal requerendo a equiparação salarial.

## 84,32% - PLANO COLLOR ISONOMIA - REMANESCENTES

**PROCESSO N° MS-93.13709-3** - Ajuizada perante a 1ª Vara da Justiça Federal visando a isonomia com os docentes que tiveram incorporados em seus vencimentos os 84,32% (Plano Collor). O processo foi extinto sem apreciação do mérito por entender a Juíza de 1º Grau que havia defeito de representação. Interpusemos a apelação cabível. Processo foi remetido ao Tribunal Regional Federal, que apreciou o pleito e manteve a decisão de 1º Grau, não recorreremos da decisão do TRF da 5ª Região, pois aguardamos um posicionamento final do TSF sobre o processo que trata desse Plano Collor.

## 28,87% - ISONOMIA MILITARES

**PROCESSO N° 94.00555-5** - Ação ordinária ajuizada perante a 3ª Vara da Justiça Federal visando a incorporação do percentual de 28,87%, concedido aos militares a partir de 1º de janeiro de 1993, bem como as diferenças devidas daquela data até a efetiva incorporação e seus reflexos. O processo foi contestado. Em seguida, nos foi concedido prazo para impugnar a contestação. Feita a impugnação, os autos foram julgados, tendo sido julgado improcedente o processo. Interpusemos apelação para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Recife-PE).

## 84,32% - PLANO COLLOR ISONOMIA - REMANESCENTES

**PROCESSO N° 94.006223-0** - Ajuizado perante a 1ª Vara da Justiça Federal visando a isonomia com os docentes que tiveram incorporados em seus vencimentos os 84,32% (Plano Collor). Os autos estão conclusos desde 24.08.94, para julgamento final em 1ª Instância. Até a presente data sem solução. Acreditamos que o Juiz Federal, ao qual está submetido o processo esteja aguardando um posicionamento final na Ação Rescisória ajuizada sobre os 84,32%.

**ASSEMBLÉIA  
GERAL**

**Dia  
21/03**

**ÀS 09H00, NO AUDITÓRIO DO CT**

**PAUTA:** 1) - Informes ; 2) - Discussão sobre precatórios  
3) - Decisão sobre a greve dos funcionários públicos federais



## 28,87% - ISONOMIA MILITARES

**PROCESSO Nº 94.006193-5** - Ação Ordinária ajuizada perante a 2ª Vara da Justiça Federal visando a incorporação do percentual de 28,87%, concedido aos militares a partir de 1º de janeiro de 1993, bem como as diferenças devidas daquela data até a efetiva incorporação. Foi julgado improcedente pelo Juízo de 1ª Instância. Interpusemos Apelação para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Recife-PE).

## 16,19% - URP Abril e maio/88

**PROCESSO Nº 2630/91** - 1ª JCI - Em fase de execução através de Carta de Sentença. Os autos do agravo de instrumento, que se encontrava pendente, já retornaram à 1ª Junta. Estamos aguardando o envio do precatório.

## FGTS - DIFERENÇAS

**PROCESSO Nº 95.4372-6** - Ação ordinária ajuizada perante a 1ª Vara da Justiça Federal, cobrando diferenças de FGTS decorrentes de não aplicação de índices corretos de atualização pelos bancos gestores das contas vinculadas. O Juiz da 1ª Vara Federal determinou a suspensão do processo até o julgamento do Processo 95.1859-4 que é uma ação civil pública com o mesmo objeto do processo em destaque, a todos os trabalhadores. A ação civil pública já foi julgada pelo Juízo de primeira Instância, que reconheceu o direito pretendido nesta ação e determinou que a CEF procedesse o crédito de percentuais nas contas vinculadas do FGTS existentes no Estado da Paraíba. Esta decisão depende de novo julgamento pelo TRF - 5ª Região.

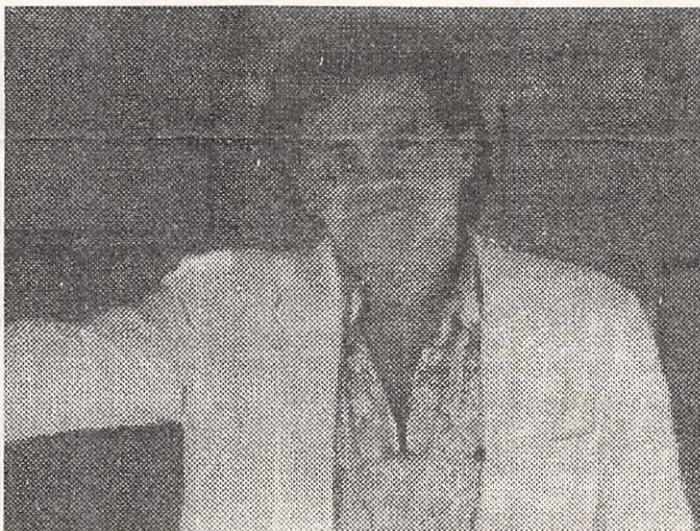
## OPINIÃO

# Até logo, companheiro Taiguara

Valdomiro Cavalcanti  
da Silva

*O Brasil sofre uma grande perda com a morte prematura de uma das mais representativas expressões do sentimento popular nacional: o cantor, compositor e pianista Taiguara Chalar da Silva. As nossas lágrimas inevitáveis brotam de nosso edem dolorido e correm, sem reta de chegada, na direção do intangível bosque dos sentimentos afetivos. Mas o que esse brasileiro inesquecível deixa efetivamente plantado na imensidão de nossa Pátria dolorosa é o exemplo de luta, sem tréguas, contra a perversa espoliação a que as nossas elites impõem ao nosso povo, lançando, de forma permanente, nos fornos crematórios da desumanização abjeta, multidões de irmãos indefesos. O seu mérito maior, tão ressaltado pelo nosso grande amigo e dileto companheiro de luta, Luiz Carlos Prestes, a quem Taiguara dedicou imortal composição O Cavaleiro da Esperança, foi exatamente o seu indeclinável compromisso com essas causas eternas.*

*Somos Todos, em condições históricas concretas e precisas, emanadas dessa argamassa humana que o homem-criatura forjou, com seu trabalho criador, e que constitui, hoje, o tempo infinito ao qual pertencemos. Ser homem é ultrapassar limites da individualidade e se projetar no tempo ao longo da existência humana. Ser homem é contribuir com o processo construtivo que substancia a evolução da humanidade. Para isso, é necessário que se acredite no próprio homem. Na humanidade, onde está implantando o ventre que nos gerou e nos pós no mundo, reside a substância de nossa alma, a nossa verdade, o nosso imortal sentimento de justiça, de solidariedade, de equidade, de fraternidade. Quando somos homem, a esperança faz parte de nosso ser. A esperança numa sociedade justa, equânime, solidária e fraterna dá sentido a nossa existência. Por isso, se luta pondo-se à prova a própria*



*O cantor e compositor Taiguara morreu dia 14 de fevereiro, aos 50 anos*

*vida. Toda pessoa que assim pensa e assim age, é honrada. Disse Taiguara, em versos afirmativos e contundentes:*

**Qual o coração, humano,  
que não erra?  
- O que diz: Não,  
aos tiranos. Não,  
à Guerra.  
E qual a paixão que não finda?  
Que nem cansa?...  
- A que diz: sim  
Tenho ainda  
Esperança**

*Taiguara foi daqueles que nunca errou, porque disse sempre não à tirania. A esperança foi a marca permanente de sua existência. Pagou muito*

*caro por sua coerência. Nunca se vendeu. Leva consigo uma densa folha de serviços prestada ao sofrido e injustiçado povo brasileiro. Para o seu país deixou escrita uma indelével página de nosso canção popular e um exemplo inquestionável de compromisso com as causas do socialismo. O índio, o negro e o mestiço foram sempre, para ele, a argamassa insubstituível para a construção de uma América Latina possível e emancipada. Essa foi a sua paixão e a sua esperança. Como a grande maioria dos verdadeiros cidadãos brasileiros, morreu pobre e honrado. Muito obrigado, amigo e companheiro Taiguara. Nós continuaremos, por aqui, conduzindo, sem esmorecimento, a bandeira da esperança. Descanse em paz!*

Prof. aposentado do DHG/UFPB - Campus II

## EXPEDIENTE

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiada à CUT. Centro de Vivência - UFPB - Caixa Postal: 5001 - CEP 58.051-970 - João Pessoa/PB - Fone: (083) 224-3801 - Fax: (083) 224-8375

Presidente: Jaldes Reis de Meneses  
Vice-presidente: Maria das Graças Toscano  
Secretário Geral: Dailton Lacerda  
Tesoureiro: Héliida Cristina C. Valério  
Diretor de Política Sindical: José Jonas Duarte  
Diretor de Política Social: Marcos Montenegro  
Diretor de Política Educ. e Cient.: Luis Tadeu D. de Medeiros

Diretor Cultural: Jozemar Pereira dos Santos  
Diretor de Imprensa e Divulgação: Derval Golzio  
Suplente de Secretária: Giovani Luiz de Carvalho Bezerra  
Suplente de Tesouraria: Judy Mauria Gueiros Rosas

Jornalista Responsável: Fred Oliveira - MTB/PB 956  
Diagramação: Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira 1 - CEP 58.055-620 - João Pessoa - PB  
Fone/Fax: (083) 231-3945/231-1703

# Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 20 - Março de 1996

## GEAP Contrato de adesão chega a sua última etapa

O contrato de adesão da UFPB ao Grupo Executivo de Assistência Patronal-GEAP, já está sendo analisado pela Assessoria Jurídica da instituição. Esta é a última etapa antes da entrada definitiva da Universidade nos órgãos públicos federais que já oferecem este plano de saúde para seus servidores.

O único obstáculo ainda existente diz respeito ao item do contrato de adesão que prevê uma

contrapartida da UFPB no custeio do plano de saúde. A Reitoria diz que não dispõe de verbas orçamentárias para isto e o Consumi já deliberou que, sem que sejam alocados orçamentariamente os recursos, a UFPB não poderá participar do convênio.

A categoria já se dispõe a assumir todos os custos e lutar para que os recursos com esta finalidade sejam incluídos no orçamento da Universidade. Uma das for-

mas de contornar este problema, para a diretoria da AD, é a assinatura do professor interessado no convênio interessado de um termo onde se compromete a pagar o percentual que seria a contrapartida da UFPB, ou seja, 3,9% além dos 3% já previstos contratualmente.

A implantação do GEAP poderá beneficiar também os funcionários, já que o contrato de adesão da UFPB estabelece que qualquer servidor da instituição pode ter ac-

cesso a seus serviços. A entrada no Plano é voluntária.

A proposta de implantação do GEAP partiu da Diretoria anterior da ADUFPB-JP e foi resultado de uma consulta a categoria, sendo também encampada pela atual. O plano, conforme o trabalho da Comissão Especial de Plano de Saúde da ADUFPB-JP no ano passado, é o que melhor existe no mercado, oferecendo vantagens e qualidade de serviços superior aos demais.

### GREVE

## Servidores avaliam mobilização nacional

A Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais está convocando uma reunião dos setores das Instituições Federais de Ensino Superior para a próxima sexta-feira e sábado (15 e 16/03), na sede da ANDES, com o objetivo de avaliar a mobilização dos professores e funcionários da área para o indicativo de greve do próximo dia 20. A pauta da reunião inclui informes nacionais e locais, avaliações da conjuntura, da mobilização (incluindo paralisação nos dias 13 e 14), do indicativo de greve apreciado em assembleias gerais das seções sindicais e preparo para as intervenções na plenária dos SPF's.

Na mesma data, em Brasília, estará sendo realizada uma reunião ampliada da Coordenação Nacional das Entidades, para avaliar todo o movimento e preparar a plenária dos SPF's, marcada para o dia 17, no mesmo local. No encontro, também participarão representantes dos servidores públicos estaduais e municipais.

### NOVO HORÁRIO

O serviço de xerografia e a Sala de Leitura da ADUFPB-JP passam a funcionar em novo horário: das 07h30 às 18h00.

### LEI DE PATENTES

## Senado aprova pior parecer

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou o pior parecer sobre a Lei de Patentes, no último dia 29 de fevereiro. O parecer é do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) e teve uma clara intenção de acabar com os embaraços que o Governo Federal estava enfrentando junto ao Governo dos Estados Unidos, que nos últimos anos sempre cobrou a implantação de regras no Brasil sobre o assunto.

A vinculação entre a aprovação do parecer do senador Fernando Bezerra e os interesses dos EUA ficaram claros nas pressões que o Governo Federal realizou para que esta etapa da aprovação da Lei de Patentes acontecesse, justamente durante a visita do Secretário de Estado norte-americano, Warren Christopher, ao Brasil.

A aprovação do parecer de Bezerra derrubou o parecer do senador paraibano Ney Suassuna (PMDB), que já trazia prejuízos à indústria nacional e a comunidade científica. A situação piorou porque o documento elaborado pelo senador do Rio Grande do Norte introduziu na legislação brasileira do setor a obrigatoriedade do reconhecimento



de patentes já registradas anteriormente.

O texto de Suassuna colocava como obrigatória a avaliação do Instituto Nacional de Propriedade Industrial nos contratos de transferência de tecnologia, franquias e similares. No parecer aprovado, a ação do INPI fica restrita aos casos em que a transferência aconteça apenas por decreto do Executivo Federal. Um dos maiores prejuízos da decisão da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado foi a redução dos prazos de transição para a lei entrar em vigor. Suassuna previa 180 para os produtos patenteáveis pela lei 5.772/71 e 5 anos para os novos pedidos de patentes. Bezerra prevê a entrada imediata da lei em vigor e o prazo de um ano para os novos pedidos nacionais de patentes.

As únicas alternativas que a comunidade científica avalia para tentar deter o projeto do Governo estão na Câmara dos Deputados. O projeto retornou para aquele órgão e poderá ser rejeitado, aprovado com emendas ou aprovado na íntegra. As pressões da sociedade e do Governo é que irão determinar o resultado.

ASSEMBLÉIA  
GERAL

Dia  
21/03

ÀS 09H00, NO AUDITÓRIO DO CT

PAUTA: 1) - Informes ; 2) - Discussão sobre precatórios  
3) - Decisão sobre a greve dos funcionários públicos federais

# ELEIÇÕES NA ANDES

## Definida composição das 3 chapas

Desde o dia 8 a Comissão Eleitoral da ANDES confirmou que 3 chapas deverão concorrer a eleições para a direção geral da entidade, marcada para 21, 22 e 23 de maio. Na disputa estão a chapa 1 (ANDES: AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA), a chapa 2 (ANDES PARATODOS) e a chapa 3 (EM DEFESA DA DEMOCRACIA E

DA UNIVERSIDADE).

A fusão entre as chapas 2 e 3 não aconteceu, apesar das intensas negociações realizadas nos últimos dias antes da inscrição. Elas têm até o dia 30 deste mês para apresentar a Comissão Eleitoral Nacional uma listagem com nomes, endereços e termos de compromissos de todos os candidatos.

Até o momento, não está definido se haverá um calendário de debates entre as chapas. A 2 e 3 reivindicam este cronograma, inclusive com os custos dos eventos pela ANDES, mas a decisão final sobre o assunto só será tomada na próxima reunião da Comissão Eleitoral, marcada para o dia 30 deste mês. Já está definido que a AN-

DES deverá financiar a divulgação de todas as chapas e de seus programas. Isto também inclui a produção de folderes e cartazes de boa qualidade. Nos próximos dias, será criada uma comissão local, para realizar todos os trabalhos da votação. Abaixo, a composição da executiva e da Regional Nordeste II de todas as chapas:

### ANDES AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA

#### EXECUTIVA

**Presidente:** Maria Cristina de Moraes - ADURN - SSind; **1º Vice-presidente:** Fernando Molinos Pires - ADUFGRS - SSind; **2º Vice-presidente:** Heitor Gaudêncio Junior - ADUNIMEP - SSind; **3º Vice-presidente:** Almir Serra Martins - ADURN - SSind; **Secretário geral:** Márcio Antonio de Oliveira - APESJF - SSind; **1º Secretário:** Luiz Paiva Carapeto - ADUDPEL - SSind; **2º Secretário:** Géria Maria Montanari - ADUESCAR - SSind; **3º Secretário:** Lafaiete Santos Neves - APUFPR - SSind; **1º Tesoureiro:** Solange Bretas - ADUFU - SSind; **2º Tesoureiro:** Antonio de Pádua Rodrigues - ADUFPI - SSind; **3º Tesoureiro:** Rubens Freire Ribeiro - ADUFPB-JP - SSind

#### REGIONAL NE II

**1º Vice-Presidente Regional:** Francisco José de A. Filho - ADUFEPE - SSind; **2º Vice-Presidente Regional:** Argus Vieira de Almeida - ADUFERPE - SSind; **1º Secretário Regional:** Ibiraci Maria Fernandes - ADURN - SSind; **2º Secretário Regional:** Maria Bernadete da Nóbrega - ADUFPB-JP - SSind; **1º Tesoureiro Regional:** Luis Manuel do Nascimento - ADUCAPE-SSind; **2º Tesoureiro Regional:** Maria da Salette de Farias - ADUFPB-JP - SSind

### ANDES PARATODOS

#### EXECUTIVA

**Presidente:** Maria Luiza Fontenele - ADUFSC-SSind; **1º Vice-presidente:** Helena Freitas - ADUNICAMP - SSind; **2º Vice-presidente:** Luis Fernando - ADUFF - SSind; **3º Vice-presidente:** Edward Robinson de Barros - ADUFPE - SSind; **Secretário geral:** Elias Nunes Dourado - ADUSB - SSind; **1º Secretário:** Dalton Melo Macambira - ADUFPE - SSind; **2º Secretário:** Otávia Rodrigues - APUBH - SSind; **3º Secretário:** Lia Carmem Kleine - APUFSC - SSind; **1º Tesoureiro:** Iêdo Leite Fontes - ADUFPB-JP - SSind; **2º Tesoureiro:** Marcos Vinicius Bastos - ADUFERPE - SSind; **3º Tesoureiro:** Reginaldo Nassar - ADUFGRS - SSind

#### REGIONAL NE II

**1º Vice-Presidente Regional:** Maria Auxiliadora Campos - ADUFEPE - SSind; **2º Vice-Presidente Regional:** Marlene Alves de Souza - ADUEPB-CG; **1º Secretário Regional:** Rubem Nunes - ADURN - SSind; **2º Secretário Regional:** José Anchieta Lopes - ADUFPB-JP - SSind; **1º Tesoureiro Regional:** Sérgio Galdino - ADUCAPE - SSind; **2º Tesoureiro Regional:** Maria Ivonete Coelho - ADUFRN - SSind

### EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DA UNIVERSIDADE

#### EXECUTIVA

**Presidente:** Renato de Oliveira - ADUFRGS - SSind; **1º Vice-Presidente:** Marco Antonio Sperd Leite - ADUFG - SSind; **2º Vice-presidente:** Carlos Coutinho Batalha - ADUFES - SSind; **3º Vice-Presidente:** Rubens Pinto Lyra - ADUFPB-JP - SSind; **Secretário Geral:** Emmanuel Appel - APUFPR - SSind; **1º Secretário:** Robério Marcelo Rodrigues - APUB - SSind; **2º Secretário:** Francisco de Paula Castro - ADUFERPE - SSind; **3º Secretário:** Ciomara Maria Nunes - APUBH - SSind; **1º Tesoureiro:** Anibal Sanchez Moura - ASDUERJ - SSind; **2º Tesoureiro:** Ricardo Heli Rondini - SEDUFMS; **3º Tesoureiro:** Jaime Mendonça - ADUFRGS - SSind.

#### REGIONAL NE II

**1º Vice-Presidente Regional:** Elizer Queiroz Souto - ADUFERPE - SSind; **2º Vice-Presidente Regional:** Maurino Medeiros - ADUFPB-CG - SSind; **1º Secretário Regional:** Mª Regina Vasconcelos - ADUFPB-JP - SSind; **2º Secretário Regional:** Lurildo Cleano - ADUFEPE - SSind; **1º Tesoureiro Regional:** Maria Angela de Faria - ADUFERPE - SSind; **2º Tesoureiro Regional:** Selma Bezerra de Souza - ADURN - SSind.

## Banda Longa Metragem no Bar Aula Extra

A banda LONGA METRAGEM vai comandar o início da programação de baixa estação, no Bar Aula Extra, no próximo dia 22/03 (sexta-feira), na sede sócio-cultural da ADUFPB-JP. O grupo é integrado por vários professores do Departamento de Música da UFPB e possui um repertório diversificado.

O Bar Aula Extra está marcado para iniciar-se às 18h00, ficando a apresentação da Banda prevista para às 21h00. O show servirá para a reabertura do bar, que teve a sua programação suspensa devido aos feriados de carnaval.

## O PROJETO SIVAM E A SOBERANIA NACIONAL

DIA 22/03/96 (6º FEIRA, ÀS 9:30H)  
LOCAL: Auditório 411, no CCHLA

Com o Brigadeiro

(Formulador do Projeto SIVAM original)

# IVAN FROTA

PROMOÇÃO: ADUFPB-JP/SSind e DCE/UFPB

### EXPEDIENTE

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiação à CUT. Centro de Vivência - UFPB - Caixa Postal: 5001 - CEP 58.051-970 - João Pessoa/PB - Fone: (083) 224-3801 - Fax: (083) 224-8375

**Presidente:** Jaldes Reis de Meneses  
**Vice-presidente:** Maria das Graças Toscano  
**Secretário Geral:** Dailton Lacerda  
**Tesoureiro:** Héliida Cristina C. Valério  
**Diretor de Política Sindical:** José Jonas Duarte  
**Diretor de Política Social:** Marcos Montenegro  
**Diretor de Política Educ. e Cient.:** Luis Tadeu D. de Medeiros

**Diretor Cultural:** Jozemar Pereira dos Santos  
**Diretor de Imprensa e Divulgação:** Derval Golzio  
**Suplente de Secretária:** Giovani Luiz de Carvalho Bezerra  
**Suplente de Tesouraria:** Judy Mauria Gueiros Rosas

**Jornalista Responsável:** Fred Oliveira - MTB/PB 956  
**Diagramação:** Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira 1 - CEP 58.055-620 - João Pessoa - PB  
Fone/Fax: (083) 231-3945/231-1703

# Baletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 21 - Março de 1996

## Categoria opinará sobre greve em plebiscito

Para identificar a real posição da categoria frente a proposta de greve geral por tempo indeterminado, a Diretoria da ADUFPB-JP realizará no próximo dia 10 de abril, um plebiscito sobre o assunto.

O indicativo de paralisação dos servidores públicos federais é o dia 16 de abril. Um calendário de atividades até aquela data foi aprovado na última assembléia geral, realizada no dia 21, no Auditório do Centro de Tecnologia.

Todos os professores do Campus de João Pessoa poderão participar do plebiscito, que terá caráter consultivo, servindo como mais um elemento para a categoria decidir sobre o indicativo de greve, na assembléia geral do dia 11 de abril, às 9h00, no Auditório do Centro de Tecnologia.

Dentro do Calendário de atividades, foi realizada na quarta-feira (27/03), no Centro de Vivência, uma assembléia unificada de estudantes, funcionários e professores. A pauta foi greve nacional dos SPFs e mais verbas para a educação. Hoje (28/3), a pauta prevê a incorporação as atividades do "Dia Nacional de Luta dos Estudantes", com a concentração na Praça da Independência e a realização de um ato público em frente a sede do Ministério da Fazenda, na Epitácio Pessoa.

A realização do plebiscito acontecerá das 8h00 as 17h00, com o resultado sendo divulgado no mesmo dia. Será a primeira vez que a Diretoria da ADUFPB-JP realizará uma consulta deste tipo. Ela será uma forma inovadora de ajudar a categoria a tomar decisões mais acertadas sobre paralisações.

## GEAP

### Inscrições começarão sexta-feira

A partir de sexta-feira (29/03) o Grupo Executivo de Assistência Paternal- GEAP estará cadastrando todos os professores e funcionários em aderir a seu plano de saúde. O cadastramento será realizado através de um funcionário da instituição, que ficará no Centro de Vivência. A Reitoria da UFPB assinou com a Fundação no dia 15 passado

Segundo o diretor regional do GEAP, Marcus Aranha, o convênio já foi assinado pelo presidente da Fundação, Ricardo Akel. Uma cópia do documento já foi encaminhada à Reitoria da UFPB, para que ela providencie a sua publicação no Diário Oficial da União. Quando isto acontecer, as adesões poderão começar.

Algumas informações são importantes para os professores e funcionários interessados em aderir ao GEAP ou conhecer seu funcionamento. Ele não impõe limites de consultas e tratamentos para os seus participantes e dependentes. Inclui, também, serviços de odontologia, o que sempre está fora dos planos

de saúde existentes no mercado.

O desconto nos salários dos professores que aderirem ao GEAP será de 6,9% dos vencimentos e o prazo de carência é de 90 dias. Dentro deste período, não existirão restrições para os atendimentos de urgência e emergência. Entre os dependentes poderão estar os cônjuges, os filhos e enteados de até 24 anos, se forem estudantes. Também os pais que dependam economicamente do participante. As pessoas interessadas devem procurar informações na Sala de Leitura da ADUFPB-JP, onde existe um manual do participante e uma lista de todos os prestadores de serviços médicos e hospitalares credenciados na Paraíba.

A assinatura do convênio com a GEAP representa uma vitória das Diretorias passada e atual da ADUFPB-JP, que propuseram à Reitoria a implantação do plano como o que de melhor existe hoje, no mercado, em assistência médica.

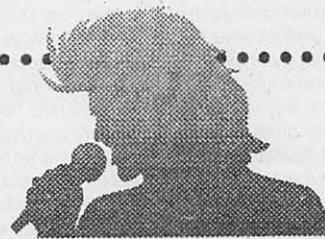
## Assembléia unificada define mobilização

Os professores, funcionários e estudantes realizarão até o dia 11/04 assembléias conjuntas em todos os Centros. Esta foi uma das deliberações da assembléia dos três segmentos, realizada na quarta-feira (27/03), no Centro de Vivência.

Também ficou decidido que as categorias realizarão Ag's sepadas após o dia 11/04 e uma assembléia conjunta antes do dia 16/04, data do indicativo de greve dos funcionários públicos federais.

A assembléia de quarta-feira teve uma boa participação, indicando que as categorias estão interessadas em construir as condições para a realização da greve.

## Aula Extra



Marcos Melodia e Célio  
Sexta-feira, 29/03, às 21h00  
Sede Sócio Cultural, no Cabo Branco

**ASSEMBLÉIA  
GERAL**

**Dia  
11/04**

**ÀS 09H00, NO AUDITÓRIO DO CT**  
**PAUTA:** 1) - Informes ;  
2) Indicativo de greve para o dia 16 de abril

# UFPB contrata servidor de 2ª classe

Graziela de Oliveira

Desde que Itamar Franco, em 1993, assinou a Lei que permite a contratação de professor substituto que a Universidade não é mais a mesma. Professores do quadro permanente e professores substitutos trabalham lado a lado. Aqueles com direitos trabalhistas garantidos; estes, após doze meses, são descartáveis.

No HU, a situação dos servidores temporários não é melhor. Os servidores cumprem as mesmas obrigações, mas sofrem de direitos e salá-

rios desiguais. Os servidores contratados pela CLT carregam o hospital nas costas, principalmente as auxiliares de enfermagem, que trabalham mais horas que as do quadro, pelo menos as do CTI, e ganham, passam! ... R\$ 150 brutos mensais, enquanto uma auxiliar do quadro chega a ganhar R\$ 450 líquidos.

Quem defende os direitos destes servidores? Ninguém. Porque não pertencem ao quadro da Universidade, os servidores da FUJA estão, por assim dizer, no desamparo sindical. Há auxiliar de enfermagem que trabalha 10 anos e até hoje ganha 1,5 salário mínimo, isto depois do aumento.

Enquanto o movimento sindical se esmera no discurso, na prática nem se dá conta que a flexibilização das relações de trabalho está implantada na própria universidade. Nossos colegas substitutos e contratados da FUJA são discriminados pelo Governo, pela instituição e por nós do movimento sindical, que reivindicamos nossos direitos, mas não nos mobilizamos para resolver o problema destes servidores, que são explorados, sob o nosso silêncio, e tratados como servidores de 2ª classe.

Professora do CCSA

## Pesquisa e pós-graduação

José de Melo Neto

### CRIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO\*

A Universidade pública no País é a principal responsável pela produção de conhecimento novo e geração de tecnologia, além da preparação de recursos humanos. Em particular na Paraíba, a Universidade Federal é, praticamente, a responsável pela Pesquisa e também pela preparação desses recursos humanos.

O debate, contudo, sobre Pesquisa e Pós-graduação pode privilegiar constatações fundamentais no campo dessa temática. Este, por sua vez, não tem ainda a tradição existente já em outros países. É tanto, que só a partir da década de 70 inicia-se uma política de implantação de Mestrado e de alguns cursos de Doutorado, vários desses ainda em fase de consolidação. Diz-se também que recursos destinados à Pesquisa e Pós-graduação são mal administrados. Por outro lado, as verbas para a Pós-graduação sequer são contempladas no Orçamento das Universidades. Durante os últimos cinco anos tem-se acentuado o processo de exclusão de importantes pesquisadores e docentes através das aposentadorias. E hoje, a situação continua desestimulante e com isso se instala uma insatisfação que compromete a produção do conhecimento em todo o País. Acresce-se a tudo isso, a existência de uma política internacional deliberadamente contrária ao exercício da pesquisa em países que não aqueles ditos de centrais.

A Universidade aqui não escapa, portanto, dessas armadilhas e políticas. Mesmo assim, a UFPB

\* Fonte: Programa de Pós-Graduação da UFPB. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. UFPB/Editora Universitária. JP/1995

deve desenvolver um papel importante não só no Estado, como também, para toda Região Nordeste. Para isso se tornar possível, é preciso a compreensão que a produção de conhecimento está vinculado diretamente à existência dos cursos de Pós-Graduação. Nesse sentido, a UFPB apresenta a existência de 35 cursos de Mestrado nas várias áreas do conhecimento, bem como, 5 doutorados assim distribuídos: 4 para a área de Ciência e Tecnologia e 1 para a área da Humanidade, o doutorado em Letras. Veja tabela acima, sobre a pós na UFPB.

É importante destacar que esses números são expressivos no cômputo das Universidades Nordestinas, dando à Paraíba um lugar de destaque e consequentemente de maior compromisso para com a Região. Complementando os dados da tabela apresentada, foram criados na década atual 6 cursos, sendo 2 em nível de Mestrado no ano de 1994 e 1 de Doutorado, no ano de 1995. Esta década parece caminhar para a criação de cursos de

doutoramento. Convém ressaltar ainda, que ao observar-se o tempo entre a criação do Mestrado e o do Doutorado, existe uma média de 14 anos, aproximadamente. Destacam-se os cursos de Física e Engenharia Elétrica que, ao criarem os seus Mestrados, levaram apenas 7 e 9 anos para estruturarem os seus Doutorados, respectivamente. Assim, é que considerando essa média, existem 7 cursos de Mestrado que ainda estão abaixo da mesma e que também não têm seus Doutorados implantados. Há, contudo, 23 cursos de Mestrados que, baseados nessa lógica, já poderiam estar desenvolvendo-se no nível de doutorado, o que seria uma façanha acadêmica da maior envergadura para a UFPB. Contudo, aqui não cabe a ingenuidade de se acreditar que a criação de cursos de pós é apenas uma questão local, e que diz respeito apenas aos quadros docentes ou administrativos da Instituição. Sabe-se, perfeitamente, que esta é uma temática das políticas públicas e dependente da política geral do País, em especi-

al, das políticas para o campo da Ciência. Mesmo assim, a problemática da Pesquisa e da Pós-graduação, em sendo política de caráter mais geral, não desobriga os Reitores das Universidades a atuarem nesse espectro. Eles também são atores nas formulações de várias dessas políticas podendo inclusive influenciar sobre aqueles caminhos, sobretudo através da Andifes (Associação de Reitores), CRUB (Conselho de Reitores) e FÓRUM DE PRO-REITORES DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO.

Na busca de políticas de afirmação da Região Nordeste e da Paraíba, no cenário nacional, particularmente no acadêmico, é fácil compreender que essa busca passa necessariamente pela produção do conhecimento e tecnologia. Seu encaminhamento exige uma política deliberada para criação de mais cursos de Mestrados e sobretudo de Doutorados. Nesse sentido, é que o processo eleitoral na UFPB não poderá deixar de ter a Pesquisa e a Pós-graduação na sua agenda.

E para aqueles que são candidatos a Reitor e Vice, apresentam-se pelo menos as seguintes questões: Como repassar essas preocupações às demais Universidades Nordestinas; no interior da UFPB; e sobretudo a todos que fazem parte dos seus programas de Pós-Graduação? Qual a tendência das políticas para a Pesquisa e Pós-Graduação até o final do século? E finalmente, como a UFPB pode preparar-se para esses embates que virão?

Professor do DHP/CE

### EXPEDIENTE

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiação a CUT. Centro de Vivência - UFPB - Caixa Postal: 5001 - CEP 58.051-970 - João Pessoa/PB - Fone: (083) 224-3801 - Fax: (083) 224-8375

Presidente: Jaldes Reis de Meneses  
Vice-presidente: Maria das Graças Toscano  
Secretário Geral: Dailton Lacerda  
Tesoureiro: Héliida Cristina C. Valério  
Diretor de Política Sindical: José Jonas Duarte  
Diretor de Política Social: Marcos Montenegro  
Diretor de Política Educ. e Cient.: Luis Tadeu D. de Medeiros

Diretor Cultural: Jozemar Pereira dos Santos  
Diretor de Imprensa e Divulgação: Derval Golzio  
Suplente de Secretária: Giovani Luiz de Carvalho Bezerra  
Suplente de Tesouraria: Judy Mauria Gueiros Rosas

Jornalista Responsável: Fred Oliveira - MTB/PB 956  
Diagramação: Ricardo Araújo - MTB/PB 631

**MÍDIA**  
Assessoria de Comunicação

Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira I - CEP 58.055-620 - João Pessoa - PB  
Fone/Fax: (083) 231-3945/231-1703

## RECONHECIMENTO DA FILIAÇÃO DO ESTUDANTE

Diversos professores têm procurado a Assessoria Jurídica desta entidade solicitando informações sobre a **contagem de tempo de serviço como estudante**.

Entendemos que a contagem de tempo pretendida é perfeitamente cabível, desde que resguardados certos requisitos previstos nas Leis aplicáveis à espécie.

Em primeiro lugar, faz-se necessário transcrever o conceito de estudante, contido no Art. 2º da Lei 7.004 de 24/06/82, que instituiu o Programa de Previdência Social aos Estudantes:

*"Art. 2º - Considera-se estudante, para os efeitos desta Lei, aquele ainda não incluído entre os segurados obrigatórios da Previdência Social e que esteja matriculado em estabelecimento de ensino de 1º e 2º graus, em cursos universitários ou de formação profissional, devidamente reconhecidos ou autorizados pelos competentes órgãos do Poder Executivo Federal ou Estadual".*

No primeiro momento é considerado estudante para a Previdência Social todo aquele que preencher os requisitos acima.

Tal dispositivo encontra-se em franco vigor, pois não foi revogado expressamente por qualquer outro dispositivo de Lei.

O Artigo 55 e seus parágrafos 1º e 3º da Lei 8.213/91, combinado com o Artigo 8º, Parágrafo Único, Alínea "C"; Artigo 15, Inciso VI; Artigo 58, Inciso VI; Artigos 188 à 191 e Artigo 198 do Decreto nº 611/92, além do Artigo 13 do Parágrafo Único, Alínea "C" do Decreto 612/92, amparam o direito do Estudante de ver reconhecido seu período de estudos como de efetivo tempo de serviço.

Para que haja tal reconhecimento, é necessário que sejam preenchidos certos requisitos, quais sejam:

- a) Comprovar a condição de estudante;
- b) Ter idade superior a 14 anos;
- c) Não ter exercido, no período de estudos, concomitantemente, atividade considerada de filiação obrigatória;
- d) E, após o reconhecimento de filiação, proceder o depósito da indenização do INSS no valor e forma previstos nos artigos 189 a 191 do Decreto 611/92.

Aconselhamos, portanto, ao professor que pretende o reconhecimento de filiação como segurado facultativo, que faça requerimento junto ao INSS, juntando os documentos comprobatórios do preenchimento dos requisitos acima.

Caso o INSS se negue a reconhecer o pedido de reconhecimento da filiação, deverá ser tomada uma Medida Judicial, mais especificamente, impetrado Mandado de Segurança, individualmente.

João Pessoa, 15 de março de 1996  
Assessoria Jurídica da ADUFPB-JP

## A APOSENTADORIA ESPECIAL PARA DOCENTES DO 3º GRAU

Muitos colegas sentem-se constrangidos ao defenderem o direito a aposentadoria especial para os docentes do 3º grau (30 anos para o homem e 25 para a mulher). Parece embaraçoso que uma profissão identificada com o trabalho intelectual possa requerer aposentadoria antecipada em relação a funções estritamente técnicas ou que impõem desgaste físico. Mas, perante a sociedade, percebe-se uma aceitação quanto a esse direito para professores do 1º e 2º graus.

Antes de mais nada é importante ressaltar que a educação universitária em nosso país está paulatinamente sendo dominada por empresas privadas de educação. Na ampla maioria dos casos essas empresas operam como verdadeiras coleções, fugindo totalmente dos padrões de qualidade indispensáveis ao ensino superior. Nelas os docentes costumam ser submetidos a condições de trabalho tão, ou mais, estressantes que os professores de 1º e 2º graus. Nestes casos fica patente que trata-se de uma discriminação em relação aos demais graus de ensino.

Mas as referências ao 3º grau, capciosamente, dirigem-se apenas a um padrão de trabalho universitário encontrado preponderantemente nas instituições públicas que têm conseguido resistir ao desgaste imposto por parcas dotações orçamentárias. Lutas constantes têm possibilitando manter aceso o

princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, inscrito na Constituição Federal. E é esta diversidade de atividades no trabalho acadêmico, que termina sendo usada contra a aposentadoria especial - este docente de 3º grau não está preso apenas à sala de aula.

Omite-se contudo, deliberadamente, que a docência universitária de bom padrão impõe um maior tempo para a formação do profissional. São anos de atividade remunerada por bolsas, nos quais, a menos de algum vínculo empregatício específico, o tempo de serviço não é contado. Na graduação é aconselhável um período de estágio, enquanto a pós-graduação em nível de mestrado e doutorado têm sido exigências regulares na maioria dos concursos de ingresso às universidades, significando cerca de 8 a 10 anos de trabalho sem vínculo empregatício.

Enquanto profissionais técnicos ou de nível universitário ingressam formalmente no mercado de trabalho com idades entre 14 a 22 anos, as contratações de docentes universitários acabam ocorrendo quando estes já têm mais de 28 anos de idade.

Além disso, o período de pós-graduação exige uma dedicação ao estudo e ao trabalho de pesquisa que extrapola regularmente uma jornada de 8 horas diárias, invadindo sábados, domingos, feriados e férias. Passado este período, o ensino, a pesquisa e a extensão podem desenvolver-se sob ritmo menos intenso, mas é comum que as jornadas de trabalho extrapolem os limites padrões.

A timidez de muitos colegas na defesa deste direito talvez resida no fato de que, quando é possível contar com recursos materiais e humanos para a vida universitária, tem-se um trabalho prazeroso. Lida-se com o saber em toda sua extensão, modificando-se suas fronteiras em atividades que não são repetitivas e estão em constante transformação. Trabalha-se com portas abertas para o mundo. Mas isso não justifica que se deva abrir mão de direitos sociais.

É comum, inclusive, ouvir-se que a aposentadoria atinge o docente no auge de sua formação e capacidade produtiva.

Em primeiro lugar, é um exagero tomar isso como regra para pessoas com 30, ou mais, anos de serviço.

Em segundo lugar, todo trabalhador que se aposenta e goza de saúde, procura exercer alguma atividade, tanto para complementar seus proventos de aposentado como para dignificar sua vida. É um momento em que se pode trabalhar sob menor

pressão e realizar com maior tranquilidade alguns projetos de vida. Isso também ocorre com os docentes, que dificilmente param de trabalhar depois que se aposentam. Raramente essa atividade prescinde do saber acumulado ao longo de sua carreira, sendo comum o reingresso na docência, o que pode resultar no fortalecimento de instituições que tenham deficiência de profissionais experientes.

Sob este ponto de vista a aposentadoria é um justo direito e também é uma renda que os trabalhadores recebem após longo período de trabalho continuado.

O governo, associado aos interesses empresariais mais conservadores, é que deseja colocar a aposentadoria em um patamar em que os indivíduos já tenham todas suas forças vitais esgotadas. Este é mais um golpe sobre a renda acumulada por um trabalhador ao longo de sua existência.

Ao invés de combater o enorme volume de sonegações e irregularidades no sistema previdenciário, o governo avança sobre direitos duramente conquistados pelos trabalhadores. No caso específico dos professores caracteriza-se, ainda, mais um elemento para sua desvalorização. Isolou-se o 3º grau hoje, mas já se prenuncia uma investida contra os 1º e 2º graus daqui a 5 anos.

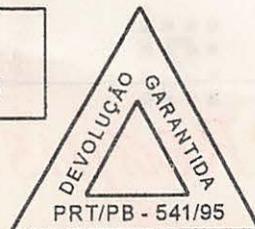
Pobre educação nacional! Toma-se simplesmente um direito dos profissionais da educação sem que nada lhes seja oferecido em troca. Porque não pensar, por exemplo, em substituir este benefício pela contagem do tempo de serviço para os períodos em que se trabalhou como bolsista ou monitor? Isso, por exemplo, tem ocorrido com os médicos residentes.

Infelizmente o tom do debate atual é desqualificador. Todo tipo de argumento e sofismas são utilizados contra os trabalhadores. Pequenas vantagens que alguns conquistaram são empregadas como justificativas para tomar esses direitos que em momento algum vão parar nas mãos dos mais necessitados. Cada passo desses deixa um banqueiro ou um grande empresário mais rico, enquanto o povo brasileiro desce mais um degrau na péssima distribuição da renda nacional.

**Prof. Américo Kerr**

Representante da ANDES-SN  
na Coordenação do DNTC/CUT

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95



# Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 22 - Abril de 1996

## AULA PÚBLICA



**A aula hoje é na Rua.  
Saia às ruas para não  
sair da Universidade!**

Uma aula pública no dia 24/04 (quarta-feira) vai denunciar os mais graves problemas das universidades federais do país e a defesagem salarial que atinge os professores e funcionários. O protesto está sendo promovido pela ADUFPB, DCE e Sintesp. A organização pretende paralisar todas as atividades do Campus naquele dia das 10h00 às 12h00.

O local para a realização da aula

pública será a entrada principal da Universidade, próximo ao CCHLA, com a interrupção do trânsito na área.

A intenção das entidades é de levar para o evento o maior número possível de professores, funcionários e estudantes. Também serão convidados todos os candidatos a reitor e o reitor Neroaldo Pontes, além de vereadores, deputados estaduais, federais e senadores que estiverem no Estado.

A reunião entre as entidades, ocorrida na segunda-feira (15/04), na sede da ADUF também definiu mobilizações conjuntas por centros para a realização de debates sobre os principais motivos da proposta de paralisação.

Também foi aprovada uma proposta do envio de aerogramas para a bancada da Paraíba no Congresso, com o objetivo de pressionar os parlamentares a apoiar o movimento grevista dos servidores públicos federais.

### **ANDES, Fasubra e Une juntas pelas IFES**

A ANDES, a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Brasileiras-Fasubra e a UNE criaram uma coordenação unificada de mobilização em defesa das universidades federais e para apoiar a greve do funcionalismo, que começou na terça-feira (16/04).

O anúncio da coordenação aconteceu numa entrevista coletiva à imprensa, ocorrida na tarde de terça-feira, na sede da Fasubra. O comando informou que vai lutar pela implementação das seguintes propostas: Lei de Diretrizes e Bases da Educação original aprovada pela Câmara dos Deputados; oposição a proposta de Emenda à Constituição 233 (define como deve ser a autonomia universitária) e o fim dos exames de final de curso.

A coordenação também pretende pressionar o Governo Federal pela recomposição dos orçamentos das universidades federais; reposição das vagas dos docentes e do quadro técnico-administrativo e aprovação do plano de carreira unificado para todas as instituições de ensino superior.

## Adesão à greve será decidida na 6ª

Os professores da UFPB decidirão se irão aderir a greve dos funcionários públicos federais numa assembleia geral da categoria, sexta-feira (19/04), às 9h00, no Auditório da Reitoria. Na última assembleia, realizada na terça-feira, os docentes preferiram adiar a decisão depois de avaliarem o quadro nacional e local do movimento.

Até a sexta-feira, a mobilização da categoria acontecerá através da "ocupação" de um Centro do Campus por dia, para a discussão dos desdobramentos, se possível com a paralisação no local escolhido. Quarta-feira, diretores da ADUFPB-JP foram até o CCHLA. Na quinta-feira a previsão era de visitas ao CCS e CT, sem-

pre com a presença do Quarteto de Trombones da UFPB.

A realização da aula pública também foi discutida na assembleia geral. A proposta foi lançada pela Diretoria na penúltima assembleia geral, que não teve quorum e foi realizada no Auditório do Centro de Tecnologia. Ela foi já foi encampada pelos dirigentes do DCE e do Sintesp, devendo ocorrer no próximo dia 24/04.

**Manifestação** - A greve dos funcionários públicos federais começou obtendo grande repercussão em todo país. A adesão ao movimento está acontecendo em várias categorias, mesmo que o Governo Federal esteja anunciando como represália o

corde de ponto.

Na terça-feira, cerca de 15 servidores participaram de uma passeata de protesto pela Esplanada dos Ministérios. Ela saiu do Mare por volta das 11h00 e parou em frente aos Ministérios da Agricultura, Previdência, Educação, Fazenda, além do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto.

A manifestação contou com o apoio dos professores da rede pública de ensino do Distrito Federal, estudantes e pelo Movimento dos Sem Terra. No resto do país, a paralisação tem atingido serviços estratégicos, como os aeroportos e Portos do Rio de Janeiro e São Paulo e a fiscalização nas fronteiras.

**ASSEMBLÉIA  
GERAL**

**Dia  
19/04**

**ÀS 09H00, NO AUDITÓRIO DA REITORIA  
PAUTA: 1) - Informes; 2) Greve dos Servidores  
públicos federais: avaliação e encaminhamentos**

# 2

## Reajuste indispensável

*A revisão dos vencimentos dos servidores públicos civis e militares da União é reivindicação justa diante das perdas ocorridas desde de janeiro do ano passado, em torno de 27%.*

*O orçamento recém-aprovado pelo Congresso destina receitas para a cobertura das despesas. E tanto a medida é necessária que o Conselho Monetário nacional autorizou a concessão aos funcionários do Banco Central de reajuste médio de 22%, embora o presidente da República na seqüência, tenha questionado a oportunidade e conveniência desse documento para o Tesouro.*

*Se um órgão técnico como o CMN reconhece a necessidade de ajustar salários para uma categoria do funcionalismo, por sinal das mais bem pagas, não pode deixar de estender a medida aos demais servidores. Aliás, dentro do princípio da isonomia, previsto na Constituição, se poderá fazê-lo nesses termos.*

*O reajustamento é tanto mais indispensável quando se sabe que a administração pública se movimenta à base do esforço de uma grande maioria mal remunerada, com horizontes profissionais quase nulos e à margem de qualquer estímulo. E é sobre esse contingente que recaem os efeitos mais perversos da erosão salarial, provocada pelas perdas até agora registradas no Plano Real.*

*A existência de marajás não ampara qualquer tipo de escusa para negar aos servidores a recuperação do valor de compra dos vencimentos, Tais nababos só continuam no gozo de privilégios imorais porque o governo não aplica o artigo 17 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias, conforme recomendação recente do presidente do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence.*

*Veja-se o que preceitua o mencionado artigo 17: "Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título".*

*E a Constituição estabelece que nenhum funcionário pode perceber vencimentos superiores a ministro de Estado, parlamentar ou ministro do STF, conforme o poder ao qual se vincule (artigo 37, inciso XI). Logo, os marajás não podem ser tomados como pretexto para impedir aos demais trabalhadores do serviço público ganhos salariais decentes.*

*É pequena a defasagem salarial consequente ao Plano Real, se comparada às perdas ocorridas nos períodos de inflação galopante. Mas em uma economia estabilizada, sujeita, porém, a mínimos espasmos inflacionários, qualquer redução no poder de compra dos salários gera repercussões graves nos orçamentos domésticos.*

Transcrito do editorial do Correio Braziliense, edição do dia 15/04/96

## FHC e a fuga do paraíso

Plauto M. de Andrade

Mal lhe sopraram a palavra globalização, FHC arquivou a teoria da dependência. Agora lhe preocupa a teoria do desempenho. Quer ser o grande estadista que implantou reformas no País, que se lhe atribua o título de modernizador institucional.

Uma nova Catarina grande. Que não pode esmagar cossacos. Mas precisa de uma Maria Antonieta para instalar o cadafalso para o funcionalismo público. No seu desempenho austero, (imaginem só!) vai denunciar os privilegiados. Qualquer Barnabé é um privilegiado, não ele, filho e neto da nata social. Como é homem prudente, contempla especialmente o funcionalismo civil. A vulnerabilidade do trabalhador, ele já percebeu muito bem: O salário da sobrevivência, para o funcionalismo o corte do ponto que lhe suprime a remuneração. Logo, a greve indefinida, exceção da simbólica, interessa ao inimigo, que assim desmoraliza a classe, tripudia sobre as suas necessidades e, no caso dos docentes, ainda cria uma clivagem, professor-aluno. Então logo, ameaçamos a sua imagem, a sua vaidade de faraó, a sua aspiração de estadista.

Nas universidades está o melhor da criatividade nacional. Criemos o dia da Traição nacional, o dia da traição ao funcionário. O primeiro porque há uma alienação desabrida de nosso patrimônio. O segundo porque, durante a campanha, o então candidato, para conquistar o voto do funcionalismo, lhe falou sobre tudo, menos sobre sua verdadeira política previdenciária. Criemos slogans, rejeitemos o fisiologismo FHC, façamos campanha e votemos con-

tra os candidatos do governo. Coisas assim que doam em quem faz política de Estado, como ele vem fazendo. Seguindo este curso estamos na iminência de ter um partido preto e um partido roxo. Oh! Deus!

Outro dia li que a primeira dama estava indignada e a ponto de chorar de raiva com os privilégios dos docentes universitários. Apenas em decorrência da diferença de cinco anos na aposentadoria. Mas parecia feliz a antropóloga com as falcatruas do sistema financeiro, com a crueldade com os servidores do BB, depois que o governo deixou que os políticos degradassem a instituição.

Privilegiados são os grandes devedores das empresas públicas, os congressistas que acumulam somas fabulosas de aposentadoria, o pequeno séquito que acompanha o presidente e o próprio JK que irá acumular três aposentadorias, de professor Universitário, congressista e a de Presidente da República e as rendas do Day After. De tanto perseguir a redução do processo inflacionário, o Plano Real está resvalando para aquilo que os autores chamam de equilíbrio estático.

Já vão longe os dias do desequilíbrio dinâmico de JK. Estatísticas quando feita por repartição pública é a que o governo quer, o índice de 4,6% de desemprego a que alude o presidente fica abaixo da própria taxa americana de desemprego durante a segunda guerra mundial e as vésperas do pleno emprego, quando todo mundo estava ocupado. 4,6%. A Alemanha registra hoje mais de 10%. Mas somos nós que estamos emigrando.

Uma fuga do paraíso?

Professor do Depto. de Economia  
UFPB - CCSA

### EXPEDIENTE

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiação à CUT. Centro de Vivência - UFPB - Caixa Postal: 5001 - CEP 58.051-970 - João Pessoa/PB - Fone: (083) 224-3801 - Fax: (083) 224-8375

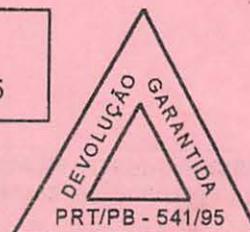
Presidente: Jaldes Reis de Meneses  
Vice-presidente: Maria das Graças Toscano  
Secretário Geral: Dailton Lacerda  
Tesoureiro: Héliá Cristina C. Valério  
Diretor de Política Sindical: José Jonas Duarte  
Diretor de Política Social: Marcos Montenegro  
Diretor de Política Educ. e Cient.: Luis Tadeu D. de Medeiros

Diretor Cultural: Jozemar Pereira dos Santos  
Diretor de Imprensa e Divulgação: Derval Golzio  
Suplente de Secretaria: Giovani Luiz de Carvalho Bezerra  
Suplente de Tesouraria: Judy Mauria Gueiros Rosas

Jornalista Responsável: Fred Oliveira - MTB/PB 956  
Diagramação: Ricardo Araújo - MTB/PB 631

**MÍDIA**  
Assessoria de Comunicação  
Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 -  
Mangabeira 1 - CEP 58.055-620 -  
João Pessoa - PB  
Fone/Fax: (083) 231-3945/ 231-1703

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95



**ADUFPB-JP/SSind**  
Grêmios ADUF PARATODOS  
ADUFPB-JP/SEÇÃO SINDICAL DA ANDES-SN - Filial de CUT

## **GREVE, PLEBISCITO E NOVAS FORMAS DE LUTA**

**- Subsídios para um Novo Movimento Docente -**

### 1. INTRODUÇÃO.

Os docentes da UFPB e consortes das demais Universidades Federais, nos próximos dias, através de Assembléias e outras formas de consulta, decidirão sobre a oportunidade ou não de acompanhar os Servidores Públicos Federais no movimento grevista contra, principalmente, o arrocho salarial de FHC. A diretoria da Andes, em recente comunicado às seções sindicais, orienta "o conjunto da categoria docente à necessidade urgente de construção da GREVE, com deflagração marcada para o dia 16/04/96." (Boletim EM DIA)

Um feixe de temas, combinadamente advindos do presente e do passado, estão inclusos na proposta de greve.

Do presente, vale a constatação das perdas salariais, previdenciárias e acadêmicas da categoria docente, perenemente atingida pelo ajuste neoliberal. A dignidade da condição docente jamais esteve tão aviltada. Encontramo-nos há 16 meses sem reajuste salarial; nossas perdas salariais no período de vigência do Plano Real perfaz 46,19; os projetos de autonomia e financiamento do MEC intentam pulverizar a carreira docente. Em contraponto, os banqueiros refastelam-se; o lobby ruralista arranca o perdão da dívida dos latifundiários; os fundos de Previdência Privada estimam amealhar 10 bilhões de reais em um ano, caso aprovada a Reforma da Previdência.

Triste constatar que somos contemporâneos de um projeto de Universidade em fim de linha, sem estímulo e horizonte de crescimento. Em texto seminal, o filósofo Paulo Arantes (*O Ajuste Intelectual*), compara a Universidade de hoje a uma transamazônia cheia de buracos e uma usina nuclear de Angra desativada. O desmonte promovido por FHC tem o objetivo estratégico de **acabar** o sistema federal de ensino superior, desiderato nobre de um governo vendido ao grande capital.

Do passado recente, há a lembrança das desmobilizadas greves dos anos 90, principalmente a de 1995, encerrada laconicamente numa reunião do Comando Nacional de Greve, em presença de 3 delegados de ADs e 2 diretores da Andes; destes, 2 votaram pelo término da greve e 1 pela continuidade do movimento. Vencedora uma ou outra posição (venceu o fim da greve), o fato é que a categoria já havia voltado às salas de aula, clivando o movimento. Terminava assim, em nosso entender, o período das greves heróicas.

Hoje, vivenciamos o limiar de um novo combate, cujas referências políticas e sociais estão em construção.

### 2. AS LINHAS ABSTRATAS.

Nos anos recentes, espelhos de vazio programático, grupos de professores apareceram nas Assembléias argüindo contra as greves uma **diferença** ou **especificidade** do trabalho docente em relação a outras categorias de trabalhadores, mesmo do setor público. Levantam os mesmos que a forma de luta greve só tem eficácia no chão-da-fábrica, no confronto direito capital-trabalho. Trata-se, assim formulada, de uma visão unilateral e simplificada.

A Diretoria Executiva da ADUF expressa a opinião política de que a forma de luta greve pode ser estendida com eficácia a outras categorias de trabalhadores, afastadas do chão-da-fábrica. A história avulta exemplos em socorro desta opinião. A greve, dependendo de condições históricas determinadas, pode constituir-se forma de luta apropriada também para a categoria docente.

A situação do trabalho docente na modernidade é de assalariamento, sujeito à racionalidade imanente dessa forma social. Toda produção cultural no capitalismo redundando no assalariamento, posto que até escritores e pintores, autônomos, terminam por depender do mercado cultural. A universidade hoje configura uma enorme máquina, sofisticada e complexa, que engolfa e produz saberes. Cada aula, cada artigo, cada lição se integra neste coração, por diferentes condutos, diretos ou indiretos, ligados ao pulsar do capital.

Além do assalariamento, lembremos que o trabalho intelectual no capitalismo, semelhante ao manual, também se viu, no alvorecer da era moderna, "livre como os pássaros", isto é, privado de seus meios de produção individuais. A expropriação foi um fenômeno geral, não restrito ao servo da gleba. Para o pensador alemão Max Weber (*A Ciência como Vocação*), "os grandes institutos de pesquisa em medicina ou em ciências naturais são empresas 'capitalistas estatais'. Não podem ser administradas sem instalações, equipamentos e outros recursos em larga escala, e os resultados ali são os mesmos que se vêem onde quer que se estabeleça o tipo capitalista de organização - isto é, a 'alienação entre o trabalhador e os meios de produção'. O trabalhador - neste caso, o assistente - deve utilizar os meios de produção postos à disposição pelo Estado. Em virtude disso, depende do diretor do instituto tanto quanto, numa fábrica, um empregado depende do gerente."

Fez fortuna no movimento operário e sindical em plano mundial a clivagem entre **greves econômicas** e **greves políticas**, as primeiras estritas à disputa pelo valor da mercadoria força de trabalho e as segundas - geralmente

adjuntas à primeiras - referente a momentos especiais e tensos da vida política em sociedade, onde as reivindicações econômicas ficam repletas de rebatimentos políticos na esfera estatal ou societal. Posições de viés espontaneísta, divulgam a concepção de greve de massas, uma espécie de prelúdio do devir revolucionário, prática pedagógica da consciência de classe.

*Porém, se estas indicações fornecem a pista do porque a forma de luta greve não deve ser obnubilada no horizonte da categoria, por outro, elas são de escassa serventia para examinar a oportunidade de encetar movimentos grevistas, posto que esta decisão encontra-se no campo da política prática, ou seja, da análise do fôlego dos movimentos e da correlação de forças.*

### 3. A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.

A greve foi a principal forma de luta utilizada pelo movimento docente em longos anos. Contextualizando historicamente, a própria Andes foi erguida e consolidada no bojo desses movimentos grevistas, que tinham no fim da ditadura militar a principal consígnia. Fruto desses movimentos, nos anos 80, foi criada a corrente chamada "novo sindicalismo" que, momentaneamente, estabeleceu uma relação mais democrática entre sindicalismo e base no Brasil.

É interessante notar que as greves encaminhadas pela Andes dos tempos heróicos até hoje, no essencial corresponde ao imaginário social do início dos anos 80. Neste imaginário, a deflagração da greve é visto sempre como o ápice do processo político, o zênite a conquista. Há muito de empirista e espontaneísta em tais posições. Paulatinamente, por constituir imaginário descolado do conjunto da categoria, correspondendo mais à dinâmica da militância sindical, as greves foram adquirindo conteúdo inercial.

O decadentismo desse sindicalismo coincide com a emersão da avalanche neoliberal, que penetrou nas cúpulas sindicais brasileiras. A rigor, este sindicalismo não possui projeto de poder alternativo ao neoliberalismo. Não consegue produzir uma elaboração que faça frente às propostas advindas da reestruturação produtiva, da (ir)racionalidade pós-moderna e do mercado global. Assim expressa Castoriadis (*Época de Conformismo Generalizado*) a situação: "(...) Esses movimentos resultaram meio fracassados; nenhum deles pôde propor nova visão de sociedade, ou afrontar o problema político global como tal."

A Diretoria Executiva da ADUF pensa que é importante, hoje, acumular forças no sentido de construir um sindicalismo classista que formule uma crítica ativa à ideologia neoliberal liberta dos mitos, práticas e concessões do sindicalismo tradicional, como o bloco do chamado "novo sindicalismo" dos anos 80. As lutas recentes, como a dos trabalhadores franceses, podem -

quem sabe? - relevar indícios dessa nova articulação política.

No plano estritamente sindical, ponderamos que:

- \* O projeto sindical emergente deve sustentar-se em movimentos de forte apelo social, frequentemente explosões societais de natureza espontânea, mas bases para novas recomposições políticas. Podemos observar indícios desses movimentos em articulações como os sem-terra. Considerar a natureza espontânea de tais movimento, por seu turno, não significa prostrar-se diante da espontaneidade. Espontaneidade e espontaneísmo são coisas distintas.
- \* Os movimentos devem ser, necessariamente, massivos. Somos frontalmente contrários às greves que mobilizem as cúpulas, decisões de poucos e que privem as posições à esquerda de base de massas.
- \* Este sindicalismo deve sim buscar novas ou outras formas de luta, especialmente as civis, embora permanecendo a greve como instrumento insubstituível para as demandas e negociações salariais. Sobre as formas de luta alternativas, há na experiência brasileira o caso de lutas de rua do tipo diretas-já e impeachment de Collor, que são pouco refletidas no movimento docente. A luta contra as reformas de FHC, por exemplo, é essencialmente civil. A utilização da greve pode constituir-se um bom mecanismo de denúncia dessas reformas, porém, jamais a maneira mais adequada de barrá-las.
- \* Pugnamos um sindicalismo dotado de projeto de poder, não circunscrito apenas à lógica reivindicativa (à direita, com a estratégia da negociação, e à esquerda, com a do enfrentamento), que amesquinha o horizonte do sindicalismo. Este sindicalismo, necessariamente, deve possuir uma projeto de insititucionalidade para o Estado, não simplesmente reivindicar dele.

Por último, professor:

O plebiscito proposto pela Diretoria Executiva da ADUF na Assembléia Geral de 30/03, e aprovado para 10/04, consiste uma tentativa de consultar a categoria sobre a proposta de greve geral dos Servidores Públicos a partir de 16/04. Poderíamos consultar os professores apenas através das Assembléias Gerais. Contudo, acumular forças contra o projeto neoliberal exige que as lutas sejam de toda a categoria, não apenas do setor mais mobilizado.

## **A LUTA SERÁ DE TODA A CATEGORIA OU NÃO SERÁ DE NINGUÉM!**

João Pessoa, 08 de abril de 1996  
Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSind

# CONSTRUINDO A GREVE\*\*

A Diretoria da ANDES-SN, reunida em Brasília, no período de 22 a 24/03, após longo debate a respeito da conjuntura e considerando principalmente os últimos acontecimentos, aponta para o conjunto da categoria docente a necessidade urgente de construção da GREVE, com deflagração marcada para o dia 16/04/96.

O momento é extremamente grave e exige dos movimentos sociais organizados a mobilização e a disposição para o enfrentamento que se faz necessário em defesa da educação, da saúde, das instituições públicas, dos trabalhadores e de condições dignas de vida.

A plenária dos servidores públicos federais em Brasília no último dia 17/03, com a participação de 394 delegados representando todas as entidades dos trabalhadores do serviço público, foi de suma importância apontando na perspectiva de continuarmos construindo uma greve unificada.

Cabe a nós, enquanto ANDES-SN, organizado em todo o país através das ADs/Seções Sindicais, trabalharmos a mobilização junto aos diversos segmentos da sociedade e com o conjunto dos servidores públicos, federais, estaduais e municipais. No interior das universidades nossa tarefa é aprofundar a discussão com os estudantes e os técnico-administrativos, no entendimento de que, mais do que nunca, esta luta é conjunta e a responsabilidade é de todos nós. Devemos trabalhar incessantemente no sentido de aprofundar os laços de solidariedade na luta pois este governo já mostrou para que veio e do que é capaz para atemorizar e atacar os trabalhadores, não respeitando sequer os direitos constitucionais dos cidadãos deste país.

Desta forma, a Diretoria da ANDES-SN propôs os seguintes encaminhamentos no processo de construção da greve:

- 1) Fortalecer a aliança entre docentes, estudantes e técnico-administrativos, através de suas entidades representativas;
- 2) Fortalecer as coordenações dos servidores públicos nos estados;
- 3) Buscar formas de esclarecer à comunidade local sobre os motivos de nossa greve, destacando, nesse sentido, a intransigência do governo, que não abre negociação com os trabalhadores do serviço público, além de caçar os seus direitos na dita reforma da Constituição.

(\*\*) Texto extraído do EM DIA (InformANDES), nº 65, março/96

**PLEBISCITO  
DA ADUFPB-JP**

**NOS CENTROS/UFPB  
Dia 10 abril 96  
Das 8:00 às 17:00h.**

**VOCÊ CONCORDA COM A PROPOSTA  
DE GREVE DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
FEDERAIS A PARTIR DE 16/04?**

**SIM**  
 **NÃO**

**PARTICIPE!**

**Assembléia Geral**

**11/04/96 (5º feira)  
Às 9:00h, Aud. CT**

**Pauta: Apreciação de...**

**...INDICATIVO  
DE GREVE  
PARA O  
DIA 16/04**

**ADUFPB-JP/SSind**

## CONSTRUINDO A GREVE\*

A Diretoria da ANDES-SN, reunida no período de 22 a 24/03, em função do aprovado na Plenária dos SPF dia 17, que definiu o dia 16 de abril como a data para a deflagração da greve nacional dos servidores públicos por tempo indeterminado, e considerando os encaminhamentos aprovados na reunião dos Setores das Federais e Estaduais, que apontam o indicativo de greve (Federais) e a disposição de construir a greve (Estaduais), resolveu que o Informativo **EM DIA**, até a data do início da greve, deveria ser colocado a serviço da sua construção, auxiliando no processo de mobilização em que as ADs/SSind estão empenhadas.

A Diretoria da ANDES-SN entendeu também que a sua avaliação e compreensão sobre o momento que vivenciamos, bem como sua convicção de que a greve coloca-se, hoje, como tática mais adequada de enfrentamento ao governo FHC em defesa de nossos direitos e conquistas, deveriam ser claramente explicitadas à categoria docente. Nesse sentido, aprovou o documento que está sendo enviado às ADs/SSind e do qual extraímos o seguinte texto: *(ver última página).*

(\*) Texto extraído do EM DIA (InformANDES), nº 64, março/96

# QUADRO DE MOBILIZAÇÃO DAS ADS/SSind

**InformANDES - EM DIA Nº 65 (CONSTRUINDO A GREVE)**

**DIVULGAÇÃO DA ADUFPB-JP/SSind - 02/04/96**

AD'SSind	ULTIMA AG	PRÓXIMA AG	PRESENT. NA AG	INDICATIVO GREVE 16/04		OBSERVAÇÕES
				APREC.	APROV. REJEIT.	
ADUA	20/03	--	16	SIM	SIM	aprovou o fortalecimento da mobilização.
ADUFEPE	19/03	10/04	45	SIM	SIM	aprovado o calendário dos SPF e implementada a Comissão de Mobilização Local.
ADUFS	20/03					aprovada a Comissão de Mobilização deiberando-se o estado permanente de mobilização.
ADUFAL	20/03	09/04	100	SIM	SIM	aprovado calendário de mobilização e acompanhamento do movimento nacional de greve.
ADUFG	26/03					aprovado calendário de mobilização, adiando a entrada de greve. Apoio a paralisação dos estudantes 28/03 e outros movimentos.
ADUFEMS	19/03	02/04	99	SIM	SIM	aprovado encaminhamento de carta a parlamentares. O número de participantes refere-se ao somatório de participantes nas Ags de 4 unidades (campo Grande, Corumba, Dourado e Três Lagoas).
ADUFU	20/03		51	NÃO		aprovada a paralisação de 28/03. Aprovado o debate conjunto com servidores e alunos e indicação para discutir o futuro da Universidade nas salas de aula.
APES-JF	19/03		126	SIM	SIM	aprovado proposta de modificação do eixo central das reivindicações destacando a defesa da Universidade Pública, gratuita, democrática e de qualidade em segundo lugar reajuste salarial e mais verbas para a educação. Elaboração de Dossiê sobre a Universidade. Assembléia com servidores e estudantes.
ASPESAL	18/03	16/04	86	SIM	SIM	aprovado estado de mobilização, paralisação no dia da votação da emenda da previdência, manifestação de apoio aos Sem Terra (10/04) e a colocação da "Liberalização das verbas orçamentárias das Universidades" na pauta de reivindicações.
ADUFES	19/03		87	SIM		aprovado indicativo de greve sem data marcada com plenário esvaziado. Instituída a Comissão de Mobilização.
ADUFRJ	19/03	11/04	40	SIM	SIM	Assembléia Geral no dia 11 para deflagração da greve. propostas de atividades de mobilização.
ADUFF	19/03	09/04		SIM	SIM	aprovou participação efetiva na jornada de mobilização.
APUFSC	20/03		48	SIM	SIM	aprovadas formas de incentivar a mobilização e criação de uma comissão de mobilização.
SINDOCEFET-PR	20/03	10/04	54	SIM	SIM	aprovado o calendário de construção da greve deliberada na Plenária dos SPF. Dia 27/03 foram realizadas intensas atividades de mobilização.
ADUFRGS	19/03	26/03				aprovado o documento "Conclamação à Greve" que conclama "a preparação imediata de uma GREVE NACIONAL das Universidades Federais e a uma reunião, em caráter emergencial, do setor das Federais da ANDES-SN, até o final do mês de março, com o objetivo do chamamento a organização da greve. A Assembléia do dia 19/03 manteve o Indicativo de greve, mas decidiu que não haverá mais apreciação sobre a data da deflagração da greve.
SEDUFMS	26/03	16/04	44	SIM		não houve deliberação sobre a deflagração da greve dos SPF. Constituída a Comissão de Mobilização e decisão de realizar campanha de mídia.
ADUFPI	26/03		34			aprovada a mobilização permanente. Há manifestação dos docentes desfavoráveis á deflagração da greve. A próxima assembléia deliberará sobre a greve do dia 16/04.
ADEPM	26/03	03/04	180	SIM	SIM	AG foi geral/comunitária. Ampliado o comando de mobilização e estabelecido um cronograma de mobilização.
ADUEPB	20/03			SIM	SIM	aprovou indicativo para o dia 16/4 com uma nova AG e atividades de mobilização.
ADUFPB-JP	21/03	11/04	137	NÃO		aprovada a realização de plebiscito (caráter consultivo). Indicativo de greve será apreciado na AG do dia 11/04. Aprovadas várias atividades de mobilização.
ASPUV	20/03	08/-11/04		SIM	SIM	aprovado manter a mobilização.
ADUFAC						o indicativo de greve será apreciado na Assembléia já convocada.

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DA ADUFPB-JP À ASSEMBLÉIA GERAL DE 11/04 796

A Diretoria Executiva da ADUFPB-JP, reunida dia 10/04 (quarta-feira), debruçada nos números do Plebiscito e examinando acontecimentos conjunturais, resolve apresentar aos Docentes da UFPB, em Assembléia Geral, de maneira breve mas densa, a Resolução seguinte:

1. Jamais a condição docente esteve tão aviltada. Esta situação cria um caldo de cultura favorável à mobilização da categoria. À nível nacional, de variadas maneiras, há sintomas de mobilização da categoria docente.
2. O vetor da atual insatisfação são as perdas salariais, acadêmicas e previdenciárias dos docentes universitários. Estamos há 16 meses sem reajuste salarial. O governo intenta pulverizar a carreira docente por Universidade. Nossa aposentadoria especial, na emenda da reforma da Previdência, é liminarmente desconsiderada.
3. Os números desmentem os governo FHC na decisão de negar o aumento de direito aos Servidores Públicos Federais. A folha dos SPFs - ativos e inativos -, conforme dados do Executivo, é de cerca de 37 bilhões de reais/ano, o que corresponde a menos de 30% dos gastos do governo federal. Leve-se em consideração em relação a estes números, ainda, que o principal impacto na folha de pessoal do ano passado foi o **aumento diferencial de 140% nos escalões burocráticos de Brasília, inclusive o salário do próprio Presidente da República.** Vale lembrar, por último, que de juros da dívida interna e externa - principais ralos do orçamento federal - gastou-se, em 1995, 16 bilhões de reais.
4. O contencioso do aumento do funcionalismo público insere-se em momento particularmente decisivo no que refere ao Plano Real. **É em razão desta particularidade que o Executivo resiste em conceder o aumento aos funcionários públicos.** Por mais que o governo negue, o real é o dólar. Sabe-se que vincular a moeda nacional ao dólar - diretamente como a Argentina ou indiretamente como o México - é embutir o colonialismo na moeda e aceitar, sem relutância, a sobrevalorização cambial. Cria-se, paulatinamente, uma situação em que manter o câmbio significa estrangular a capacidade exportadora, subsidiar o consumo privilegiado e agrandar à especulação financeira. A estabilização frágil do governo começa a entrar em sua **fase de declínio.** Analistas internacionais apontam para breve uma tendência de alta dos juros no mercado norte-americano, fatal para os destinos do real. A âncora agrícola esgarçou até não poder esticar mais - elemento importante no monitoramento da cesta básica. **Não é por outro motivo que o primeira edição do "novo" Jornal Nacional da Globo, em editorial, cobra de FHC rapidez nas chamadas reforma estruturais.**
5. Em termos estritamente políticos, vivenciamos um momento pacificação na base política do governo no Congresso Nacional. O litígio esboçado na ameaça de instauração da CPI dos Bancos e derrota da Reforma da Previdência, não ocorreu. **Este dado é fundante na análise da oportunidade da greve.** Caso a situação política tivesse evoluído no sentido do litígio, a greve já era por demais oportuna. Por isso, já em outro momento, é o caso de analisar a factibilidade de apoios sólidos de nosso movimento na área política, na mídia e na população em geral. Sem estes apoios, estaremos fadados à derrota e o isolamento político.
5. Embora em curva ascendente, nosso movimento ainda é pouco participado. Examinado a rodada de Assembléias no fax mais recente enviado pela ANDES, apesar de indistarsável maquiagem, percebe-se que raras Assembléia passaram de uma centena de docentes.

Por isso, propomos:

1. Incorporar-nos ao movimento grevista dos funcionários públicos, sem, no momento, em

João Pessoa, adotar esta forma de luta. A depender da evolução do movimento, em nova Assembléia, proposta para o dia 18 de abril (quinta-feira), poderemos avaliar nossas forças e assumir a forma grevista.

2. Marcar uma **Aula Pública dos Docentes da UFPB** para sexta-feira (19/04), em frente à Universidade (no Ponto de Ônibus), às 10 da manhã. A UFPB cerraria as atividades no momento da Aula Pública, de 10 às 12 da manhã.

A esta Aula Pública devem ser convidados para pronunciamento o Reitor da Universidade, os candidatos a Reitor, o DCE e o Sintesp, a CUT, parlamentares solidários com a luta das Universidades.

Este rol de propostas não impede outras a surgir nesta Assembléia. A criatividade política mais que nunca deve ser exercitada!

João Pessoa, 10 de abril de 1996  
Diretoria Executiva

## A P U R A Ç Ã O P L E B I S C I T O C O N S U L T I V O

CENTROS	SIM	NÃO	BRANCOS	NULOS	TOTAL
CCHLA(2 urnas)	1) 38 2) 23	1) 80 2) 14	- -	02 -	<b>157</b>
CCEN (2 urnas)	1) 16 2) 27	1) 31 2) 29	- -	01 -	<b>104</b>
CCS (3 urnas)	1) 12 2) 37 3) 12	1) 22 2) 62 3) 25	- - -	- - -	<b>171</b>
CCSA	11	40	-	02	<b>53</b>
CCJ	07	09	-	-	<b>16</b>
CT	30	50	-	02	<b>82</b>
CE	30	24	-	01	<b>55</b>
ADUF	04	06	01	-	<b>11</b>
<b>TOTAL</b>	<b>247</b>	<b>392</b>	<b>01</b>	<b>08</b>	<b>649</b>

TOTAL DE ELEITORES ..... 1.846

AFASTADOS (20%) ..... 369

ABSTENÇÕES ..... 1.018

TOTAL DE VOTANTES(%)..... 649    66,17%

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95



# Baletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 23 - Abril de 1996

## Professores aprovam indicativo de greve para 3ª feira, 23/04

Os professores do Campus I da UFPB estão em estado de greve desde a sexta-feira (19/04) e aprovaram um indicativo de greve para terça-feira (23/04). No mesmo dia, às 9h00, no Auditório do Centro de Tecnologia eles realizarão uma assembléia geral para decidir se aderem a paralisação por tempo indeterminado.

A assembléia de sexta-feira

pela manhã, no Auditório da Reitoria das mais participativas dos últimos meses, chegando a ter 198 docentes. O ponto de pauta mais polêmico foi o do encaminhamento de propostas.

Nele, os participantes dividiram. A avaliação da Diretoria foi de que existia a necessidade da greve e de criação das condições subjetivas para deflagrá-la, como: organização da categoria, mobilização e

correlação de forças.

Outra parte dos professores apresentou a proposta de estado permanente de greve e indicativo de greve para terça-feira. Ela venceu por 43 votos contra 27.

Na segunda-feira (22/04) a Diretoria da ADUFPB-JP vai continuar mobilizando a categoria, desta vez realizando reuniões em todos Centros para discutir o indicativo de greve.



**A AULA HOJE É NA RUA.  
SAIA ÀS RUAS  
PARA NÃO SAIR  
DA UNIVERSIDADE.**

**AULA PÚBLICA DA COMUNIDADE  
UNIVERSITÁRIA**

**Dia 24/04 (QUARTA-FEIRA), ÀS 10H00,  
NA ENTRADA DA UFPB**

### MOÇÃO DE REPÚDIO

Nós, professores universitários da UFPB, reunidos em Assembléia Geral para tratar da greve dos Servidores Públicos Federais, entre indignados e consternados, manifestamos o nosso mais veemente repúdio à chacina perpetrada no Pará contra os sem-terra que lutam pela Reforma Agrária.

A chacina depõe contra o próprio padrão civilizatório do Estado brasileiro e o Governo Federal tem que ser responsabilizado por todos os massacres ocorridos no campo. O uso da violência consentida pela sociedade ao Estado volta-se contra ela mesma, revelando o que o Estado de Direito brasileiro ainda é desiderato simbólico, não de fato. Particularmente no campo a violência privada e, pior ainda, estatal, contra os que lutam pela reforma agrária é permanente e persistente. Estão na galeria de heróis do povo brasileiro Margarida Maria Alves, Chico Mendes, João Pedro Teixeira - para citar alguns de longa lista. Agora somam-se a esta lista fúnebre os 25 (vinte e cinco) mortos de Eldorado dos Carajás.

Queremos exemplar punição de todos os culpados dos sucessivos massacres no campo e a real priorização da Reforma Agrária, com o assentamento imediato de todas as famílias ocupadas, enquanto exigimos o fim da barbárie e injustiça que nos acossa por todos os lados.

João Pessoa, 19 de abril de 1996  
Assembléia Geral dos Docentes da UFPB

**ASSEMBLÉIA  
GERAL**

**Dia  
23/04**

**ÀS 09H00, NO AUDITÓRIO DO CT  
PAUTA: 1) - Informes; 2) Avaliação do indicativo  
de greve, 23/04**

# 31 AD's já decidiram pela greve

AD'S SÍND	ENTRADA EM GREVE	ÚLTIMA AG	PRÓXIMA AG
ADUA		16/04	25/04
ADUFFA	16/04	15/04	18/04
APRUMA	16/04	16/04	29/04
ADUFC	07/04	16/04	
ADURN	16/04	16/04	
ADUFEPE	16/04	16/04	23/04
ADUFERPE	16/04	16/04	23/04
ADUFS	17/04	17/04	18/04
ADUFAL	16/04	16/04	22/04
APUB	16/04	15/04	
ADUnB		16/04	19/04
ADUFG		18/04	23/04
ADUFMS	16/04	19/03	22/04
ADUFU		18/04	

APUBH		16/04	23/04
ADCEFET-MG	16/04	16/04	19/04
APES-JF	16/04	16/04	22/04
ASPESAL	16/04	16/04	
ADUFES	16/04	16/04	19/04
ADUFRJ	16/04	16/04	23/04
ADUFF	16/04	15/04	
ADUR-RJ		18/04	
APUFSC	16/04	16/04	22/04
SINDOCEFET-PR	16/04	16/04	
ADUFRGS	16/04	16/04	19/04
APROFURG		16/04	22/04
ADUFPEL		18/04	
SEDUFMS		15/04	23/04
ADUFPI	16/04	16/04	17/04
ADEPM	18/04	18/04	22 e 23/4
ADUFPB-JP		16/04	19/04

ADUFOP		16/04	23/04
ADUFMAT-MT	16/04	16/04	22/04
ASPUV	16/04	15/04	
ADCEFET-RJ	16/04	12/04	18/04
APUFPR	18/04	16/04	23/04
ADUFSCAR	16/04	16/04	18/04
ADUF PATOS		16/04	
ADUFPB-CG		17/04	22 E 23
ADUEPB	16/04		24/04
ADUFAC	19/04	16/04	
ADCESP	09/04	09/04	
ADUNIRIO		19/04	
ADUFS-BA	16/04	16/04	19/04
APROEFEI	17/04	12/04	

## OPINIÃO

# Eleição para Reitor na UFPB

Sérgio Ribeiro dos Santos

Desencadeia-se dentro da Universidade Federal da Paraíba o processo eleitoral para escolha do Reitor que, ao assumir a administração, terá em suas mãos a responsabilidade de conduzir os destinos da instituição e prepará-la para o próximo milênio.

Os desafios para a nova gestão são imensos, um deles será tentar minimizar as queixas dos estudantes que saem da Universidade despreparados e com precárias condições de assumir seus espaços no mercado de trabalho com competência e criatividade. Naturalmente, não poderia ser de outra forma, uma vez que as Universidades brasileiras estão passando por um processo de depreciação institucional jamais visto, além disso, apresentam uma organi-

zação da hierarquia vertical, onde o dirigente máximo, o Reitor, é visto ainda como título medieval de "magnífico", além disso, os funcionários no atual contexto, são alijados do processo de produção e de participação.

Assim, diante de uma estrutura rígida, morosa e profundamente burocratizada, a Universidade caminha sobrevivendo de forma precária, lenta e avessa a inovações, mas consolidada numa cultura organizacional marcada pelo tempo e pela tradição.

Observa-se que os discursos proferidos pelos atuais candidatos se assemelham, em termos de promessas que "tudo vai melhorar se eu for Reitor!". O que vai diferenciar um candidato do outro será aquele que tiver competência e criatividade para

adequar a Universidade a nova realidade social, para isso se faz necessário uma mudança de modelo organizacional. Fala-se, por exemplo, que para o MEC, a UFPB tem professores e funcionários demais, isso é verdade, se olharmos na perspectiva linear. Mas, se visualizarmos sob a perspectiva da demanda, ou seja, os cursos onde existem uma grande procura e uma grande saída de graduados, veremos que há, em muitos casos, carência de professores e funcionários. Portanto, medidas sérias, porém energéticas, deverão ser tomadas pelo futuro Reitor, por que uma máquina administrativa pesada, onerosa e improdutiva não poderá sobreviver por muito tempo num sistema altamente competitivo e de rá-

pidas mudanças sociais e tecnológicas.

Chegou o momento de despertarmos do marasmo que nos rodeia e descartarmos os discursos demagógicos e medíocres. A Universidade necessita buscar a excelência da produção do conhecimento, essa é a boa hora, para escolhermos uma liderança capaz de visualizar o futuro e preparar as bases da Universidade do terceiro milênio. Para isso, as IES federais precisam se adaptar ao novo tempo e acompanhar as mudanças de paradigma na gestão gerencial com uma visão de mundo mais íntegra total.

Professor do DENCA/CCS-UFPB

## EXPEDIENTE

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiação à CUT. Centro de Vivência - UFPB - Caixa Postal: 5001 - CEP 58.051-970 - João Pessoa/PB - Fone: (083) 224-3801 - Fax: (083) 224-8375

Presidente: Jaldes Reis de Meneses  
Vice-presidente: Maria das Graças Toscano  
Secretário Geral: Dailton Lacerda  
Tesoureiro: Héliada Cristina C. Valério  
Diretor de Política Sindical: José Jonas Duarte  
Diretor de Política Social: Marcos Montenegro  
Diretor de Política Educ. e Cient.: Luis Tadeu D. de Medeiros

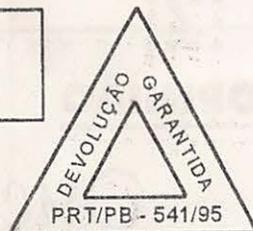
Diretor Cultural: Jozemar Pereira dos Santos  
Diretor de Imprensa e Divulgação: Derval Golzio  
Suplente de Secretaria: Giovani Luiz de Carvalho Bezerra  
Suplente de Tesouraria: Judy Mauria Gueiros Rosas

Jornalista Responsável: Fred Oliveira - MTB/PB 956  
Diagramação: Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira I - CEP 58.055-620 - João Pessoa - PB  
Fone/Fax: (083) 231-3945/231-1703

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95



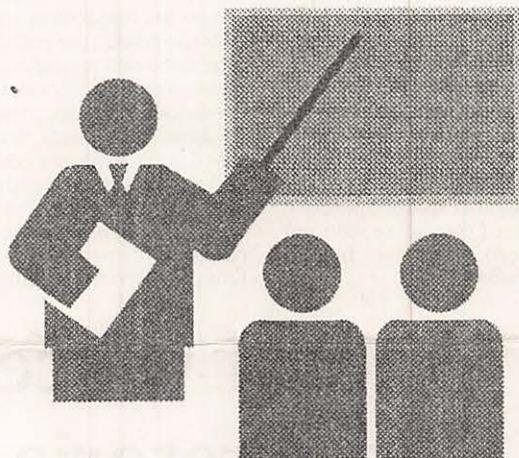
# Boletim ADUFPPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 24 - Junho de 1996

## Comunidade universitária discutirá Autonomia nas IFES

Os segmentos dos professores, estudantes e funcionários deverão discutir a Autonomia Universitária em seminário a ser realizado no mês de junho. O Seminário foi aprovado em Plenária da comunidade universitária, que aconteceu dia 31 de maio, no Auditório do Sintesp, Campus I. Ainda da Plenária, foram discutidos os encaminhamentos para o sucesso da Greve Geral, marcada para o dia 21 de junho. No próximo dia 05, às 14h00, a CUT reunirá sindicalistas no Auditório da Associação Paraibana de Imprensa para encaminhar a Greve.

Os professores do Campus I mostraram-se preocupados com o andamento da PEC 233 do Governo Federal, que aponta para uma gradual privatização das Universidades brasileiras. Caso aprovado o Projeto do governo, os professores perde-



rão o direito à carreira única e a manutenção das IFES seria, em parte, resolvida em convênios com a iniciativa privada.

Em Estados pobres como o da Paraíba, é o mesmo que decretar o fe-

chamento da UFPB. Em contrapartida, os técnicos do governo apontam para a criação de Centros de excelências, localizados em Estados do porte do Rio de Janeiro e São Paulo onde os recursos seriam vastos. As negociações salariais seriam ainda mais traumáticas. Por terem ganho a autonomia, os docentes de cada Universidade teriam que negociar direto com os reitores. Com Universidades instaladas em estados pobres, os professores teriam o agravamento da proletarização do trabalho e salários.

Professores, funcionários e estudantes deverão analisar as propostas de Autonomia Universitária do MEC e ANDIFES e esboçar formulação para ser apreciada em Seminário Nacional com a UNE e FASUBRA E ANDES, que deverá acontecer até o mês de setembro deste ano.

## São João

### Arraiá da ADUF será no dia 15

Pamonha, milho assado, canjica e forró. Assim será o São João no Arraiá da ADUF, no próximo dia 15. O conjunto Os Filhos do Forró já foi contratado para animar a festa e Diretoria espera que a sede social fique lotada de associados para esta confraternização junina.

Toda infra-estrutura da festa já está definida e prevê que além do show dos Filhos do Forró, também será realizada a apresentação de uma quadrilha junina. Na sede social será instalada uma baraca para a venda de comidas típicas de milho.

As mesas para os filiados da ADUFPPB-JP serão vendidas a R\$ 20,00. Para cada uma será destinado um kit com comidas típicas de São João. Elas poderão ser adquiridas na sede social ou na sede da entidade, no Campus.

A realização do Arraiá da ADUF tem o objetivo de oferecer aos filiados uma opção de festa junina com conforto, tranquilidade e baixo custo, além de servir de espaço para a confraternização.

## EMPRÉSTIMO



### BB suspende financiamento

O funcionamento do convênio entre o Banco do Brasil e UFPB para a concessão de empréstimos para os professores e funcionários está suspenso. Segundo a gerência do BB, o motivo é a falta de uma rubrica para o SIAF autorizar os descontos em contracheques. Recentemente, o Governo Federal determinou que nenhuma nova rubrica fosse liberada.

Apesar da suspensão, a gerência do Banco do Brasil no Campus orientou a Diretoria da ADUFPPB-JP a continuar reco-

lhendo inscrições dos professores interessados. Não existe previsão de quando os empréstimos começarão a ser liberados.

Pelo convênio, os empréstimos poderão ser pagos em até 12 meses, através de descontos nos contracheques, de acordo com a margem de consignação. Os juros para, quem decidir pagar em até 6 meses será de 5,3%. Acima deste período, os juros serão de 5,8%. O mesmo convênio também existe com a Caixa Econômica Federal, que ainda não se manifestou com relação ao início das inscrições dos professores.

# Queda nas transferências federais maltrata a Paraíba

Ademir Alves de Melo

Pouco se tem falado sobre a importância da atuação do setor público federal na economia paraibana. Consequentemente, muito pouco também se tem falado do rebatimento da crise pela qual vem passando esse setor na vida econômica do Estado. Mas quando as medidas de contenção chegam a ponto de levar as instituições ao sucateamento com o congelamento dos salários dos servidores por um período de um ano e meio (enquanto a inflação reduz à metade o seu poder real de compra), a questão assume viva atualidade, ensejando o rabisco de algumas considerações oportunas.

Dentre todas as instituições públicas federais, a UFPB é a que tem maior peso no Estado. O seu orçamento realizado, em 1995, inclusive receitas próprias e outras receitas, representaram cerca de R\$ 304,2 milhões, em dados aproximados. Deste montante, 89% esteve comprometido com despesas correntes. Para se ter uma

idéia da importância disso num Estado pobre como a Paraíba, basta que comparemos esses dados com as receitas auferidas pelo Governo do estadual no mesmo período. A soma de todas as receitas apuradas pelo Tesouro estadual (inclusive as provenientes de transferências legais) no ano de referência, totalizou algo em torno de R\$ 852 milhões. Deduz-se daí que a participação das receitas totais da UFPB nas receitas do Estado se aproxima à cifra de 36%! Note-se que, por razões conhecidas, nos últimos quatro anos, a UFPB tem recebido um tratamento discriminatório inaceitável.

Os dados aqui analisados, por si só, bastariam para se avaliar a importância da participação do setor público federal na demanda efetiva por bens e serviços na economia estadual. Também ajudam a explicar o peso que o setor terciário (comércio e serviços) na composição do Produto Interno Bruto da Paraíba.

Agora, se ao orçamento da UFPB acrescentarmos as dotações orçamentárias correspondentes às demais instituições públicas federais aqui sediadas, pode-se imaginar o impacto do encolhimento da participação do setor público federal na formação bruta do capital fixo da Paraíba, na sequência das medidas de políticas neoliberais do governo FHC de *reduzir o tamanho do Estado*.

Na ausência de dados concretos, restrinjo estas considerações ao campo das conjecturas - que por demais não percam por gratuidade - para dizer que o estoque disponibilizado de recursos provenientes da União, para as rubricas de custeio, pessoal e investimentos, seguramente, deve superar a casa dos cinquenta por cento de todas as despesas correntes realizadas pelo Governo do Estado da Paraíba.

Por isso, a recente ameaça de suspensão de pagamento de salários feita pelo Governo Federal (felizmen-

te, logo retirada) causou frêmito nos credores da praça local. A eventualidade do recurso de uma tal medida extrema, seguramente, provocaria consequências desastrosas, com repercussões indesejáveis sobre toda a vida social do Estado. A economia paraibana é fortemente dependente de recursos federais devido à fragilidade estrutural de sua base produtiva.

Aliais, as políticas de contenção salarial e de redução de despesas no setor público, praticadas pelos governos federais, nos últimos dez anos, obedecendo rigorosamente ao receituário monetarista de combater o desequilíbrio fiscal com medidas recessivas e o desmantelamento do Estado, já vem se refletindo nas estatísticas dos negócios da Paraíba, em particular, nas finanças públicas estaduais. No primeiro caso, pelas razões já explicitadas; no segundo, porque a recessão inibe a capacidade arrecadadora do fisco além de restringir ao essencial as transferências intergovernamentais para o processo de acumulação de riquezas.

Por tudo isso, todas as forças vivas da Paraíba - empresários e trabalhadores, mas sobretudo os nossos representantes no Congresso Nacional - deveriam ser instados a refletir um pouco mais sobre este problema, em interesse do próprio desenvolvimento de nosso Estado.

Professor Dr. do Departamento de Economia da UFPB

## Conad discutirá comunicação

Os diretores de Imprensa e Divulgação das Associações Docentes do Norte e Nordeste estiveram reunidos em Fortaleza/CE, nos dias 25 e 26 de maio para avaliar a política de Comunicação da Andes. A criação da Agência Andes de Notícias foi um dos pontos abordados no encontro. A viabilização legal da agência deverá acontecer no próximo CONAD, que se realizará em junho, em São Paulo.

A criação da **Revista Brasis**, também foi alvo das discussões. Ela está sendo elaborada num processo rico de discussão, com intuito de estabelecer um veículo de comunicação nacional onde serão abordados temas esquecidos pelos grandes informativos nacionais.

## Chapa 1 vence eleição para diretoria da ANDES

A chapa 1 - Andes Autônoma e Democrática - venceu as eleições para a nova Diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior-ANDES, realizadas entre os dias 21 e 23. Em segundo lugar ficou a Chapa 3 - Em Defesa da Democracia e da Universidade - e em terceiro ficou a Chapa 2 - Andes Paratodos. A posse da nova Diretoria da entidade está prevista para acontecer no dia 28 de junho, durante a realização de um CONAD. A nova presidente da ANDES é Maria Cristina de Moraes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A chapa 1 obteve cerca de 7.609 votos, a chapa 2, 4.734, e a chapa 3 cerca de 5.767 votos. Diante desse resultado, pode-se constatar que a Chapa 1 teve 39,5% dos votos, enquanto a chapa 2 teve 24,6% e a chapa 3, 29,9%. Os votos brancos e nulos representaram cerca de 3,0% do total. Votos válidos foram 19.236 e comparecimen-

to médio foi de 29,9%.

A vitória da Chapa 1, apoiada pela atual diretoria, aconteceu principalmente nas universidades estaduais e particulares. Nas federais, a votação foi dominada pelas demais chapas, apesar delas estarem em greve durante a eleição.

João Pessoa A nível local, a chapa Andes Paratodos foi a vencedora, com 283 votos. A chapa 1 veio em seguida, com 182 votos e a 3 com 130 votos. Apenas 627 professores votaram, quando 1.868 estavam aptos. Comparecimento médio foi de 33,6%.



### EXPEDIENTE

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiação à CUT. Centro de Vivência - UFPB - Caixa Postal: 5001 - CEP 58.051-970 - João Pessoa/PB - Fone: (083) 224-3801 - Fax: (083) 224-8375

Presidente: Jaldes Reis de Meneses  
Vice-presidente: Maria das Graças Toscano  
Secretário Geral: Dailton Lacerda  
Tesoureiro: Héliana Cristina C. Valério  
Diretor de Política Sindical: José Jonas Duarte  
Diretor de Política Social: Marcos Montenegro  
Diretor de Política Educ. e Cient.: Luis Tadeu D. de Medeiros

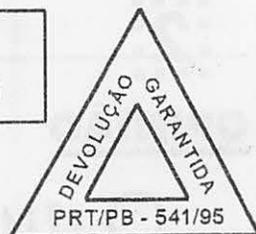
Diretor Cultural: Jozemar Pereira dos Santos  
Diretor de Imprensa e Divulgação: Derval Golzio  
Suplente de Secretária: Giovani Luiz de Carvalho Bezerra  
Suplente de Tesouraria: Judy Mauria Gueiros Rosas

Jornalista Responsável: Fred Oliveira - MTB/PB 956  
Diagramação: Ricardo Araújo - MTB/PB 631

**AA**  
**MÍDIA**  
Assessoria de Comunicação

Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira 1 - CEP 58.055-620 - João Pessoa - PB  
Fone/Fax: (083) 231-3945/231-1703

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95



# Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 25 - Junho de 1996

## Eleição para reitor reforça democracia na UFPB

A realização da campanha eleitoral tem sido salutar para o aperfeiçoamento da democracia na UFPB, apesar do surgimento, em alguns momentos, de problemas como o baixo nível de politização de alguns debates e o fisiologismo de algumas ações.

Esta avaliação da campanha está sendo feita pela Diretoria da ADUFPB-JP, que na semana passada alertou a comunidade universitária para o risco de golpe e ações ilegais no momento da composição da lista tripartite.

Segundo a Diretoria, a campanha eleitoral pode unir a comunidade em torno de algumas lideranças e "idéias forças", para construir universidade que queremos. Ela também vê com bons olhos as posições assumidas pelos candidatos indistintamente, de oposição as políticas do Governo Federal para as instituições federais de ensino superior.

Estas ações estão produzindo enormes prejuízos para as universidades, sobretudo, porque estão orientadas pelo esquema neoliberal para as IFES.

Uma delas, também reconhecida por todos os candidatos, é a defasagem salarial dos professores e funcionários.

A Diretoria da ADUFPB-JP tem mantido a sua posição de neutralidade diante de todas as candidaturas, fato que não aconteceu em eleições passadas, quando a entidade foi transformada em comitê de campanha de chapas.

Por representar toda a categoria, o sindicato não deve tomar partido por candidatos porque provocaria rachas na categoria nas lutas sindicais e políticas.

### GREVE GERAL

## 72% dos trabalhadores apoiam o movimento

*Setenta e dois por cento dos trabalhadores apoiam a realização da greve geral do próximo dia 21. A avaliação foi feita por uma pesquisa realizada pelo Instituto Gallup, realizada a nível nacional. O resultado reforça a organização do movimento.*

*A pesquisa entrevistou 4.155 trabalhadores nas sete principais regiões metropolitanas do país e constatou que 70% deles pretende dar apoio direto a greve e o restante indireto. Apenas 28% são contra a paralisação.*

*A nível de Paraíba, a Central Única dos Trabalhadores e seus sindicatos filiados estão trabalhando para a re-*

*alização da greve. Já estão prontos cerca de 50 mil panfletos e ocorreram distribuições no SESC e no Viaduto Damásio Franca.*

*Na última plenária da CUT sobre o assunto, no dia 12, na API, a ADUFPB-JP foi incluída na Comissão de Divulgação e Mobilização para a Greve. Também foi criada uma Comissão de Finanças.*

*Uma articulação com os Sindicatos dos Rodoviários e dos Ferroviários está sendo feita para a adesão destas categorias e a consequente paralisação geral dos transportes de massa na grande João Pessoa.*

## BB reabre empréstimo para docentes

O Banco do Brasil decidiu recolocar em funcionamento o convênio para a concessão de empréstimos a professores e funcionários. Quem se inscreveu até o dia 14/06, deverá receber o dinheiro ainda este mês, com o início dos descontos em contracheque sendo iniciados em julho. A suspensão do convênio, segundo a gerência da agência do Campus, aconteceu porque o SIAF não tinha conseguido uma rubrica para autorizar os descontos. O entrave burocrático surgiu porque o Governo Federal suspendeu a liberação das rubricas. Os interessados nos empréstimos devem inscrever-se na ADUF, procurando a tesoureira, Héliida Cristina.

**ASSEMBLÉIA  
GERAL**

**Dia  
20/06**

**ÀS 15H00, NO AUDITÓRIO DA REITORIA**  
**PAUTA:** 1) - Informes; 2) - Adesão à Greve Geral Unificada do dia 21/06/96 3) - Escolha delegado CONAD

# O austero e o obsceno

Plauto M. de Andrade

*Para não resolver o problema da Reforma Agrária, o governo FHC criou um ministério com essa denominação.*

*Na realidade, sabe-se que se trata de uma reedição, de um ministério que já havia surgido durante o regime militar. Lembra bastante também a dificuldade em que se viu o referido regime para conceder um ministério ao ex-ministro Hélio Beltrão. Havia sido necessário criar uma pasta para ele e não se sabia o que inventar. O próprio ministro quis ser o gestor da desburocratização e foi nomeado para tal, embora a sua gestão tenha se resumido a dois ou três atos sem maior importância.*

*Gogitou-se também do ministério da Amazônia e não faltou quem sugerisse o do Nordeste. Em outras palavras, os problemas não precisam ser resolvidos, basta criar um Ministério. Dentro dessa perspectiva daqui a pouco virá o Ministério Salarial. Há outra coisa curiosa.*

*No Brasil, os candidatos não se julgam obrigados a cumprir o seu programa de campanha. O ex-presidente Collor que havia prometido respeitar a poupança da população não teve a menor cerimônia de realizar o seu bloqueio na primeira oportunidade. Fernando Henrique Cardoso, que jamais teria sido eleito se tivesse debruçado o seu plano, fala agora sobre as reformas como se o seu mandato presidencial lhe atribuisse exatamente o papel de apresentar a reforma que está propondo.*

*Somos assim um país singular: de um lado se cria uma estrutura burocrática para não se resolver os problemas; de outro, se acena à população como uma coisa e se faz outra muito diferente. Vamos à taxa de juros. O governo já prometeu, mais uma vez, operar o seu descaso.*

*Economistas das mais diversas correntes, inclusive o notável DORNUBUSH, já mostraram a incompatibilidade entre o nível dessa taxa no Brasil com a estabilização e ascensão do emprego; mesmo assim, o governo não muda a sua orientação e a dívida mobiliária também continua subindo. Resta saber agora o que FHC irá nos escamotear ao pleitear a sua reeleição. É claro que já estaremos advertido, o funcionalismo público, do qual os professores fazem parte ativa, desta vez não se enganariam com as suas promessas. Mas resta saber se outros candidatos, a exemplo de Collor e FHC, não suscitarão esperanças ao povo apenas para subir ao poder e se revelarem austeros. Viajando continuamente ao exterior, às custas do erário público e se proporcionando a se e a sua farambola, aumentos salariais superiores a 150%.*

*Até quando será a nossa provação, senhor?*

Professor do depto. de Economia/CCSA

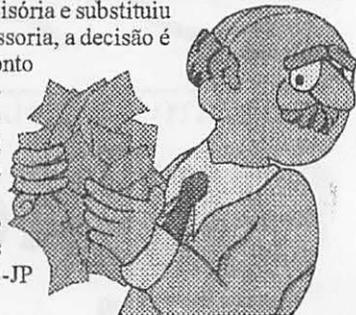
# INSS

## ADUFPB-JP entrará com ação para contestar desconto de 12%

A Assessoria Jurídica da ADUFPB-JP está estudando a possibilidade de entrar com uma ação na Justiça, contestando o desconto de 12% do INSS e pedindo a devolução das diferenças. Este percentual foi instituído através de uma medida provisória e substituiu o índice de 6%. Segundo a avaliação preliminar da Assessoria, a decisão é inconstitucional porque o aumento do percentual de desconto do imposto de renda só pode ser estabelecido por lei complementar, mas foi determinado através de medida provisória. Os professores da ativa e os que se aposentaram depois de 94 devem procurar Nana, na Associação para assinar a Ação, portando cópia do contracheque.

A justiça já concedeu a outras categorias, a redução do desconto e a devolução das diferenças. Os Professores interessados devem deixar os contracheques na ADUFPB-JP e assinar uma autorização para participar da ação.

**Estudante** - Aqueles filiados que estão interessados em utilizar o tempo de estudante para fins de aposentadoria também devem procurar a Assessoria Jurídica da entidade para participar de uma ação com esta finalidade.



## Julho: mês da autonomia

### universitária na ADUF

A Diretoria da ADUFPB-JP realizará em julho uma campanha para discutir a autonomia universitária. Ela também discutirá a reforma administrativa e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que deverá ser aprovada em breve pelo Congresso Nacional.

A entidade já está trabalhando uma proposta de seminário para o final de julho e que inclui a vinda de representantes da ANDIFES,

UNE, ANDES E FASUBRA. Também deverão ser convidados reitores de outras universidades e parlamentares federais.

A campanha pretende levar a discussão da autonomia para a sociedade através da produção de adesivos, peças publicitárias no rádio e na televisão. Já está pronto o primeiro caderno de textos, que deverá estar a disposição dos professores nos próximos dias.

## Conad discutirá preparativos do congresso da ANDES em JP

Empossar a nova Diretoria ANDES, iniciar os preparativos para o 16º Congresso da entidade e discutir a política de comunicação da entidade. Estes serão os principais pontos de pauta do 32º Conad, a ser realizado entre os dias 28 e 30 deste mês, na Universidade Estadual de São Paulo, em Guaratinguetá.

O início dos preparativos para a realização durante o Conad será importante para a ADUFPB-JP, já que o evento acontecerá em João Pessoa, em 97.

Após a delegação da entidade retornar, a Diretoria pretende criar comissões de trabalho, incorporando a participação do máximo de professores interessados em participar.

A nova Diretoria da entidade será composta pelos integrantes da Chapa 1 - ANDES Autônoma e Democrática, que venceu as eleições realizadas entre os dias 21 e 23 de maio. O novo presidente do Sindicato Nacional será a professora Maria Cristina de Moraes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Os debates sobre a política de comunicação da ANDES no Conad serão uma consequência da última reunião do Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes, em Fortaleza, no dias 25 e 26 de maio. Uma das propostas do Grupo a ser analisada é a criação da **Revista Brasis**, que pretende divulgar assuntos normalmente esquecidos pela grande imprensa.

### EXPEDIENTE

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiada à CUT. Centro de Vivência - UFPB - Caixa Postal: 5001 - CEP 58.051-970 - João Pessoa/PB - Fone: (083) 224-3801 - Fax: (083) 224-8375

Presidente: Jaldes Reis de Meneses  
Vice-presidente: Maria das Graças Toscano  
Secretário Geral: Dailton Lacerda  
Tesoureiro: Héliida Cristina C. Valério  
Diretor de Política Sindical: José Jonas Duarte  
Diretor de Política Social: Marcos Montenegro  
Diretor de Política Educ. e Cient.: Luis Tadeu D. de Medeiros

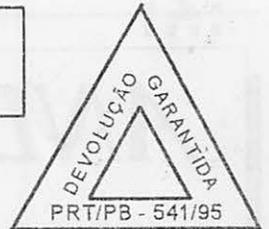
Diretor Cultural: Jozemar Pereira dos Santos  
Diretor de Imprensa e Divulgação: Derval Golzio  
Suplente de Secretaria: Giovani Luiz de Carvalho Bezerra  
Suplente de Tesouraria: Judy Mauria Gueiros Rosas

Jornalista Responsável: Fred Oliveira - MTB/PB 956  
Diagramação: Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira 1 - CEP 58.055-620 - João Pessoa - PB  
Fone/Fax: (083) 231-3945/231-1703

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95



# Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 26 - Julho de 1996

## Seminário sobre autonomia começa dia 23 deste mês

As diretorias da ADUFPB-JP, do Sintesp, do DCE e a Reitoria já definiram que o Seminário sobre Autonomia Universitária acontecerá entre os próximos dias 23 e 25, no Auditório da Reitoria. A programação também já está fechada e inclui dirigentes da Andes, Fasubra, Ministério da Educação e deputados federais.

O objetivo do evento é de debater a proposta de autonomia universitária do Ministério da Educação, incluída no projeto de emenda à Constituição Nº 233, mas a Lei de Diretrizes e bases da educação e a reforma

administrativa são temas que não deixarão de ser abordados.

A programação definida é a seguinte: No dia 23/07, às 9h00, abertura com uma palestra sobre Autonomia, Universidade Pública e Sociedade. Dela participarão expositores da ANDIFES, ANDES, UNÉ e FASUERA.

No dia seguinte, 24/07, às 9h00, a palestra terá como tema a Autonomia, Financiamento e Gestão Universitária. Os expositores serão o reitor eleito da UFPB, Jader Nunes, o reitor Neroaldo Pontes e o reitor da UFPE, Mozart Ramos.

No dia último dia, 25/07, às 9h00, haverá a palestra de encerramento. O tema será o MEC e a Autonomia Universitária. Os expositores já definidos serão o deputado federal Lindemberg Farias (PC do B-RJ), Renato Oliveira, presidente da ADUFRGS, Newton Lima Neto, Reitor da UFSCAR e um representante do Ministério da Educação, com possibilidades de serem convidadas Eunice Durhan e Vanessa Guimarães.

As tardes do evento serão dedicadas a realização de grupos de trabalho sobre os temas debatidos nas palestras.

### APOSENTADORIA COM TEMPO DE ESTUDANTE

## Assessoria jurídica garante legalidade

*A Assessoria Jurídica da ADUFPB-JP alerta que o direito à aposentadoria contabilizando o tempo de estudante não foi perdido, apesar de dirigentes do INSS terem divulgado o contrário. A divulgação de notícias com este objetivo pelo órgão tem, na*

*verdade, a intenção, de forçar os trabalhadores a desistirem e esquecerem do assunto. Com o objetivo de esclarecer seus filiados, a Diretoria da entidade republica o parecer a Assessoria Jurídica, elaborado pelo advogado Paulo Guedes.*

Diversos professores têm procurado a Assessoria Jurídica desta entidade solicitando informações sobre a contagem de tempo de serviço como estudante.

Entendemos que a contagem de tempo pretendida é perfeitamente cabível, desde que resguardados certos requisitos previstos nas Leis aplicáveis à espécie.

Em primeiro lugar, faz-se necessário transcrever o conceito de estudante, contido no Art. 2º da Lei 7.004 de 24/06/82, que instituiu o Programa de Previdência Social aos Estudantes:

"Art. 2º - Considera-se estudante, para os efeitos desta Lei, aquele ainda não incluído entre os segurados obrigatórios da Previdência Social e que esteja matriculado em estabeleci-

mento de ensino de 1º e 2º graus, em cursos universitários ou de formação profissional, devidamente reconhecidos ou autorizados pelos competentes órgãos do Poder Executivo Federal ou Estadual".

No primeiro momento é considerado estudante para a Previdência Social todo aquele que preencher os requisitos acima.

Tal dispositivo encontra-se em franco vigor, pois não foi revogado expressamente por qualquer outro dispositivo de Lei.

O Artigo 55 e seus parágrafos 1º e 3º da Lei 8.213/91, combinado com o Artigo 8º, Parágrafo Único, Alínea "C"; Artigo 15, Inciso VI; Artigo 58, Inciso VI; Artigos 188 à 191 e Artigo 198 do Decreto nº 611/92, além do Artigo 13

do Parágrafo Único, Alínea "C" do Decreto 612/92, amparam o direito do Estudante de ver reconhecido seu período de estudos como de efetivo tempo de serviço.

Para que haja tal reconhecimento, é necessário que sejam preenchidos certos requisitos, quais sejam:

- Comprovar a condição de estudante;
- Ter idade superior a 14 anos;
- Não ter exercido, no período de estudos, concomitantemente, atividade considerada de filiação obrigatória;
- E, após o reconhecimento de filiação, proceder ao depósito da indenização do INSS no valor e forma previstos nos artigos 189 a 191 do Decreto 611/92.



Aconselhamos, portanto, ao professor que pretende o reconhecimento de filiação como segurado facultativo, que faça requerimento junto ao INSS, juntando os documentos comprobatórios do preenchimento dos requisitos acima. Caso o INSS se negue a reconhecer o pedido de reconhecimento de filiação, deverá ser tomada uma Medida Judicial, mais especificamente, impetrado um Mandado de Segurança, individualmente.

João Pessoa, 15 de março de 1996  
**Paulo Guedes Pereira**  
Assessor Jurídico DA ADUFPB-JP

## NATAÇÃO E HIDROGINÁSTICA

Os cursos de natação e hidroginástica oferecidos na sede social agora estão abertos a qualquer pessoa interessada. Antes, eles só podiam ser freqüentados por filiados da ADUF e seus dependentes. Os interessados devem procurar informações como professor Sandro Casimiro. Existem horários disponíveis das 7h00 às 21h00.

# ANDES suspende greve por tempo indeterminado

A greve nacional dos docentes de ensino superior foi suspensa no dia 24/06, mas poderá ser novamente retomada no segundo semestre deste ano. Esta perspectiva está na última avaliação do Comando Nacional de Greve da ANDES, que também classifica a suspensão como uma denúncia da intransigência do Ministério da Educação em negociar com a categoria.

Segundo a avaliação, enviada à ADUF no fax Nº 25, 3 fatores dificultaram o trabalho do Comando Nacional de Greve de indicar uma direção que movimento pudesse assumir: 1) imposições das diferenças de proposta para os ru-

mos da greve; 2) estratégia de saída que mantivesse a unidade do movimento; 3) necessidade de tornar claro que ainda temos força para o embate com o Governo.

O Comando Nacional de Greve também avaliou que as dificuldades surgiram porque aconteceram alterações na conjuntura política significativas. Uma delas foi a caracterização da greve como específica dos docentes. Outra foi a fragilidade da postura da Andifes em relação do MEC, como também a intransigência do Ministério em negociar e a tendência das AD's a saírem do movimento.

A suspensão da greve foi a saída encontrada pelo Comando para manter a categoria mobilizada e demonstrar a intransigência do Governo nas negociações. Várias recomendações foram repassadas para as AD's, após a suspensão da greve.

Elas devem se declarar em Assembleia geral permanente, transforma os Comandos locais em comissões de mobilização, retomar a Comissão Nacional de Mobilização, cobrar do MEC abertura de negociações e elaboração de documento para os alunos e a sociedade explicando a situação da categoria.

## As greves nas universidades e germes do democraticídio

José Brendan Macdonald

A greve ocorrida nas universidades federais em abril e maio de 1996 (um capítulo de uma história longe de acabada) e alguns subsídios colhidos das greves da UFPB e da UFPE em particular me ensinaram a observação de alguns fatos e atitudes sintomáticos e perigosos para a nossa frágil democracia sindical.

Não existe consenso sobre o que seja democracia. Eu diria que democracia plena é o exercício do poder onde este está simetricamente distribuído entre os atores políticos de tal modo que ninguém tenha muito mais poder do que o outro e onde seja um princípio assente a igualdade de todos (no sentido de que todos somos de uma mesma substância humana, temos uma mesma dignidade não obstante evidentes diferenças de capacidades, talentos, personalidades, etc.). É claro que tal democracia ainda inexistente (a não ser nos raríssimos quistos de paleolíticos e neolíticos que ainda não foram honrados pelo toque negro da antropofágica civilização branca - mas essa é outra história). Mas isso não impede que ela seja alcançada um dia. Nem tampouco impede que já existam graus de democracia, embora ainda não o grau pleno.

Um dos instrumentos da democracia - mesmo a tão imperfeita que a humanidade ainda conhece - é o exercício do voto para que prevaleçam diretrizes combinadas pela maioria.

Mas eleições pressupõem debates e informações que esclareçam melhor aquilo que é objeto de opções e decisões. Uma eleição feita em outras circunstâncias é um ritual formalista, sem substância democrática, é um travestimento do que deveria ser um exercício da democracia.

Por isso vejo o plebiscito ocorrido na UFPB, campus de João Pessoa, em meados de abril de 1996 uma tremenda inépcia política. Algumas centenas de professores foram às urnas para decidir a entrada ou não da seção sindical em greve. Com um mínimo de informações relevantes à mão e de debate esclarecedor. Tendendo a votar pela greve mas constangido, também participei da eleição mas sentindo-me obrigado a anular o voto para poder inscrever na cédula: "Plebiscito" sem adequado debate prévio não é plebiscito."

O fato do plebiscito foi usado em muitas conversas de corredor, e em até pelo menos uma assembleia - mesmo mais de um mês após sua ocorrência - como argumento para deslegitimar a greve. Pergunto: qual o sentido do plebiscito fora das assembleias se o foro natural para decisões plebiscitárias é a assembleia. Além do mais, as decisões tomadas via plebiscito - dentro ou fora de assembleias, na vida sindical ou não-sindical - não têm vigor eterno. Deseja-se hoje a greve, por exemplo, mas amanhã não. Ou vice-versa.

"As assembleias são manipuladas." Eis uma alegação irequente de muitos durante as greves. Foi assim, por exemplo, que expressou sua re-

volta um colega nosso em reunião de um centro da UFPB, Campus I, um dia antes do fim da última greve nossa. Estava revoltado porque não lhe fora facultada a palavra na então última assembleia de dias antes. E que ele e vários outros queriam falar depois da hora prévia e publicamente combinada como hora de encerramento de falas. Isso é manipulação? Eu mesmo fui vítima do mesmo azar na assembleia de 29 de maio (e é para dizer aqui algumas coisas que ia dizer lá e então que ora escrevo) mas não vejo manipulação nisso. Se não se assentir um teto para as falas, não há mais assembleia; há pandemônio.

"As assembleias são manipuladas." Então, como explicar que nelas foram ouvidas tantas falas de tão variados matizes filosóficos? E por que ninguém que fez essa crítica não a endereçou também à assembleia de 29 de maio passado, orientada pela mesma diretoria que orientara o lançamento dessa mesma greve? Manipulações de assembleias ocorreram sim por volta de 1980 quando do nosso sindicalismo nascente, inexperiente, imaturo. Mas nos últimos 15 anos os tempos são outros. Felizmente.

Na mesma reunião de centro referido acima, vários professores que queriam o fim da greve, inclusive com o assentimento do diretor do centro lá presente, resolveram organizar um abaixo-assinado a circular entre os professores do centro. Em vez de irem à assembleia seguinte e arregimentarem simpatizantes do seu pleito para fazer o mesmo, marginalizaram o sindicato, agiram à sua mar-

gem, furaram a greve. Conseguiram algumas dezenas de assinaturas. Fato semelhante (que conheço sem pormenores) brotou de professores de outro centro deste campus no mesmo dia. Se tivesse durado mais tempo a greve, teria surgido a não desprezível possibilidade da adesão de mais assinaturas de professores desses dois centros.

Na UFPE o diretor de um dos centros estimulou a volta à sala de aula antes de a categoria votar pela saída da greve. Nessa Universidade em vários cursos professores impunham a convocação de alunos para a volta às aulas também antes da saída democrática da greve.

Ora, com o avanço dos meses e anos, esse tipo de comportamento poderá ferir de morte a frágil democracia sindical neste país.

Imaginemos uma curiosa situação digna de ser escrita em verso por um Zé Limeira hodierno. Em determinada universidade a greve se prolonga e em vários centros se organizam abaixo-assinados à margem do sindicato para se sair dela. Chega-se em fim ao ponto de se conseguir uma maioria de assinaturas de docentes dessa universidade. A presença da segunda pretensa democracia, paralela, ofusca a primeira. Esta acaba, se dissolve, morre. As próximas reivindicações dos docentes não têm quem as articule ou organize, pois não existe mais órgão nenhum de defesa da categoria. Os docentes ficam órfãos. Sua democracia morreu. Não pelo golpe de um general enraivecido. Mas por pura implosão, por suicídio.

Nem Fernando I nem Fernando II poderia pedir mais. Assim ganharíamos como se de graça.

Professor do Departamento de Economia - CCSA

### EXPEDIENTE

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiação à CUT. Centro de Vivência - UFPB - Caixa Postal: 5001 - CEP 58.051-970 - João Pessoa/PB - Fone: (083) 224-3801 - Fax: (083) 224-8375

Presidente: Jaldes Reis de Menezes  
Vice-presidente: Maria das Graças Toscano  
Secretário Geral: Dailton Lacerda  
Tesoureiro: Héliada Cristina C. Valério  
Diretor de Política Sindical: José Jonas Duarte  
Diretor de Política Social: Marcos Montenegro  
Diretor de Política Educ. e Cient.: Luis Tadeu D. de Medeiros

Diretor Cultural: Jozemar Pereira dos Santos  
Diretor de Imprensa e Divulgação: Derval Golzio  
Suplente de Secretaria: Giovani Luiz de Carvalho Bezerra  
Suplente de Tesouraria: Judy Mauria Gueiros Rosas

Jornalista Responsável: Fred Oliveira - MTB/PB 956  
Diagramação: Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira I - CEP 58.055-620 - João Pessoa - PB  
Fone/Fax: (083) 231-3945/231-1703

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95



# Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 27 - Julho de 1996

## Diretoria da ADUFPB quer reitor eleito empossado pelo MEC

O reitor eleito deve ser empossado. Esta sempre foi a posição da Diretoria da ADUFPB-JP, mesmo antes dos conselhos superiores da Universidade ratificarem o resultado da eleição para reitor, na composição da lista tríplice. Os dirigentes da entidade garantem que ela está integrada no esforço para garantir a posse do professor Jader Nunes de Oliveira, na Reitoria.

Esta decisão da Diretoria da ADUFPB-JP faz parte de uma posição

histórica da entidade, de defesa da democracia e da autonomia universitária. Apesar de ter assumido uma posição neutralidade em relação a todas as candidaturas, o sindicato não deixará de lutar para garantir que a vontade da comunidade universitária seja respeitada.

Na reunião que ratificou o resultado da consulta, o professor Jader Nunes obteve 63 votos. O professor Damião Ramos 21 e José Rodrigues 5. Para vice-reitor, os conselhos superiores deram 69 votos para Marcos Brasileiro,

15 para Jorge Beja e 4 para Rui Macedo.

O reitor Neroaldo Pontes deverá levar a lista tríplice, pessoalmente, ao Ministério da Educação. A indicação final do novo reitor da UFPB será do presidente Fernando Henrique Cardoso, que deverá ouvir também a indicação do ministro da educação, Paulo Renato de Souza.

Não existe prazo para a nomeação acontecer, mas isto deve se efetivar antes do dia 15 de outubro, quando Neroaldo Pontes encerrará seu mandato.

## CONAD extraordinário discutirá Autonomia

A questão da autonomia universitária será debatida num Conad extraordinário. Esta decisão foi tomada no 32º Conad, realizado entre os dias 28 e 30 de junho, em Guaratinguetá, na Universidade Estadual de São Paulo. Os participantes resolveram encaminhar o assunto desta maneira porque a ANDES tem um projeto para a universidade brasileira que inclui esta questão. O Conad Extraordinário ainda não tem data definida. Ela será marcada pela Diretoria da ANDES. O próximo Conad ordinário acontecerá no mês de novembro, em Ouro Preto-MG. Abaixo apresentamos um resumo dos principais temas debatidos no Conad.

### GREVE DOS SPF

O XXXII Conad também serviu para iniciar a avaliação da greve dos servidores públicos federais, mas esta questão deverá ser aprofundada durante a próxima plenária dos SPF e a reunião do setor das IFES da ANDES, em São Paulo, entre os dias 12 e 14 deste mês. Os participantes avaliaram que a paralisação foi positiva, como embate contra as propostas de FHC.

### DIVISÃO DE COTAS

As AD's presentes ao Conad conseguiram acertar uma nova divisão das cotas da Campanha de Mídia que a Diretoria da ANDES realizou em 95, em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. O novo acordo aconteceu em virtude de

30 AD's estarem em atraso. Apenas cerca de R\$ 500 mil foram gastos dos cerca de R\$ 800 mil arrecadados.

Existiam propostas de que a sobra da campanha fossem alocadas para um fundo especial de educação, porém os participantes do Conad decidiram fazer uma nova divisão de cotas entre as AD's. Com isto, algumas terão direito a devolução e muitas conseguiram diminuir suas dívidas. A ADUFPB-JP, por exemplo, já pagou cerca de R\$ 12 mil e deve contribuir com outra parcela de igual valor. Com a nova divisão, terá de pagar apenas R\$ 3.753.

### CONTAS DA ANDES

A Diretoria da ANDES também apresentou a prestação de contas da gestão passada da entidade e uma proposta orçamentária para o ano de 96.

### REVISTA BRASIS

O GT Comunicação e Artes da ANDES encaminhou para a plenária do Conad os seguintes encaminhamentos para dar prosseguimento ao projeto da revista. Será necessária a realização de uma pesquisa de opinião para identificação do público-alvo. Apenas a APUFSC apresentou proposta da pesquisa.

Também são necessários estudos para avaliar a viabilidade financeira, jurídica e política da revista. Como nada de novo foi acrescentado a discussão desde o XV Congresso da ANDES, o assunto foi remetido para 33º Conad.



### PLANO DE LUTAS

Durante o Conad, foi apresentado e debatido um plano de lutas da ANDES, que prevê uma maior integração com os setores da entidade, como as AD's das universidades privadas, estaduais e as federais. Também foi debatido o plano de Comunicação da entidade.

## Seminário abre dia 15 as inscrições

As inscrições para o Seminário sobre Autonomia Universitária estarão abertas a partir do dia 15, na sede da ADUFPB-JP. Um caderno de textos para o evento já está sendo impresso na Gráfica Universitária e será distribuído para os participantes, que também terão direito a certificado.

O evento está marcado para acontecer entre os dias 23 e 25 deste mês, no Auditório da Reitoria, e deverá debater a proposta do MEC sobre o assunto, além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a reforma administrativa. Na programação estão previstas a participação de representantes da Reitoria, do Ministério da Educação, ANDES, Andifes, UNE e Fasubra.



## A Universidade Federal da Paraíba: perspectivas

**Rolando Lazarte**

Prof. Dr. do Dpto. de Ciências Sociais

Não é fácil para um gringo enxergar uma universidade como a UFPB. Trata-se de um problema de perspectiva, principalmente. Vista desde a USP, a UFPB é um elefante branco, um cabide de empregos de tamanho inusitado para um estado pobre e subdesenvolvido. Vista desde a Veja, a UFPB é uma ficção de inteligência, um simulacro nordestino de centro de saber.

Não é fácil para um gringo compreender a realidade paraibana, sua cultura, seus modos de viver de perceber a realidade, uma realidade dura como poucas num país de contratos como este Brasil campeão de desigualdade social e regional. Facilmente escorrega-se para o simplismo e o preconceito, a superficialidade e a condescendência, o chavão barato e coisa e tal.

Tampouco é fácil para o paraibano compreender que há gringos e gringos. Gringos que olham para o Norte, como boa parte deste Brasil que se mira no chamado "primeiro mundo", e gringos que olham para o Sul, para América do Sul, essa América Latina de que o Brasil costuma esquecer que faz parte, mesmo com o Mercosul e a salutar aproximação lingüística e cultural que começa a se perceber entre países que a política colonial e neocolonial manteve distantes, afastados, enfrentados.

Por causa destas e outras dificuldades de perspectiva, é necessária cautela nas apreciações, num tom humilde nas afirmações que um gringo possa fazer sobre a UFPB, em momentos em que a comunidade universitária escolhe um reitor que

conduzirá os seus destinos até o fim deste século XX que muitos chamam o século da barbárie progressista.

Miséria e desemprego, violência e preconceito, e a generalização do estranhamento entre as pessoas como padrão cotidiano de relacionamento, exacerbados pela ética e pela prática desse "neoliberalismo" que reconduz o capitalismo mundial - agora chamado de "globalização" - às suas cruéis origens. A sociedade e a sociabilidade instituídas progressismo iluminista, em nome da razão contra a tradição, em nome da ciência contra a fé, em nome da propriedade privada contra a comunidade, esfacelaram o convívio humano desnudando o caráter intrinsecamente perverso de uma civilização que entronizou o lucro e o mercado como deuses supremos.

Na lógica "neoliberal", tudo é visto pela ótica do mercado, eficiência e eficácia, custo e benefício. E a Universidade não escapa - nem poderia - desta visão comercial e financeira que impregna todas as relações humanas, todas as ações destes "últimos homens" que se tornaram coisas, mercadorias cujo valor não lhes é intrínseco mas atribuído pelo mercado.

Um mercado que valoriza os jovens e deprecia os velhos. Valoriza os jovens como "mão de obra" cada vez mais precocemente incorporada à atividade comercial. Deprecia os velhos como sucata, resíduo inútil, lixo suscetível de qualquer negócio, seja este o turismo geriátrico, sejam as clínicas de extermínio, ou as aposentadorias mortalmente insignificantes.

Neste contexto, o reitor eleitor deverá enfrentar circunstâncias deveras adversas para

qualquer intenção firme de preservação da educação pública num estado como a Paraíba, em meio às manobras com que o governo dos intelectuais arditamente surrupiou a autonomia financeira das Universidades Federais, ao passo que destruiu as condições de trabalho dos professores ao instituir salários congelados e relações de trabalho precárias.

A cisão, quando não a aberta hostilidade entre funcionários administrativos e docentes, deverá sem dúvida se constituir em outro desafio a enfrentar pelo novo reitor, caso se queira de fato criar condições de solidariedade e cooperação internas indispensáveis para o desenvolvimento da tarefa de educar, pesquisar e repassar às organizações sociais e ao conjunto da população paraibana os resultados do trabalho universitário.

Reformular o ingresso dos alunos ao sistema, promovendo cursos preparatórios específicos por áreas de conhecimento, acessíveis aos trabalhadores, enfrentando aquele comércio elitista representado pela estrutura dos atuais cursinhos em que se prepara para uma loteria em que o candidato é sempre premiado, mesmo que esse prêmio signifique entulhar as salas de aula de elementos impregnados daquela lógica mercantil em que vale tudo pelo canudo, não importa qual nem como.

Instituir de fato a carreira docente que o MEC se empenha em apagar do mapa, estimulando a cooperação entre professores na realização da tarefa comum, bem como a participação ativa e criativa dos alunos nas atividades próprias do ensino, a pesquisa e a extensão.

Nenhuma novidade no que dissemos até aqui. Nenhuma pretensão de ser dono da verdade, apenas uma tentativa de retribuir a esta Universidade e a este povo que acolheu este gringo que talvez compla desnecessariamente as coisas apenas pelo fato de se chamar Lazarte.

## Greve será discutida em Plenária Nacional dos SPFs

A última greve dos servidores públicos federais será o principal ponto de pauta da próxima plenária Nacional da categoria, marcada para o 14/07, em São Paulo. A convocação está sendo feita pela Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais - CNESF.

A proposta de pauta da plenária é a seguinte: informes - Entidades e CNESF, avaliação da conjuntura, incluindo a greve geral; avaliação do movimento dos SPFs, com balanço da última greve da categoria; plano de lutas - neste ponto será apresentada a avaliação e o balanço elaborados pelas entidades e pelo CNESF. O local da plenária será a sede da Associação dos Docentes da

Escola Paulista de Medicina, Vila Clementino. O credenciamento dos delegados e observadores acontecerá no dia 13/07, a partir das 14h00.

IFES - Antes da Plenária Nacional dos SPFs, a Coordenação dos Setor das Federais da ANDES também realizará uma reunião, em São Paulo, no mesmo local. O encontro acontecerá nos dias 12 e 13, no Anfiteatro da Escola Paulista de Medicina. A proposta de pauta é a seguinte: Informes nacionais e locais, avaliação das greves, plano de lutas do setor (atualizado no XXXII CONAD), preparo para a intervenção na plenária dos SPFs, Comissão Nacional de Mobilização e outros assuntos.

## CONED quer ampliar Participação

"Educação, Democracia e Qualidade Social". Este é o tema principal do 1º Congresso Nacional de Educação, marcado para acontecer entre os dias 31 deste mês e 3 de agosto, em Belo Horizonte. O evento tem a intenção de recuperar e ampliar o espaço público de participação e debate, que antes eram ocupados pelas Conferências Brasileiras de Educação. O Congresso também quer divulgar a produção recente sobre o tema e fazer um resgate histórico do que já foi produzido pelos movimentos sociais.

Para se ter uma idéia da dimensão do Congresso, o Centro de Estudos Sindicais - CES já realizou um seminário Nacional de preparação para ele, entre os dias 28 e 30 de junho, em São Paulo, no Hotel Nóbilis. Entre os temas debatidos estiveram Educação e Trabalho, Educação básica e Ensino Superior e Estado, Sociedade Civil e Educação. A ADUFPB-JP foi uma das entidades que apoiou a realização do Seminário.

## EXPEDIENTE

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiada à CUT. Centro de Vivência - UFPB - Caixa Postal: 5001 - CEP 58.051-970 - João Pessoa/PB - Fone: (083) 224-3801 - Fax: (083) 224-8375

Presidente: Jaldes Reis de Meneses  
Vice-presidente: Maria das Graças Toscano  
Secretário Geral: Dailton Lacerda  
Tesoureiro: Héliida Cristina C. Valério  
Diretor de Política Sindical: José Jonas Duarte  
Diretor de Política Social: Marcos Montenegro  
Diretor de Política Educ. e Cient.: Luis Tadeu D. de Medeiros

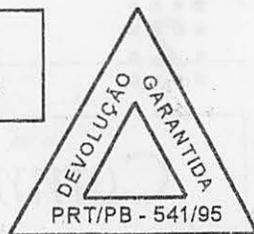
Diretor Cultural: Jozemar Pereira dos Santos  
Diretor de Imprensa e Divulgação: Derval Golzio  
Suplente de Secretaria: Giovanni Luiz de Carvalho Bezerra  
Suplente de Tesouraria: Judy Mauria Gueiros Rosas

Jornalista Responsável: Fred Oliveira - MTB/PB 956  
Diagramação: Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira I - CEP 58.055-620 - João Pessoa - PB  
Fone/Fax: (083)982 3484/231-1703

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95



# Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 28 - Julho de 1996

## Seminário debate propostas de autonomia universitária

"Um debate urgente". Assim a Diretoria da ADUFPB-JP está classificando a discussão sobre a autonomia universitária, que começou terça-feira (23/07), no Seminário organizado pela entidade, DCE, Sintesp e UFPB. O momento é estratégico porque existem várias propostas sobre o assunto e o Governo quer aprovar no Congresso Nacional propostas de emenda que modificam o que a Constituição determina sobre a autonomia.

A nova ofensiva do Governo Federal contra a autonomia universitária acontece com a proposta de emenda Nº 307, que

modifica o artigo 207 da Constituição, especificando que esta característica deve acontecer dentro da "forma da Lei".

Ela é a segunda proposta contra o artigo 207, já que a primeira foi a proposta de emenda Nº 233, de reforma educacional. Nela, a modificação da autonomia criou muita polêmica e o relator, José Jorge (PFL), resolveu retirá-la da pauta de votação. A questão da Autonomia deverá ser remetida para um projeto de lei específico.

As duas propostas do Governo e as elaboradas e discutidas pela ANDES e

Andifes também foram discutidas no Seminário que teve início na terça-feira (23/07).

Para apoiar as discussões no evento, a ADUFPB-JP editou um caderno de textos. Ele contém, o anteprojeto da Andifes, o anteprojeto da ANDES, o texto do vice-reitor da UFGO e o texto de Ricardo Abreu de Melo sobre a crise da Universidade e o neoliberalismo.

O caderno está sendo enviado para os professores nos departamentos. Os aposentados receberão o material em suas residências.

# ANDES 16º CONGRESSO

Os preparativos para o 16º Congresso do Sindicato dos Docentes do Ensino Superior-ANDES, que deverá acontecer em João Pessoa, no período de 25 de fevereiro a 2 de março de 97, já começaram.

Uma comissão de trabalho formada pelos professores Lenilma Meneses, Dailton Lacerda, José Alves da Paz, Antonio Luis, Marcos Montenegro, Hêlida Cristina e o 3º tesoureiro da ANDES, Rubens Freire, deverá começar a se reunir nos próximos dias.

Cerca de 500 delegados e observadores são esperados. Os professores interessados em colaborar com a organização devem procurar a ADUFPB-JP.

## Ação deve reduzir desconto do INSS

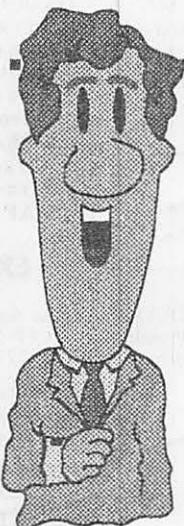
Os professores interessados em participar da ação ordinária que a Assessoria Jurídica da ADUFPB-JP impetrará contra o desconto previdenciário de 12% terão até o dia 26/07 para assinar a autorização necessária e deixar cópia dos contra-cheques. A ação quer reduzir o percentual para 6%. O desconto é considerado ilegal porque o aumento deveria ter sido determinado em lei ordinária, mas vem sendo realizado através de medidas provisórias, permanentemente reeditadas pelo Governo Federal. O prazo dado pela Assessoria Jurídica é necessário para evitar atrasos no encaminhamento do processo. Ele não inviabiliza a formação de outra relação de filiados que queiram também requerer judicialmente a redução. Várias categorias de servidores federais já conseguiram o benefício.

## Aposentados, urgente!

A ADUFPB-JP/SSind convoca todos os seus sindicalizados aposentados, para que compareçam, com urgência, à sede desta entidade sindical, com a finalidade de assinar autorização à Assessoria Jurídica da mesma, para impetrar Mandado de Segurança Coletivo, visando a suspensão da Cobrança de Contribuição Previdenciária dos docentes inativos.

É necessário que traga um documento oficial comprovando a condição de aposentado.

Solicitamos que os professores ora convocados compareçam, no máximo, até o dia 31 de julho do corrente, para tentarmos obter uma liminar para suspender a cobrança logo no próximo mês de agosto.



## Atenção

PERSPECTIVAS DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL

Expositor:

**ROBERTO ZENI**

(Gerente de Mercado de Fomento da Caixa Econômica Federal)

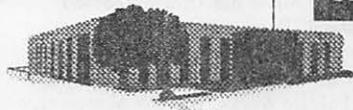
29 jul 96

(2ª feira)

15:00h

Sede da

ADUFPB



Promoção ADUFPB-JP



# Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 29 - Agosto de 1996

## Debate sobre autonomia irá para Centros e cursos

O debate sobre a questão da autonomia universitária será levado para os Centros e departamentos de cursos, nos próximos dias pela Diretoria da ADUFPB-JP.

As atividades serão uma continuidade do recente seminário sobre o tema, promovido pela entidade. O tema é imprescindível para o momento, já que a partir do dia 9 deste mês o Ministério repassará para a Andifes o seu projeto

de autonomia universitária.

Os reitores terão a função, segundo o MEC, de levar o debate na comunidade universitária. O grande problema é o curto prazo de 45 dias que o Ministério está dando para esta tarefa, antes da proposta ser enviada ao Congresso. Ressalta-se que este debate é decisivo para os rumos da Universidade brasileira e não pode ficar restrito às cúpulas.

## ADUFPB-JP retoma plano habitacional pela CEF

Entre os dias 12/08 a 06/09, a ADUFPB-JP estará inscrevendo os docentes interessados na aquisição de imóvel próprio. Isto acontecerá porque o Governo Federal, através da Caixa Econômica Federal, voltou a manifestar interesse em financiar projetos habitacionais em caráter associativo.

Na segunda-feira passada (29/07), compareceu à esta entidade, o Gerente de Mercado de Fomento da CEF, Roberto Zeni, e em reunião com a Diretoria Executiva e professores, esclareceu as novas políticas e diretrizes do PRO-CRED

(Programa de Financiamento Individual à Moradia através da Carta de Crédito - Construção sob a Forma Associativa).

Segundo o Gerente de Mercado de Fomento da Caixa, a mesma dispõe, atualmente, de CR\$ 10 milhões para aplicar na construção de imóveis na Paraíba, o que favorece à implementação do Plano Habitacional para seus associados.

Os requisitos para participação no Pró-Gred são os seguintes: 1) procurar a sede da ADUFPB-JP, munido da 1.1) Car-

teira de Identidade; 1.2) Três últimos contra-cheques; 1.3) CPF e 1.4) Conta-bancária na CEF. A renda familiar máxima exigida é de CR\$ 1.340,00, correspondendo a 12 salários mínimos vigentes. O valor máximo por unidade a ser construída é de CR\$ 58.000,00. Os juros para pagamento do financiamento variam de 3% a 9% ao ano.

As informações adicionais sobre a operacionalização do plano poderão ser obtidas na sede da ADUF. A Diretoria Executiva adianta que, em breve, editará nota explicativa sobre a questão.

## GEAP

### Desconto em contra-cheque será adiado

O desconto da mensalidade do GEAP no contra-cheque dos professores e funcionários da UFPB não será realizado este mês. Segundo a direção da instituição, o motivo do novo atraso é o fato da administração da Universidade não ter autorizado ao SIAPE. Segundo o superintendente estadual da GEAP, Marcus Aranha, a demora prejudica muito os servidores que aderiram ao plano, mas a instituição não tem culpa do problema. Num fax enviado à Diretoria da ADUFPB-JP, ele pede que a entidade entre em contato com a Reitoria solicitando a autorização do desconto o mais rápido possível.

Os atrasos do desconto começaram quando a UFPB demorou em repassar para a GEAP a fita magnética com os nomes e dados de todos os servidores da Universidade, a fim de que o processo de pagamento através dos contra-cheques fosse viabilizado. Enquanto isto não acontece, os servidores que aderiram a GEAP estão sendo obrigados a pagar suas mensalidades diretamente nos bancos.



### Revista da ADUFPB-JP

A Comissão Editorial da revista da ADUFPB-JP está encerrando os preparativos para a edição do primeiro número, mas ainda existem condições dos professores interessados entregarem artigos

O convite para os professores publicarem seus artigos na revista foi enviado a todos os Departamentos, há alguns meses. Os textos devem possuir 5 laudas (72 toques, com 30 linhas em espaço 2) e, se possível, serem entregues em disquetes de computador.

## ASSEMBLÉIA GERAL

**Dia 08 de agosto (5ª feira), às 09h00**

No auditório do CCSA

#### Pauta:

- 1 - Informes: Ações Jurídicas
- 1.1 - Medida Provisória 1.415/96 (desconto de aposentados e pensionistas com o INSS)
- 1.2 - Redução 12% para 6% (desconto INSS)
- 1.3 - Demais Ações Jurídicas
- 1.4 - Plano Habitacional
- 2 - Autonomia Universitária

(Discussão e Encaminhamentos):

- 2.1 - Orçamento Global
- 2.2 - Regime Jurídico Único
- 2.3 - Avaliação Institucional (com ênfase em deliberação sobre o "provão")
- 3) NOMEAÇÃO DO NOVO REITOR
- 4) PLENÁRIA ESTADUAL DA CUT (Eleição de delegados)



# Autonomia universitária: um debate urgente

Jaldes Reis de Meneses

Como é de domínio público, o Executivo Federal vem preparando - tudo indica que passada a refrega eleitoral de 03 de outubro - mudanças nas Universidades Federais que configuram uma reforma em profundidade no sistema das IFES.

A Diretoria Executiva da ADUFPB-JP, em nota pública de 07/02/96, já alertava: "O MEC nomeou 1996 como o ano das Universidades Federais, consubstanciado em dois projetos coligados, um de autonomia e outro de financiamento. A expressão do primeiro é a emenda constitucional 233-A (agora 370-A), visando a regulamentação da Autonomia Universitária, e o segundo, consequência do primeiro, flexibiliza a alocação e a gerência por unidade de ensino superior. Conforme o professor Luiz Felipe Perret Serpa, Reitor da UFBA, "na perspectiva do Ministério, cada universidade, a partir das novas definições, deverá apresentar um plano de gestão, com metas,

cronogramas e orçamento definidos que servirão de base para seu orçamento global. As avaliações do cumprimento das metas estabelecidas deverão refletir nos orçamentos dessas Universidades." (Universidade-Estado: para onde vamos?, FSP, 06/02/96).

De fevereiro até hoje, para além das medidas constitucionais, reformas já estão sendo implementadas no cotidiano universitário, como sobejamente demonstram, entre outros, a recente divulgação, com estardalhaço de mídia, dos resultados da avaliação de pós-graduação da CAPES - no caso da UFPB, houve rebaixamento de alguns cursos, em detrimento de ditos Centros de Excelência(?) regionais - e, na esfera da graduação, a prova de final de curso.

O recente Seminário local sobre a Autonomia Universitária, promovido pela ADUFPB-JP em consórcio com o DCE, SINTESP e UFPB, de maneira informal, e visto a premência do calendário (a ANDIFES realiza reunião em meados de agosto para fechar, em tratativas com o MEC, proposta sobre autonomia e o Execu-

tivo tramita no Congresso Nacional a PEC 370-96. A e a Reforma Administrativa), chegou à conclusão que, da polêmica sagital da autonomia, três temáticas se sobrelevam (estas temáticas se afiguram a setas que conduzem os demais temas de princípio vinculados à Autonomia):

1. Regime Jurídico Único (o governo propõe o fim do RJU, o que pode acarretar mudanças radicais na carreira docente);

2. Avaliação Institucional (o governo propõe uma avaliação com caráter punitivo, baseada numa transferência de conceitos micro-econômicos para o trabalho universitário);

3. Orçamento Global (o governo propõe a desvinculação de rubricas de pessoal e investimento, jogando todo o planejamento, gerência e execução do orçamento para as universidades. A medida, aparentemente simpática, pode significar a desobrigação de financiamento do Estado para com as Universidades, a exemplo do que acontece em países da América Latina, como Chile e Argentina).

Este assunto interessa - e muito - à opinião pública paraibana, dado o relevo de nossa universidade no concerto das relações sociais e econômicas locais. Semelhante aos demais estados nordestinos, na Paraíba temos o ensino público superior amplamente majoritário em relação à iniciativa privada. Não é pouca coisa, visto que, à nível nacional, é nas Universidades públicas que estão os melhores cursos e, precisamente, noventa por cento das pesquisas. Por último, dados coligidos pelo professor Ademir Alves de Melo, em fecundo artigo (Queda nas Transferências Federais Maltrata a Paraíba, Boletim da ADUF n° 21/96), dá uma idéia do patrimônio da UFPB para a Paraíba: de todas as receitas apuradas pelo Tesouro Estadual em 1995, totalizou-se algo em torno de 852 milhões. Na sua magnitude local, a UFPB realizou no mesmo 1995, um orçamento de de R\$ 304 milhões, ou seja, aproximadamente 36% do orçamento estadual.

(\*)Presidente ADUFPB-JP.  
Professor DH-UFPB, Doutorando em Sociologia (UFPE)

## "Me engana que eu gosto"

Maria Limeira

É impressionante como existe gente querendo enganar os colegas com demagogia e jogo de culpa tão ultrapassados. Temos que ter coragem suficiente para fazermos autocrítica e não criticar gratuitamente os colegas a pretexto de razões ocultas. Vamos esclarecer alguns pontos importantes para uma melhor compreensão do processo de greve ocorrido em abril/maio de 96.

Podemos começar a rever o que foi proposto em assembléia da ADUFPB-JP durante a greve: estudar novas formas de decisão em assuntos que envolvam toda categoria de professores e não apenas 20% e 30% dela, como por exemplo, a greve por tempo indeterminado, plano de carreira docente etc ... Quem disse que a assembléia geral é o fórum mais adequado ou legítimo para que se tome decisões deste grau de responsabilidade, quando verificamos que ela não é mais representativa do todo, pois o todo não participa em suas decisões? Por que será que não se acredita mais na validade de decisões graves tomadas em muitas assembléias?

O cientista político Norberto Bobbio em o *Futuro da Democracia*

explica alguns motivos do fracasso do sistema representativo. Um dos motivos é que a maioria só pode manifestar sua vontade através de canais de voto direto e não por grupos que se dizem representantes, pois apesar de encontrarmos alguns representantes honestos e sintonizados com a base, na prática, em geral isto não acontece. O plebiscito da ADUFPB foi uma tentativa importante, e exemplo para outras UF's, de executar um processo de consulta para se chegar mais próximo da vontade da maioria. Houve alguns aspectos que poderão ser aperfeiçoados, como o tempo de votação: poderia ser de 2 ou 3 dias, até que quase todos coloquem nas urnas o seu voto. Mais um ponto importante, já colocado por outro professor é o debate e informações relevantes antes do período da votação do plebiscito.

Lamentavelmente em quase todo sindicato, não só na nossa categoria, encontramos atitudes dos oportunistas que fazem do nosso esforço de elucidar caminhos de luta, um jogo insensato no qual temos sofrido derrotas que poderiam ser evitadas, por "sindicalistas" que fazem da atividade sindical um meio de vida, com práticas fisiológicas tão repugnantes quanto as de muitos patrões que ocupam os poderes da nação. Nos colegas, não estudamos política,

economia, sociologia e outras ciências para sermos enganados. Temos que dar o exemplo de acertar no processo de organização social por um mundo mais justo, não perdendo nas lutas políticas devido aos nossos próprios erros, nossa falta de autocrítica.

A precipitação de greve por tempo indeterminado sem o debate político amadurecido, sem modifmos nossa própria força para a luta, sem avaliarmos os métodos de atingir nosso alvo, é um processo de negação do que somos: professores que devem refletir e agir de modo consequente, construtivo.

A falta de participação das bases em reuniões dos Centros, a falta de integração dos campus do interior com o da capital, a falta de professores em atos públicos, a falta de respeito com que nos tratam por se sentirem vítimas e não parceiros de uma luta que também é deles, a falta de informações completas e sem artifícios nos boletins, como o número de votantes em cada assembléia nas UF's, a falta de comunicação com a própria sociedade sobre a educação universitária. Estes são alguns pontos que podemos colocar como críticos na última greve, além dos pontos que não tem espaço para citar no momento, que são os relacionados a ANDES, MEC, ANDIFES, etc. Isto tudo faz com que pensem

bem antes de tomarmos decisões com efeitos sociais tão amplos e irreversíveis.

Não nos interessa ter comandos de greve muitos sabidos, ferozes, coisa e tal, se estão tão distantes de suas bases, que não utilizam meios adequados de conhecer sua vontade política. Não nos interessam pessoas no sindicato que sabendo das fraquezas, falhas e limitações da compreensão dos fatos, tirem disto proveito pessoal para agir como pastores de ovelhinhas, conduzindo-nos aleatoriamente. E se nestes comandos de greve, existe uma minoria que possa sempre manter a dialética, a humildade, a coragem para nos deixar seguros de sermos bem conduzidos, poderemos reconquistar a credibilidade das assembléias e outros canais de decisão.

Precisamos, sem dúvida nenhuma, de discutirmos mais sobre o nosso futuro social, para isto, o diálogo é um bom começo. A confiança de lutarmos e colhermos bons frutos é o que todos queremos. Vamos avaliar melhor como alcançá-los. Estamos esclarecidos?

Professora do Departamento de Administração - CCSA

## EXPEDIENTE

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiada à CUT. Centro de Vivência - UFPB - Caixa Postal: 5001 - CEP 58.051-970 - João Pessoa/PB - Fone: (083) 224-3801 - Fax: (083) 224-8375

Presidente: Jaldes Reis de Meneses  
Vice-presidente: Maria das Graças Toscano  
Secretário Geral: Dailton Lacerda  
Tesoureiro: Hêlida Cristina C. Valério  
Diretor de Política Sindical: José Jonas Duarte  
Diretor de Política Social: Marcos Montenegro  
Diretor de Política Educ. e Cient.: Luis Tadeu D. de Medeiros

Dir.: Jozemar Pereira dos Santos  
Dir. de Imprensa e Divulgação: Derval Golzio  
Suplente de Secretaria: Giovani Luiz de Carvalho Bezerra  
Suplente de Tesouraria: Judy Mauria Gueiros Rosas

Jornalista Responsável: Fred Oliveira - MTB/PB 956  
Diagramação: Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira 1 - CEP 58.055-620 - João Pessoa - PB  
Fone/Fax: (083) 231-3945/231-1703

# Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 30 - Agosto de 1996

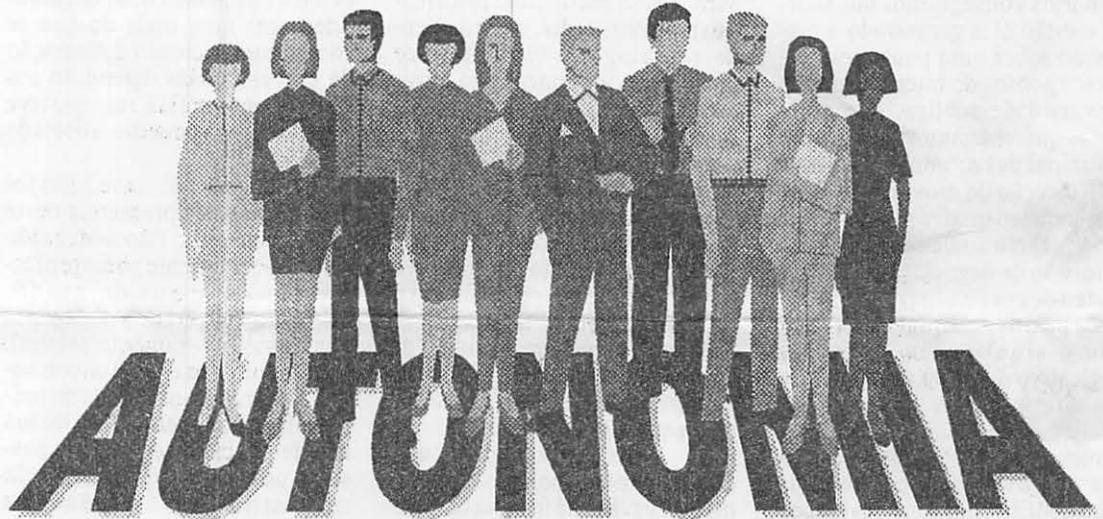
## Controle social da Educação e autonomia predominam no Coned

O controle social da educação e a autonomia das universidades foram os principais temas que dominaram os debates no I Congresso Nacional de Educação-Coned, realizado em Belo Horizonte, entre 31 de julho e 3 de agosto. O evento reuniu mais de 5 mil professores, estudantes e sindicalistas e políticos de todo país. O evento serviu, ainda, para a apresentação de cerca de 1.071 trabalhos, painéis e mesas redondas.

Além de servir de espaço para resgate do espaço amplo de discussão sobre educação como instrumento de eliminação da exclusão social e formação da cidadania, o I Coned também produziu um documento condensando as propostas dos participantes. Ele passou a ser conhecido como a Carta de Belo Horizonte, que conclama a sociedade a construção de um plano nacional de educação.

Segundo a professora e diretora da ADUFPB-JP, Judy Mauria Gueiros, do Centro de Educação, a necessidade de se encontrar mecanismos de implantar o controle social nas políticas educacionais foi uma preocupação constante dos participantes do Coned.

Outro assunto que ocupou os participantes foi a autonomia universitária. Judy relatou que a questão foi exposta e debatida por reitores, ex-reitores e professores universitários e sub-temas como as propostas de orçamento global para as universidades, regime jurídico único, avaliação institucional e até eleição para reitor. O Coned, na avaliação da professora, serviu como demonstração de resistência das pessoas e instituições que trabalham com Educação, frente as políticas do Governo FHC para o setor. 27 Estados do país estavam representados e mais de 30 entidades também compareceram.



### SETOR DAS IFES

## Diretores de AD's decidem por campanha

*As associações dos docentes das Universidades federais aprovaram em sua última reunião a realização de uma campanha nacional, pela ANDES, reprovando o Ministro da Educação Paulo Renato, o presidente Fernando Henrique Cardoso e as políticas do Governo Federal para o setor. A decisão foi tomada durante uma reunião que aconteceu durante a realização do I Coned, em Belo Horizonte.*

*A reunião também serviu para continuar a avaliação da última greve da categoria e a direção da ANDES avaliou que suas estratégias*

*para o movimento foram corretas, pois não existiam outras alternativas.*

*Com um pequeno comparecimento dos representantes das AD's, também ficou decidido que a ANDES deverá realizar uma pesquisa de opinião sobre as novas propostas de luta para o movimento e a avaliação do próprio movimento sindical.*

*Outra proposta aprovada foi a elaboração, por cada AD, de documentos que sirvam como base para demonstrar aos parlamentares federais os problemas das universidades públicas e as soluções. O material*

*deve ser enviado pelas entidades aos deputados e senadores de cada Estado.*

*Entre os participantes da reunião, também ficou constatada a necessidade de uma comunicação mais intensa entre as AD's e a realização de seminários e eventos regionais debatendo o tema da autonomia universitária. A última deliberação aconteceu no momento em que o Ministério da Educação informou que no final deste mês enviará ao Congresso Nacional, seu projeto de emenda a Constituição sobre a autonomia.*

### REUNIÕES DEPARTAMENTAIS SOBRE AUTONOMIA

Seguindo os objetivos de ampliar o debate sobre a questão da autonomia universitária, a Diretoria da ADUFPB-JP vem mantendo enterdimentos com vários departamentos para que eles abram espaços para discussões sobre o tema em suas reuniões. Já está definido o seguinte calendário de atividades:

- 14/08 - Departamento de Economia, às 14h30
- 15/08 - Conselho de Centro - CCS
- 16/08 - Departamento de Nutrição, às 09h00
- 19/08 - Departamento de Fisioterapia, às 09h00

# Um balanço da última greve

Dóris Santos de Faria e Eurípedes Dias

Terminada a greve dos docentes das universidades federais brasileiras conduzidas pela Andes-Sindicato Nacional, deve ser feita uma análise mais aprofundada acerca do que aconteceu, já que o sabor amargo da derrota começa a se esvaír e a vida acadêmica recomeça. O maior valor de uma análise realista neste momento é garantir, para o futuro, que não foi o instrumentos da greve o derrotado, afinal os funcionários conseguiram um acordo e estão eles garantindo a discussão sobre uma pauta com diversos pontos de interesse para a universidade pública. A conclusão a que chegamos é de que o principal derrotado nesta greve foi a direção do movimento, porque cometeu quatro graves erros.

1) Na audiência de 28/5, a comissão de negociação comprometeu-se em divulgar uma avaliação positiva daquela reunião (como sinalização para um indicativo de saída da greve) e o fez diferente. A comissão não avaliou, para as associações docentes, no fax 17 (29/5), os aspectos positivos daquela reunião com o MEC, conforme havia acertado com este. Tal foi feito pelo comando nacional da greve, mas só o fazendo no fax seguinte (número 18, distribuído em 31/5). Em ambos, em vez de apontar para um indicativo de saída condicional e unificada, apontou para a continuidade da greve e uma nova qualificação dos seus pontos de pauta, dirigindo as assembleias, a partir daquela data, para o acirramento da greve.

2) Por ter solicitado audiência somente no mesmo dia, esteve ausente à reunião de 30/05 com a ministro da educação, a Andifes e a Fasubra. Assim a Andes/SN deixou de acompanhar a definição do acordo da entidade dos servidores técnico-administrativos das universidades. A divulgação para os docentes foi feita de modo tendencioso, pois até o fax distribuído em 31/5 (Nº 18) não divulga que a citada reunião, além da presença da Fasubra

(e o acerto do acordo entre ambas). Mesmo como observador deveria ter estado presente.

3) Fez avaliações políticas erradas e supôs força que não tinha, tendo posteriormente que retroceder. Propôs o fortalecimento da greve, inclusive com a rediscussão da pauta de negociações (e a ADUnB, como outras ADs, influenciadas por esta direção, seguiu-se encaminhamento), proveu as condições para que o MEC tenha encontrado justificativa para retroceder, interrompendo o diálogo, e terminou por recolocar o movimento no grave impasse de, para poder recomeçar as conversações, ter que sair da greve, antes tentado pelo ministro mas flexibilizado na mesa de conversações cogita-se que o objetivo era a tentativa de manutenção do movimento até a greve geral 21/06, mas o resultado final foi a saída desunificada da greve ao longo da primeira quinzena de junho (inclusive da ADUnB), comprometendo a mobilização para aquela greve de um dia.

4) Não conseguiu dar direcionamento político ao movimento, tendo sido incapaz de identificar as dificuldades que as universidades enfrentavam para manter a situação de greve, não conseguiu direcionar corretamente as ADs no sentido de reverter a volta gradativa dos professores às aulas (também na UnB); insensível a essas ocorrências, propôs a continuidade do movimento paredista, mesmo quando diversas ADs já passavam a indicar a saída da greve (inclusive a ADUnB); dados todos esses fatos, não conseguiu coordenar uma saída unificada da greve, criando a situação de cada deliberando sua data de retorno às atividades acadêmicas. Por fim, no momento do empate técnico nas votações entre indicar a saída ou continuar a greve, não podia jamais ter apontado na direção da continuidade desta somente porque esta posição obteve 12 votos contra 11 (e 1 abstenção). Sem qualquer dúvida essa atitude revela uma total falta de liderança no

direcionamento político do movimento.

Dados os inúmeros interesses de ordem política no seio do movimento - o envolvimento com a greve e as disputas internas às universidades, especialmente aquelas relativas às eleições de reitores - o que terminamos por assistir na UnB, em 10/6, foi uma verve ufanista, buscando encontrar ganhos os quais nada mais eram do que a tentativa de evitar a desqualificação daquelas lideranças que, mais do que se comprometido com a deflagração da greve, haviam defendido seu acirramento em 31/5, mas que teve que ser forçosamente abortado em 4/6.

No entanto, nem tudo foi derrota. O mais promissor neste movimento foi o fato de ter sido feito especialmente pelos professores mais novos do quadro institucional, certamente aqueles com maior aviltamento salarial. Serviu para que eles se envolvessem fortemente na defesa da universidade e a continuidade de sua interferência nesse processo passará por sua capacidade de reconstituir a verdadeira historicidade da instituição, não aquela propalada por interesses oportunistas. Certamente isso terá consequências para o futuro da

universidade brasileira, mais ainda porque a revolta contra o MEC é intensa. A total insensibilidade do governo pelas dificuldades que se apresentam no país, o favorecimento de banqueiros; o perdão das dívidas públicas, a corrupção de parlamentares, assim como a destruição dos serviços públicos, a insegurança e difamação salarial, etc., certamente promoverão um dos maiores caos de nossa história, com a insatisfação popular crescente.

Com muita lástima vemos que o MEC também deixou de atender sua finalidade, de tal modo que o pagamento desta grave dívida pública será de muito custo para a universidade brasileira. O único estímulo do presente é que esta nova geração de professores (repito, aviltados como estão sendo em sua condição de sobrevivência), gerou-se na adversidade desta greve. Serão mais de duas décadas de conflitos, se as condições não mudarem. Certamente atingirá a próxima geração. Uma lástima que tenha ocorrido sob a égide de um professor universitário de passado progressista, como nosso presidente da República...

Professores da UnB

## INSCRIÇÃO PLANO HABITACIONAL (PRÓ-CRED-ASSOCIATIVO)

Período:  
12/8/96  
a  
06/9/96

### Documentos necessários:

- 1) Carteira de Identidade
- 2) CPF
- 3) Três cópias autenticadas dos últimos contracheques
- 4) Conta na CEF (Caixa Econômica Federal)
- 5) Conta Poupança



Renda máxima atual:  
R\$1.340,00  
(12 salários mínimos)



Local: Sede da ADUFPB-JP

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: ADUFPB-JP, TEL. 224.3801

## EXPEDIENTE

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiação à CUT, Centro de Vivência - UFPP - Caixa Postal: 5001 - CEP 58.051-970 - João Pessoa/PB - Fone: (083) 224-3801 - Fax: (083) 224-8375

Presidente: Jaldes Reis de Meneses  
Vice-presidente: Maria das Graças Toscano  
Secretário Geral: Dailton Lacerda  
Tesoureiro: Hélida Cristina C. Valério  
Diretor de Política Sindical: José Jonas Duarte  
Diretor de Política Social: Marcos Montenegro  
Diretor de Política Educ. e Cient.: Luis Tadeu D. de Medeiros

Diretor Cultural: Jozemar Pereira dos Santos  
Diretor de Imprensa e Divulgação: Derval Golzio  
Suplente de Secretária: Giovani Luiz de Carvalho Bezerra  
Suplente de Tesouraria: Judy Mauria Gueiros Rosas

Jornalista Responsável: Fred Oliveira - MTB/PB 956  
Diagramação: Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira 1 - CEP 58.055-620 - João Pessoa - PB  
Fone/Fax: (083) 231-3945/231-1703



# Boletim ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 31 - Agosto de 1996

## Proposta de autonomia do MEC lança modelo neoliberal para IFES

As Universidades federais só poderão receber no máximo 75% do orçamento do Ministério da Educação. Esta é uma determinação do projeto de autonomia do MEC. Se as Ifes necessitarem de mais recursos para sua manutenção, terão de ir buscá-los fora do Governo. Este anúncio foi feito no jornal *Folha de S. Paulo*, de sexta-feira passada (09/08).

A determinação do limite dentro do orçamento segue a situação atual, que prevê repasses até o final do ano de R\$ 4,4 bilhões. A reportagem da *Folha* não explica como e onde as Ifes deverão buscar mais recursos.

Um dos itens mais importantes da proposta do MEC, segundo a *Folha*, é que ela estabelece critérios para a distribuição dos recursos que poderão criar ilhas de excelência. Eles estão o número de alunos e avaliação que o MEC fará nos cursos de graduação e pós-graduação.

O projeto do MEC prevê que a distribuição das verbas entre as Ifes acontecerá de acordo com os seguintes critérios: 1) número de alunos de graduação; 2) número de alunos diplomados em gradua-

ção; 3) número de alunos em cursos reconhecidos de pós-graduação; 4) número de certificados de especialização e de títulos de mestre e doutor concedidos; 5) percentual do corpo docente com titulação de mestre e doutor 6) área construída 7) área do campus ou campi; 8) avaliação dos cursos de graduação e pós-graduação e 9) manutenção de hospital

*"Proposta do MEC estabelece critérios para distribuição dos recursos que poderão criar ilhas de excelência"*

de ensino.

**AUTONOMIA** - A proposta de Emenda constitucional do Ministério da Educação também prevê, segundo a *Folha*, a transformação das Ifes - que são autarquias e fundações - em entidades administrativas autônomas de regime especial. A PEC também criará um

fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior. Ele será custeado por 75% dos recursos do Governo Federal destinados à educação, ficando o restante para o ensino fundamental.

Uma outra alteração da questão da autonomia seria a introdução de regras para que as instituições mantenham o status de universidade. Este credenciamento dependerá de parecer da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, com a homologação do Ministro.

Outra exigência para o credenciamento, segundo a matéria da *Folha*, será a exigência da instituição possuir a maioria dos professores contratados em regime de 40 horas. As instituições que não conseguirem o status de universidade ficarão com centros universitários e gozarão de autonomia limitada.

**NOTA OFICIAL** - A Diretoria da ADUFPB-JP já possui o texto original da proposta de autonomia do MEC. Nos próximos dias, deverá divulgar nota oficial com uma análise mais aprofundada do documento acompanhado do projeto-lei do MEC.

### AS MUDANÇAS QUE O MEC PROPÕE PARA AS UNIVERSIDADES

#### COMO É

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial (art. 207 da Constituição)

#### O QUE A EMENDA PROPÕE

Define as universidades como entidades administrativas autônomas de regime especial. Hoje são autarquias e fundações.

Diz que o Executivo proporá lei criando o Fundo para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior.  
 Determina que a União transfira anualmente, por dez anos, 75% do total dos recursos vinculados ao ensino para o novo fundo do ensino superior.

#### COMO FICAM OS RECURSOS

A União é obrigada pela Constituição a aplicar 18% da arrecadação de impostos na educação  
 Desses recursos, 75% vão para

o novo fundo do ensino superior  
 Os recursos do fundo serão distribuídos às universidades e partir de nove critérios, entre eles o número de alunos de cada uma, percentual de professores com pós-graduação e a avaliação dos cursos oferecidos.

#### EXIGÊNCIAS DA LEI

No prazo de cinco anos a partir da vigência da lei, o custo da folha de pagamento não pode exceder 85% do orçamento custeado pela União.  
 Em dois anos, as universidades deverão ter 20% dos professores

contratados por 40 horas e 20% com pós-graduação (ao menos 4% com doutorado e 7% com mestrado).

Em quatro anos, 30% em regime de 40 horas e 10% com pós-graduação (8% com doutorado e 10% com mestrado).  
 Em seis anos, 40% em regime de 40 horas e 40% com pós-graduação (10% com doutorado e 15% com mestrado).  
 Em oito anos, 50% em regime de 40 horas e 50% com pós-graduação (15% com doutorado e 15% com mestrado).  
 A instituição perde o status de universidade se descumprir as normas acima.

# ANDES faz análise preliminar da autonomia proposta do MEC

1. Como já era esperado, o MEC publicizou sua proposta para a autonomia das Instituições Federais de Ensino Superior. Dia 08.08.96, no final da tarde, a par de repassar material noticioso à imprensa (Folha de S. Paulo), recebeu em audiência a ANDIFES, entregando aos Reitores documento contendo:

a) Alteração do artigo 207 da Constituição Federal e,

b) Ante-projeto de Lei que define a autonomia das Universidades Federais e das demais Instituições Federais de Ensino Superior;

2) Tivemos acesso a este material na manhã de hoje (09.08.96), em função de reunião que a ANDES-SN e FASUBRA-SINDICAL mantiveram com o Presidente da ANDIFES. O mesmo estará sendo postado no correio 2ª feira (12/08) para as ADs/SSind.:

3) Convém alertar que, apesar de ter sido entregue em mãos aos Reitores, pelo próprio Ministro, o documento não está lavrado em papel timbrado do MEC. Chama a atenção, entretanto, que ao alto da primeira página, identifica-se o telefone-fax de um órgão de Consultoria do MARE, o que permite especular sobre a origem do documento.

4) No que respeita à matéria publicada no Jornal Folha de S. Paulo, cabe alertar que houve alguma diferença de conteúdo entre as edições nacional e regional (São Paulo/DF). Na nacional, registra-se que o CRUB e a ANDES-SN são contrários às emendas e, em ambas, que a ANDIFES, em princípio, concorda com a proposta do MEC;

5) Quanto a isso, cabe esclarecer que a ANDES-SN ainda não havia se manifestado, até mesmo porque desconhecia os documentos. No que respeita a ANDIFES, o Prof. Odilon do Canto declarou-nos que não era esse o posicionamento da entidade; que sua entrevista havia sido con-

cedida por telefone antes mesmo da reunião com o Ministro, que suas palavras haviam sido distorcidas; que afirmou ao repórter que a ANDIFES somente se posicionaria após tomar conhecimento do teor integral da proposta; e que enviaria a Folha de S. Paulo, por escrito, um esclarecimento a respeito da reportagem;

6) No que respeita ao conteúdo central da reunião com a ANDIFES, em que compareceram, pela ANDES-SN, os diretores Márcio e Lafayete e, pela FASUBRA-SINDICAL, o diretor Hilbert, foram obtidas as seguintes informações:

6.1. O Ministro Paulo Renato apresentou as propostas do MEC anunciando que seu objetivo é, até o final do ano, de que sejam aprovadas as alterações constitucionais no Art. 207 e, no ano que vem, a Lei Complementar;

6.2. Caracterizou o Ministro o documento como não sendo, ainda, a proposta final do governo, mas somente do MEC e que, em tese, seria para discussão;

6.3. O MEC anunciou na reunião a extinção de cerca de 2.600 vagas de professores, não fazendo qualquer menção aos técnicos-administrativos;

6.4. Informou o Presidente da ANDIFES, Prof. Odilon, que os Reitores se colocaram totalmente contrários à extinção das vagas e que anunciaríamos junto à comunidade que as Universidades teriam que desativar programas de interface com a comunidade em decorrência da política do governo;

6.5. Ao mesmo tempo, a ANDIFES criou uma comissão interna para propor a definição e aplicação de critérios para alocação de vagas de docentes e técnicos-administrativos. No caso da eventualidade de se constatar a existência de excedentes, a proposição é de que sejam criadas formas de estímulo nas Universidades para

criarem programas de ampliação de suas atividades;

6.6. A Comissão de Autonomia da ANDIFES estará reunida em Belo Horizonte, na próxima 3ª feira, dia 13/08/96, quando irá fazer uma síntese do debate institucional em curso, preparando a reunião do Conselho Pleno da ANDIFES a ocorrer no próximo dia 19/08/96, em Manaus-AM;

6.7. Por fim, acertamos a participação das entidades na reunião do Conselho Pleno, no próximo dia 19/08/96, onde, provavelmente, a ANDIFES tomará uma posição inicial acerca das propostas do MEC.

7. Comunicamos às ADs/SSind que em relação a essa iniciativa do MEC estamos tomando as seguintes providências:

7.1. A Coordenação do GTPE e a Coordenação do Setor das IFES foram imediatamente acionadas para produzir uma análise preliminar dos referidos documentos, que deverão ser objeto de aprofundamento em reuniões do GTPE e do Setor das IFES, a serem brevemente convocadas;

7.2. Está sendo chamada uma reunião dos representantes das direções da ANDES-SN, FASUBRA SINDICAL e UNE

para analisar a conjuntura e propor encaminhamentos conjuntos de mobilização incluindo, provavelmente, a convocação do 2º Encontro ANDES-SN/FASUBRA SINDICAL/UNE;

7.3. Estamos recomendando às ADs/SSind que através de seus GTPEs locais e outros mecanismos de organização interna, procedam análises dos documentos e discutam formas de mobilização/intervenção, tendo em vista que, possivelmente, ocorrerão nas instâncias das Universidades, no parlamento e na opinião pública, em defesa de seu projeto;

Na medida que entendemos estar colocado mais uma vez, de forma explícita, na conjuntura, a disputa de projetos, estamos tomando todas as medidas possíveis, com vistas a divulgar massivamente a Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira.

Neste sentido, as ADs/SSind devem desenvolver esforços redobrados visando publicizar e discutir internamente nas IES e junto à sociedade nossa proposta de Universidade, articulando essas ações juntamente com outros segmentos da comunidade universitária.

## INSCRIÇÃO PLANO HABITACIONAL (PRÓ-CRED-ASSOCIATIVO)

Período:  
12/8/96  
a  
06/9/96

### Documentos necessários:

- 1) Carteira de Identidade
- 2) CPF
- 3) Três cópias autenticadas dos últimos contracheques
- 4) Conta na CEF (Caixa Econômica Federal)
- 5) Conta Poupança

Local: Sede da ADUFPB-JP

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: ADUFPB-JP, TEL. 224.3801



Renda máxima atual:  
R\$ 1.340,00  
(12 salários mínimos)



## EXPEDIENTE

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiação à CUT. Centro de Vivência - UFPB - Caixa Postal: 5001 - CEP 58.051-970 - João Pessoa/PB - Fone: (083) 224-3801 - Fax: (083) 224-8375

Presidente: Jaldes Reis de Meneses  
Vice-presidente: Maria das Graças Toscano  
Secretário Geral: Dailton Lacerda  
Tesoureiro: Héliada Cristina C. Valério  
Diretor de Política Sindical: José Jonas Duarte  
Diretor de Política Social: Marcos Montenegro  
Diretor de Política Educ. e Cient.: Luis Tadeu D. de Medeiros

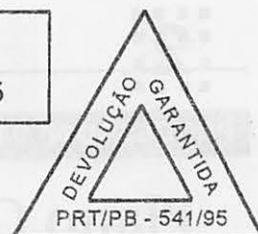
Diretor Cultural: Jozemar Pereira dos Santos  
Diretor de Imprensa e Divulgação: Derval Golzio  
Suplente de Secretaria: Giovani Luiz de Carvalho Bezerra  
Suplente de Tesouraria: Judy Mauria Gueiros Rosas

Jornalista Responsável: Fred Oliveira - MTB/PB 956  
Diagramação: Ricardo Araújo - MTB/PB 631

**MÍDIA**  
Assessoria de Comunicação

Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira 1 - CEP 58.055-620 - João Pessoa - PB  
Fone/Fax: (083) 231-3945/ 231-1703

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95



# Boletim ADUFPPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Nº 32 - Agosto de 1996

## Ações judiciais tentam reduzir contribuição previdenciária

A Assessoria Jurídica da ADUFPPB-JP já entrou com duas ações para impedir o recolhimento da contribuição previdenciária para os aposentados e tentando reduzir a cobrança do percentual de 12% para 6% desta contribuição para aqueles filiados que estão na ativa.

A ação que tenta suspender a contribuição previdenciária para os aposentados é um mandado de segurança, com um pedido de liminar. A contribuição foi instituída pelo Governo Federal através da medida provisória 1.415/96 e, além dos aposentados, também atinge os pensionistas. A AD

UFSC e os servidores do Distrito Federal já conseguiram na justiça federal uma liminar impedindo o desconto.

Uma ação ordinária foi impetrada com a intenção de tentar reduzir o percentual de 12% para 6% da contribuição previdenciária. Ela também pede a devolução da diferença de quem aposentou-se após janeiro de 94, quando o desconto começou a ser realizado. Segundo a Assessoria Jurídica, o aumento da contribuição é ilegal porque aconteceu através de medida provisória, quando só é possível na forma de lei ordinária.

Apesar das ações já estarem tramitando, novos grupos de professores interessados estão sendo formados para que outros processos com a mesma finalidade sejam ajuizados. O documento necessário exigido para a ação que tenta impedir a contribuição dos aposentados é apenas uma cópia do último contracheque.

Para a ação de redução da contribuição (de 12% para 6%) é necessário o último contracheque. Os aposentados que têm direito a devolução da diferença devem apresentar o último contracheque do período em que o desconto foi efetuado.

### VEJA RELATÓRIOS DOS PROCESSOS AJUIZADOS

#### PROCESSO Nº 1155/91 - 4ª JCJ

#### Plano Collor, 84,32%

Em fase de execução. O processo encontra-se na 4ª JCJ com a execução suspensa face o julgamento da Ação Rescisória (ROAR - 105.570/94.0), que anulou o julgamento do processo principal. Os cálculos já foram apresentados em 10.06.94. A assessoria jurídica em Brasília, interpôs Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal. O andamento da execução dependerá do julgamento final da Ação Rescisória com a apreciação do REExt.

#### PROCESSO Nº 974/91 - 1ª JCJ

#### Plano Bresser, 26,06%

Em fase de execução, já tendo sido enviado o devido precatório. A UFPB entrou com Ação Rescisória perante o TRT da 13ª Região e paralelamente, com uma Medida Cautelar Inominada, requerendo a suspensão da execução até o julgamento final da Rescisória. O Juiz Paulo Montenegro Pires do TRT da 13ª Região concedeu liminar na Medida Cautelar intentada e determinou a suspensão da execução do feito. Entramos com um agravo regimental contra o ato do Juiz do TRT, o qual foi rejeitado pelo Pleno do Tribunal. A Ação Rescisória foi julgada pelo pleno do Tribunal, tendo havido sustentação oral da assessoria jurídica da ADUFPPB-JP, no entanto, perdemos por 3 votos contra 2 a favor. Interpusemos o devido Recurso Ordinário para o TST, do qual aguardamos julgamento. O processo encontra-se na Procuradoria de Trabalho em Brasília para emissão de parecer.

#### PROCESSO Nº 355/92 - 4ª JCJ

#### Plano Verão, 26,05%

Em fase de execução. Não foi possível ser enviado o precatório no ano passado em virtude de não ter sido julgado o Agravo de Instrumento que visa destrancar Recurso de Revista da UFPB. O Agravo de Instrumento foi julgado, tendo o TST determinado a subida dos autos para aquele Tribunal Superior, a fim de que seja julgado o recurso de revista da UFPB. Com esta decisão, ficou difícil a situação relativa a este plano, desde que o posicionamento atual do TST é contrário à concessão de diferenças salariais decorrentes desse plano. Aguardamos o julgamento do TST.

#### PROCESSO Nº 94.00555-5

#### Isonomia militares, 28,87%

Ação Ordinária ajuizada perante a 3ª Vara da Justiça Federal visando a incorporação do percentual de 28,87%, concedido aos militares a partir de 1º de janeiro de 1993, bem como as diferenças devidas daquela data até a efetiva incorporação e seus reflexos. Processo foi contestado. Em seguida, nos foi concedido prazo para impugnar a contestação. Feita a impugnação, os autos foram julgados, tendo sido julgado improcedente o processo. Interpusemos Apelação para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Recife-PE). A apelação interposta (Processo n. AC 95515/PB - 96.05.05835-9) foi julgada no mês de abril próximo passado, e publicada no DJU de 24.05.96. Interpusemos Recurso Extraordinário para o Supremo Tribunal Federal. Aguardamos o despacho da Presidência do TRF, acerca do recebimento do recurso interposto.

PROCESSO Nº 94.006223-0

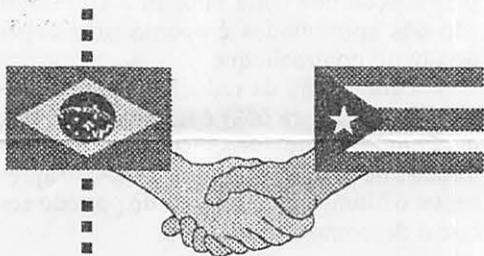
## Plano Collor - Isonomia Remanescentes

Ajuizado perante a 1ª Vara da Justiça Federal visando a isonomia com os docentes que tiveram incorporados em seus vencimentos os 84,32% (Plano Collor). Os autos estão conclusos desde 24.08.94, para julgamento final em 1ª Instância. Até a presente data sem solução. Acreditamos que o Juiz Federal, ao qual está submetido o processo esteja aguardando um posicionamento final na Ação Rescisória ajuizada sobre os 84,32%.

PROCESSO Nº 94.006193-5

## Isonomia militares, 28,87%

Ação Ordinária ajuizada perante a 2ª Vara da Justiça Federal visando a incorporação do percentual de 28,87%, concedido aos militares a partir de 1º de janeiro de 1993, bem como as diferenças devidas daquela data até a efetiva incorporação. Foi julgado improcedente pelo Juízo de 1ª Instância. Interpusemos Apelação para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Recife-PE). Aguardamos o julgamento da apelação.



## Curso de sindicalismo em Cuba

A Federação Sindical Mundial realizará entre os dias 23 de agosto a 14 de setembro, em Havana, Cuba, na Escola "Lázaro Peña", um curso de formação de instrutores sindicais.

O custo total da viagem, incluindo passagem, alojamento e alimentação, será de R\$ 800. Os interessados devem buscar informações na sede da ADUFPB-JP.

PROCESSO Nº 95.4372-6

## FGTS - Diferenças

Ação Ordinária ajuizada perante a 1ª Vara da Justiça Federal, cobrando diferenças de FGTS decorrentes de não aplicação de índices corretos de atualização pelos bancos gestores das contas vinculadas. O Juiz da 1ª Vara Federal determinou a suspensão do processo até o julgamento do Processo 95.1859-4 que é uma ação civil pública com o mesmo objeto do processo em destaque, a todos os trabalhadores. A Ação Civil Pública já foi julgada pelo Juízo de primeira Instância, que reconheceu o direito pretendido nesta ação e determinou que a CEF procedesse o crédito de percentuais nas contas vinculadas do FGTS existentes no Estado da Paraíba. Esta decisão depende de novo julgamento pelo TRF - 5ª Região. Aguardamos a decisão do TRF da 5ª Região.

PROCESSO Nº 2630/91-1ª J CJ

## URP, abril e maio/88 - 16,19%

Em fase de execução através de Carta de Sentença. Os autos do agravo de instrumento que se encontrava pendente, já retornaram à 1ª Junta. Estamos aguardando o envio do Precatório.

## O movimento sindical no divã

Graziela de Oliveira

*O movimento sindical enfrenta diversas dificuldades. Uma delas, contudo, não tem sido considerada nem pelas lideranças, nem por estudiosos da temática.*

*A personalidade dos que fazem o movimento sindical interfere tanto na relação entre as tendências e infra-tendências, quanto na formação da unidade sindical. Companheiros psicólogos, o MS precisa de um lugar no divã.*

*As assembleias e reuniões desta última greve ofereceram elementos suficientes para a hipótese acima levantada. As brigas e divergências entre pessoas e tendências nem sempre tinha caráter político-ideológico. Eram puras picuinhas. Até porque muitos colegas sequer dispõem de um (mínimo) embasamento teórico para manter uma discussão político-sindical. As desavenças se davam mesmo ao nível pessoal, com colegas desqualificando o discurso do outro, criticando que o discurso era vazio, enquanto o seu, na certa era cheio, quem sabe de quê? Críticas ou argumentos contrários*

*eram recebidos como ataques pessoais, aos quais valia contra-atacar, não com proposições positivas, mas com comparações tipo, - outros agiram pior ou nada fizeram em situações semelhantes. Ou seja, os erros se justificam pelos erros. As acusações voavam de parte a parte, mesmo contra quem sequer estava presente.*

*Picuinhas e falso testemunho à parte, o controle de quem estava presente neste ou naquele evento foi unguido como a modernidade na luta sindical. A vaidade(?) ou desvario pessoal muitas vezes esteve acima do interesse coletivo.*

*Com lideranças deste tipo, e com grande parte da base buscando saídas pessoais, o dismantelo do MS vem bem a calhar para aquele grupo de colegas - e que está crescendo - que quer acabar com o sindicato - não o patronal, é claro e, quem sabe, aliar-se ao governo, já que este lhe parece mais forte.*

Professora de Economia, do CCSA

## EXPEDIENTE

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiação à CUT. Centro de Vivência - UFPB - Caixa Postal: 5001 - CEP 58.051-970 - João Pessoa/PB - Fone: (083) 224-3801 - Fax: (083) 224-8375

Presidente: Jaldes Reis de Menezes  
Vice-presidente: Maria das Graças Toscano  
Secretário Geral: Dailton Lacerda  
Tesoureiro: Héliada Cristina C. Valério  
Diretor de Política Sindical: José Jonas Duarte  
Diretor de Política Social: Marcos Montenegro  
Diretor de Política Educ. e Cient.: Luis Tadeu D. de Medeiros

Diretor Cultural: Jozemar Pereira dos Santos  
Diretor de Imprensa e Divulgação: Derval Golzio  
Suplente de Secretaria: Giovani Luiz de Carvalho Bezerra  
Suplente de Tesouraria: Judy Mauria Gueiros Rosas

Jornalista Responsável: Fred Oliveira - MTB/PB 956  
Diagramação: Ricardo Araújo - MTB/PB 631

**MÍDIA**  
Assessoria de Comunicação  
Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira 1 - CEP 58.055-620 - João Pessoa - PB  
Fone: (083) 982-3484/ 231-3945  
Fone/Fax: (083) 231-1703

## A Proposta de Autonomia Universitária do MEC em Debate

Com o presente texto, a Diretoria Executiva da ADUFPB-JP inicia uma série de artigos - escritos por docentes de diversos Departamentos - , examinando, de maneira breve e analítica, polifônicos aspectos da recém lançada proposta de autonomia universitária do Mec, visando subsidiar os sócios da ADUFPB-JP para um debate que urge. Esta semana, o assunto é o Fundo de Pensão proposto pelo MEC; na próxima será o financiamento das Universidades Federais.

João Pessoa, 30 de agosto de 1996 - Diretoria Executiva da ADUFPB-JP/SSind

### CONSIDERAÇÕES A PROPÓSITO DO FUNDO DE PENSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Jaldes Reis de Meneses\*

Inscrito como parágrafo 3º do Artigo 27 da recém divulgada proposta de autonomia universitária, de lavra do Ministério da Educação, a proposta de criação de um Fundo de Pensão dos servidores - docentes e funcionários - das universidades federais com a finalidade de administrar a contribuição previdenciária, merece exaustiva discussão acompanhada do pronto repúdio. Conforme a proposta governamental, as contribuições para o Fundo seriam o desconto em folha dos aderentes ao mesmo e o repasse de uma parcela mínima do irrisório - em termos de volume monetário - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior, deduzido de recursos do chamado "fundo 212" da Constituição Federal, composto de 18% da renda líquida dos impostos federais arrecadados (valor calculado depois da transferência para Estados e Municípios e administração da Receita Federal, o que perfaz, para as Universidades, anualmente, algo em torno de 4 bilhões de Reais).

De começo, vale observar que o boom dos Fundos de Pensão como forma alternativa de propriedade capitalista, verificado na década de 80 em plano mundial, não se resume ao esgotamento da forma estatal de financiamento ou de repartição do financiamento previdenciário, embora esta seja a aparência da questão. Na base do fenômeno da disseminação dos Fundos de Pensão, verdadeiramente, estão as transformações ocorridas no sistema financeiro internacional nos anos 80, entre as quais a doutrina política recessiva implementada pelos *reaganomics*, de flutuações especulativas das taxas de juros e câmbio, levando ao pânico o sistema bancário. Editorial recente do jornal **Folha de S. Paulo** (terça-feira, 27/08/96), tratando do PROER, faz remissão a este processo quando trata do que chama de "crises bancárias sistêmicas", cujo custo chegou a 5,1% do PIB norte-americano (em 1991) e 19,6% do PIB chileno (em 1985). Na contratendência a este aumento de custos do sistema bancário clássico,

começa um processo de desintermediação financeira e a busca de novos instrumentos de realizar a mediação financeira. Esta mediação far-se-á através de instrumentos especulativos mais ágeis e desregulamentados, e aí avultam, entre outros instrumentos, o Fundo de Pensão.

O principal efeito da crise bancária mundial dos anos 80 foi a securitização. Mudou o perfil do mercado financeiro. Os novos bancos de investimento tomaram o lugar dos bancos comerciais na movimentação e na remuneração dos capitais, consorciados com os Fundos de Pensão. Assim escreve Lidia Goldenstein (**Repensando a Dependência**, 117) sobre o consórcio Bancos de Investimentos-Fundo de Pensão: "(...) os agentes privados teriam contribuído para generalizar o processo de securitização. Desconfiados com proporção de créditos duvidosos nas carteiras dos bancos comerciais e tentando minimizar os riscos de liquidez, câmbio e juros, os agentes produtivos com poder de mercado suficiente passam a emitir títulos próprios utilizando as instituições financeiras como meros agentes operacionais".

Dado saliente na nova configuração do sistema financeiro é o de que a evolução do sistema depende das tendências de longo prazo da poupança familiar destinada a financiar o ciclo final de vida. Interessante notar, sobre isto, é que os argumentos pertinentes à crise da previdência estatal e dos gastos sociais (gradativo aumento do ciclo de vida dos contribuintes previdenciários, custos elevados da assistência médica, de educação etc) transferir-se-ão inapelavelmente para o setor privado, aí incluídos os Fundos de Pensão. Conforme nota pública da ADUFPB-JP de 17/01/96 (**Acordo da Previdência, Vergonha Nacional**), "a acumulação flexível chega a uma esfera desumana - a poupança social é entregue à sanha dos especuladores, que não levam em conta o futuro, mas apenas o lucro imediato. Poderemos assistir brevemente a um espetáculo semelhante ao que Hobsbawm narra em *A Era dos Extremos*, acerca da crise de 1929, pensões de uma vida inteira que desaparecem do dia para a noite, décadas de trabalho a fio queimadas pelas incertezas da especulação." A acumulação financeira possui um limite reprodutivo, a partir do qual ela se esfuma: a valorização do capital, produzida pela mercadoria força de trabalho. O

esgarçamento do valor, no setor privado, é menos elástico que no setor público, que possui mecanismos de defesa como o déficit público, aquilo que Keynes chamava de "deficit spending", conceito derivado do também keynesiano "demanda agregada", ou seja, uma demanda macroeconômica para além das decisões individuais no mercado, mas referente ao total dos gastos de consumidores, investidores e poder público, o que, visto como uma massa única, permite a exponencialização abstrata dos recursos na esfera da circulação.

Deste modo, os Fundos de Pensão devem ser classificados como **investimento de alto risco**. Exemplos recentes confirmam esta hipótese: na crise mexicana, os Fundos de Pensão norte-americanos eram a base do chamado capital volátil, que migrou desesperadamente do México à confirmação de um **déficit estrutural** em conta corrente e à previsível medida governamental de desvalorização cambial do peso face do dólar; mesmo no decantado exemplo chileno, dados recentes estimam um prejuízo dos Fundos de Previdência chilenos, - que acumularam algo em torno de 20 bilhões de dólares no mercado de derivativos, - mas, já em 1995, acusaram prejuízo de 1,600 bilhões de dólares.

No caso brasileiro, os Fundos de Pensão, hoje, constituem uma força econômica considerável - seus ativos somam 60 bilhões de reais (**Fundos de Pensão: a Previdência que deu certo**, de Paulo Teixeira Brandão, jornal **Folha de S. Paulo**, 23/09/96). Nos Estados Unidos, onde operam 700 mil Fundos de Pensão, estes participam com reservas superiores a 4,8 trilhões de dólares, cerca de 80% do PIB norte-americano. Os Fundos ostentam, em plano mundial, um patrimônio de 8 trilhões de dólares, superior aos PIBs dos EUA e da Alemanha reunidos. (**Jornal do Aposentado**, 16-31/08/96). É muito dinheiro!

Há uma considerável propaganda sobre os Fundos de Pensão como suposto fenômeno de democratização do capitalismo. Entre os garotos-propaganda está o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que em conferência no Colégio do México saudou os mesmos do seguinte modo: "na dimensão do capital, um dos aspectos a ressaltar é o de que assistimos a uma verdadeira pulverização da propriedade. Hoje, os fundos de pensão e de investimentos detêm, por exemplo, posição estratégica no controle do capital e na definição de sua utilização. Isso está diluindo e despersonalizando a relação patrão-empregado nos setores mais modernos e dinâmicos da economia." Para o Deputado Federal Aldo Rebelo (PCdoB), "a constatação nada acrescenta e pouco esclarece. Para dizer a verdade, foi feita para confundir. Primeiro,

porque os fundos de pensão não controlam as alavancas que determinam o rumo da acumulação capitalista na fase atual. Esta é uma leitura superficial e interessada de um fenômeno muito mais profundo, que implica o controle desse tipo de capital por gigantes do sistema financeiro. E isso nos leva à segunda objeção: os administradores desses fundos são mais investidores que capitalistas, estão mais preocupados com o retorno financeiro de suas aplicações do que com a multiplicação do capital. Além disso, os fundos de pensão não são dirigidos por trabalhadores, mas por agentes das próprias empresas capitalistas" (no caso das Universidades, certamente por membros das burocracias do MEC e das Universidades, com presença mínima da burocracia sindical) "(...) Nosso conferencista é suficientemente bem informado para saber que a natureza do capitalismo contemporâneo, longe de ser determinada pela quantidade de proprietários das ações de suas empresas, deve ser medida pela fatia do mercado que cada uma dessas empresas ocupa isoladamente ou em oligopólios".

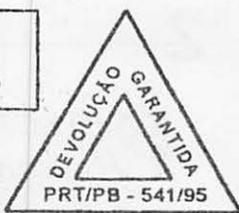
Visto de uma perspectiva breve mas rigorosa, assim, a proposta de Fundo de Pensão das Universidades Federais, aurida dos ideólogos do MEC, oferece uma autêntica programática de mudança na forma de relação entre os trabalhadores das universidades e o poder público, privatizando-a. Esta questão diz respeito a movimentos profundos de alteração, no mundo contemporâneo, das relações entre o setor público e o setor privado, com incidência na questão da sociologia das formas de propriedade. Esta programática sugere com radicalidade o desmonte da **sociedade salarial e sindical** do pós-guerra, acompanhado do séquito de estruturas econômicas estatais e regulatórias, soldados por movimentos oriundos de uma articulação societal de cariz solidário, como, talvez, a noção de seguridade social e seu embasamento político-filosófico seja o melhor exemplo. A nova combinatória dos elementos Estado/Mercado/Sociedade traduz duplo malefício: elabora uma teoria econômica de gestão do social pelas forças disruptivas do mercado capitalista e, por outro, em termos políticos, mantém o Estado prisioneiro das burocracias e das elites técnico-políticas, agora mais livres para instrumentalizar o Estado ao beneplácito metabólico do capital privado. Com esta simbiose, esvaise por terra qualquer veleidade pública ao novo Estado.

O Estado deixa de ser (por que não sê-lo?) um agente civilizatório e de transformação social. Ficamos satisfeitos ou ensarilhamos armas? Marque um x na segunda opção.

(\*)Professor do DH-CCHLA. Presidente da ADUFPB-JP.

# Boletim

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95



ADUFPB-JP

INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior  
Nº 33 - Setembro de 1996

## Proposta de universidade da ANDES será lançada dia 20

A autonomia universitária será o tema principal de uma série de ações que a ANDES e suas seções sindicais deverão realizar nas próximas semanas. A decisão foi o resultado da última reunião do setor da federais da entidade, realizada no dia 24/08, em Brasília. Uma das atividades já definidas é o lançamento em todas as AD's da Proposta da ANDES para a universidade. Em João Pessoa, este evento acontecerá no próximo dia 20 no auditório 411, no CCHLA, às 16h00.

Os professores presentes a reunião das IFES também decidiram que a ANDES deve articular-se com outras entidades representativas dos

funcionários das universidades e dos estudantes, na luta contra a proposta de autonomia apresentada pelo MEC.

Entre as entidades estão a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Junto a esta articulação, também deverá acontecer a ocupação de todos os espaços institucionais possíveis para a discussão da proposta da ANDES para a universidade.

A divulgação do documento também deverá atingir outras entidades dos movimentos sindical e popular, além das Câmaras Muni-

cipais e Assembléias Legislativas.

O reforço nesta divulgação acontecerá com o funcionamento da Agência ANDES sendo voltado para o tema da autonomia. A posição da entidade sobre o assunto será condensada numa nota a ser divulgada com a imprensa. Ela deverá repudiar a proposta do MEC.

Os grupos de trabalho de Política Educacional, Verbas e Ciência e Tecnologia deverão fornecer para as seções sindicais comparativas entre as propostas de autonomia e a Diretoria da ANDES ficou encarregada de produzir textos, em linguagem simples, analisando a conjunto sobre o assunto, além comparar as duas propostas.

### ENTREVISTA

**C**aso o MEC consiga aprovar sua proposta de orçamento global para as universidades federais, elas terão de redimensionar as suas prioridades. Esta é uma das previsões do vice-reitor da UFG, Nelson Cardoso, numa entrevista em que fala de financiamento, orçamento global e autonomia para as IFES.  
Página 02

### ENCARTE

O fundo de pensão proposto pelo MEC é o assunto do primeiro texto publicado pela ADUFPB-JP e escrito por docentes de vários departamentos, para subsidiar o debate sobre a autonomia.

### APOSENTADOS

## Encontro debaterá reformas do Estado e da Previdência

Mais de 200 aposentados se reunirão no Auditório da Reitoria da UFPB, nos dias 3 e 4 de setembro, para debater os principais problemas que atingem os trabalhadores nesta fase da vida. Será o 1º Encontro Estadual de Aposentados, promovido pelo Sintesp e pela Asip, com o apoio da ADUFPB-JP. Nele serão definidas propostas para a sua etapa nacional e escolhidos os delegados da Paraíba.

O encontro está sendo considerado pelas entidades patrocinadoras e participantes uma oportunidade para o início de uma maior integração das atividades relacionadas aos trabalhadores aposentados.

Os temas principais já defi-

nidos pela comissão organizadora do encontro são: a reforma previdenciária e seguridade social, reforma administrativa e medidas provisórias e autonomia universitária e suas implicações no sistema de aposentadorias e pensões.

Entre os palestrantes e debatedores estão I. W. Bautista Vidal (USP), Domingos Ferdinando Travesso (MOSAP/UNAFISCO) e Vicente de Paula Madruga (MOSAP/UNAFISCO).



ENTREVISTA:

Nelson Cardoso do Amaral

# Financiamento e orçamento

*O vice-reitor da UFC, Nelson Cardoso, explica as consequências da proposta de autonomia universitária do MEC e a posição da Andifes na questão. Ele esteve recentemente em João Pessoa, num seminário organizado pela ADUFPB-JP. A entrevista foi transcrita do jornal da ADUFG.*

**Pergunta** - Professor, através da conquista da autonomia à universidade vai se tornar mais barata para o governo?

Nelson Cardoso do Amaral - Essa questão de custo da universidade é uma questão complicada, porque não é fácil fazer essa relação direta do custo de uma instituição versus um processo de autonomia universitária. O que eu posso prever, comparando um pouco com as universidades paulistas, é que com certeza deve existir toda uma reformulação interna em termos de prioridades; em termos de execução de despesas, porque vai ficar para a universidade gerenciar um orçamento global, ou seja: um orçamento que mistura o dinheiro de pessoal com o dinheiro de manutenção e o dinheiro de compras de equipamentos e de obras.

Então, a universidade vai redimensionar internamente as suas prioridades. Isso, com certeza, vai acontecer. Hoje, como o dinheiro de pessoal e dinheiro de custeio de capital são dinheiros separados, se há uma aposentadoria, a universidade pensa logo em repor esse professor. Num processo de autonomia universitária não será logo de imediato. A primeira preocupação será se há a necessidade desse professor ou não, e se o dinheiro desse professor pode ser transformado em custeio de capital, outra questão que vai estar no contexto. Se você compara com as paulistas, está acontecendo isso lá. Existe uma demanda muito reprimida hoje em termos de condições de pesquisa infra-estrutura, para o funcionamento dos cursos de graduação, dos cursos de pós-graduação e da pesquisa. A gente pode prever que haverá sempre, na instituição universitária, a necessidade do aporte de mais recursos financeiros e nas paulistas, está bem claro, porque em oito anos houve elevação quatro vezes do percentual do ICMS. Agora, mesmo há toda uma movimentação interna nas universidades de São Paulo para que os recursos passem dos 9,57% dos recursos do ICMS para 11%, ou seja: há constantemente uma necessidade de aumento de re-

ursos. Então, eu posso fazer essa análise de que haverá realmente uma redefinição das prioridades internas, em termo de onde se gasta o dinheiro e como se gasta, mas por outro lado, existe uma demanda reprimida muito grande com relação às atividades da instituição e, no processo de autonomia universitária, essa demanda explode, porque fica sobre o domínio da instituição a forma de gastar os seus recursos.

**P** - O ministro da educação, Paulo Renato, costuma dizer que as universidades não podem sobreviver subordinadas ao governo; que elas precisam realmente de autonomia para poder buscar recursos fora. E essa autonomia preconizada pelas instituições federais?

NC - Essa visão de atrelamento da autonomia com a parte financeira é que

## "Um orçamento global mistura dinheiro de pessoal, manutenção e obras"

desgosta as instituições universitárias. A gente gostaria de ver a discussão sobre autonomia primeiro sobre outro ângulo. É claro que o ângulo financeiro é importante, mas gostaríamos de ver a discussão sobre autonomia pelo ângulo da liberdade de criação, de apresentação, de discussão de temas que a universidade acha que devem ser colocados: a liberdade para trabalhar os seus cursos de graduação, suas metodologias pedagógicas. Gostaria de ver primeiro uma análise sobre esse ângulo, o lado de maior relevância junto à sociedade, maior pertinência do seu trabalho junto à população. Gostaria de ver a autonomia sendo discutida nesse termo, mas o governo coloca essa discussão da autonomia sempre no aspecto de recursos financeiros. O governo, na verdade, quando fala de autonomia, ele

quer diminuir os gastos nas instituições universitárias e dar a entender que essa tónica que é colocada é que está errada.

**P** - O ministro chega a brincar, para combater os opositores à política educacional do governo, que não existe o interesse de privatizar as universidades até porque não haveria ninguém interessado em comprá-las. É essa visão das pessoas que lutam contra essa política?

NC - quando nós falamos em privatização da universidade, não estamos pensando em uma pessoa chegar e comprar a instituição, não é isso. A privatização da universidade significa a quebra total da sua gratuidade, ou seja: a introdução de mensalidades para estudantes de graduação, estudantes de mestrado, estudantes de doutorado. Existe uma faceta dessa quebra de gratuidade que tem que ser discutida nas instituições, que é exatamente a faceta da prestação de serviços: se nós devemos ou não cobrar a prestação de determinados. Na instituição está disparado um processo de discussão interna, que será levado para o conselho universitário para, exatamente, definir que tipo de serviços a universidade deve cobrar. Eu tenho defendido que, independente da clientela e dos objetivos da prestação de serviços, eles devem ser cobrados sim, porque se não, a universidade estaria sendo privatizada para aquele local, para aquela pessoa que estivesse usufruindo daquele serviço que está sendo prestado. Um exemplo bem concreto seria de uma fazenda que tem uma mortandade de gado, no momento em que a Universidade se mobiliza através da Escola de Veterinária, do estudo de Ciências Biológicas da Faculdade de Farmácia, ou do conjunto da Universidade, para resolver o problema desse criador em especial, se ele não dá nenhum retorno para a instituição universitária, para depois a instituição pegar essa taxa e redistribuir publicamente, a instituição estaria sendo privatizada para ele. É claro que esse fazendeiro, com certeza, deveria estar pagando impostos, mas na minha visão os impostos que ele paga estariam fazendo com que a universidade tivesse condições para atendê-lo nesse momento, mas não a obrigatoriedade de resolver o seu caso específico. É diferente do trabalho que a universidade executa ao ensinar na graduação, na pós-graduação, realizando pesquisas, fazendo seus trabalhos de extensão e atendendo a comunidades socialmente em pior situação etc. Então, dependendo dos objetivos e

# global em questão

da clientela, determinados serviços, a Universidade deveria realmente cobrar. Um outro exemplo que tem sido colocado nessa discussão é o caso do Colégio de Aplicação, nosso Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação - Cepae - prestar consultorias as escolas privadas. No momento em que o Cepae presta consultorias nas escolas privadas, as escolas privadas devem, sim, dar algo em termos financeiros em troca dessa prestação de serviço. Seria uma atitude, no meu entender, errada, o Cepae não executar esse tipo de atividade junto a iniciativa privada e se fechar, prestando o serviço só ao setor público. A universidade tem, cada vez mais, que se abrir perante a sociedade e trabalhar junto com a sociedade, mas o procurando definir essas novas relações de parceria. Agora, nós temos que ter o maior cuidado sobre até que ponto essas ações devem penetrar na instituição e gratuita e o que a gente vê é que a intenção do Ministério é exatamente que essas ações, cada vez mais, se incorporem às atividades da instituição. Isso fica mais explicitado no contexto paulista quando um deputado do PSDB, Vaz de Lima, exatamente do partido do presidente da República e do ministro da Educação, propõe a cobrança de mensalidades nas universidades de São Paulo.

P - Isso é um perigo?

NC - Essa coisa começando em São Paulo, com certeza se propaga rapidamente pelas Universidades. O deputado federal Paulo Bomhausen (PFL/SC) já propôs emenda na Constituição tendo em vista que as universidades públicas tivessem mensalidades também. Acredito que isso exista também no Congresso Nacional.

P - Como a Andifes está concluindo seu projeto de autonomia com essa indisposição do governo em relação ao ensino superior público no país? Qual é o clima para a avaliação do projeto?

NC - A proposta que a Andifes defende encontra obstáculos, no meu entender, vários aspectos. O primeiro deles é o financiamento da universidade. Quando são colocadas as condições de segurança para a instituição universitária, a discussão toda procura prevenir o que está acontecendo agora nas universidades paulistas: em oito anos já fizeram revisão dos percentuais de semestre quatro vezes. Então, são colocados alguns parâmetros de segurança de modo que a instituição universitária não sofra sobressaltos frequentes com o seu financiamen-

to. Outro aspecto que está presente também no contexto é que a proposta da Andifes não é uma proposta só para as universidades federais, ela é uma proposta para as universidades brasileiras. Estão incluída na proposta as universidades particulares, as universidades católicas, comunitárias e convencionais. A notícia de bastidores políticos é que existe uma pressão muito grande das universidades privadas no sentido de que a lei sobre a autonomia universitária não atinja nesse momento as universidades privadas. Esse é outro ponto crítico no contexto porque a proposta que a Andifes trabalhou enfoca o processo de avaliação universitária e também o processo de credenciamento de instituições como universidades. São necessárias determinadas condições de qualidade para que as instituições se tornem universidades; passem de instituições de ensino superior para o estágio de universidade.

P - E qual é a ideia básica central dele e qual é o norte?

NC - São esses pontos que eu estou enumerando agora. Ele é um projeto que trata da autonomia de todas as universidades, é a lei orgânica das universidades. Ele procura deixar bem claro prin-

## "A proposta que a Andifes defende encontra vários obstáculos"

cípios e objetivos das instituições universitárias. Nos princípios e objetivos, ficam bastante ressaltadas a interação com a sociedade, a interdisciplinaridade entre ensino, pesquisa e extensão. Ele explica claramente a pertinência da instituição no meio cultural em que ela está presente; tem de ser uma instituição inserida no seu meio, e coloca as condições de administração, de financiamento, ficando bem ressaltada a condição de buscar uma instituição de qualidade e com democracia interna em relação com os conselhos superiores; com os dirigentes; com reformulação estatutária e condições para financiamento.

P - O regime jurídico no processo de autonomia também é polêmico?

NC - Esse assunto é polêmico, principalmente por conta dos movimentos sindicais. Na instituição universitária, atu-

almente todos os trabalhadores são regidos por um mesmo regime jurídico. Agora, como na reforma constitucional que está em andamento, em especial a reforma administrativa, a Andifes não fechou ainda uma posição muito claramente. Ela deixou essa discussão para o debate. Então, o pouco que eu vou dizer é da minha posição de como ficaria o regime jurídico. Eu imagino que não passando a reforma administrativa, não haverá condições políticas para alterações desse regime jurídico único no contexto dos docentes e dos setores técnico-administrativos, apesar de a gente ver entaves nesse processo, porque nós, trabalhadores da universidade, somos realmente trabalhadores diferenciados em relação aos outros. Nós trabalhamos numa instituição que não funciona igual ao serviço público, tanto é que sempre que os burocratas em Brasília elaboram normas, resoluções, leis decretos, nós sempre temos problemas porque elas nunca se adaptam à universidade. Você tem vários aspectos do regime jurídico único que atrapalha o funcionamento da instituição. É claro que você deve pensar também sobre o ângulo político, sobre o ângulo da defesa do serviço público num país onde as coisas estão ainda muito incipientes. Então, na minha visão dos os trabalhadores continuam tendo regime jurídico único, fica difícil as universidades terem um regime separado.

P - Mas essa não é a única alternativa. Qual seria a outra?

NC - A Andifes trabalhou também sobre a hipótese da reforma administrativa seguir adiante. Nesse caso, ficariam abertas as possibilidades de vários regimes jurídicos, e o que é pior, seria constituído de duas possibilidades: as instituições ficarem sujeitas a um conselho de administração e remuneração no serviço público faria todas normas ligadas a carreira, salários, sistema de progresso, etc. Seria um processo realmente caótico. Ligada a esse conselho de administração e remuneração, com certeza, tolgéria-se mais ainda a autonomia universitária. No segundo caso a coisa se complicaria também porque ficari-

amos sujeitos a um conselho de curadores, em que apenas 20% dele seria composto de pessoas de nossa confiança. A imensa maioria dos conselho seria formada por pessoas de confiança do poder público. Ou seja: "pessoas com o carimbo de anuidade, moral elevada e de notório reconhecimento perante a sociedade". É mais ou menos assim que está definido na Legislação. Realmente não dá para você imaginar uma instituição universitária trabalhando dessa forma.

P - Neste quadro traçado pela Andifes, como ficaria a situação em termos financeiros?

NC - financeiramente, essas organizações sociais trabalhariam sobre contrato de gestão e nesse contrato de gestão, a instituição teria que apresentar as suas metas. Como é um contrato, existem dois lados, ambos precisam aceitar

aqueles metas ou não. Esse contrato teria validade de dois, três anos e daqui a dois ou três anos tem que renovar ou não aquele contrato. A instituição universitária não pode ficar, a cada dois ou três anos, sentada numa mesa para negociar um contrato de gestão, mesmo que a nossa sociedade tivesse metas, respeito às normas, às condições, etc.

*P - Essas são as únicas hipóteses previstas pela Andifes?*

NC- O cenário que se apresenta com a reforma administrativa são essas opções: ou a Universidade vai ficar sujeita a esse conselho de administração e remuneração ou será uma organização social vivendo sobre contrato de gestão. Na opinião da Andifes, as duas formas não devem ser consideradas por serem absurdas para um ambiente de autonomia universitária. Então, nesse caso sim, a gente defenderia uma relação de trabalho entre a universidade e seus trabalhadores, professores e técnico-administrativos de tal modo que houvesse

se um regime jurídico especial, próprio das universidades, que definisse todas as relações de trabalho, estabilidade e carreira, direitos, vantagens, condições de aposentadoria e tudo mais. Ai há realmente uma autonomia administrativa para valer. Deveria existir toda uma discussão separada para esse caso. A Andifes está se posicionando, a princípio, dessa forma com relação ao RJU. Então não é uma saída do RJU, simplesmente depende de toda essa configuração que se avizinha.

*P - E essa autonomia seria da universidade ou teria um regulador desse sistema?*

NC - Essa discussão tomou muito tempo na reunião de reitores e a conclusão foi a de que há necessidade de existir um organismo que regule o sistema como um todo junto à sociedade. Seria um conselho superior que faria esse papel de organização, de solidariedade, de ligação com a sociedade de modo que não haja uma destruição do sistema. Se você

define cada instituição autônoma em relação a outra e ela puder se dirigir diretamente ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo, você poderia ter realmente a sobrevivência das duas máximas do neoliberalismo, que é cada um por si e só sobrevive quem tem competência.

A Andifes não quer um sistema universitário dessa forma, ela quer que haja um sistema onde exista colaboração entre suas instituições componentes e não uma briga exacerbada por recursos ou poder, de modo que uma é levada a destruir a outra instituição. Por isso mesmo, na relação de trabalho há toda uma discussão em torno do que deve ser carreira única, se deve existir valores de salários obedecidos por todas as instituições etc. Então, dessa forma você conseguiria manter um sistema e retirar os aspectos positivos da existência desse sistema universitário; não um sistema de destruição interna, em que o mais esparto ou mais competente é que vai se estabelecer.

## REUNIÃO GTSS

(Grupo de Trabalho de Seguridade Social)

### Pauta:

- 1) Informes
  - 1.1 - Encontro de Aposentados
  - 1.2 - Seminário sobre HU's
  - 1.3 - 10ª Conferência Nacional de Saúde
- 2) Discussão e encaminhamentos
- 3) Outros

**Dia 10/09 - Terça-feira**  
**Às 16:00h, na Sede da ADUF**



## DEBATE

Os candidatos a prefeito de João Pessoa participarão nesta quarta-feira (04/09), às 14h00, de um debate no Auditório da Agência Cabo Branco da Caixa Econômica Federal, no Centro, de um debate sobre a questão da criança e do adolescente em João Pessoa. O evento é uma promoção do Coletivo Criança e Adolescente da UFPB e conta com apoio da Prac.

O evento servirá para que os candidatos apresentem suas propostas de governo para resolver os problemas da criança e do adolescente em João Pessoa. A participação é aberta a todos.

## EXPEDIENTE

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/ Sindicato Nacional - Filiação à CUT. Centro de Vivência - UFPB - Caixa Postal: 5001 CEP 58.051-970 - João Pessoa/PB - Fone: (083) 224-3801 - Fax: (083) 224-8375

### Diretoria Executiva

**Presidente:**  
Jaldes Reis de Menezes  
**Vice-presidente:**  
Maria das Graças Toscano  
**Secretário Geral:**  
Dailton Lacerda  
**Tesoureiro:**  
Hélida Cristina C. Valério  
**Diretor de Política Sindical:**  
José Jonas Duarte

**Diretor de Política Social:**  
Marcos Montenegro  
**Diretor de Política Educ. e Cient.:**  
Luís Tadeu D. de Medeiros  
**Diretor Cultural:**  
Jozemar Pereira dos Santos  
**Diretor de Imprensa e Divulgação:**  
Derval Golzio  
**Suplente de Secretária:**  
Giovani Luiz de Carvalho Bezerra  
**Suplente de Tesouraria:**  
Judy Mauria Gueiros Rosas



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira I - CEP 58.055-620 - João Pessoa - PB  
Fone: (083) 982-3484 / 231-3945  
Fone/Fax: (083) 231-1703

**Jornalista Responsável:**  
Fred Oliveira - MTB/PB 956  
**Diagramação:**  
Ricardo Araújo - MTB/PB 631

# Governo quer Lei de Greve mais dura para trabalhador

O Governo Federal pretende tornar a lei de greve mais dura contra os trabalhadores. Para isto, o ministro da justiça, Nelson Jobim, já encaminhou ao Congresso Nacional uma proposta de modificação da legislação do assunto, que estabelece multas diárias de 500 a 1000 salários mínimos aos sindicatos que promoverem greve consideradas abusivas.

A proposta do Governo prevê o perdão das dívidas quando o sindicato for incapaz de pagar as multas, mas a entidade deve comprometer-se a não realizar greve por 5 anos consecuti-



vos. Além destas modificações, a proposta do Governo tem o objetivo de limitar ainda mais a realização de greve nas categori-

as que realizam atividades consideradas essenciais.

O projeto do Governo foi juntado a um do deputado petista Paulo Paim, que tem o objetivo de definir com precisão são os serviços considerados essenciais. O relator da proposta original é o deputado Jair Meneguelli (PT-SP), que também poderá apresentar um outro projeto sobre o assunto.

As centrais sindicais, CUT, CGT e Força Sindical estão se mobilizando contra a proposta. As entidades não querem permitir que a implantação do que consideram o cerceamento do direito de greve.

## Sede tem programação de Verão

A Diretoria da ADUFPB-JP definiu na sua última reunião que a partir do próximo dia 17/09, a sede sócio-cultural da entidade passará a funcionar de manhã, de terça-feira a domingo.

A intenção é atender a demanda de lazer da categoria, com a chegada do verão.

Também já está sendo estruturada uma programação cultural, que incluirá vários artistas locais conhecidos. A sede está localizada na Rua Gilvan Muribeca, 88, no Cabo Branco.

## Só Executivo não terá um reajuste

A Câmara dos Deputados aprovou um reajuste de até 80% para os salários de seus funcionários. O aumento começará a ser pago no contracheque de setembro. O Poder Judiciário Federal também conseguiu incluir na sua proposta orçamentária para 97, um aumento para seus servidores de 47%.

Enquanto os servidores dos outros poderes já asseguraram a reposição parcial das perdas salariais, os funcionários do Executivo estão há cerca de 20 meses sem nenhum tipo de aumento.

## Política Educacional em Debate

Com o objetivo de rearticular o Grupo de Trabalho de Política Educacional (GT-PE) e ampliar a discussão sobre o assunto, a Diretoria da ADUFPB-JP está organizando um ciclo de debates, previsto para iniciar-se no próximo dia 24/09. O local do evento ainda não foi definido.

Os primeiros temas de debate o "Banco Mundial e as Reformas Universitárias na América Latina" e o "Financiamento da Educação". O ciclo terá uma programação até o dia 08/10, data escolhida para o lançamento do primeiro número da Revista da ADUFPB-JP.

### LANÇAMENTO

"Proposta da ANDES-SN Para a Universidade Brasileira"

Dia 20/09/95  
(6ª Feira),  
às 16h00

Audifório 411 do CCHLA

PROMOÇÃO:  
ADUFPB-JP/SSind

## Liminar da ADUPB-JP suspende desconto nas aposentadorias

A juíza substituta da 3ª Vara da Justiça Federal da Paraíba, Cristina Maria Costa Garcez, concedeu sexta-feira (06/09) despacho favorável ao pedido de liminar da ADUFPB-JP, suspendendo os descontos para a Previdência nas aposentadorias dos professores da UFPB. O desconto foi determinado pela Medida Provisória do Governo Federal 1.463-3. Apenas os 252 professores que assinaram a ação terão o direito ao benefício, mas a Assessoria Jurídica da entidade prepara um novo pedido de liminar para contemplar aqueles que ficaram de fora.

Segundo o despacho da juíza, "a Medida Provisória 1.463-3 não poderia retroagir para alcançar as aposentadorias, pois elas estão agasalhadas sob o manto do direito adquirido e do ato jurídico

perfeito".

Cristina Maria Costa explica que não é possível ao Estado editar normas retrooperantes que violem o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, isto porque a garantia do direito pressupõe a necessidade de preservação da segurança jurídica, cuja inspiração decorre da proibição do Estado legislar de forma a prejudicar a obrigatoriedade dos contratos.

Os descontos nos vencimentos dos professores aposentados da UFPB começaram no salário de agosto e variaram de 8% a 12%. A suspensão dos efeitos da MP 1.463-3 também já foi conseguida pela Seção Sindical do Sindicato da Universidade Federal de Santa Catarina e pelo Sindicato dos Funcionários Federais

de Brasília.

O advogado da ADUFPB-JP, Paulo Guedes, disse que a liminar da Justiça Federal não determina a União a devolução dos descontos realizados nos vencimentos dos professores aposentados, pois a ação impetrada, um mandado de segurança, não teve esta finalidade. "Vamos tentar conseguir isto sem ter que entrar novamente na justiça, pois isto poderia levar muito tempo".

A Diretoria da ADUFPB-JP esclarece que a liminar concedida pela Justiça Federal tem liminar apenas para o Campus I. Outros sindicatos também estão conseguindo o mesmo despacho, mas eles valem apenas para seus filiados, como ocorreu com o Sindicato dos Servidores Federais do Distrito Federal.

## DEMISSÕES VOLUNTÁRIAS

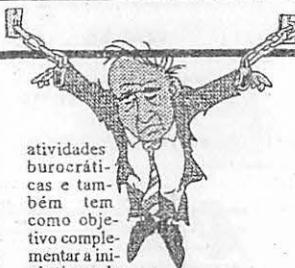
### MARE antecipa programa

O Ministério da Administração e Reforma do Estado antecipou o anúncio do programa de demissões voluntárias e garante que até o final do mês, ele já estará disponível para os servidores interessados. A expectativa do Governo Federal é que 40 mil funcionários adiram a proposta. A União lançou o programa porque não tem condições de demitir por excesso de pessoal, já que não gasta mais de 60% do que arrecada com sua folha.

O anúncio do programa de demissão voluntária era esperado para depois das eleições municipais, com base na avaliação de que isto poderia

repercutir negativamente para os candidatos do PSDB. Segundo o ministro da administração e reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, o maior incentivo para o lançamento são os resultados positivos dos programas dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia.

Uma das dúvidas do Mare é se lançará um plano nacional ou começará a implantar por regiões. O Programa de demissão voluntária não deverá atingir as categorias de fiscais, auditores, policiais federais e procuradores. O principal alvo do programa serão os servidores que atuam em



atividades burocráticas e também tem como objetivo complementar a iniciativa do Governo Federal de redistribuir os funcionários de setores com excesso para outros carentes.

Hoje o Governo Federal divulga que gasta cerca de R\$ 40 bilhões por ano para pagar a seus 550 mil funcionários e quer reduzir estas gastos em cerca de 5% com o programa de demissão voluntária.

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filial à CUT  
 Centro de Vivência - UFPB  
 Caixa Postal: 5001 CEP 58.051-970  
 João Pessoa/PB  
 Fone: (083) 224-3801  
 Fax: (083) 224-8375

## EXPEDIENTE

### Diretoria Executiva

**Presidente:**  
Jaldes Reis de Meneses

**Vice-presidente:**  
Maria das Graças Toscano

**Secretário Geral:**  
Dailton Lacerda

**Tesoureiro:**  
Hélida Cristina C. Valério

**Diretor de Política Sindical:**  
José Jonas Duarte

**Diretor de Política Social:**  
Marcos Montenegro

**Diretor de Política Educ. e Cient.:**  
Luis Tadeu D. de Medeiros

**Diretor Cultural:**  
Jozemar Pereira dos Santos

**Diretor de Imprensa e Divulgação:**  
Derval Golzio

**Suplente de Secretaria:**  
Giovani Luiz de Carvalho Bezerra

**Suplente de Tesouraria:**  
Judy Mauria Gueiros Rosas

### EDIÇÃO

**Jornalista Responsável:**  
Fred Oliveira - MTB/PB 956

**Diagramação:**  
Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira 1 - CEP 58055-620  
 João Pessoa - PB  
 Fone: (083) 982-3484 / 231-3945  
 Fone/Fax: (083) 231-1703

## AVALIAÇÃO DA CAPES

# Pós-graduação da UFPB cai de conceito

A avaliação que o Ministério da Educação fez recentemente dos mestrados e doutorados da UFPB foi injusta. A opinião é do coordenador geral da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Newton César V. Costa. Ele, no entanto, acredita que a situação da pós-graduação da Universidade deverá melhorar nos próximos anos.

A comprovação da opinião do coordenador está no fato de que 11, dos 37 cursos de pós-graduação da UFPB recorreram da avaliação realizada pelo Programa de Capacitação de Pessoal de Ensino Superior - Capes.

Newton César admite que a avaliação trouxe mais prejuízos do que benefícios à UFPB e explica as causas que contribuíram para provocar a queda da classificação.

Uma delas, segundo ele, foram as consequências do "boom" de aposentadorias de professores que começaram a partir de 93, durante o Governo Collor. "Isto provocou problemas na produção dos cursos e muitos alunos tiveram problemas de orientação".

Outro fator importante para entender a queda foi o rigor que a Capes adotou na sua avaliação. Newton César diz que não é contra esta iniciativa, mas discorda da forma como ela aconteceu. Ele explica que a intenção do Programa é modificar a cultura das classificações, tornando as de nível "A" e "B" uma garantia de qualidade excelente e ótima. A de nível "C" passaria a ser encarada como regular e não de patamar inferior, como hoje é interpretada. Apesar do rigor da Capes, ainda existe muita concentração nos níveis "A" e "B".

Os argumentos do coordenador geral da PRPG contra a forma da avaliação da Capes, são de que ela não considerou que muitos cursos rebaixados estão sendo



reestruturados seguindo sua orientação.

Newton César cita o Mestrado em Produção Animal, do Campus 3, como um caso exemplar. Seus coordenadores e professores estão trabalhando na reestruturação e foram surpreendidos com o rebaixamento. "A Capes poderia ter adotado a classificação dada ao Curso de Engenharia Biomédica, que obteve um "CR" (Curso em Reestruturação)".

Melhoria - Apesar da queda da classificação na área de pós-graduação, o coordenador geral da PRPG acredita a curto e médio prazo, eles deverão melhorar. Newton relaciona várias justificativas para sua argumentação.

A primeira é o retorno de muitos docentes recém doutorados, que deverá começar a acontecer ainda este ano. Uma grande parte deles saiu para esta capacitação em 93, estando o prazo de encerramento para a conclusão do doutorado próximo de acabar.

O incentivo da Capes para a vinda de professores visitantes também deverá contribuir para a melhoria dos cursos, mas o MEC articula a inclusão de alunos recém doutorados, que ainda não conseguiram emprego.

Os problemas financeiros, que para a graduação estão entre os mais graves, na pós-graduação não será um grande entrave. Newton César diz que este problema foi melhor equacionado no atual reitorado porque os repasses do CNPq e da Capes são entregues rapidamente aos coordenadores dos cursos.

As complicações financeiras maiores atingem os cursos de pós-graduação ligados aos diversos ramos de engenharia, que necessitam de mais verbas para a manutenção e atualização de equipamentos.

## Sociologia, um dos mais atingidos

Um dos cursos de pós-graduação da UFPB mais prejudicados com a recente avaliação da Capes foi o Mestrado de Sociologia, do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes. Sua Coordenação apresentou recursos à Capes, mas já tomou conhecimento, extra-oficialmente, de que a classificação "C" deverá ser mantida.

Segundo o coordenador do Mestrado, Jacob Carlos de Lima, o relatório final da área de Sociologia e Ciências Sociais deixa claro vários equívocos de interpretação. Ele lembra que o curso foi o único do seu grupo que passou do conceito "B" para o "C", apesar de ter índices semelhantes ou melhores aos demais.

Jacob acredita que o processo de reestruturação proposto pela Capes, que vem sendo realizado no Mestrado, não foi lembrado no momento da avaliação. Por causa dele, o curso deixou concentrar-se na área de Ciências Sociais para optar por Sociologia.

O critério de queda do número de docentes permanentes alegado pela Capes também foi

questionado no pedido de revisão da classificação. Jacob Carlos alega que o decréscimo foi resultado do "engajamento" dos professores que tinham baixo índice de participação, mas que apesar disso, o Mestrado da UFPB tem uma quantidade de docentes semelhante a outros da sua área.

O questionamento da Capes sobre a circulação restrita da revista do Mestrado também não convenceu o coordenador do curso. Ele argumenta que publicações semelhantes também possuem problemas da mesma ordem e também oferecerem mais espaços para a divulgação da produção dos cursos de origem.

Jacob Carlos vê uma má vontade da Capes com os cursos do Nordeste, mas avalia que professores e programas de pós-graduação de todo país devam continuar sendo analisados. "A gente tem de dar uma resposta para a sociedade". Ele também acredita que não se pode deixar de discutir as propostas de reformas da universidade.

## Veja a atual classificação de cada curso

CÓDIGO/CAPEs	NOME DO CURSO	CONC/CAPEs 94-95	
22000313	GENÉTICA		C
22000305	QUÍMICA		B
22000356	MATEMÁTICA		CN
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - CCS			
22000160	ENFERMAGEM		C
22000970	ENGENHARIA BIOMÉDICA		CR
22000151	PRODUTOS NATURAIS		B
22000348	ODONTOLOGIA		B
22000364	NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO		SA
CAMPINA GRANDE - CAMPUS II			
CENTRO DE HUMANIDADES - CH			
22080066	ECONOMIA RURAL		→ C
22080074	SOCIOLOGIA		C
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA - CCT			
22080023	ENGENHARIA CIVIL(M/D)		B
22080031	ENGENHARIA ELÉTRICA (M/D)		B/B
22080082	ENGENHARIA MECÂNICA		→ D
22080040	ENGENHARIA QUÍMICA		→ C
22080090	ENGENHARIA AGRÍCOLA		B
22080104	ENGENHARIA DE MINAS		C
22080058	INFORMÁTICA		B
22080015	METEOROLOGIA		→ C
ÁREA - CAMPUS III - CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CA			
22070028	MANEJO E CONSERVAÇÃO DOS SOLOS		D
22070036	PRODUÇÃO ANIMAL		→ E
22070010	PRODUÇÃO VEGETAL		C
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA			
22000020	FÍSICA (M/D)		B/D
22000291	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS		B
JOÃO PESSOA - CAMPUS I - FONE: (083) 216-7200 - COORD. GERAL P			
22000380	DESENV. E MEIO AMBIENTE(M)		N/R
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS			
22000178	ADMINISTRAÇÃO (M/D)		B
22000186	BIBLIOTECOLOGIA		→ C
22000275	ECONOMIA		→ C
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CE			
22000011	EDUCAÇÃO		→ C
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS			
22000372	CIÊNCIAS JURÍDICAS		N/R
CENTRO DE CIÊNCIAS, HUMANAS LETRAS E ARTES			
22000267	LETRAS (M/D)		B/B
22000194	SERVICO SOCIAL		→ C
22000046	SOCIOLOGIA		→ C
22000054	FILOSOFIA		C
22000062	PSICOLOGIA		C
CENTRO DE TECNOLOGIA - CT			
22000127	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO		→ C
22000100	ENGENHARIA MECÂNICA (M/D)		B
22000259	CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS		B

NR - Não reconhecido / CN - Curso novo / CR - Curso em reestruturação

# ADUFPB-JP estuda medidas contra o desconto da GAE

A Assessoria Jurídica da ADUFPB-JP já está estudando medidas judiciais para impedir a decisão do Ministério da Administração e Reforma do Estado de descontar a contribuição previdenciária sobre a Gratificação de Atividades Executiva - GAE, do período 92/93. O Mare diz que o desconto retroativo foi recomendado pelo Tribunal de Contas da União, mas esta decisão de implantar o recolhimento é mais política do que técnica, já que o TCU é um órgão consultivo.

Segundo o Jornal do Servidor, publicado pelo Mare, a suspensão do desconto aconteceu porque a antiga SAF tomou por base o parecer 508/92, do Ministério do Trabalho, sobre o assunto.

Em 92, a GAE chegava a representar 120% sobre o valor do salário base, mas só em 93 o Tribunal de Contas determinou o retorno do desconto. Segundo o Mare, desde então seus advogados tentam impedir que isto aconteça, mas foram der-

rotados.

Os custos da cobrança serão maiores do que os valores a serem arrecadados, mas os ministros do TCU não se conformaram com o argumento e determinaram o recolhimento.

A previsão do Mare é de que o desconto deverá acontecer nos contracheques do mês de setembro. O percentual máximo de desconto será de 10% do salário do servidor, pois este é o limite estabelecido pelo Regime Jurídico Único.

## FAPESQ

### Docentes apóiam sede em João Pessoa

Um grupo de professores e pesquisadores da UFPB está apoiando decisão do Governo do Estado de manter a sede da Fundação de Amparo à Pesquisa da Paraíba, em João Pessoa. Os docentes entregaram ao governador José Maranhão, um documento onde demonstram que esta iniciativa trará melhores resultados para o setor, além de atender a vontade de grande parte da comunidade científica.

Junto com o apoio a permanência da sede da Fapesq em João Pessoa, o documento entregue pelos docentes ao governador também demonstra apoio a recente reformulação do sistema estadual de Ciência e Tecnologia. Por ela, vários órgãos e fundações de apoio pesquisa e desenvolvimento tecnológico foram fundidas na Fapesq.

Segundo o professor do Departamento de Tecnologia Mecânica do Campus I, Luis Renato de Araújo, a fusão dos órgãos propiciou uma economia de recursos, que eram utilizados para a manutenção da estrutura das várias instituições. "Os recursos eram pulverizados".

Ele explica que o funcionamento da Fapesq também permitirá uma aplicação mais racional do percentual de 2,5% da receita orçamentária do Estado na área de ciência e tecnologia.

O grande argumento dos docentes e pesquisadores que apoiaram a decisão da sede da Fundação permanecer em João Pessoa, é que na cidade está a maior parte da estrutura do Governo do Estado.

Resgate - O documento de apoio dos pesquisadores também lembra ao Governo que a reformulação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia fez parte de um resgate histórico da proposta apresentada na Constituinte estadual pelo Movimento Popular Constituinte.

A proposta do MPC era a criação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e da Fapesq. Os deputados aprovaram, mas a regulamentação de seu funcionamento ficou para ser definida em leis complementares. Isto só aconteceu em 93, apesar da proposta com esta finalidade ter sido apresentada a Assembleia Legislativa em 89.

### Ciclo de debates discutirá política educacional

Alguns dos principais temas da política educacional brasileira serão debatidos pelos professores da UFPB, num ciclo de debates entre quarta-feira (24/09) e o dia 8/10. O evento também reorganizará o funcionamento do Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais da ADUFPB-JP. Nos dias 24 e 26, os debates serão no Auditório do Centro de Educação e nos dias 01 e 08/10, no Auditório do CCHLA.

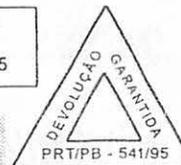
A programação já definida prevê o início quarta-feira, às 14h00, com a apresentação da peça "O Auto dos 99%". O espetáculo discute a educação no Brasil, com um enfoque especial no ensino universitário. Em seguida, será realizado um debate sobre os temas: "O Banco Mundial e as Reformas Universitárias na América Latina". O presidente da ADUFPB-JP, Jaldes Meneses será o conferencista.

No dia 26, às 15h00, as palestras sobre a "Lei de Diretrizes e Bases da Educação" e a "Avaliação Institucional" serão apresentadas pelos professores Joana Neves (NDHIR) e Alexandre Náder (CCEN), respectivamente. Em 1º de outubro, os debates serão sobre os "Hospitais Universitários" e "1º e 2º Graus na Universidade: um debate necessário". Os professores Mário Toscano (CCS) e Jamilton Alves de Farias, serão os responsáveis. O Horário para as duas atividades será o das 15h00.

No último dia do ciclo de debates, 8/10, os temas de discussão serão "A Autonomia Universitária" e a "Participação na Política Educacional". Os professores Jonas Duarte (Dept. de História) e Wilson Aragão (CE) serão os palestrantes. No mesmo dia, será lançado o primeiro número da revista da ADUFPB-JP.

# Boletim ADUFPB-JP

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95



INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior  
Nº 35 - Setembro de 1996

## TRE quer punir entidades e PF indicia diretor da ADUFPB-JP

### Ao povo paraibano

As entidades, abaixo assinadas, organizadoras do Ato de Solidariedade, aos sem-terra despejados violentamente da Fazenda Gomes e da Praça João Pessoa, vêm esclarecer à população o que segue:

1. O Ato, pela reforma agrária e justiça social, ocorrido na última quarta-feira, não foi uma atividade partidária ou comício;
2. Através de ofício assinado pelas entidades coordenadoras, o Juiz da 7ª Zona Eleitoral foi cientificado da realização do Ato;
3. A Comissão Organizadora não recebeu nenhuma notificação da Justiça Eleitoral que proibisse o Ato público;
4. Solidarizamos-nos com as Coligações Partidárias que foram punidas, em atitude de caráter visivelmente político, por terem participado do Ato e se colocado ao lado dos excluídos e dos camponeses sem terra;
5. Lamentamos que elementos estranhos tenham se infiltrado junto a nossa manifestação para cometer atos de vandalismo com o objetivo de responsabilizar os participantes que pacificamente faziam o seu protesto.

6. Estes fatos desagradáveis poderiam ter sido evitados se o Governo do Estado tivesse feito uso do Decreto-Lei 3365.41, artigo 3º letra "a" que autoriza a realização de desapropriações de terra para utilidade pública.

7. Protestamos, também, contra as agressões aos jornalistas que estiveram na Praça João Pessoa no momento da repressão aos sem-terra.

**REAFIRMAMOS NOSSA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA, POR JUSTIÇA SOCIAL E LIBERDADE DE IMPRENSA.**

João Pessoa, 13 de setembro de 1996.

**ENTIDADES COORDENADORAS:** Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba, Associação Paraibana de Imprensa, Associação Paraibana dos Amigos da Natureza, Central Única dos Trabalhadores, Centro de Apoio a Atividades Populares, Comissão Pastoral da Terra, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, Fundação Margarida Alves, Sindicato dos Engenheiros do Estado da Paraíba, Sindicato dos Jornalistas do Estado da Paraíba, Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado.

**ENDOSSAM ESTA NOTA:** Samps, Sismaps, MST, Une, Upes, Iab, Sindicato dos Trabalhadores, Administradores, Comerciantes, Têxteis; Construção Civil; Professores Particulares; Funcionários da Saelpa; Escola Técnica Federal; Telefônicos; Municipais de Bayeux; Poder Judiciário; Hoteleiros; Trabalhadores Rurais de Sapé; Conde; D. Helena e Alagamar; Federação dos Trabalhadores no Comércio da Paraíba, Movimento 8 de Março; Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Fórum Nacional de Ação Pela Cidadania; Comitê Estadual Contra a Fome e a Miséria; Ceb's; Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária; Comunidade Santíssima Trindade do Valentina Figueiredo; Associação dos Produtores Rurais de Massaranduba; Pastoral da Crisma Zonal-Centro; Pastoral da Catequese; Movimento de Promoção da Mulher; Associação Santo Dias; Associação de Pós-Graduados da UFPB; D.A. de Direito da UFPB; C.A.'s Comunicação; Farmácia; Serviço Social; Psicologia; Medicina; Pastoral; Universitária; Nev. D.A. de Pedagogia; C.D.D.H. UFPB; Pastoral do Menor, Cáritas; Irmãs Cat. Franciscanas; Copac. Prac. UFPB; Fund. M.M.A.

A Justiça Eleitoral está tentando punir as entidades e a população que realizaram o Ato Público pela reforma agrária e justiça social, no dia 11/09, no Centro de João Pessoa. Para isto, a Polícia Federal abriu inquérito para apurar o que classifica de crime eleitoral, na suposta participação dos partidos políticos na manifestação.

Uma das pessoas indicadas é o diretor de políticas sociais da ADUFPB-JP, Marcos Montenegro. Ele já prestou depoimento à PF e esclarece que a Coordenação do Ato Público não recebeu nenhuma notificação da Justiça Eleitoral proibindo a manifestação.

Montenegro lembra que foi a Coordenação do Ato que, no dia 11/09, informou ao juiz da propaganda eleitoral, Márcio Murilo, a realização do ato público. O diretor da ADUFPB-JP também explica que durante toda manifestação a Coordenação pedia para a população evitar excessos, mas pessoas desconhecidas do movimento retiraram o carro da PM que obstruía a passagem da passarela, próximo a Praça João Pessoa. No mesmo dia em que Marcos prestou depoimento ao delegado Francisco Monte Carlos, também falaram o diretor da Une, Eziel Inocêncio, o presidente do Diretório Municipal do PT, Edvan Silva e o diretor da API, Eriberto Coelho.

## Verão na sede social

- ☐ Sexta-feira, 27 de setembro
- Bar Aula Extra, às 18h00.
- Show com Erick Von Sohesten e Fabiela Lira, às 20h00.
- ☐ Dia 11 de outubro
- 1º aniversário da sede social.
- 19h00 - Lançamento da Revista da ADUF, seguido de recital de lançamento do CD do Quarteto de Trombones da Paraíba.
- 21h00, show com Rosiel e Banda
- ☐ 18 de outubro
- Bar Aula Extra, às 18h00
- Show com Erick Von Sohesten, às 20h00.

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filial da CUT  
Centro de Vivência - UFPB  
Caixa Postal: 5001 CEP 58.051-970  
João Pessoa/PB  
Fone: (083) 224-3801  
Fax: (083) 224-8375

## EXPEDIENTE

## Diretoria Executiva

**Presidente:**  
Jaldes Reis de Menezes

**Vice-presidente:**  
Mária das Graças Toscano

**Secretário Geral:**  
Dailton Lacerda

**Tesoureiro:**  
Hélida Cristina C. Valério

**Diretor de Política Sindical:**  
José Jonas Duarte

**Diretor de Política Social:**  
Marcos Montenegro

**Diretor de Política Educ. e Cient.:**  
Luís Tadeu D. de Medeiros

**Diretor Cultural:**  
Jozemar Pereira dos Santos

**Diretor de Imprensa e Divulgação:**  
Derval Golzio

**Suplente de Secretária:**  
Giovani Luiz de Carvalho Bezerra

**Suplente de Tesouraria:**  
Judy Mauria Gueiros Rosas

## EDIÇÃO

**Jornalista Responsável:**  
Fred Oliveira - MTB/PB 956

**Diagramação:**  
Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira I - CEP 58055-620  
João Pessoa - PB  
Fone: (083) 982-3484/ 231-3945  
Fone/Fax: (083) 231-1703

## OPINIÃO

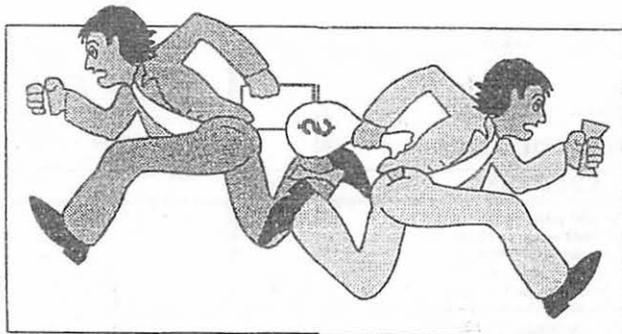
## Universidades públicas e privadas no Brasil e nos Estados Unidos

Maria Ligia Coelho Prado

A questão do ensino superior pago ou gratuito, ao lado do papel do Estado na educação, tem suscitado debates candentes, relacionados com os problemas de modernização, de racionalização dos recursos e de eficiência do funcionamento das universidades, em especial das universidades públicas. Muitas das soluções para esses impasses apontam o ensino pago e o crescente afastamento do Estado de suas responsabilidades sobre o ensino superior como a única salvação. Neste ponto das discussões, comumente, os Estados Unidos são invocados como exemplo a ser seguido. Enfatiza-se a excelência de suas universidades, mostrando sutilmente que tal nível deve-se, basicamente, a seu sistema de escolas privadas. Em torno desses temas criaram-se diversas falácias. Este artigo é sobre algumas delas.

Para começar, é preciso entender alguns aspectos do funcionamento do ensino de terceiro grau nos Estados Unidos. De maneira geral, está diretamente relacionado às especificidades da sociedade americana, responde às necessidades do mercado de trabalho, oferecendo escolas com diversos graus de qualidade e exigência, desde os community colleges (escolas de dois anos de duração, em áreas pobres) até as universidades mais conceituadas. O controle estatal se apresenta radicalmente descentralizado e a competitividade entre as escolas é intensa. Todos os alunos pagam, cursam estabelecimentos públicos ou particulares. Entretanto, as instituições privadas não são entendidas como empresas que visam reproduzir seu capital, e correr em busca de lucros, como qualquer negócio.

Analisemos, por exemplo, o orçamento da Universidade de Stanford, uma das maiores, mais importantes e mais caras universidades privadas norte-americanas. O orçamento consolidado para o ano escolar de 1991/1992 foi de US\$ 1 bilhão em números redondos. Os custos diretos e indiretos com pesquisa estavam estimados em US\$ 349 milhões, mais US\$ 138 milhões para sustentar o acelerado linear. Os fundos do governo federal pagavam mais de 90% desses custos, significando 43% da receita total. As anuidades dos alunos somavam US\$ 175 mi-



lhões, isto é, aproximadamente 17% do total. Para cobrir os demais gastos, as fontes eram doações de particulares, rendas do patrimônio, propriedades e patentes.

A primeira conclusão a ser extraída da análise desse orçamento é a importância central dos recursos federais para a pesquisa. No Brasil, existe uma falsa idéia de que, nos Estados Unidos, a pesquisa é financiada pelas empresas, que mantêm uma ligação umbilical com as universidades. Sem dúvida, há empresas que financiam pesquisas em determinados campos específicos de seu interesse, mas a pesquisa básica, em ciências e humanidades, se desenvolve nas universidades, com o apoio insubstituível do Estado. No parágrafo do neoliberalismo, o Estado continua "intervindo", proporcionando condições financeiras para a sustentação da pesquisa acadêmica. Sem esse apoio não há pesquisa e não há universidade séria em qualquer país do mundo.

Outro ponto interessante diz respeito ao pagamento de anuidades; como vimos, elas não atingem nem 20% (esta é a regra geral para qualquer universidade paga), da receita arrecadada, portanto, uma parte minguada do total. Com o agravante de que as anuidades de uma grande universidade - Yale, Stanford, Harvard, Columbia - são altíssimas, mesmo para os padrões norte-americanos, pois estão na casa dos US\$ 20 mil. Numa universidade estadual pública, o aluno paga entre US\$ 6 e 8 mil, isto sem contar com os gastos com alojamento, alimentação e li-

vtos. Daí os programas de empregos nas universidades, e as bolsas e empréstimos, garantidos pelo governo federal, tanto aos alunos das escolas públicas, quanto das particulares.

Para se avaliar a extensão do programa americano de bolsas, vamos a alguns dados. Em 1993, 5 milhões de estudantes tinham empréstimos do governo federal, o que significava quase 40% do total de alunos. Os números completos a respeito dos empréstimos realizados são difíceis de pesquisar, mas pode-se avaliar sua importância tomando um dado recente sobre as dificuldades que os formandos vêm encontrando para pagar suas dívidas. No ano fiscal norte-americano de 1992, ex-alunos que contrataram empréstimos durante seus anos de estudos deixaram de pagar quase US\$ 3 bilhões aos cofres públicos (New York Times, 7 de fevereiro de 1993).

Passando ao Brasil, o ensino superior possui características bem diversas das norte-americanas, que podem ser assim resumidas: controle estatal centralizado, padrões homogêneos na estruturação de cursos e reformas do ensino pensadas de maneira uniforme para todo o território nacional. A competitividade entre as escolas superiores brasileiras é bastante restrita, pois todo o sistema está organizado de maneira a não alimentá-la.

Outra radical diferença diz respeito às escolas de ensino privado. Com a exceção dos estabelecimentos confessionais, como as PUCs, elas se organizam

como empresas, com fins lucrativos imediatos. Nos Estados Unidos, não se negam outros interesses em jogo, como prestígio, status ou influência política. Mas nunca prevalece a visão estreita que, no Brasil, pretende transformar um "dono" de universidade num empresário de sucesso.

As críticas constantes às universidades públicas brasileira insistem na necessidade do afastamento parcial ou completo do Estado de suas funções tradicionais. Porém, nos Estados Unidos, como vimos, o Estado se constitui no suporte mais sólido de sustentação da pesquisa e da qualidade de ensino.

Quanto à implantação do ensino pago como o "deus ex machina" da educação superior brasileira vale relembrar que a porcentagem das anuidades no orçamento global de uma universidade norte-americana é bastante pequena e que existe um enorme aparato de ajuda aos estudantes mais pobres através de empréstimos e bolsas do governo federal. No Brasil, mesmo aqueles que advogam o ensino pago nas universidades públicas, admitem ser fundamental a criação de um sistema de bolsas, o que implicaria, obviamente, a organização de uma burocracia para atender o seu funcionamento. Para montá-lo, seriam necessários investimentos públicos significativos, o que diminuiria bastante - provavelmente em 10% - a receita advinda do pagamento das mensalidades dos alunos. Em suma, toda a pretendida salvação através do ensino pago estaria reduzida a uns míseros 7% do total do orçamento.

No entanto, é possível afirmar que, mesmo não resolvendo os problemas, esta pequena parcela ajudaria a manter o ensino público de terceiro grau. Para responder a esse argumento, é necessário pensar a universidade dentro do contexto mais amplo da sociedade e da cultura brasileiras. O Brasil é um país pobre e sua população vem sofrendo nas últimas décadas, um rebaixamento ainda mais forte de seu poder aquisitivo. Em segundo lugar, o número de alunos em estabelecimentos pagos é superior - 60% contra 40% - ao daqueles que não pagam. Estou certa de que o ensino pago transformará a universidade brasileira, que, no presente, já se destina a uma minoria da população, em uma instituição ainda mais fechada e menos democrática. No Brasil, 11,3% da população entre 20 e 24 anos está matriculada em escolas de terceiro grau, enquanto na Argentina esta

porcentagem sobre para 36,4%, no Uruguai para 35,8% e na Venezuela para 26,4%, para tomarmos exemplos latino-americanos, segundo dados levantados por Simom Schwartzman.

Os alunos da USP são exemplo sempre invocado como "prova" mais evidente de que o ensino deve ser pago nas universidades públicas, pois todos os estudantes teriam condições materiais para tanto. Em primeiro lugar, na USP, há alunos de todas as classes sociais, inclusive um número elevado de estudantes com baixíssimo poder aquisitivo. Basta uma visita aos muitos cursos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas para que se comprove tal afirmativa. Além disso, não se pode reduzir o debate aos alunos de uma única universidade brasileira. A USP não representa o Estado de São Paulo e, muito menos, o Brasil.

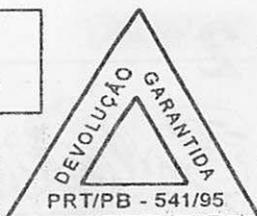
Para concluir, ao analisar os problemas do ensino superior brasileiro, é fundamental levar-se em conta a história de suas instituições e a dinâmica da sociedade da qual fazem parte. Estabelecer comparações exige muitos cuidados, entre eles o de não restringir tal exame a escolhas arbitrárias de um que outro elemento que compõe sistemas complexos, para aplicá-los ao Brasil. O ensino pago, nos Estados Unidos, se enquadra dentro de um sistema muito diferente do brasileiro e, entre outras especificidades, conta com mecanismos que garantem minimamente o acesso - mantido pelos recursos do Estado - de parte significativa da população à educação superior. No Brasil, a adoção do ensino pago nas universidades públicas ampliará as dificuldades que os jovens brasileiros encontram, já no presente, para cursar escolas de terceiro grau. A retirada do Estado, ainda que parcial, do campo do ensino superior, conduzirá, com toda a certeza, a um rebaixamento geral da qualidade de ensino, à destruição da pesquisa e à ruína de um patrimônio público tão sofridamente construído.

Transcrito da Revista da ADUSP, edição de agosto de 1996

Professora do Departamento de História da Universidade de São Paulo

# Boletim ADUFPB-JP

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95



INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior  
Nº 36 - Outubro de 1996

## Revista da ADUFPB-JP será lançada próximo dia 11

Será lançado no próximo dia 11, o primeiro número da Revista da ADUFPB-JP. A publicação trará 8 textos de professores da UFPB, discutindo assuntos que vão da autonomia universitária até as potencialidades do desenvolvimento da Paraíba. O lançamento está previsto para ocorrer, na sede Social da entidade, às 19h00. A periodicidade será semestral e todos os professores podem colaborar, apresentando seus textos à Comissão Editorial.

A revista terá cerca de 44 páginas e capa em papel couchê, com duas cores. Internamente será impressa em papel ofício, apenas em uma cor. Sua programação visual foi produzida, depois de uma avaliação criteriosa de outras publicações do gênero no país.

Segundo a Comissão Editorial, composta pelos professores Derval Golzio, José Ernesto Pimentel e Cláudia Beltrão, a temática básica da revista são os temas: ciência, política e Universidade.

Nesta edição, serão publicados os seguintes textos: *Passado, Present and Future*, do professor do Departamento de História, Elio Chaves Flores; *Os Usos da Cidade: Identidade,*

*Memória e Sociabilidade*,

do professor Raimundo Barroso, do Departamento de Histórias. Também serão publicados *O Chão Desapareceu*, do professor do Departamento de História, José Ernesto Pimentel; O professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, Manuel Domingos, escreveu o artigo: *Cuba Não Pediu a Benção*; Jonas Duarte da Costa, professor do Departamento de História escreveu o artigo *Além do Drama* e Carlos André Macêdo Cavalcanti, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, escreveu o artigo: *IFES no Estado Brasileiro: Uma Proposta de Mobilização*.

Jaldes Reis de Menezes, presidente da ADUFPB-JP e professor do Departamento de História, escreveu o texto: *Autonomia, Homonomia e Heteronomia: Parâmetros Para o Deba-*

*te Sobre Autonomia*. O professor Ademir Alves de Melo, do Departamento de Economia, escreveu o texto: *Potencialidades e Restrições ao Desenvolvimento da Paraíba*. Derval Gomes Golzio, professor do Departamento de Comunicação publicará o texto: *Imagens da Greve*. A revista também publica um texto especial do presidente da ADUFRGS, Renato Oliveira, sobre a autonomia universitária.



te Sobre Autonomia. O professor Ademir Alves de Melo, do Departamento de Economia, escreveu o texto: *Potencialidades e Restrições ao Desenvolvimento da Paraíba*. Derval Gomes Golzio, professor do Departamento de Comunicação publicará o texto: *Imagens da Greve*. A revista também publica um texto especial do presidente da ADUFRGS, Renato Oliveira, sobre a autonomia universitária.

### CONAD

#### Ouro Preto será sede do evento

Será em Ouro Preto-MG, entre os próximos dias 25 e 27, o 33º Conselho Nacional de entidades filiadas à ANDES - CONAD. Os temas a serem debatidos serão o Movimento Docente e Conjuntura, a Avaliação e Atualização do Plano de Lutas e Questões organizativas e financeiras do Sindicato Nacional.

Os cadernos de textos para fundamentar os debates no CONAD já estão à disposição dos interessados na sede da ADUFPB-JP. A escolha dos delegados da ADUFPB-JP deverá acontecer na próxima Assembléia Geral, marcada para o dia 22, no Auditório da Reitoria, às 9h00.

### Assembléia

## DIA 22/11

#### PAUTA

- Informes jurídicos
- Eleição dos delegados para o CONAD
- Eleições da ADUFPB-JP: - data e comissão eleitoral

**Auditório da Reitoria**  
**Às 09h00**

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiada à CUT

Centro de Vivência - UFPB  
Caixa Postal: 5001 CEP 58.051-970  
João Pessoa/PB  
Fone: (083) 224-3801  
Fax: (083) 224-8375

## EXPEDIENTE

### Diretoria Executiva

#### Presidente:

Jaldes Reis de Menezes

#### Vice-presidente:

Maria das Graças Toscano

#### Secretário Geral:

Dailton Lacerda

#### Tesoureiro:

Hélida Cristina C. Valério

#### Diretor de Política Sindical:

José Jonas Duarte

#### Diretor de Política Social:

Marcos Montenegro

#### Diretor de Política Educ. e Cient.:

Luis Tadeu D. de Medeiros

#### Diretor Cultural:

Jozemar Pereira dos Santos

#### Diretor de Imprensa e Divulgação:

Derval Golzio

#### Suplente de Secretaria:

Giovani Luiz de Carvalho Bezerra

#### Suplente de Tesouraria:

Judy Mauria Gueiros Rosas

## EDIÇÃO

#### Jornalista Responsável:

Fred Oliveira - MTB/PB 956

#### Diagramação:

Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira I - CEP 58055-620  
João Pessoa - PB  
Fone: (083) 982-3484/ 231-3945  
Fon/Fax: (083) 231-1703

## OPINIÃO

# O pós-tucanato

Emir Sader

Como as pesquisas sobre o voto municipal e aquelas que apontam queda vertical da popularidade do presidente e maioria contra a sua reeleição evidenciam, o pós-tucanato pode estar muito mais perto do que os 20 anos preconizados por Sérgio Motta. O que virá depois?

Tem sido assim: depois de tirar as castanhas com a mão do gato, por meio de um drástico ajuste fiscal, da desregulação econômica e do desmonte do aparelho produtivo nacional, os social-democratas que assumiram os preceitos neoliberais deixam o campo aberto para a direita tradicional. Foi assim na França, com Mitterrand, sucedido pelo conservador Jacques Chirac, na Espanha de Felipe Gonzáles, substituído pela direita de Aznar, enquanto em países como o México é a direita tradicional do PAN quem melhor tem capitalizado o desgaste do PRI, em lugar do PRD de Cuahutemoc Cárdenas.

Entre nós, a direita tradicional ameaça despontar de novo. Maluf deixou de ser aquele que "adorávamos odiar", o PFL mostra capacidade de cooptar transfugas da esquerda, como no Rio de Janeiro, a direita mais uma vez se apresenta com quem, de maneira mais confiável do que os tucanos "parvenus", pode garantir um programa de direita. Afinal, eles não são de direita de ontem.

Sarney, Marco Maciel, ACM, Inocêncio de Oliveira são a própria cada da direita. A retomada da aliança com Maluf - se este aparecer como forte candidato à sucessão de FHC - terá feito da chamada "transição democrática" apenas um parêntese em sua longa trajetória de exercício do poder. "Virada a página do getulismo", isolada e derrotada a esquerda, as rédeas voltarão diretamente para quem de "direita".

A conversão neoliberal é duplamente proveitosa para as forças conservadoras: outros, em princípio insuspeitos de negligenciar as polí-

ticas sociais, fazem o "trabalho sujo" de reprivatização das relações sociais, deixando a esquerda isolada e, por isso, com maiores dificuldades para disputar a sucessão dos social-democratas.

Mitterrand frustrou o sonho de um governo de esquerda do pós-guerra na França. Foi preciso terminar seus mandatos para que os movimentos sociais voltassem a sair às ruas com força, derrotando a contra-reforma da previdência de Chirac. Felipe Gonzáles tem sobre si o ônus de deixar o desemprego chegar a um de cada quatro espanhóis, em meio à modernização econômica para quem conseguiu se engatar ao trem de reconversão.

FHC nem sequer terá essa transcendência: no máximo aparecerá como o prestidigitador da estabilidade monetária, aquela que, apoiada em taxas de juros estratosféricas, multiplicou por três as dívidas do Estado, deteriorou como nunca os serviços sociais e levou à quebra a indústria nacional e formulou alibis para a direita tradicional se reconverter à "modernidade".

A esquerda não soube, até aqui, apresentar um projeto hegemônico alternativo, centrado no mercado interno de massas, na democratização radical do Estado, na socialização da política, na integração internacional das grandes potências excluídas pelo hemisfério Norte. A construção de um novo consenso nacional solidário, humanista, ético, social - depende de um projeto dessa ordem, para que o pós-tucanato não signifique um novo pacto de elite, que renove as forças conservadoras, em um país que tanto requer profundas transformações sociais, políticas e culturais.

- Emir Sader, 53, é professor do Departamento de Sociologia da USP (Universidade de São Paulo) e Autor de Anjo Torto - Esquerda (e direita) no Brasil" (Ed. Brasiliense)

## DEMISSÃO VOLUNTÁRIA

# Programa do Governo Federal poderá gastar R\$ 2 bilhões

O Ministério da Administração e Reforma do Estado antecipou o anúncio do programa de demissões voluntárias - PDV. A expectativa do Governo Federal é que 40 mil funcionários deverão aderir à proposta. A União lançou o programa porque não tem condições de demitir por excesso de pessoal, já que não gasta mais de 60% do que arrecada com sua folha. O gasto estimado pelo Governo Federal para realizar o Programa de Demissão Voluntária é de R\$ 1 bilhão a R\$ 2 bilhões.

O anúncio do programa de demissão voluntário era esperado

para depois das eleições municipais, com base na avaliação do Governo de que isto poderia repercutir negativamente para os candidatos do PSDB. Segundo o Ministro da Administração e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, o maior incentivo para o lançamento são os resultados positivos dos programas de demissão dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia.

Uma das dúvidas do Mare é se lançará um plano nacional ou optará por realizá-lo por regiões.

O Programa de demissão voluntária não deverá atingir as categorias de fiscais de renda, auditores, policiais federais e procuradores.

O principal alvo do programa serão os servidores que atuam em atividades burocráticas. Outro objetivo do PDV é a iniciativa de redistribuir os funcionários de setores considerados com excesso de pessoal.

Hoje, o Governo Federal diz gastar cerca de R\$ 40 bilhões por ano para pagar a seus 550 mil funcionários. O programa de demissão voluntária só conseguirá reduzir estes gastos em cerca de 5%.

## *Pronex aumenta desnível entre IFES*

*O Ministério da Ciência e Tecnologia já lançou o edital para apresentação das primeiras propostas para o conhecido projeto do Governo Federal de "Centros de Excelência". Ele pretende financiar pesquisas que custem entre R\$ 400 mil e R\$ 4 milhões, que devem ser chefiadas por pesquisadores de reconhecida competência técnico-científica a nível nacional e internacional.*

*O programa de apoio aos núcleos de excelência está sendo denominado de Pronex e fortalece cada vez mais as diferenças entre as universidades públicas. Com ele, o Governo Federal comprovar estar andando na contramão, enquanto nos países desenvolvidos os investimentos em pesquisa são cada maiores e descentralizados. O coordenador da pesquisa, a ser financiada pelo Pronex, deve ser um pesquisador com destacado histórico na área e comprovada capacidade de liderança na sua atividade. A ele também caberá a apresentação da proposta.*

*Cada projeto a ser financiado deverá contar com uma equipe mínima de dois pesquisadores principais, além do coordenador, pertencentes ao quadro permanente das instituições participantes. Destes profissionais também será exigida a comprovação de que eles estão em atividade na área e que não estão em dois grupos ao mesmo tempo.*

## Extinção de estatais prejudica área social

O Governo Federal anunciou mais uma ofensiva do seu projeto de desmonte do setor público. Desta vez, a estratégia é de extinção ou fusão de estatais. Na lista inicial, levantada pelos Ministérios da Administração, Planejamento e Fazenda, constam 22 empresas.

O argumento principal da proposta é a economia de dinheiro público, mas algumas destas estatais realizam trabalhos de grande impacto social. Apesar de aprovar a relação de empresas, o presidente Fernando Henrique Cardoso determinou que o ministro chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, negocie com cada ministério uma relação definitiva.

Uma alternativa levantada é transformá-las em organizações sociais, que seriam empresas públicas, com direito a dotação orçamentária, mas administrada pelo setor privado.

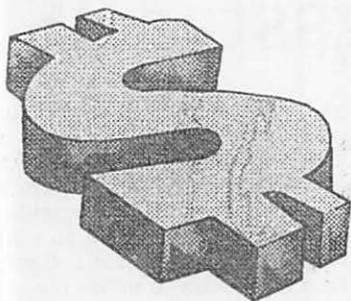
A proposta de extinção de estatais atinge empresas e órgãos públicos de grande impacto como a Fundação Nacional de Saúde. Ela dedica-se ao combate de endemias, como leptospirose, doença de chagas, dengue e outras. Também atua na medicina preventiva e contribui decisivamente para o controle destas doenças.

A Central de Medicamentos também foi incluída na lista. Ela é responsável pela produção de remédios, que são distribuídos nos serviços públicos de saúde. Os maiores beneficiados com estes produtos são as pessoas carentes, que não possuem condições de comprar remédios.

# Demora da SRH e MARE gera novo desconto para aposentados

A demora da Reitoria e do Ministério da Administração e Reforma do Estado, em encaminhar a determinação judicial para suspender o desconto previdenciário nas aposentadorias dos filiados da ADUFPB-JP, deverá provocar um novo desconto nos contracheques de outubro. Estes valores, no entanto, serão obrigatoriamente ressarcidos no pagamento do próximo mês.

A lentidão da Superintendência pode ser comprovada através das datas que o órgão informou à Diretoria da ADUFPB-JP. Através de ofício, ela comunica que foi citada pela Justiça Federal de sua liminar em favor da entidade no dia 09/09, quando isto na verdade aconteceu no dia 05/09, conforme documento fornecido pela Justiça Federal.



Ela informa que logo após a citação elaborou um ofício ao MARE, comunicando o fato e pedindo a abertura de rubrica para o caso, no dia 10/09. Também encaminhou o processo para a Procuradoria Jurídica dar seu parecer e só depois, no dia 16/09, enviou toda documentação para o Minis-

tério. Até o dia 23, o Ministério ainda não tinha liberado a rubrica.

Para tentar impedir o novo desconto da contribuição nos contracheques de setembro, a Superintendência de Recursos Humanos, informa que tentou suspender este procedimento via "on line", no dia 19, prazo final para o fechamento da folha.

Os prejuízos para os aposentados que obtiveram a suspensão do desconto na justiça estão comprovados na perda de 4 dias de tramitação entre 05/09 e 09/09, além da obrigatoriedade da Procuradoria Jurídica analisar uma liminar da Justiça Federal, quando ela deve ser cumprida. Depois disto, o órgão pode estudar qual o recurso poderá impetrar contra a decisão. O MARE demorou em determinar a suspensão.

## Fundo para Educação não garantirá piso

Mais um plano a educação pública, lançado com grande estardalhaço, pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, deverá fracassar. A proposta, desta vez, é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino fundamental e de Valorização do Magistério. O MEC garante que através dele o professor de 1º e 2º graus terá um piso de R\$ 300, mas isto é praticamente impossível pelos desvios dos recursos federais praticados pelos Estados e Municípios.

O alerta é do professor e sociólogo, João Monlevade, diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação- CNTE. Ele é um especialista no assunto, com tese de mestrado na área.

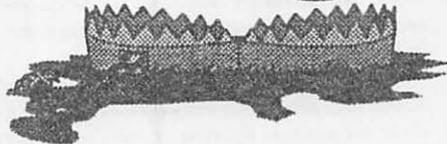
A inviabilidade da estratégia do Governo está na divulgação de que o piso salarial para o professor será de R\$ 300. O que o Fundo garantirá, na verdade, é o chamado custo-aluno mínimo de R\$ 300. Hoje existe uma confusão entre piso salarial e salário médio, que é a soma do que é gasto na folha de cada colégio, dividido por todos os professores. "Um deles, por exemplo, pode ganhar R\$ 500 e outro R\$ 100 que, divididos por dois, daria a média de R\$ 300", lembra João Monlevade.

A maior causa do fracasso do Fundo será, garante o sociólogo, o mal gerenciamento e a falta de controle social sobre a aplicação do dinheiro. "Em pelo menos 75% dos mais de 5 mil municípios isto é uma constante".

As Prefeituras sempre encontram meios para realizar os desvios. Muitas colocam gastos de outras áreas na conta da educação e o Governo Federal não tem meios para controlar a aplicação dos recursos, numa rede de 200 mil escolas.

João Monlevade alerta que um prefeito que recebe hoje R\$ 50 mil para administrar as escolas municipais, quando passar a receber R\$ 150 mil do fundo, não se preocupará em aumentar os salários dos professores, mas de contratar mais docentes e fazer clientelismo com o dinheiro.

## DEBATE



### Crise do Capital e Previdência Social

Ana Elisabete Mota  
(Dra. em Serviço Social - do Programa de Pós-Graduação da UFRJ-UFPE)

Dia 16/10, no Auditório 411  
CCHLA, às 15h00

Promoção: ADUFPB-JP/CCHLA

## Uma chaga social

José de Araújo Madeiro

A tuberculose, a temível "tísica ou peste branca" da história da medicina, tem exigido, ao longo dos séculos, pesados tributos da humanidade. Dela resulta não só uma constelação de seqüelas que tornam o homem vulnerável à inutilidade laborativa, mas o consumo de altíssimos custos financeiros e o mais sombrio dos seus indicadores, uma implacável soma de vidas humanas ceifadas pelo mal.

Destarte, os modernos avanços de controle desta entidade nosológica, como a difusão da vacinação BCG na infância e o esquema triplice de curta duração como forma ideal de tratamento da doença ativa há, na atualidade, um brutal recrudescimento da enfermidade pelo mundo afora. Estima-se, em números redondos, que 10 milhões de pessoas estejam doentes este ano e que, deste volume de pacientes, 3 milhões não sobreviverão.

O Brasil, infelizmente, vem ocupando a sexta posição internacional em incidência, com média de 100 mil tuberculosos anuais, revelando-se o verdadeiro descaso a que são relegados os patricios mais pobres, apesar do crescimento do PIB e da inserção, galopantemente vertiginosa, à política neoliberal pela tecnocracia paulista, hoje, no âmago das decisões centrais. De outra parte, nos países ditos civilizados (e colonizadores como os Estados Unidos da América e a Inglaterra) suas determinantes epidemiológicas eram de baixos níveis até nos anos recentes, porém já se verifica um alar-

mante incremento da doença, em pacientes imunodeprimidos, em particular pela AIDS.

Foi, no passado, o fantasma dos boêmios e dos poetas da noite, agora é o grande suplício dos famintos. A medicina através de antibióticos específicos tem contribuído para a cura de um percentual expressivo de doentes, quando, criteriosamente, manejados e dentro de uma infra-estrutura mesmo que modesta em equipamentos, mas dinâmica e com padrões sanitários indispensáveis. Embora de poucos requisitos, implica na alocação de elevados investimentos financeiros e no adestramento de pessoal. A entidade, como toda doença infecciosa grave, quando não equacionada devidamente pelas ações preventivas e sanitárias, impõe outras demandas mais complexas para resolução.

Todavia, faz mister o uso da racionalidade, como qualquer outro ramo de atividade humana. A realidade mundial contemporânea e o desenvolvimento tecnológico acelerado estão desenhando um futuro avassalador para os países subdesenvolvidos. A tuberculose, assunto em questão, está transformada em cúmplice das injustiças sociais. A perversa concentração da riqueza está marginalizando as populações, enquanto os Estados estão, cada dia mais, se distanciando da razão de suas existências como dinamismo social. Os governos, insensíveis aos grandes desafios humanos, engajam-se, incontestes, às leis de livre comércio, como se fossem gerentes de empresas. A sobrevivência do homem nos conglomerados urbanos está em situação, terrivelmente, competitiva e vio-

lenta. A migração dos campos para as grandes cidades é outras questões profundamente preocupante, somando-se às grandes hordas de desempregados e agravando-se os nossos desajustes sociais.

De tal forma, são imperiosas medidas sensatas e reformas de estruturas carcomidas e anacrônicas, em especial, na direção de uma redistribuição justa e pacífica da produção mundial. O conhecimento deve ser exercido como um bem universal e a tecnologia fator de integração de países, sem injunções dominadora. Na extensão do homem, a humanidade deve ser a prioridade absoluta e o bem coletivo deve ser, inquestionavelmente, a postura transparente e o objetivo permanente em todos os atos de governo.

Enquanto perdurar a fome punindo as populações que gravitam à margem do processo desenvolvimento econômico e tecnológico, o flagelo da tuberculose persistirá, com deletério vigor, castigando as comunidades do terceiro mundo. Os esforços dos nossos governos em, simplesmente, atacar os seus efeitos, nada mais passam de mal planejados programas, com excessivo penhor de divisas na importação de medicamentos ou de outros produtos estrangeiros que mais representam desperdícios. As metas devem ser simplificadas e enfrentadas com altivez. Na tuberculose, urgem profilaxias e a primeira delas é a barreira cheia. Em segunda alternativa, não devemos ser reféns de políticas econômicas que busquem a prosperidade sobre o escárnio do desemprego ou com o aviltamento do poder de compra de bilhões de pais de família.

### Atualização de endereços



A Diretoria da ADUFPB - JP pede a seus associados, que nos últimos 2 anos mudaram de endereço e não os atualizaram, que o façam o mais

rapidamente possível. Sem isto, ele poderá deixar de receber as correspondências, boletins, jornais e outras publicações que o sindicato produz para seus associados

- Oficina de Teatro
- Brincadeiras de Rua
- Distribuição de doces
- Apresentação de Mágicos
- Distribuição camisetas para filhos dos associados (que se inscreverem até 5ª feira na ADUFPB-JP)

## Festa das Crianças

Dia  
**13/09**

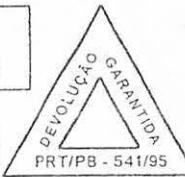
(Domingo)

A partir das 11h00,  
na Sede Social,  
Cabo Branco

# Boletim

ADUFPB-JP

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95



INFORMATIVO DA ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior  
Nº 37 - Outubro de 1996

## REAJUSTE SALARIAL EM 97

# Governo pode não conceder

Os funcionários públicos federais poderão, novamente, não ter reajuste salarial em janeiro de 97. O Governo Federal já anunciou que talvez não tenha recursos para custear o aumento, apesar de já ter incluído esta medida no orçamento para o próximo ano, enviado ao Congresso Nacional. O aumento previsto seria de apenas 10%. Há mais de 20 meses os servidores não recebem aumento.

Os estudos sobre a possibilidade de aumento estão sendo feitos pelos

Ministérios da Fazenda, Planejamento e Administração, sob a coordenação do ministro chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho. A desculpa alegada pelo Governo para levantar o risco de não possuir dinheiro para pagar o reajuste do funcionalismo é de que ao enviar a proposta de orçamento ao Congresso, a previsão era que em 97, a folha de pessoal consumisse R\$ 45 bilhões. No entanto, o Tesouro Nacional alega que este valor não será suficiente.

A razão estaria no crescimento

dos gastos do Governo com o funcionalismo em 96, que estavam previstos para cerca de R\$ 40 bilhões e deverão chegar a R\$ 42 bilhões. O motivo alegado para o aumento dos gastos, segundo o governo, "vegetativo" da folha, como o pagamento de gratificações, especializações, aposentadorias com reajuste e sentenças judiciais. As alternativas que o Governo estuda para o problema vão desde um remanejamento de verbas a um reajuste desvinculado da inflação.

## Cortes nas despesas federais deve atingir R\$ 2 bi

### CRONOGRAMA DO CORTE DE GASTOS FEDERAIS

Até outubro	Economia anual (em R\$)
fim das horas extras	50
fim do adicional de até 20% na aposentadoria do servidor público	70
fim da substituição de chefias	60
pagamento do auxílio-refeição em dinheiro	50
mudança na gratificação por tempo de serviço	40
alteração das regras para incorporação ao salário de parte da remuneração extra obtida ao ocupar cargos de confiança*	53
auditoria nas folhas extra de pagamento dos servidores ativos e inativos**	400
<b>Economia anual (em R\$)***</b>	
<b>Até novembro</b>	<b>670</b>
PVD (Programa de Demissão Voluntária)	670
<b>Economia anual (em R\$)****</b>	
<b>Até Dezembro</b>	<b>1.000</b>
Reorganização, extinção e fusão de empresas e órgãos públicos federais	1.000

\* Mudança já feita por MP (medida provisória).

\*\* Já vem sendo realizada desde o começo do ano.

\*\*\* Depende da adesão dos servidores públicos.

\*\*\*\* Depende da negociação com diversos ministros

Dentro do projeto de aniquilamento do serviço público, o Governo Federal deverá implantar, até o final do ano, um cronograma de redução de suas despesas que deverá prejudicar ainda mais os servidores públicos. A meta é economizar cerca de R\$ 2,3 bilhões.

O primeiro prejuízo para os funcionários foi o adiamento, por 5 anos seguidos, da incorporação nos salários da gratificação de 1% por tempo de serviço e 10% por ano, por exercício de cargo de confiança.

O pacote de medidas ainda não foi implantado totalmente porque o Governo temia que elas fossem utilizadas pelos partidos de oposição para prejudicar o desempenho de seus candidatos nas eleições municipais.

Dentro do pacote, também estão previstas a realização de novas auditorias na folha de pagamento, a implantação do Programa de Demissão Voluntária e a fusão de empresas estatais.

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filial à CUT  
Centro de Vivência - UFPB  
Caixa Postal: 5001 CEP 58.051-970  
João Pessoa/PB  
Fone: (083) 224-3801  
Fax: (083) 224-8375

## EXPEDIENTE

## Diretoria Executiva

**Presidente:**  
Jaldes Reis de Meneses

**Vice-presidente:**  
Maria das Graças Toscano

**Secretário Geral:**  
Dailton Lacerda

**Tesoureiro:**  
Hélida Cristina C. Valério

**Diretor de Política Sindical:**  
José Jonas Duarte

**Diretor de Política Social:**  
Marcos Montenegro

**Diretor de Política Educ. e Cient.:**  
Luís Tadeu D. de Medeiros

**Diretor Cultural:**  
Jozemar Pereira dos Santos

**Diretor de Imprensa e Divulgação:**  
Derval Golzio

**Suplente de Secretária:**  
Giovani Luiz de Carvalho Bezerra

**Suplente de Tesouraria:**

## EDIÇÃO

**Jornalista Responsável:**  
Fred Oliveira - MTB/PB 956

**Diagramação:**  
Ricardo Araújo - MTB/PB 631



**MÍDIA**  
Assessoria de Comunicação

Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 -  
Mangabeira I - CEP 58055-620  
João Pessoa - PB  
Fone: (083) 982-3484/231-3945  
Fone/Fax: (083) 231-1703

□ ENTREVISTA/MARIA CRISTINA DIAS

## Só mobilização garantirá autonomia na Constituição

Durante a última reunião da Andifes em João Pessoa, a presidente da Andes, Maria Cristina Dias, visitou a sede da ADUFPB-JP e concedeu entrevista. Ela falou de como o movimento docente está trabalhando para assegurar a autonomia universitária

*Pergunta - Como está o processo de discussão e negociação que a ANDES vem realizando em relação a questão da autonomia universitária com os reitores, que participam da ANDIFES?*

**Resposta -** A ANDES tem posição de congresso contrária a alteração do artigo 207 da Constituição Federal, que garante a autonomia universitária e a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Aliás, isto foi uma luta da comunidade universitária, articulada a outros segmentos do setor da educação. Como o lançamento da proposta da entidade para a universidade brasileira, durante o Congresso Nacional de Educação, realizado em Belo Horizonte, em julho, e com a aprovação do nosso último Conad, a ANDES está em processo nacional de discussão do assunto e de lançamento em todos os Estados da nossa proposta.

Em relação à ANDIFES, estamos mantendo contato e estivemos com a FASUBRA e a UNE, na última reunião daquela entidade realizada em Manaus, nos 19 e 20 de agosto, quando os reitores estavam concluindo a sua proposta. As entidades tiveram um espaço convocando a ANDIFES para não só se posicionar contra a qualquer alteração do artigo 207 da Constituição, mas também de assumir esta luta de barrar a proposta de emenda constitucional 330.

Nossa avaliação nacional é de que para o Governo poder viabilizar sua proposta neoliberal para a universidade pública brasileira, existe a necessidade de se retirar da garantia da autonomia universitária da Constituição. Nós entendemos que, neste

momento, a comunidade universitária tem de tomar a sua posição. Estará junto às entidades na defesa da universidade pública e gratuita e isto significa assumir esta luta para barrar esta alteração ao artigo 207 ou ficará junto ao Governo, na tentativa de minorar seus efeitos.

Nós entendemos que não existe alternativa possível a esta proposta de emenda constitucional, porque o fundamento dela é de retirar a garantia. Independente do conteúdo em que ela está, o fundamento é que tem de ser atacado.

*P - A Andifes tem se mostrado aberta às manifestações da ANDES, Fasubra e UNE, em busca de negociações para que se evite a retirada da garantia da autonomia da Constituição?*

**R -** Nós temos conseguido espaço nas reuniões da ANDIFES, mas a questão é que existe uma polêmica muito grande dentro da entidade e não conseguiu-se fechar a proposta na reunião, de Manaus, e o objetivo é de terminar este trabalho agora. Não sabemos se isto será possível.

O que temos são as mais variadas manifestações de reitores isolados, uma vez que a ANDIFES ainda não tomou uma posição. Então tem reitores que se posicionam intransigentemente contra a qualquer alteração do artigo 207, numa leitura idêntica a da ANDES, FASUBRA e UNE, como existem aqueles que entendem ser a alteração inevitável, já que o Governo conseguirá, e é melhor posicionar uma proposta.

Nós avaliamos que conceito não se emenda e damos como exemplo o que aconteceu com a LDB, no famoso substitutivo Darcy Ribeiro,

quando apenas a ANDES e a UNE se mantiveram até o final com o propósito de não emendar.

Entendíamos que as emendas que seriam absorvidas seriam justamente aquelas que não alterariam os fundamentos da proposta do Darcy Ribeiro. Mas vários partidos de oposição foram na linha de apresentar emendas e outras entidades também. Qual foi o resultado: nenhuma emenda na linha de tentar resgatar o PL 101 ou o substitutivo Sid Sabóia foi incorporada.

Então você termina participando de um processo que termina dando legitimidade. Porque o que é que o Governo Federal vai dizer? ele vai utilizar que foi democrático, pois as entidades apresentaram emendas e discutiram, quando na verdade é só "pró-forma", pois a gente já sabe o que será incorporado.

Ir na linha de que a alteração é inevitável e de que devemos ter uma carta no bolso é equivocado, pois ela não será incorporada. Então, será simplesmente estar no Congresso Nacional legitimando.

Nós também avaliamos que se a categoria e a comunidade universitária se mobilizarem - estamos fazendo um trabalho fora das universidades também, com entidades nacionais - teremos espaços para a gente brigar dentro do Congresso.

Agora, se de repente as entidades não vão com uma posição única e firme, além de disposição da luta, a situação complicará e é isto que o Governo quer.

*P - Você está percorrendo o país acompanhando os lançamentos, nos Estados, da proposta da ANDES para a universidade brasileira. Como você avalia a força do movimento docente para se contrapor a esta proposta do Governo de autonomia universitária? O Movimento tem força para enfrentar a proposta?*

**R -** Nós estamos nesta maratona, depois do lançamento da proposta no 1º Conad, em Belo Horizonte, e percebemos que os últimos deba-

tes estão com uma melhor participação do público. Aliás, esta semana eles aconteceram no Espírito Santo e no Piauí, sendo surpreendente a presença de professores, técnicos e estudantes.

Acho que a compreensão de que a ordem do dia é barrar esta investida de alteração do artigo 207 está sendo bem assimilada, mas eu avalio que não é ainda com esta mobilização que teremos condições de assumir esta batalha que acontecerá no Congresso Nacional.

No entanto, está acontecendo uma retomada: Já está marcado o segundo encontro unificado ANDES, FASUBRA e UNE para os dias 12, 13 e 14 de outubro, no Rio de Janeiro, onde além da questão da autonomia estará em pauta o "provão". O evento será um momento excelente para a gente afunilar encaminhamentos conjuntos e chamar para a mobilização. Também temos o nosso Conad no final do mês, em Ouro Preto, e devemos sair dele com encaminhamentos mais firmes na linha de radicalizar o movimento.

Nós entendemos que foi a comunidade universitária que, no mínimo, barrou quatro tentativas de reestruturar a universidade na mesma linha da atual proposta do Governo. Esta proposta de Fernando Henrique Cardoso não tem nenhuma novidade. Ela recupera os arquivos ministeriais da ex-ministra da educação Ester de Figueiredo e todas as outras tentativas.

Então se a comunidade universitária conseguiu barrar, o compromisso com a universidade pública se mantém na ordem do dia. Não vamos deixar acontecer o que ocorreu com o ensino fundamental, com a aprovação da PEC 333. Eles acataram que ao invés dos municípios terem mais capacidade de investir no ensino fundamental, acontecerá o inverso.

*P - No Congresso Nacional, a ANDES pretende atuar antes ou depois desta articulação com o*

*ANDIFES?*

**R -** Nossa primeira providência, num encontro do comando, e depois numa reunião do setor das federais, foi de ter clareza de que temos de trabalhar a articulação em defesa da universidade pública e gratuita internamente, buscando a retomada da mobilização; buscar articulação com entidades não só como a ANDIFES, mas também com o Fórum de Reitores das Universidades Estaduais; buscando espaço também no Crub e com entidades civis a OAB, ABI e no Congresso Nacional.

A primeira iniciativa depois do lançamento do Caderno da ANDES, foi o seu envio para todos os parlamentares do Congresso um exemplar da nossa proposta. Entidades federais como o Conselho Nacional de Educação e o Crub também. Aliás, a gente enviou um para o Crub tomar conhecimento e eles compraram 120.

Estamos participando de debates fora das universidades visando divulgar a proposta da ANDES e quando fazemos isto combatemos a proposta do Governo também fora do Congresso Nacional.

Deste trabalho inicial com os parlamentares, estamos com um trabalho mais centralizado nas comissões especiais. Por exemplo, na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado. Também trabalhamos com alguns deputados e recomendamos que as seções sindicais atuem nesta mesma linha, para quando for realizada a primeira reunião da comissão especial que irá analisar o assunto, nós já possuímos um trabalho mínimo com este objetivo.

Com o recesso que está acontecendo por causa das eleições municipais, o Congresso está esvaziado e o trabalho foi suspenso. A partir desta semana, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública irá retomar suas atividades para tentar aumentar o espaço de atuação das entidades ligadas à educação

# Governo usa servidor para reduzir déficit público

O Governo Federal surpreendeu até seus aliados no Congresso e lançou, na semana passada, um "pacote" de medidas administrativas e fiscais com o suposto objetivo de reduzir o déficit público. O conjunto de medidas provisórias corta uma série de benefícios que o servidor público tem direito, entre elas a licença prêmio, a dispensa para atividade

sindical remunerada e fim de horas extras.

Numa tentativa de impedir contestações judiciais, já anunciou que realizou consultas ao Supremo Tribunal Federal, antes de publicar as medidas para evitar problemas deste tipo. A atitude tem repercussão apenas política, pois juridicamente nenhum obstáculo foi apresen-

tado para as ações contra o pacote.

O suposto objetivo de tentar reduzir o déficit público só será atingido numa escala muito pequena, pois a economia prevista será de R\$ 6,5 bilhões. O Governo escolhe os servidores para pagar a conta, mas não explica onde está a origem do problema, que pode situar-se na má administração dos recursos federais.

## VEJA UM RESUMO DO PACOTE E A ECONOMIA ESTIMADA

### Corte de despesas com pessoal

□ Limitação em 546,7 mil do número de vagas nas estatais federais. Serão fechadas 94 mil vagas. Não há economia, porque as vagas não estavam preenchidas.

□ Extinção de 100,7 mil cargos da administração direta. Cerca de 70 mil vagas não estão preenchidas. Economia não divulgada.

□ Exoneração de até 50% dos 55 mil servidores contratados de outubro de 83 a outubro de 88. Economia anual de R\$ 385 milhões.

□ Recadastramento anual de servidores, aposentados e pensionistas do Poder Executivo. Economia não divulgada.

□ Fim do pagamento de gratificação para servidores que substituíam temporariamente seus chefes. Economia estimada em R\$ 58 milhões.

□ Limitação de benefícios e vantagens de funcionários de estatais federais não prevista na legislação. Economia não divulgada.

□ Diminuição do prazo para o servidor ressarir parcela do seu salário recebida indevidamente e aumento do percentual de reposição de 10% mensais para 25%. Economia não divulgada.

□ Extinção da licença-prêmio por assiduidade e criação da licença-capacitação. Economia de R\$ 5 milhões.

□ Aumenta de dois para três anos, com direito a renovação, prazo para usufruir de licença não remunerada. Economia de R\$ 30,9 milhões.

□ O servidor que for licenciado para assumir cargos em sindicatos não será mais remunerado pelo serviço público. Economia de R\$ 6,9 milhões.

□ Veda a acumulação da aposentadoria com remuneração obtida com novo cargo público. Economia de R\$ 42 milhões.

□ Acaba com honorários, jornada de quatro horas e férias de 60 dias para advogados públicos. Economia de R\$ 5,1 milhões.

□ Acaba concursos internos para servidores de nível médio. Economia de R\$ 4 milhões.

□ Extingue a promoção na época da aposentadoria. Economia de R\$ 78 milhões.

□ Proíbe horas extras no serviço público federal, com exceção de hospitais. Economia de R\$ 6,5 milhões.

□ Gratificação por tempo de serviço será incorporada ao salário a cada 5 anos e não todo ano. Medida em vigor há 2 meses. Economia de R\$ 42,4 milhões em cinco anos.

□ Incorporação de 10% da remuneração de cargo de chefia só poderá ser feita depois que o servidor tenha ocupado o cargo de confiança por 5 anos. Economia de R\$ 53,2 milhões.

### Previdência

□ Período de atividade rural poderá ser usado só para a obtenção de aposentadoria e pensão urbana mínima ou benefício rural. Economia não divulgada.

□ Contribuição previdenciária dos clubes de futebol deixa de ser calculada somente sobre as rendas dos jogos e passa a incluir a receita total. Receita adicional não divulgada.

□ A alíquota de contribuição do produtor rural e do segurado especial passa a ser de 2,5%. Receita adicional não divulgada.

□ A aposentadoria por idade não poderá ser acumulada com outro benefício previdenciário. Economia não divulgada.

□ Fim da aposentadoria especial para juizes classistas temporários, jornalistas, aeronautas e jogadores de futebol. Economia não divulgada.

tas, aeronautas e jogadores de futebol. Economia não divulgada.

### Outros cortes

□ Aprovação do Programa de Despendios Globais das Estatais para 1997. Redução dos gastos em R\$ 2 bilhões em relação ao previsto anteriormente.

□ Evitar a duplicidade de contribuição do Pasp de entidades que recebem recursos da União. Economia de R\$ 200 milhões anuais.

□ Fim da indexação nos contratos de prestação de serviços privados para o governo. Economia não divulgada.

□ Pagamento do benefício de alimentação para o servidor em dinheiro. Economia de R\$ 50 milhões.

□ A administração pública deverá estabelecer preço máximo para os serviços de higiene e vigilância. Economia não divulgada.

### Aumento da receita

□ Contratação de 2 mil auditores fiscais já concursados para reforçar a fiscalização. Gasto adicional com salários não divulgado.

□ Incrementação da cobrança de débitos fiscais. Adicionais de R\$ 1 bilhão.

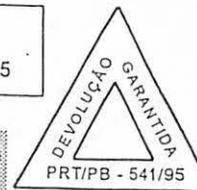
□ Transferência para os cofres públicos dos depósitos judiciais relacionados com demandas tributárias julgadas em favor da União. Adicional de R\$ 1 bilhão.

□ Regularização dos 3 mil imóveis da União. Ganho de R\$ 500 milhões.

□ Alienação dos ativos não operacionais de estatais federais não financeiras. Adicional de R\$ 250 milhões.

# Boletim ADUFPB-JP

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95



Informativo da ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior  
Nº 38 - Outubro de 1996

## Diretoria faz assembleia contra pacote do Governo

A diretoria da ADUFPB-JP está convocando todos os professores a participarem da assembleia geral da próxima terça-feira, 22/10, no Auditório da Reitoria, às 9h00, com o objetivo de organizar a luta contra o pacote de medidas administrativas do Governo Federal.

Antecipadamente, a Diretoria repudia o pacote e lembra que ele faz parte de uma ofensiva do Governo para apressar a implantação do modelo neoliberal no país. Ao mesmo tempo, FHC e seus aliados tentam renunciar a discussão sobre a reforma previdenciária; lançam o projeto de autonomia universitária; conseguem confirmar o provão; articulam a proposta de reeleição presidencial e aprovam o parecer do deputado Moreira Franco sobre a reforma administrativa.

A ofensiva, antes mesmo do término das eleições municipais, em segundo turno - o que tem motivado críticas de aliados do Governo, temelosos do resultado das urnas -, tem como pano de fundo as pressões do FMI que,

no mês passado, enviou ao Brasil uma missão econômica chefiada pelo economista Vito Tanzi, recomendou à equipe econômica de FHC urgência naquilo que eles chamam de "reforma fiscal".

A reforma fiscal proposta pelo FMI e pelo BIRD para a América Latina levou a Argentina a ter 18% de sua força de trabalho desempregada e a economia em recessão. Esta reforma fiscal tem como único objetivo estabilizar a moeda e facilitar o trânsito de mercadorias em plano mundial, pois está desatrelada de qualquer plano de desenvolvimento nacional.



## Mandado de segurança tenta impedir desconto da GAE

Um mandado de segurança será impetrado pela Diretoria da ADUFPB-JP para evitar que o Governo Federal realize o desconto previdenciário da Gratificação de Atividades Especiais-GAE, referente ao período entre os meses de dezembro de 92 a novembro de 93.

Os interessados devem pro-

curar a sede da ADUFPB-JP, munidos da cópia da portaria de nomeação, e assinar a procuração para os advogados da entidade.

Os professores que entraram na UFPA após novembro de 93 não serão sofrerão qualquer prejuízo, pois a suspensão do desconto previdenciário da GAE acabou depois deste período.

## Ação quer retorno de abono

*A Assessoria Jurídica da ADUFPB-JP está orientando todos os professores que pretendem requerer férias para que também solicitem o abono pecuniário. Este benefício foi suspenso com a Medida Provisória 1.195/95. A possibilidade dos docentes voltarem a recebê-lo está no fato do Governo ter reeditado a MP diversas vezes para manter a proibição.*

*Juridicamente isto pode tornar os efeitos das MPs nulos, pois elas perdem o seu poder retroativo 30 dias depois sua edição, caso não sejam transformadas em lei.*

*Se o abono for negado, a Assessoria Jurídica poderá entrar com um mandado de segurança contra a decisão.*

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional -

Filial à CUT  
Centro de Vivência - UFPB  
Caixa Postal: 5001 CEP 58.051-970  
João Pessoa/PB  
Fone: (083) 224-3801  
Fax: (083) 224-8375

## EXPEDIENTE

### Diretoria Executiva

#### Presidente:

Jaldes Reis de Meneses

#### Vice-presidente:

Maria das Graças Toscano

#### Secretário Geral:

Dailton Lacerda

#### Tesoureiro:

Hélida Cristina C. Valério

#### Diretor de Política Sindical:

José Jonas Duarte

#### Diretor de Política Social:

Marcos Montenegro

#### Diretor de Política Educ. e Cient.:

Luis Tadeu D. de Medeiros

#### Diretor Cultural:

Jozemar Pereira dos Santos

#### Diretor de Imprensa e Divulgação:

Derval Golzio

#### Suplente de Secretaria:

Giovani Luiz de Carvalho Bezerra

#### Suplente de Tesouraria:

Judy Mauria Gueiros Rosas

## EDIÇÃO

Jornalista Responsável:

Fred Oliveira - MTB/PB 956

Diagramação:

Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 -

Mangabeira I - CEP 58055-620

João Pessoa - PB

Fone: (083) 982-3484/ 231-3945

Fone/Fax: (083) 231-1703

## ENTREVISTA/JADER NUNES DE OLIVEIRA

# "A universidade detém uma autonomia virtual"

Ao anunciar a composição de sua equipe de trabalho, numa coletiva à imprensa, o novo reitor da UFPB também falou sobre temas polêmicos e fundamentais para o movimento docente hoje, como a autonomia universitária e o novo pacote de medidas administrativas lançado pelo Governo Federal. Abaixo, as partes mais importantes da entrevista.

**Pergunta - Qual será a posição da Reitoria diante do "Pacote" de medidas administrativas do Governo Federal, com o suposto objetivo de reduzir o déficit público?**

**Resposta -** Sempre disse que as universidades precisam trabalhar com eficiência. No entanto, o que nós temos observado é que, até o momento, têm sido anunciadas medidas, não só as configuradas nas recentes medidas provisórias, mas no próprio âmbito da reforma administrativa, que têm causado intranquilidade aos servidores públicos em geral. Seja pela questão da estabilidade, seja pela extinção de cargos ou pelas demissões agora anunciadas.

De fato, a despeito de compreender a necessidade de modernizar e de proporcionar eficiência ao serviço público, isto não poderá se dar sem uma política salarial justa e os servidores federais estão há quase 2 anos sem reajuste salarial e com os vencimentos achatados. O que é mais grave é que não se identificou, por parte do Governo, o anúncio de qualquer plano que vise a valorização do funcionário, além do seu treinamento e da sua reciclagem profissional.

Nenhuma reforma administrativa terá êxito se medidas desta natureza não puderem resgatar a motivação e a auto-estima do servidor público federal.

**P - No Seminário sobre autonomia universitária promovido pela ADUFPB-JP, o senhor declarou que não poderia falar sobre o**

**assunto porque estava em campanha e não teve condições de aprofundar-se. Que avaliação o senhor possui agora, já que recentemente o senhor até participou da última reunião da Andifes, em João Pessoa, que definiu uma proposta da entidade em alternativa a apresentada pelo MEC?**

**R -** Eu acho que em um ponto o Governo e as universidades têm algo em comum. Todos proclamam a necessidade de uma autonomia universitária e acho que o Governo teve uma iniciativa louvável ao colocar para a discussão da comunidade universitária a sua proposta de autonomia, ao invés de enviá-la diretamente ao Congresso Nacional. Acho que é importante registrar que de fato, esta foi uma iniciativa louvável.

**"Nenhuma reforma administrativa terá êxito, se medidas desta natureza não puderem resgatar a motivação do servidor"**

Eu considero que o conceito de autonomia remonta e se confunde com a própria noção e a origem de universidade. Há uma longa discussão sobre a auto-aplicabilidade ou não do artigo 207 da Constituição Federal, que trata desta questão. Do meu ponto de vista particular, eu considero este debate superado.

Por um lado, eu compreendo

do que não há necessidade de uma emenda constitucional para que a autonomia seja regulamentada. Isto pode ser feito através de uma legislação complementar. Por outro lado, acho absolutamente indispensável que a autonomia seja regulamentada porque hoje as universidades detêm uma autonomia virtual. Explico por que: se uma universidade tem uma necessidade de preencher vagas de seu quadro de pessoal, promovendo concurso público, para a nomeação de professores e funcionários ela precisa obter uma autorização do Governo Federal.

Cito um outro exemplo: se a universidade tem vagas para auxiliar administrativo e considera que naquele momento ela não tem necessidade de preencher estas vagas, mas tem carência de digitados, mesmo que a transformação de um cargo de assistente em administração para um cargo de digitador não implique em aumento de vencimentos, mesmo assim, para proceder a transformação, a universidade tem de possuir, através do MEC, do Ministério da Administração, da Casa Civil, um projeto de lei para aprovação no Congresso Nacional.

Com estes dois exemplos, fica claro que, na prática, não existe autonomia universitária, razão pela qual que precisa ser regulamentada para que sejam definidos seus limites e contornos. Agora, a reunião do Conselho Pleno da Andifes, realizada aqui em João Pessoa, nos dias 30 de setembro e 1º de outubro, eu considero uma reunião histórica, na medida que aprovou uma proposta que já vinha há muito tempo em discussão no âmbito da entidade.

Proposta essa que, resumidamente, assegura e garante a manutenção do sistema federal de educação superior; propõe um regime jurídico próprio para instituições fe-

derais de ensino superior; assegura uma estrutura de cargos e empregos única para as IFES e garante isonomia em todas as categoria da educação pública superior é, de fato, uma proposta que representa, do meu ponto de vista, a alternati-

**"O governo e as universidades têm algum em comum. Todos proclamam a necessidade da autonomia"**

va possível, no ambiente em que esta discussão se trava.

Evidentemente que esta proposta tem profundas divergências daquela apresentada pelo Governo Federal, que propõe orçamento global para as universidades e que as universidades tenham estruturas diferenciadas de cargos e salários.

Entre as duas eu defendo com convicção a proposta da Andifes. Acho que esta discussão não pode se dar apenas entre os muros da universidade. Ela tem de ganhar as ruas, ela tem de chegar até a sociedade e o Congresso Nacional dará a última palavra, certamente, consultando os interesses da sociedade.

**P - Como o senhor pretende relacionar-se com as entidades que representam os segmentos da comunidade universitária?**

**R -** Quanto ao relacionamento da administração central com as entidades, ele será baseado no respeito mútuo. Eu já fui presidente da Associação Docente; tenho uma vivência rica na atividade sindical; tenho o maior apreço pelo trabalho que é desenvolvido pelas entidades de professores, estudantes e funcionários e tenho certeza da necessidade e da importância da vigilância crítica que elas devem guardar em relação ao reitorado. Tenho

também a convicção de que num momento de gravidade, como este que se configura, teremos muitos pontos em comuns para discutirmos e trabalharmos juntos.

Em qualquer hipótese, a relação será de respeito da autonomia dos movimentos e da compreensão da importância deles para a vida universitária.

**P - As entidades estudantis estão organizando um boicote ao exame nacional de cursos, o provão. Qual será a posição da Reitoria da UFPB em relação a esta questão?**

**R -** O Governo argumenta que o Exame Nacional de Cursos, chamado provão, é um instrumento de avaliação das universidades. A nossa compreensão é de que a avaliação da universidade é um processo absolutamente necessário e ela está em curso na nossa instituição, mas é um processo sistêmico de avaliação institucional.

Eu compreendo que um exame de final de curso não substitui a avaliação do processo ensino-aprendizagem, que é efetuada durante todo curso, nem é um instrumento capaz de proceder a avaliação dos cursos ou mesmo das universidades.

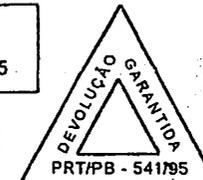
Entretanto, não vejo o boicote como uma alternativa. Considero que é necessário que a comunidade universitária, a partir de seus dirigentes, de suas entidades representativas, possa mobilizar a sociedade civil organizada para, através dela, sensibilizar a classe política, e aqui falo do Congresso Nacional, a fim de que esta legislação seja modificada.

As universidades devem ser obrigadas a fazer suas avaliações, inclusive com o controle da sociedade, com a exigência de que as instituições formem recursos humanos mais qualificados e que produzam o saber acadêmico a serviço da coletividade.

ART. 13 da MP: revoga o art. 192 da Lei 8.112/90, extinguindo o benefício que permite ao servidor se aposentar com o padrão da classe de vencimento imediatamente superior ao que se encontra na atividade.	Eliminar o gasto adicional causado pela aposentadoria do servidor que, em média, tem valor 20% superior à remuneração da atividade. É incompatível com o perfil de financiamento da seguridade social do servidor público.	Todos os servidores que se aposentarem a partir da data da medida.	Extingue-se o direito a promoção quando da aposentadoria, direito que existe no serviço militar há muitos anos e recentemente conquistado pelos servidores civis.
MEDIDA PROVISÓRIA: Extingue cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.	Extingue 100.583 cargos cujas atividades são consideradas desnecessárias ou passíveis de terceirização.	Categorias funcionais consideradas desnecessárias ou passíveis de	No que se refere a Universidade, pode-se temer pela rotatividade do corpo docente e tec.
DECRETO: Proíbe a ocorrência de horas extras no serviço público federal, à exceção de hospitais públicos.	Reduzir os gastos com o pagamento de horas extras.	Todos os órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.	administrativos, com sérias consequências sobre a qualidade do ensino e da pesquisa.
DECRETO: Veda a acumulação de proventos de aposentadorias com remuneração de novo cargo efetivo (servidor civil ou militar que se submete a novo concurso público).	Atender à determinação constitucional e a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).	Todos os aposentados que, a partir da Constituição de 1988, tenham realizado concurso público e assumido cargo efetivo na administração pública.	
DECRETO: Centraliza a emissão de ordens bancárias para pagamento de pessoal no Ministério da Fazenda e integra ao SIAPE as empresas públicas e sociedades de economia mista que recebem recursos do Tesouro Nacional para pagamento de pessoal.	Melhorar o processo de execução orçamentária e financeira e o controle das despesas de pessoal.	Todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que recebam recursos à conta do orçamento da União para o custeio, parcial ou total, da sua folha de pagamento.	Aumenta o controle do MARE sobre o pagamento de pessoal. Deve aumentar também o, já tradicional, percentual de erros.
DECRETO: Estabelece condições para contratação onerosa de entidades privadas para ministrar cursos de capacitação de servidores públicos federais.	Racionalizar a utilização dos recursos públicos na capacitação profissional dos servidores, limitando as despesas ao que for estritamente necessário ao desempenho de suas funções e não puder ser suprido através dos meios próprios de que dispõe a administração pública.	Todos os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal.	Abre a possibilidade de contratação de empresas privadas para ministrar cursos de capacitação profissional.
MP nº 1.480 (já editada): dá nova redação ao art. 91 da Lei 8.112/90, modificando o critério de concessão do Adicional por Tempo de Serviço - ATS, que passa da característica de anuidade para quinquênio.	Garantir a manutenção do benefício, com alívio financeiro no caixa nos próximos 5 anos.	Todos os servidores que completarem cinco anos de atividade no serviço público federal.	Esta medida já estava em vigor.
MP nº 1.480 (já editada): estabelece prazo de cinco anos para que o servidor passe a incorporar, aos vencimentos, parcela do valor de sua função comissionada. A incorporação se dá anualmente.	Postergar, por cinco anos, os desembolsos do Tesouro. Estende de dez para quinze anos o prazo para que o servidor integre ao seu salário o valor da função comissionada que exercera.	Todos os servidores públicos federais civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações.	Esta medida já estava em vigor.

# Boletim ADUFPB-JP

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95



Informativo da ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior  
Nº 39 - Novembro de 1996

## CONAD decide construir greve geral contra "pacotão de FHC"

Os representantes de 46 seções sindicais da ANDES, reunidos em Ouro Preto entre os dias 25 e 27 de outubro, decidiram pela construção da greve geral. A data ainda não está indicada, mas a greve será, segundo seus propositores, uma forma de contraposição dos trabalhadores contra as medidas neoliberalizantes do Governo.

Algumas ponderações a respeito da última greve e sobre a força do Movimento Docente para uma empreitada como a da greve geral foram comentadas por representantes de algumas ADs. No entanto, a grande maioria decidiu por votar na proposta de construção da greve. Para este ano, o indicativo de construção da greve não deverá concretizar-se. Portanto, a greve só deverá acontecer a partir do próximo.

**Autonomia** - A discussão sobre o encaminhamento da proposta da ANDES sobre a Autonomia Universitária gerou um dos mais acalorados debates do XXXIII CONAD. Representantes de várias ADs discordavam da forma como a diretoria da ANDES vem encaminhando a questão e propuseram a formulação de um Projeto de Lei que pudesse trazer a proposta do Movimento Docente para as universidades.

No entendimento dos representantes de algumas ADs, a proposta da ANDES para a universidade não passa de uma carta de princípios, o que dificulta a contraposição de parlamentares, simpáticos ao Movimento Docente, ao projeto do Governo. O argumento é que a possibilidade de contrapor princípios ao projeto de Lei do Governo é muito difícil, tomando imprescindível a sua transformação em peça jurídica.

Apesar das argumentações, a proposta de transformar a "carta de princípios da ANDES" em Projeto de Lei foi derrotada por 12 votos a 7.

### Veja resumo comentado das medidas administrativas do Governo

MEDIDA	OBJETIVO	ALCANCE	COMENTÁRIO*
ART. 1º da MP: dá nova redação aos arts. 9º e 38 da Lei 8.112/90, modificando o sistema de gratificação de servidores que substituem aqueles ocupantes de cargos ou funções de chefia ou direção nos seus afastamentos ou impedimentos legais.	Diminuir os gastos pela eliminação do efeito em cascata que atualmente, no limite, vai do cargo mais elevado ao cargo mais baixo da estrutura dos órgãos. O substituto imediato acumulará as suas funções com a da chefia e apenas perceberá a gratificação quando a substituição ultrapassar o período de 30 dias.	Todos os servidores legais e regimentalmente nomeados como substitutos eventuais.	
ART. 1º da MP: dá nova redação ao art. 46 da Lei 8.112/90, diminuindo o prazo para reposição ao Tesouro, por parte do servidor, de valores recebidos indevidamente, através da elevação, para 25%, do percentual consignável sobre a remuneração do servidor. Quando o caso for de indenização, o percentual permanece em 10%.	Atualmente as reposições e indenizações ao Tesouro não podem ultrapassar a 10% da remuneração do servidor. Ao se elevar esse percentual para 25%, reduz-se o tempo de reposição.	Todos os servidores que devem repor ou indenizar o Tesouro.	Significa que um servidor público poderá ter descontado até 1/4 do seu salário em um só mês.

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filial à CUT  
 Centro de Vivência - UFPB  
 Caixa Postal: 5001 CEP 58.051-970  
 João Pessoa/PB  
 Fone: (083) 224-3801  
 Fax: (083) 224-8375

## EXPEDIENTE

### Diretoria Executiva

**Presidente:**  
 Jaldes Reis de Menezes  
**Vice-presidente:**  
 Maria das Graças Toscano  
**Secretário Geral:**  
 Dailton Lacerda  
**Tesoureiro:**  
 Héliida Cristina C. Valério  
**Diretor de Política Sindical:**  
 José Jonas Duarte  
**Diretor de Política Social:**  
 Marcos Montenegro  
**Diretor de Política Educ. e Cient.:**  
 Luis Tadeu D. de Medeiros  
**Diretor Cultural:**  
 Jozemar Pereira dos Santos  
**Diretor de Imprensa e Divulgação:**  
 Derval Golzio  
**Suplente de Secretaria:**  
 Giovani Luiz de Carvalho Bezerra  
**Suplente de Tesouraria:**  
 Judy Mauria Gueiros Rosas

### EDIÇÃO

**Jornalista Responsável:**  
 Fred Oliveira - MTB/PB 956  
**Diagramação:**  
 Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 71 - Mangabeira I - CEP 58055-620  
 João Pessoa - PB  
 Fone: (083) 982-3484/ 231-3945  
 Fone-Fax: (083) 231-1703

ART. 1º da MP: dá nova redação ao art. 47 da Lei 8.112/90, estabelecendo: a) que todos os servidores, ativos ou aposentados, terão o prazo de 60 (sessenta) dias para quitação dos seus débitos para com o crário quando os valores excederem a 5 (cinco) vezes a sua respectiva remuneração ou provento; e b) os valores recebidos pelos servidores por força de liminares deverão ser repostos ao crário se as liminares forem cassadas posteriormente.	Impedir a possibilidade de acumulação, pelo servidor, de quantias exorbitantes recebidas indevidamente, com prazo praticamente indefinido de reposição.	Todos os servidores que devem repor ou indenizar o Tesouro.	
ART. 1º da MP: dá nova redação ao art. 87 da Lei 8.112/90, e ARTS. 6º e 10º da MP que revoga o art. 88 da Lei 8.112/90, extinguindo a Licença Prêmio por Assiduidade que garante ao servidor três meses de licença remunerada a cada cinco anos de efetivo exercício, mantidos os direitos adquiridos. Cria, em seu lugar, a Licença Capacitação, a ser concedida no interesse da Administração.	Eliminar um benefício que permite ao servidor gozar, no limite da sua atividade, 18 meses de licença, ou que se aposente com 32 anos de trabalho 35 anos, ou seja, com aposentadoria integral; não tem relação com o aumento da produtividade ou melhoria dos serviços prestados à sociedade. Permitir ao servidor afastar-se, por três meses, após cada período de cinco anos de efetivo exercício para participar de cursos de aperfeiçoamento profissional.	Todos os servidores públicos federais, respeitados os direitos adquiridos daqueles que já fazem jus ao benefício.	Não está clara a questão do "direito adquirido", mas certamente, como já se tornou praxe, não deverá ter interpretação favorável aos servidores. É importante lembrar que os docentes já perderam a Licença Sabática.
ART. 1º da MP: altera a redação do art. 91 da Lei 8.112/90, aumentando de dois para três anos, renovável por igual período, o prazo limite para o gozo de licença não-remunerada (para o trato de assuntos particulares). A medida passa a ser extensiva aos servidores não-estáveis.	Propiciar redução da despesa com pessoal uma vez que o servidor não percebe sua remuneração no período da licença.	Todos os servidores licenciados.	
ARTS. 1º e 5º da MP: alteram a redação do art. 92 da Lei 8.112/90, modificando o sistema de licenciamento de servidor para o exercício de mandato classista. O servidor licenciado não mais será remunerado pelo serviço público. Estabelece, ainda, número limite de associados para fins de autorização da licença. Obriga o cadastramento das entidades no MARE.	Reduzir a despesa com pessoal licenciado.	Servidores licenciados para exercerem mandato classista.	É mais um golpe contra a organização sindical dos trabalhadores. Até a iniciativa privada costuma aceitar o licenciamento remunerado de dirigentes sindicais. Ao obrigar o cadastramento das entidades, o MARE passa a ter controle indevido das organizações.
ART. 1º da MP: altera o art. 118 da Lei 8.112/90, vedando a acumulação de proventos de aposentadorias com remuneração de novo cargo efetivo (servidor civil ou militar que se submete a novo concurso público), salvo nos casos permitidos pela CF.	Atender a determinação constitucional e a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).	Todos os aposentados que, a partir da Constituição de 1988, tenham realizado concurso público e assumido cargo efetivo na administração pública.	

ART. 1º da MP: inclui §§ no art. 143 da Lei 8.112/90, atribuindo ao MARE poder advocatório para abertura e acompanhamento de processos administrativos disciplinares em todos os órgãos do Poder Executivo Federal sob sua supervisão.	Viabilizar o julgamento e a imputação de responsabilidades aos servidores nos casos de ilícitos administrativos.	Todos os órgãos da administração pública federal.	O MARE passa a ter o poder de instaurar processos administrativos disciplinares independentemente do desejo dos órgãos de origem do servidor. Atualmente, processos contra docentes, especialmente em caso de demissão, devem ser iniciados no Departamento de Ensino onde o mesmo esteja lotado.
ART. 1º da MP: altera a redação do art. 243 da Lei 8.112/90 (inciso I e § 7º), autorizando a exoneração de servidores públicos não amparados pelo art. 19 do ADCT (servidores não-estáveis), garantindo-lhes a indenização de um mês de remuneração por ano de efetivo exercício no serviço público federal, no ato da exoneração.	Propiciar redução estrutural na folha de pagamentos.	Todos os servidores contratados entre outubro de 1983 e outubro de 1988, sem concurso público (estimados em 55.000).	Prevê a demissão de 27.500 servidores públicos. Não estabelece qualquer critério.
ARTS. 2º e 7º da MP: altera o art. 22 da Lei 8.112/90, transformando o atual benefício-alimentação da forma de tickets para a forma de pagamento em pecúnia, garantindo, contudo, a vigência dos contratos até o seu termo, vedando-se sua prorrogação.	Reduzir gastos operacionais; garantir o recebimento de benefício em tempo hábil pelos servidores lotados em regiões inóspitas e de difícil acesso; eliminar as ocorrências de furtos de tickets.	A administração de uma maneira geral e todos os servidores.	O governo prevê uma economia de R\$ 50,0 milhões. Cabe perguntar como é que, sendo mantido o benefício, pode haver esta economia?
ART. 3º da MP: Veda a extensão, aos advogados da Administração Pública, da verba de sucumbência e da jornada de trabalho de 4 horas diárias dos advogados.	Extinção do direito a honorários dos advogados da Administração Pública Federal pelo êxito nas ações.	Todos os advogados da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, e das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.	
ART. 4º da MP: Limita as férias dos advogados em trinta dias (anteriormente, as férias dos servidores do grupo jurídico eram de 60 dias).	Tratar igualmente os servidores públicos no tocante às férias, com economia no pagamento de abono pecuniário constitucional.	Todos os assistentes jurídicos e docentes da administração pública federal.	Fim do direito de 45 dias anuais de férias.
ART. 8º e 9º da MP: Determina a atualização cadastral, anual, dos servidores civis aposentados e dos pensionistas do Poder Executivo Federal.	Melhorar os processos operacionais de acompanhamento e monitoramento das despesas com pessoal aposentado e pensionistas.	Aposentados civis e pensionistas do Poder Executivo Federal (administração direta, autárquica e fundacional).	Todos os anos os aposentados terão que provar que estão vivos. Com a "eficiência" do MARE, pode-se prever problemas semelhantes aos que ocorreram recentemente, quando os aposentados e pensionistas da UIFC ficaram sem receber.
ART. 13 da MP: revogação do inciso III, do art. 8º, e do inciso IV, do art. 33, da Lei 8.112/90, excluindo a "ascensão funcional" dentre as formas de provento e vacância de cargo público (é inconstitucional, cf. Decisão do STF).	Atender à Constituição.	Servidores de nível médio que tenham concluído cursos de nível superior e se submetam apenas a concursos internos.	Uma perspectiva conservadora, do próprio MARE, estima que existem 1.000 servidores nesta situação. Esses terão seus salários reduzidos em aproximadamente 30%.

# ADUFPB-JP discute "pacotão de FHC" em assembleia geral

A ADUFPB-JP promove nesta quinta-feira, 7/11, à partir das 9 horas, no auditório 412 do CCHLA, uma assembleia geral para discutir o "Pacotão de FHC". Para tanto, está convocando todos os professores, ativos e inativos, para participarem da Assembleia Geral.

Durante a Assembleia, conforme informou o presidente da ADUFPB-JP, Jaldes Reis de Menezes, serão passados aos professores, pelo advogado da ADUFPB-JP, informes jurídicos sobre o "Pacotão de FHC". Também vão ser discutidas formas de luta contra o "Pacotão".

Greve Geral - Outro ponto a ser discutido durante a Assembleia Geral que está sendo promovida pela ADUFPB-JP é a realização de uma greve geral contra as medidas neoliberalizantes do Governo de Fernando Henrique Cardoso.

A realização de uma greve geral contra as medidas de FHC foi decidida por representantes de 46 seções sindicais da ANDES, que estiveram reunidos em Ouro Preto entre os dias 25 e 27 de outubro. De acordo com seus propositores, a greve significa uma forma de contraposição dos trabalhadores contra as medidas neoliberalizantes do Governo FHC. Ainda sem data definida, a greve geral deverá acontecer somente no próximo ano.

Eleição - Além do "Pacotão de FHC", a Assembleia Geral vai discutir a Eleição da ADUFPB-JP - data e Comissão Eleitoral.



## Encontro regional da ANDES

A ADUFPB-JP sedia nesta sexta-feira, 8, o Encontro Regional Nordeste II da ANDES-SN. O Encontro terá início a partir das 14 horas, na Sala de Leitura da ADUFPB-JP, com término previsto para às 20 horas.

Durante o Encontro Regional Nordeste II da ANDES-SN, que representa as universidades federais, estaduais e particulares do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, serão discutidos temas ligados a

ADUFPB-JP, conjuntura nacional, encaminhamentos das deliberações do XXXIII CONAD, Exame de Ordem (Provão) e o Congresso da ANDES em João Pessoa, que será realizado de 25 de fevereiro a 2 de março do próximo ano, no Teatro Paulo Pontes - Espaço Cultural.

Reformas - No dia 19 a ADUFPB-JP sedia nova reunião da Regional Nordeste II da ANDES. Desta vez estarão em pauta as reformas do Estado e da Previdência.

## Ministro da Educação encobre descompromisso do Governo

Agência ANDES (Brasília) - O Ministro da educação está tentando encobrir o descompromisso do Governo Federal com a educação, junto a comunidade internacional, divulgando e manipulando dados sobre os investimentos públicos na área. Isto ficou claro durante sua participação na I Conferência Internacional de Educação, no dia 07 passado, em Genebra, na Suíça. Ele disse que os gastos em 95 foram de 4,5% do PIB, quando eles só atingiram 3,8%.

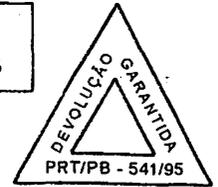
O artifício para conseguir este aumento só pode ter sido a inclusão das despesas de pagamento dos inativos e pensionistas, que devem ser

debitadas na conta do Ministério da Previdência Social e não para o MEC.

Uma comprovação da manipulação do ministro está no fato de que, no ano de 95, os gastos do setor público com a educação foram de R\$ 25,5 bilhões e não de R\$ 27,8 bilhões como Paulo Renato anunciou. Dos 25,5 bilhões, apenas R\$ 6,5 bilhões saíram do Governo Federal e o restante dos Municípios e Estados. Outro dado importante é que os investimentos federais também diminuiriam entre 94 e o ano passado, pois enquanto há 2 anos os gastos neste setor da União foram de R\$ 6,9 bilhões, enquanto em 95 eles foram de apenas R\$ 6,5 bilhões.

# Boletim ADUFPB-JP

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95



Informativo da ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior  
Nº 40 - Novembro de 1996

## Reitoria se antecipa e manda aposentado optar por salário

A Universidade Federal da Paraíba decidiu colocar em prática o Decreto 2.027, assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, que obriga os professores aposentados e que retomaram a instituição como docentes do quadro permanente a escolher entre a sua aposentadoria ou o novo salário. Até agora, somente a UFPA e a UNB - Universidade Federal de Brasília, se anteciparam e resolveram acatar a decisão do governo federal.

Na UFPA já foi expedido, inclusive, um ofício comunican-

do aos professores que se encontram nesta situação que eles têm até o dia 14 de novembro para fazer a opção entre o salário de professor aposentado e o do novo vínculo.

Reunião - A Diretoria Executiva da ADUFPB-JP esteve reunida na última segunda-feira, 4, com o reitor Jader Nunes para discutir a questão. A diretoria questionou o fato de a UFPA colocar, de imediato, em prática o decreto presidencial. Segundo o diretor de política social da ADUFPB-JP, Marcos Montenegro, a implanta-

ção dessa medida acarreta sérios prejuízos para a Universidade, em decorrência da saída, em alguns cursos, de cerca de 7 a 9 professores do quadro permanente. A ADUFPB-JP está tentando uma saída jurídica para o caso.

Substitutos - Ainda na reunião foi discutida a questão dos professores substitutos. O reitor informou que serão contratados novos professores substitutos. Jader Nunes informou ainda que foi solicitada a carga horária dos professores para, a partir daí, responder as necessidades.

## Polêmica envolvendo os 28,86% volta à cena

A polêmica sobre os 28,86% voltou a se espalhar entre os professores do Campus I. É que após três anos de batalha judicial tentando a incorporação do reajuste de 28,86%, os servidores públicos federais encontraram uma possibilidade de conseguir o benefício. Foi encontrado um parecer da Assessoria Jurídica da ex-tinta Secretaria de Administração Federal - SAF, autorizando o pagamento do percentual a todos dos funcionários públicos civis ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo.

Um fato importante é que o parecer está ratificado pelo então ministro-chefe da SAF, general Romildo Canhím e o pagamento do reajuste deve obrigatoriamente ser realizado de forma retroativa a janeiro de 93.

A descoberta do parecer da ex-

tinta SAF aconteceu porque o documento foi enviado anonimamente ao Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Brasília, num envelope lacrado. O departamento jurídico da entidade analisou o documento e comprovou a sua veracidade e validade.

CAUTELA - A diretoria da ADUFPB, no entanto, recomenda cautela aos docentes, com base no que aconteceu com os petroleiros, que também possuíam documento assinado pelo presidente Itamar Franco e que não foi considerado pelo STF. Cópia do documento já foi solicitada pela ADUF, que vai proceder estudo aprofundado sobre a questão com sua assessoria jurídica. Os diretores da entidade também estão cobrando posicionamento da ANDES sobre a questão.

DOSE  
Dupla

Sexta-feira, 08/11

\* Música ao vivo, a partir das 20:30. Show Dose Dupla, com Erick Von Sohsten (voz e violão), André Guilherme (voz e violão) e Edson Filho (bateria e percussão).

Sábado, 09/11

\* Música ao vivo com Valtinho do Acordeão e Amigos. Show a partir das 13:00.

Sede Sócio-Cultural da ADUFPB-JP, na Rua Gilvan Muribeca, nº 88, em Cabo Branco

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filial à CUT  
 Centro de Vivência - UFPB  
 Caixa Postal: 5001 CEP 58.051-970  
 João Pessoa/PB  
 Fone: (083) 224-3801  
 Fax: (083) 224-8375

## EXPEDIENTE

### Diretoria Executiva

**Presidente:**  
Jaldes Reis de Menezes  
**Vice-presidente:**  
Mária das Graças Toscano  
**Secretário Geral:**  
Dailton Lacerda  
**Tesoureiro:**  
Hélida Cristina C. Valério  
**Diretor de Política Sindical:**  
José Jonas Duarte  
**Diretor de Política Social:**  
Marcos Montenegro  
**Diretor de Política Educ. e Cient.:**  
Luís Tadeu D. de Medeiros  
**Diretor Cultural:**  
Jozemar Pereira dos Santos  
**Diretor de Imprensa e Divulgação:**  
Derval Golzio  
**Suplente de Secretária:**  
Giovani Luiz de Carvalho Bezerra  
**Suplente de Tesouraria:**  
Judy Mauria Gueiros Rosas

## EDIÇÃO

**Jornalista Responsável:**  
Glaudice Nunes - MTB/PB 918  
**Diagramação:**  
Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 -  
 Mangabeira 1 - CEP 58055-620  
 João Pessoa - PB  
 Fone: (083) 982-3484/ 231-3945  
 Fone/Fax: (083) 231-1703

# UNE GARANTE

## Avaliação de final de curso vai ser reprovada

Centenas de estudantes de Direito, Administração e Engenharia Civil das universidades públicas federais estão dispostos a dar "nota zero" para a avaliação final de curso que o Ministério da Educação pretende implantar no sistema de ensino superior.

Para tanto, no próximo dia 10 de novembro, data em que o "provão" será realizado, eles vão chegar nas salas de aula, assinar a lista de presença, receber uma prova de múltipla escolha e - ato contínuo - entregá-la em branco. Não que eles não se achem preparados para fazer o teste.

Na verdade, trata-se de um boicote que está sendo proposto pela União Nacio-

nal dos Estudantes (UNE) aos universitários cujos cursos foram escolhidos como "cobaías" do "provão". Lideranças da UNE, inconformadas com o método de avaliação adotado, que segundo elas fere de forma autoritária a autonomia universitária, têm feito uma grande campanha nas universidades, envolvendo desde plebiscito e debates até panfletagem, assembleias e seminários com representantes de toda a comunidade acadêmica.

Segundo Wladimir Vinicius de Moraes Camargo, diretor da UNE, o boicote terá a adesão de 100% dos estudantes de todo o país. "A campanha está nos surpreendendo", ressaltou.



## Provão não é avaliação

Judy Rosas

Estamos às voltas com a realização do "provão", instituído pelo MEC, sob a promessa de que este não será objeto de punição de alunos, mas de avaliação da Universidade.

Momento importante para o ensino superior no Brasil, o final desta década aponta para uma necessária avaliação deste grau de ensino, construído à base de pouca autonomia política, muita luta por autonomia intelectual e que, na nossa história mais recente, ampliou-se a partir da abertura de considerável número de faculdades privadas, mais assemelhadas a colégios de 2º grau e de qualidade duvidosa. "Pari-passu" a essa expansão, o financiamento de pesquisas e de programas de extensão foi se concentrando em centros de excelência, deixando à míngua importantes universidades como a UFPB, cuja marca no seio da sociedade, reflete sua aproximação em relação aos problemas nordestinos e, especialmente, paraibanos.

Aqueles que historicamente vêm empurrando para baixo a educação superior no Brasil, agora encontram no jargão desta "avaliação" a solução para todas as dificuldades que se acumularam. Há, porém, algumas questões que precisam ser destacadas. Em primeiro lugar, podemos afirmar que uma peculiaridade da demo-

cracia construída no Brasil reside na convivência com autoritarismos de elites dirigentes que evocam práticas de ditaduras das mais hostis e atrasadas. Aqui, reina-se através de decretos e medidas provisórias, beneficiamentos e trocas de favores. A participação da população organizada é contemplada, por ex. plo, com o golpe dado no longo processo de tramitação da LDB nos bastidores das casas legislativas, que foi substituída pelo projeto do senador Darcy Ribeiro, a despeito dos esforços de tantos por construir um sistema educacional de boa qualidade, que garantisse o acesso e a permanência dos alunos em todos os níveis e graus de ensino.

A segunda questão diz respeito à própria concepção de avaliação implícita na regulamentação do "provão". Avaliação, nesse caso, é sinônimo de prova, um pequeno e pontual momento do seu processo. A nota deverá servir para reprovar as universidades "mediocres", assim como ainda procede-se na escola: ao aluno com nota baixa a reprovação. A perversidade dessa concepção impõe fracassos e mecanismos de seletividade grandemente responsáveis pelo analfabetismo de 30 milhões de homens e mulheres, pelo alto índice de repetência nas séries iniciais do 1º grau, pela despriorização do ensino médio e agora também pelo provável

desaparecimento de importantes universidades, principalmente para o mundo da vida das regiões mais pobres do país.

Em lugar de investir crescentemente na qualificação docente e no aparelhamento de bibliotecas e laboratórios, os respostos podres da dita avaliação macularão os esforços possíveis desenvolvidos até então, colocando na lata do lixo as "fracas" universidades, os "maus" professores, os alunos "mediocres" e os "ineficientes" técnicos administrativos. No reino erguido sobre o tripé da eficiência, da eficácia e da efetividade a qualquer custo, pouco sobrarão dos direitos e conquistas sociais, pouco serão considerados os critérios da transparência das ações e intenções governamentais e da participação na formulação das políticas públicas. É por isto que devemos nos negar a ser objetos de uma avaliação vil e parcial como esta. Avaliação sim! Mas no sentido de democratizar a formação profissional nos seus mais altos níveis de qualificação e de colocar as maiorias como o ponto de partida e de retorno das nossas ações, investindo mais em pesquisas científicas, na extensão universitária e no ensino superior.

Professora do Departamento de Fundamentação da Educação/Centro Educacional

## À baixo o sindicato

Graziela de Oliveira

A reação contra a organização sindical nas universidades é antiga. Muitos colegas costumam a aceitá-la, outros continuam a combatê-la. As causas desta reação precisam ser investigadas.

Nesta última greve ainda surgiram manifestações a favor da luta contra o sindicato. Contudo, de colegas anti-sindicato, não tive a oportunidade de ouvir nenhum brado contra o sindicato patronal. Que tal realizarmos manifestações contra a Confederação Nacional da Indústria (CNI) ou contra a FIESP?

Em tempos neoliberais, a concentração do capital se acirra, médios e pequenos, inclusive grandes capitalistas vão à falência. Trabalhadores são desempregados e se juntam às fileiras dos excluídos. A (des)organização da sociedade, os colegas anti-sindicato propõem o quê para os vendedores de força de trabalho? Nossa categoria profissional é complexa e não pode ser reduzida à de classe social. Tem de tudo, desde empresários exploradores, profissionais liberais com seus escritórios e consultórios, aos abnegados assalariados desvalorizados de vocação professoral. Nestas condições, fica difícil organizar a luta sindical. Além de lutar contra os interesses (privatizantes) do governo FHC, que quer acabar com os direitos sociais como os à saúde e à educação públicas e gratuitas, a AD precisa defender-se dos reacionários em suas fileiras.

Para sobreviver enquanto docentes, recuperar e manter a qualidade do trabalho nas IFES, os docentes precisam organizar-se contra os cortes de verbas e a displicência de muitos colegas que prestam um desserviço à universidade, entre outras tarefas.

A organização docente não precisa ser necessariamente sindical, mas deve defender os interesses de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, com pessoal docente qualificado e comprometido com a produção acadêmica que sirva aos trabalhadores e não somente ao capital, como parece defenderem os colegas anti-sindicato. A cima, portanto, está o compromisso de luta pelo conhecimento e pela ação que priorizem a satisfação de saúde, educação, moradia, trabalho e lazer - por que não? - também para os trabalhadores e não apenas para a burguesia e as camadas médias privilegiadas. A baixo, o movimento sindical, encarregado não apenas da luta econômica, mas também política, pela preservação e conquista de direitos dos trabalhadores, entre eles os da educação.

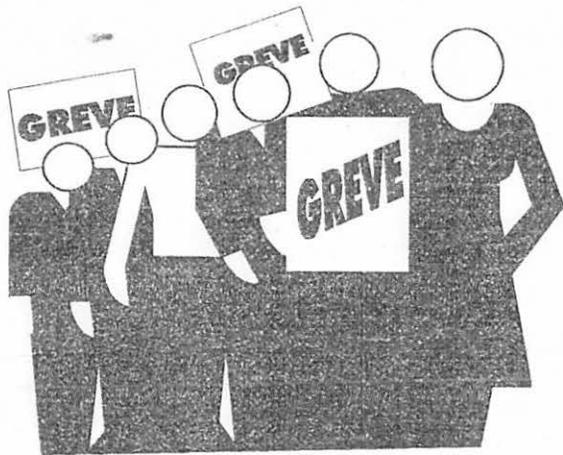
## ADUPB-JP realiza assembleia para discutir paralisação dia 27

A ADUPB-JP promove no próximo dia 26 uma assembleia geral para discutir a paralisação do dia 27 de novembro, aprovada pela plenária nacional dos servidores públicos federais.

A assembleia vai ser realizada, a partir das 15 horas, no auditório 412 do CCHLA. Durante a assembleia será discutido e acertado como vai acontecer a paralisação na UFPB.

A paralisação é um protesto contra o "Pacote de FHC" e suas medidas neoliberalizantes. A ADUPB-JP, segundo informou o diretor de Política Social da entidade, Marcos Montenegro, vai tentar paralisar todas as atividades no dia 27.

A ADUPB-JP pretende se engajar em todas as atividades promovidas pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) neste dia.



### ESTADO E PREVIDÊNCIA

## Reformas serão debatidas no CCHLA

As reformas do Estado e da Previdência vão ser discutidas no próximo dia 19 de novembro, durante debate promovido pela ADUPB-JP, que será realizado no auditório 412 do CCHLA, a partir das 9 horas.

No evento, o professor José Carlos Cavalcante, da Universidade Federal de Pernambuco, fará uma

palestra abordando as duas reformas: Estado e Previdência. O debate também terá a participação de professores da Universidade Federal da Paraíba.

**Calendário** - Em Campina Grande as reformas do Estado e da Previdência vão ser debatidas no dia 27/11. No dia seguinte, 28/11, as reformas serão discutidas em Recife.

### MUDANÇAS NA ECONOMIA MUNDIAL E AS REPERCUSSÕES NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

Palestra com Theotônio dos Santos  
Professor Titular de Economia Mundial da  
Universidade Federal Fluminense

**AUDITÓRIO 411, CCHLA**

Promoção: ADUPB-JP e Depto. de História

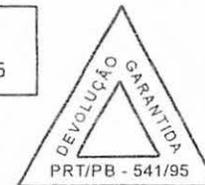
**Dia  
22/11  
às 15:00**

### REVISTA da ADUPB-JP

A Comissão Editorial da revista ADUPB-JP já está recebendo artigos para o seu número 2. Os artigos devem ser entregues até o dia 18 de dezembro, sendo uma cópia em disquete e 3 em papel com, no máximo 5 laudas, espaço 2 e corpo 10.

# Boletim ADUPB-JP

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95



Informativo da ADUPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior  
Nº 41 - Novembro de 1996

## Docentes criticam posição da Reitoria sobre Decreto 2.027

A antecipação da Reitoria e Procuradoria Jurídica da UFPB em exigir a escolha entre proventos e aposentadoria para alguns professores foi considerada pelos docentes, em assembleia realizada dia 07/11, como um ato de subserviência, sem sequer ter a preocupação de maiores informações sobre a validade do Decreto 2027. Os professores estão excluídos do Decreto presidencial e podem acumular funções.

Para se ter uma idéia da medida adotada pela administração local, nem mesmo o MARE, em mensagem enviada aos dirigentes de Recursos Humanos das Universidades, incluía os professo-

## APOSENTADORIA

res no Decreto 2027. No entanto, a administração solicitou que, no dia 14/11, os docentes que apresentassem dois vínculos em esfera federal comparecessem para realizar a opção sobre proventos e salários.

O questionamento de parte dos docentes presentes na assembleia da categoria no dia 07/



11 esteve relacionado a imediatiz que a Procuradoria e Reitoria assumem os Decretos e Medidas Provisórias do Governo. "A Procuradoria deveria averiguar o respaldo legal de algumas medidas e defender a instituição, entendendo que os professores fazem parte dela", questionavam.

## SEDE

### Social

#### Programação

Sábado - 16/11 - Show ao vivo com Valtinho do Acordeon, a partir das 13h00. Sábado e domingo a sede está aberta aos associados. Sexta-feira (15/11), não funciona.



## ELEIÇÃO/ADUPB-JP

### Inscrição acaba dia 29/11

Definida a data da realização da eleição da nova diretoria da ADUPB-JP. 11 de dezembro foi o dia escolhido para a realização da eleição. Os candidatos terão até o dia 29 de novembro para inscreverem as chapas.

Também já foi constituída a Comissão Eleitoral que vai coordenar todo o processo de eleição da

nova diretoria da ADUPB-JP. A Comissão terá três membros: um representante eleito durante a assembleia geral promovida pela AD no último dia 7/11, um membro do conselho de representantes e outro da Diretoria Executiva da entidade.

A posse da nova diretoria que será eleita no dia 11/12 está programada para o dia 20 de dezembro.

# Boletim

ADUFPB-JP

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filial à CUT  
Centro de Vivência - UFPB  
Caixa Postal: 5001 CEP 58.051-970  
João Pessoa/PB  
Fone: (083) 224-3801  
Fax: (083) 224-8375

## EXPEDIENTE

### Diretoria Executiva

**Presidente:**  
Jaldes Reis de Menezes  
**Vice-presidente:**  
Maria das Graças Toscano  
**Secretário Geral:**  
Dailton Lacerda  
**Tesoureiro:**  
Hélida Cristina C. Valério  
**Diretor de Política Sindical:**  
José Jonas Duarte  
**Diretor de Política Social:**  
Marcos Montenegro  
**Diretor de Política Educ. e Cient.:**  
Luís Tadeu D. de Medeiros  
**Diretor Cultural:**  
Jozemar Pereira dos Santos  
**Diretor de Imprensa e Divulgação:**  
Derval Golzio  
**Suplente de Secretária:**  
Giovani L. de Carvalho Bezerra  
**Suplente de Tesouraria:**  
Judy Mauria Gueiros Rosas

## EDIÇÃO

**Jornalista Responsável:**  
Glaudine Nunes - MTB/PB 819  
**Diagramação:**  
Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 -  
Mangabeira I - CEP 58055-620  
João Pessoa - PB  
Fone: (083) 982-3484/ 231-3945  
Fone/Fax: (083) 231-1703

# As condições de viabilidade do turismo

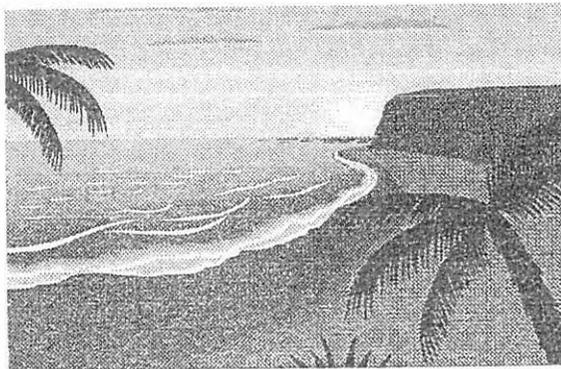
Ademir Alves de Melo

As atividades de turismo, a nível mundial, tiveram um grande impulso nesta segunda metade do século, basicamente como resultado de quatro fatores convergentes: a) retomada da expansão capitalista, em novas bases das forças produtivas e no contexto de uma também nova divisão internacional do trabalho que favoreceu a concentração de riquezas nos países que hoje nucleiam o que se convencionou chamar de *primeiro mundo*; b) a redefinição da estratégia expansionista do capitalismo central, objetivando a consolidação dos mercados e a conquista de novas fatias de mercado, através da instalação de unidades produtivas nos países dependentes; 3) o grande desenvolvimento dos sistemas de transportes e comunicações e 4) a geração de um excedente na renda familiar, que aumentou a propensão a consumir bens e serviços, até então, fora do alcance da maioria da população.

O desenvolvimento nesses países, por suposto, não fugiu à regra inerente à lógica do sistema, que tem na concentração dinâmica da renda uma condição necessária para o seu posterior desenvolvimento em escala ampliada. Mas essa concentração, por demais acelerada, ocorreu ao mesmo tempo em que se criava uma forte classe média, beneficiário do crescimento sustentado, ao longo de mais de um quarto de século. Mas ela também foi participante e coadjuvante de um ímpio processo de apropriação da poupança gerada nos países periféricos, transferida por mecanismos sagazes de exploração, onde se destacam as trocas desiguais por conta das diferenças de produtividade e de outros artificialismos e de outros artificialismos engenhados pelas corporações oligopólicas com competência invejável.

Segundo a Organização Mundial do Turismo, em 1993, pouco mais de 500 milhões de pessoas fizeram turismo internacional, nas diversas modalidades, movimentando no mundo uma receita total superior a US\$ 300 bilhões. Trata-se da terceira atividade em volume de negócios, apenas superada pelos negócios com o petróleo e a indústria automotiva.

É interessante notar - embora não constitua novidade para os versados em economia - que, as taxas de crescimento das atividades turísticas aumentam desproporcionalmente ao desempenho das atividades econômicas em geral. Essas atividades não apenas assim crescem, como também se diversificam e sofisticam, para reciclar a rotina dos usuários, que se tornam cada vez mais exigentes, com a saturação da oferta de serviços disponíveis. Assim, por exemplo, quem visita as grandes cidades portuárias da Europa, como Hamburgo, Copenhague, Amsterdã ou Roterdã, apenas para citar algumas, se depara com uma modalidade de comer-



ção e serviços das mais extravagantes, que explora o *sexy turismo* para o agrado de todas as taras e gostos degenerados; no roteiro turístico da antiga Checoslováquia, da Polônia ou de Áustria figuram, inevitavelmente, as vistas às dependências dos gigantescos campos de concentração nazistas, que ainda preservam as imagens e testemunhas materiais das cruéis e insanas ações do nazi-fascismo (que hoje ameaça renascer com o momentâneo retrocesso das conquistas histórico-sociais da humanidade e falta de perspectivas que o consumismo vulgar estimula).

As condições climáticas e particularidades da cultura européia, particularmente ao norte da Europa Latina, condicionaram o modo de vida das pessoas ao confinamento do ambiente do trabalho e do lar. Costuma-se até dizer que, enquanto nós trabalhávamos para viver, eles vivem para trabalhar.

Tal tempo de permanência do tempo de vivência do europeu confinado na sua residência que se tomou um hábito de conduta social (certamente, induzido pela sistemática necessidade de reciclagem da produção e dos estoques a troca periódica de móveis e ornamentações complementares, de modo que a família se sinta menos enfastiada num mesmo ambiente. O americano ainda tem o recurso de se deslocar com toda sua família nas suas banheiras e utilitários, rebocando seus *trailer* como casa ambulante, para o Sul do País, cuja maior parte de seu território um dia pertenceu ao vizinho México.

Antes da Revolução, Cuba era o grande cas-

o e bordel do continente, onde o turista americano se deliciava nas suas orgias ou recuperava as energias nas cálidas praias do Caribe - diga-se de passagem - que não fazem inveja ao litoral paraibano. Hoje, apesar de um bloqueio absurdo, a ilha vem se especializando em *turismo cultural e científico*. Para isso, no entanto, tiveram primeiro que criar as bases para o seu desenvolvimento, recuperando e cultivando na sua integridade as tradições genuínas da cultura autóctone e desenvolvendo as bases científicas e tecnológicas nas universidades, centros de pesquisa e nas próprias unidades de produção, que tornaram esse em um dos mais avançados países do mundo em determinadas áreas do conhecimento e de especialização técnica, como a engenharia genética, biotecnologia, oftalmologia, dermatologia, fisioterapia, oncologia, neurologia, psiquiatria, entre outros. Celebri-

"Segundo a OMT, em 1993, pouco mais de 500 milhões de pessoas fizeram turismo internacional"

dades internacionais foram o bloqueio norte-americano, esquecem as questões geo-estratégicas do poderoso vizinho do norte, e viajam para Cuba a fim de tratar de suas doenças, depois de esgotadas as suas tentativas de cura na Europa e nos Estados Unidos. A propósito, faço um parêntese para relatar um fato curioso ocorrido, ainda há pouco, com o famoso ator francês Alan Delon (diretista sacramentado) que após o seu tratamento de vitiligo, que o deixou totalmente curado, decepcionou-se ao verificar que nas anotações de seu débito apenas constavam as despesas correntes com a sua internação, já que a saúde é gratuita naquele país pobre. Ficou tão sensibilizado que, ao voltar à França, enviou de presente para os cubanos nada menos

que 75 ambulâncias muito bem equipadas.

Essa base científica-tecnológica ensejou o desenvolvimento do *turismo científico*, que lota os hotéis de Havana com turistas de todo o mundo à busca da cura para os seus males dos tempos modernos.

Entro nessa discussão em vista to entusiasmos do Governo estadual pelo turismo, como uma das alternativas para o desenvolvimento sustentável da Paraíba. Os *experts* na matéria são unânimes em reconhecer a viabilidade do turismo do Estado, mas sempre aduzem, com a cautela responsável dos que sabem dosar a emoção com a ação: primeiro há que criar as condições materiais, organizacionais e humanas para que essa potencialidade se efetive. O turismo para ser viável, do ponto de vista econômico, tem de ser rentável. Assim, por exemplo, tudo indica que esses eventos bulhosos e artificiais, como a Micarande, Micaroa, Maior São João do Mundo, etc. carregam para fora do Estado mais recursos do que aqui deixam. Isto além de desfigurar tradições culturais, excluir a população que não pode adquirir um *abado* ao pagar o preço de sua entrada nos festejos, animados por baianos e tiriricas que tanto irritam regionalistas como João Cabral de Melo Neto.

Desde os tempos memoráveis de Padre Cícero que os maiores fluxos turísticos do Nordeste convergem para o Crato e Juazeiro. Mas este é um turismo pobre, que não tem a mesma força de atração mística sobre as adinheirados como Fátima (Portugal), Lourdes (França) ou Santiago de Compostela, na Espanha. Esta modalidade atração cearense do turismo interiorano não serve como alavancagem de um desenvolvimento sustentável da economia, pois as classes mais abastadas não botam fé em santo de casa. Pelo contrário, até vêem como um indicio de mal gosto essas preferências tupiniquins.

Os formuladores da proposta de turismo para o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Paraíba reconhecem o *potencial para elevar a expansão do turismo interno e ocupar melhor posição na captação de turistas estrangeiros*. E que *... a riqueza e a diversidade do patrimônio histórico-cultural e natural são fatores determinantes da atratividade potencial para o turismo na Paraíba*. Ponderam, no entanto, que *... o aumento dessas atividades requer importante esforço de investimentos em infra-estrutura ... em segurança interna e marketing turístico*.

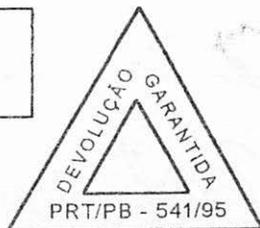
A julgar por essa ponderação de quem entende do assunto, resta-me como conclusão bem fundamentada de que o turismo paraibano só chegará a ter expressão no cômputo das principais atividades econômicas, quando as pré-condições forem assentadas e consolidadas. Mas isso é um processo que depende, fundamentalmente, da vontade política em levar a cabo tal projeto de realização.

Doutor em Economia e prof. do Dept. de Economia/CCSA

# Boletim

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95

ADUFPB-JP



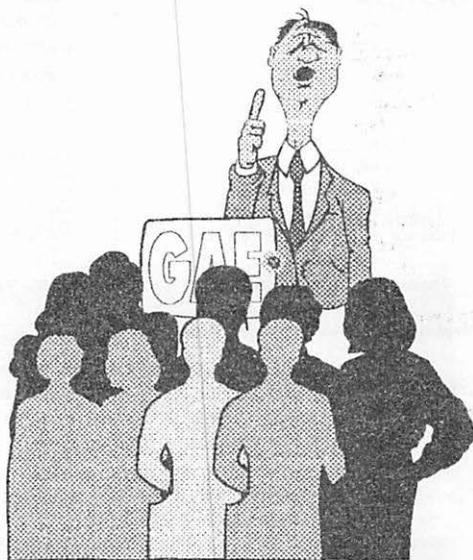
Informativo da ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior  
Nº 42 - Novembro de 1996

## Assembléia discute medida judicial contra desconto da GAE

A ADUFPB-JP realiza na próxima terça-feira, 26, uma assembléia geral com todos os sindicalizados para decidir sobre as **medidas judiciais** que pretende adotar contra a decisão do Ministério da Administração e Reforma do Estado de descontar a contribuição previdenciária sobre a Gratificação de Atividade Executiva - GAE.

Também vai ser discutido ajuizamento de ação visando a autorização para conversão de 1/3 de férias em Abono Pecuniário, bem como a autorização à ADUFPB-JP para atuar como substituto processual nos dois processos mencionados.

A Diretoria da ADUFPB-JP chama a atenção de todos os sindicalizados para a necessidade da formação do quórum que vai deliberar sobre o ajuizamento das ações judiciais e, portanto, convoca todos os sindicalizados para participarem da assembléia geral, que será realizada no Auditório 412 do CCHLA, às 15 horas.



## SEDE

### Social

#### Programação

Sábado e domingo (23 e 24) a Sede está aberta a todos os seus associados, a partir das 8 horas, com serviço de bar e piscina.

A sede está localizada na Rua Gilvan Muribeca, 88 - Cabo Branco.

## Diretor da ANDES vem a João Pessoa acertar Congresso Nacional

Luiz Paiva Carapeto, tesoureiro da ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior -, esteve em João Pessoa na última terça-feira, 19. Durante sua permanência na Capital Carapeto se reuniu com a Diretoria da ADUFPB-JP, quando foram acertados os últimos preparativos para a realização do Congresso Nacional da ANDES, que será realizado em João Pessoa do dia 25 de fevereiro a 2 de março do

próximo ano.

O Congresso, que vai discutir questões relativas ao trabalho docente, vai acontecer no Teatro Paulo Pontes - Espaço Cultural. As reuniões de grupos de trabalho serão realizadas na Universidade Federal da Paraíba.

Juntamente com a Diretoria da ADUFPB-JP, Carapeto inspecionou os hotéis que vão acomodar os representantes da ANDES e os locais de realização do Congresso.

# Boletim

## ADUFPB-JP

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiada à CUT  
 Centro de Vivência - UFPB  
 Caixa Postal: 5001 CEP 58.051-970  
 João Pessoa/PB  
 Fone: (083) 224-3801  
 Fax: (083) 224-8375

### EXPEDIENTE

#### Diretoria Executiva

##### Presidente:

Jaldes Reis de Menezes

##### Vice-presidente:

Maria das Graças Toscano

##### Secretário Geral:

Dailton Lacerda

##### Tesoureiro:

Hélida Cristina C. Valério

##### Diretor de Política Sindical:

José Jonas Duarte

##### Diretor de Política Social:

Marcos Montenegro

##### Diretor de Política Educ. e Cient.:

Luis Tadeu D. de Medeiros

##### Diretor Cultural:

Jozemar Pereira dos Santos

##### Diretor de Imprensa e Divulgação:

Derval Golzio

##### Suplente de Secretaria:

Giovani Luiz de Carvalho Bezerra

##### Suplente de Tesouraria:

Judy Mauria Gueiros Rosas

### EDIÇÃO

#### Jornalista Responsável:

Glaudenice Nunes - MTB/PB 819

#### Diagramação:

Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 -  
 Mangabeira 1 - CEP 58055-620  
 João Pessoa - PB

Fone: (083) 982-3484/ 231-3945

Fone/Fax: (083) 231-1703

# PEC 370

## MEC tumultua tramitação com proposta verbal

Um ano depois de ter encaminhado ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 233 - que acabou desmembrada em duas - uma que cria o Fundo de Valorização do Magistério e a 370, sobre a autonomia universitária -, o Ministério da Educação resolve encaminhar nova proposta para o ensino público superior.

O engraçado é que o encaminhamento foi feito de forma verbal, pelo representante do MEC, Edson Machado, chefe de gabinete do ministro Paulo Renato, na primeira audiência da Comissão, realizada no dia 30 de outubro, e sem que fosse retirada a proposta original, encaminhada por escrito.

A atitude do MEC - em flagrante desrespeito aos parlamentares, que já tinham formulado várias emendas ao texto original - deixou a Comissão Especial em pé de guerra e provocou a suspensão dos trabalhos e o adiamento da audiência pública. Vários deputados, como Pedro Wilson (PT-GO), Lindberg Farias (PC do B-RJ), Ivan Valente (PT-SP) e Maurício Requião (PMDB-PR), protestaram no plenário da Câmara contra a falta de seriedade do governo.

## Inativos representam muito pouco no orçamento do MEC

Agência ANDES (Brasília) - O Governo Federal, na tentativa de conseguir apoio da opinião pública para seu projeto de privatização de ensino público superior, tem distorcido fatos, manipulado números, fornecido informações truncadas e adotado como norma a falta de transparência administrativa.

Uma prova disso são os números publicados recentemente sobre o pagamento de inativos e pensionistas do setor da Educação. De acordo com o Governo, inativos e pensionistas do ensino público su-

perior consomem hoje um terço do orçamento do MEC para o setor. De acordo com o Ministério da Educação, foram gastos, no ano passado, R\$ 1,5 bilhão só no pagamento de inativos.

Estes números, entretanto, são contestados pela economista Edlamar Batista Pereira, que desde 1992 pesquisa os gastos públicos com a Educação. No ano passado, afirma a economista, foram gastos com os inativos R\$ 895 milhões, totalizando um percentual de 15% do orçamento do MEC.



# Os "ambientalistas" estão tirando proveito da crise ambiental

Jomário da Fonseca Lins

Entre tantas tragédias na/da humanidade, levanto mais esta, de tão graves proporções éticas. É que os cientistas, que trabalham evidentemente com a ciência - entendida como uma forma de conhecimento datada, contextualizada com seu tempo, cheia de limites, mas que tem sido respeitada socialmente -, estão fazendo da natureza mercadoria, estão mercantilizando o saber científico, estão enfim, tirando proveito da trágica crise ambiental do planeta terra.

Que o capital (como relação econômica e como relação social) faça isso, compreende-se, pois já sabemos que trata-se de um sistema altamente concentrador, centralizador, excludente e exterminador dos processos que se operam na pele deste delicado e complexo planeta. Já conhecemos o grande potencial que o capital viu na natureza, mercantilizando-a e inserindo-a na mídia com belas vinhetas, em suas propagandas recheadas com notícias de diversos lugares, ornamentando a cabeça dos telespectadores com um imenso vazio de sentido. Banalizou-se a natureza a tal ponto que não mais pensamos sobre ela, não mais apreendemos, compreendemos ou deciframos suas dinâmicas.

Quanto aos "cientistas ambientais" - incluo aqui professores universitários de várias formações (biólogos, geólogos, geógra-

fos, engenheiros florestais, agrônomos, advogados, novas categorias de mestres e doutores em "ambiente" etc.) e técnicos de nível médio e superior - tanto do setor privado como do público, estes têm a obrigação ética e social de procurar minimizar os graves problemas causados pelos diversos agentes poluidores e esclarecer/educar a sociedade. Mas o que se verifica, na prática, é uma enorme disputa mercadológica (capitalista), individualista; cada um querendo abarcar para si os méritos da sapiência ambiental e das polpudas quantias pagas pelas multinacionais (ou nacionais, tanto faz) aos seus EIA's (Estudos de Impactos Ambientais), seus RIMA's (Relatórios de Impactos sobre o Meio Ambiente).

Neste bordel ambiental (sem querer menosprezar os prostíbulos), entram altos funcionários do

público e do privado, ONG's (Organizações não Governamentais), gente de todos os matizes, e geralmente financiados com o dinheiro do povo. É possível até que alguns se beneficiem do público e privado simultaneamente... quem sabe?! Devemos nos lembrar que o povo mantém o público e o privado também.

A questão ambiental é grave (com todo o significado profundo que a frase coloca). Diante desta monstruosidade a mais, citada nos dois parágrafos anteriores, devemos nos livrar deste imenso "ego ambiental", despojemo-nos da suposta "sapiência ambiental" que cada um destes ambientalistas carregam, socializemos os saberes ambientais. Os céus e a terra estão de olho em nós. Todos observam tudo. Espiritualmente e materialmente seremos "forçados" a mudar de conduta.



# Provão pode ser abortado antes da segunda edição

O polêmico Provão pode ser extinto antes da sua segunda edição. É que o presidente Fernando Henrique Cardoso corre sério risco de encontrar em sua mesa, antes de maio de 97, data em que será realizada a segunda edição do Exame Nacional de Cursos, projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional extinguindo o Provão.

Ainda que FHC vete o projeto, o governo se verá obrigado a

discutir um novo sistema de avaliação das universidades com todos os segmentos da comunidade acadêmica, o que não foi feito até agora.

O projeto, elaborado pelo deputado baiano Sérgio Carneiro (PDT), logo depois de criado o Exame Nacional de Cursos, ainda tramita na Comissão de Educação da Câmara, em fase de audiências públicas. Mas um detalhe

garante a rápida tramitação do projeto. A comissão entendeu que ele tem caráter terminativo. Isso significa que, aprovado ali, vai à Comissão de Constituição e Justiça, onde pelo Regimento Interno da Câmara não poderá ser alterado, e dali vai direto para a Comissão de Educação do Senado, sem passar pelo plenário. Se for aprovado na Comissão do Senado vai para a sanção ou veto de FHC.

## Atualização de endereços

A Diretoria da ADUFPB-JP pede a seus associados, que nos últimos 2 anos mudaram de endereço e não os atualizaram, que o façam o mais rapidamente possível. Sem isto, ele poderá deixar de receber as correspondências, boletins, jornais e outras publicações que o sindicato produzir para seus associados



## ADUFPB-JP promove dia 22/11 palestra sobre economia mundial

A ADUFPB-JP e o Departamento de História da UFPB estarão promovendo nesta sexta-feira, 22, a palestra "Mudanças na economia mundial e as repercussões na América Latina e no Brasil".

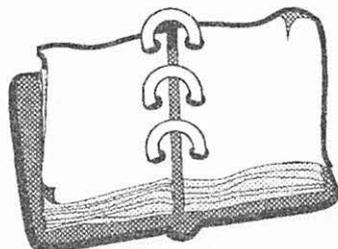
A palestra, que será realizada a partir das 15 horas no auditório 411 do CCHLA, será proferida por Theotônio dos Santos, professor titular de Economia Mundial da Universidade Federal Fluminense.

## ELEIÇÃO ADUFPB-JP

Termina na próxima sexta-feira, dia 29, o prazo para inscrição das chapas para a eleição da Diretoria Executiva da ADUFPB-JP. A eleição da nova Diretoria da ADUFPB-JP, bem como para o complemento do Conselho de Representação da entidade, vai ser realizada no dia 11 de dezembro. O Edital de Convocação já está sendo publicado na imprensa local.

## REVISTA da ADUFPB-JP

A Comissão Editorial da revista ADUFPB-JP está recebendo artigos para o lançamento do seu número 2. A Comissão avaliou que o número de laudas deve ser ampliado para 8, sendo uma cópia em disquete e três em papel. Os artigos, que devem ter espaço 2 e corpo 12, deverão ser entregues até o dia 18 de dezembro.

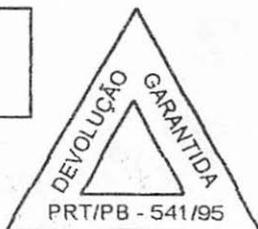


## Agenda

A Diretoria da ADUFPB-JP estará entregando até o dia 15 de dezembro, uma agenda de trabalho a todos os professores da Universidade Federal da Paraíba.

# Boletim ADUFPB-JP

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95



Informativo da ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior  
Nº 43 - Novembro de 1996

## ELEIÇÃO NA ADUFPB-JP

# Termina nesta 6ª feira prazo para inscrição das chapas

Termina nesta sexta-feira, 29/11, o prazo para inscrição das chapas que vão disputar a eleição da nova Diretoria da ADUFPB-JP. Os candidatos devem procurar a Secretaria da ADUFPB-JP no período de 8:00 às 18 horas para efetuar as inscrições. A eleição da nova Diretoria Executiva será realizada no dia 11 de dezem-

bro, quando também será eleito o complemento do Conselho de Representantes da entidade.

A Comissão Eleitoral, composta por professores, que vai coordenar todo o processo da eleição já foi constituída. A Comissão terá três membros: Wojcieck Kulesza, nomeado na assembléia geral dos professores promovida pela AD no dia

7/11, Laerte Pereira, do Conselho de Representantes, e Marcos Aurélio Montenegro Batista, designado pela Diretoria da ADUFPB-JP.

A posse da 19ª Diretoria Executiva e Conselho de Representantes da ADUFPB-JP está programada para o dia 20 de dezembro. Os novos diretores serão empossados na Sede Social.

## Professores protestam sem paralisação

A última quarta-feira foi um dia de luta e de protesto para os servidores da Universidade Federal da Paraíba. Os funcionários cruzaram os braços e paralisaram suas atividades em protesto contra o "Pacote" de Fernando Henrique Cardoso e suas medidas neoliberalizantes.

A Diretoria Executiva da ADUFPB-JP-Seção Sindical da ANDES-SN-, no dia de paralisação e mobilização dos servidores públicos federais, mesmo não adotando a forma de paralisação das atividades, exortou a sociedade paraibana e também a comunidade universitária a refletir sobre o momento político brasileiro.

"Jamais a condição docente esteve tão aviltada. Estamos há 23 meses sem aumento salarial, e sob a ameaça de entrarmos 97 sem a possibilidade da recuperação das perdas acumuladas desde a posse de FHC", diz a ADUFPB-JP em nota divulgada na quinta-feira.

Na nota a entidade denuncia também a sistemática propaganda adotada pelo Ministério da Educação contra as



universidades federais e o atentado que o Executivo Federal vem promovendo contra a democracia, "governando através do instituto autoritário da Medida Provisória e acenando com um festival de fisiologismo para garantir um novo mandato para FHC".

# Boletim

ADUFPB-JP

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiada à CUT  
 Centro de Vivência - UFPB  
 Caixa Postal: 5001 CEP 58.051-970  
 João Pessoa/PB  
 Fone: (083) 224-3801  
 Fax: (083) 224-8375

## EXPEDIENTE

### Diretoria Executiva

#### Presidente:

Jaldes Reis de Menezes

#### Vice-presidente:

Maria das Graças Toscano

#### Secretário Geral:

Dailton Lacerda

#### Tesoureiro:

Hélida Cristina C. Valério

#### Diretor de Política Sindical:

José Jonas Duarte

#### Diretor de Política Social:

Marcos Montenegro

#### Diretor de Política Educ. e Cient.:

Luis Tadeu D. de Medeiros

#### Diretor Cultural:

Jozemar Pereira dos Santos

#### Diretor de Imprensa e Divulgação:

Derval Golzio

#### Suplente de Secretaria:

Giovani Luiz de Carvalho Bezerra

#### Suplente de Tesouraria:

Judy Mauria Gueiros Rosas

## EDIÇÃO

#### Jornalista Responsável:

Glaudencice Nunes - MTB/PB 819

#### Diagramação:

Ricardo Araújo - MTB/PB 631

## MÍDIA

Assessoria de Comunicação

Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 - Mangabeira 1 - CEP 58055-620  
 João Pessoa - PB  
 Fone: (083) 982-3484/ 231-3945  
 Fone/Fax: (083) 231-1703

# A propósito de publicações em Geografia no Brasil: um desabafo

Jomário da Fonseca Lins

Esta pequena comunicação objetiva, como o próprio título diz, externar um profundo descontentamento com as nossas próprias práticas em relação a publicação de livros, artigos, ensaios etc., a nível de Brasil. A "boa educação" nos mostra que os conselhos editoriais das editoras de livros, revistas, periódicos que têm "periodicidade" etc., deveriam consultar as Universidades, os centros de pesquisas (que são no Brasil em torno de 80), sejam privados, municipais, estaduais ou federais, indagando se os Professores/Pesquisadores destas instituições têm trabalhos a serem apresentados.

Costumeiramente os Professores/Pesquisadores marginalizados, que são a imensa maioria, mendigam para que pequenos trabalhos sejam publicados em tais ou tais veículos já consagrados. É uma situação extremamente vexatória. É por isso e por outros motivos que as teorias dos "centros de excelência" que tem como um dos protagonistas José Goldemberg, tão atuais nesses últimos governos, por exemplo, vingam com facilidade no Brasil. Nutre-se o que já está nutrido e mata-



se o que está desnutrido.

Nós Geógrafos, colaboramos nisso. Um lembrete expresso: aqui não vai nenhuma crítica ácida, destrutiva, pessoal. A USP, por exemplo, tem Professores; pessoas de uma dimensão humana extraordinária. O que questiono vigorosamente são os processos e práticas em relação a publicações. Cito, à revelia dela, a Prof. Dra. Emilia de Rodat Fernandes Moreira, colega de Departamento na UFPB: é uma Professora/Pesquisadora da mais alta responsabilidade, segundo Ruy Moreira, "é uma das maiores produtoras científicas em Geografia Agrária do Brasil". Cadê as editoras de Rio e São Paulo. São sempre os mesmos autores. As vezes é bom que nós, mortais comuns, descontentemos um pouco a

Professor de Geociências da UFPB, Campus I

## MANIFESTO AO POVO BRASILEIRO

# A Vale do Rio Doce e o interesse nacional

O presidente da república, sem ouvir a sociedade e sem consultar o Parlamento, decidiu vender as ações ordinárias da Vale do Rio Doce que asseguram o controle público sobre uma das mais importantes empresas nacionais, e das primeiras do mundo no setor de mineração.

Podemos definir a Vale - disse o Sr. Francisco Schettino, presidente da Companhia, em depoimento à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados - "como uma empresa que trabalha com recursos naturais logísticos de transporte. Opera em nove estados, diretamente ou através de suas empresas controladas e 26 coligadas. Os negócios a que esse conglomerado se dedica são a exploração de minério de ferro, manganês, ouro, bauxita e caulim; operação dos sistemas interligados mina-ferrovia-porto, no Pará, no Maranhão, em Minas Gerais e no Espírito Santo; navegação transoceânica; atividades nas áreas de peletização, siderurgia, ferro-liga e alumínio; manejo de madeiras florestais para produção de madeira, celulose e papel. Cada atividade complementa outra, garantindo a sinergia entre os negócios do grupo. Para construir esse sistema, a Vale vem firmando parcerias com investidores brasileiros, japoneses, italianos, espanhóis, sul-africanos e argentinos. A Vale é uma empresa de capital aberto, consagrada no mercado por sua transparência: 51% das suas ações pertencem à União e 49% já estão nas mãos de acionistas privados".

A Vale custou aos brasileiros mais do que os investimentos financeiros. Ela foi criada pelos Acordos de Washington, que estabeleceram a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, com o envio da Força Expedicionária Brasileira à Itália e

o tributo de sangue de nossa gente naquele conflito. Conforme esses convênios assinados entre o Brasil, a Inglaterra e os Estados Unidos, o nosso país reassumiu, há mais de meio século, o pleno controle sobre as jazidas minerais de Itabira XX que era contestado pela Itabira Iron - e iniciou a construção da grande empresa de economia mista.

Não há argumento que justifique a transferência de seu controle acionário conforme confessa o próprio presidente do BNDES, ao anunciar o propósito de aliená-la.

"É uma usina integrada, líder no mercado brasileiro. É competitiva no mercado internacional. Não dá prejuízo, tem um nível de atividade excelente - é moderna e atualizada tecnologicamente".

A Vale do Rio Doce conquistou a posição que tem no mundo sem quaisquer privilégios, como os do monopólio, de subsídios ou de isenções fiscais.

A empresa tem sido também, ao longo de sua existência, e pelo fato de controlar o Estado, importante agência do desenvolvimento econômico, social e cultural nas regiões em que atua. Além dos dividendos que distribui a seus acionistas, e dos reinvestimentos que realiza, a Vale emprega grande parte de seus lucros na promoção da saúde, da educação, da cultura e das atividades produtivas em vastas áreas do país.



Segundo a avaliação disponível pretendem transferir o controle acionário da empresa por menos de 10 bilhões de dólares. Isso é muito menos do que valem as suas instalações portuárias e suas duas grandes ferrovias.

Não procede o argumento de que a privatização da Vale é

necessária para resolver o problema do Tesouro. O déficit público tem registrado somas mensais equivalentes à prevista na alienação da empresa. Não temos uma Vale do Rio Doce para ser privatizada todos os meses.

Por tudo isso, os cidadãos que assinam este documento, conscientes de sua responsabilidade política na defesa do interesse do povo brasileiro, convocam a sociedade a fim de que manifeste sua firme oposição à transferência do controle acionário da Vale do Rio Doce a grupos privados.

Dirigem-se sobretudo aos senadores e deputados federais, representantes da vontade nacional, a fim de que, no exercício de seus deveres constitucionais, que são os de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, impeçam o imenso prejuízo econômico e o irreparável erro político que seria a privatização do controle acionário da Companhia Vale do Rio Doce.

*Movimento Nacional em Defesa da Vale do Rio Doce*

# Estados vão pagar a conta do Fundo de Valorização do Magistério

Ao criar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério, o ministro da Educação, Paulo Renato Sousa, armou uma cilada contra o orçamento dos estados, exatamente os que mais têm investido nesse nível de ensino entre as três esferas do Executivo.

O governo montou um cenário que, se aprovado, o desobrigará do financiamento do ensino fundamental, debitando praticamente todo o investimento na conta dos estados.

Além disso, a proposta de emenda constitucional (PEC) nº 233, que cria o fundo, não vai melhorar a qualidade do ensino fundamental (1ª a 8ª séries), conforme tem anunciado o governo. É que os recursos que deverão ser vinculados aos fundos estaduais, em seu conjunto, somam R\$ 9,6 bilhões para cobrir uma despesa anual de R\$ 300 por aluno e um salário médio de R\$ 300 para os professores, valores menores, portanto, ao montante aplicado atualmente nesse nível de ensino por estados e municípios (R\$ 13 bilhões).

São essas as conclusões de um estudo feito pela economista Edlamar Batista Pereira. Com base em dados oficiais sobre a receita/despesa vinculadas à educação no ano passado, Edlamar mostra que os estados não vão ter condições de absorver o impacto de R\$ 1,1 bilhão que serão obrigados a transferir a fim de melhorar a despesa global per capita por aluno dos municípios.

## SEDE SOCIAL Programação

Este sábado e domingo, 1 e 2/12, a Sede está aberta aos associados, oferecendo serviços de bar e pista.

★ Dia 06/12 - Barula-extra - Show ao vivo com Soraia Bandeira (Voz, blão e percussão)

★ 20/12 - Confraternização da ADUFPB-JP - Show com o compositor Marcos Melodia, que estará lançando o seu CD na Sede.



## Rosa Godoy receberá Título de Cidadã Paraibana na AL

A professora Rosa Godoy, ex pró-reitora de pós-graduação receberá o Título de Cidadã Paraibana na Assembleia Legislativa do Estado. A proposta foi apresentada na Assembleia pelo deputado Chico Lopes (PT).

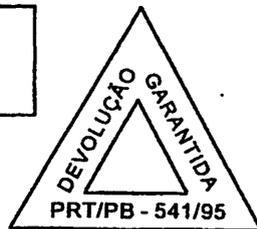
Natural de Jundiá, São Paulo, a professora está radicada há mais de 25 anos na Paraíba, onde desempenha importante papel como cientista social, pesquisando sobre realidade nordestina e contribuindo de forma decisiva na formação de inúmeros professores e pesquisadores que passaram pelo curso de História da UFPB.

“Conceder o Título de Cidadã Paraibana a esta notável mulher significa o reconhecimento de toda comunidade paraibana à sua contribuição em prol do conhecimento da nossa realidade”, ressaltou o deputado Chico Lopes.

Em sua folha de serviços prestados à comunidade acadêmica paraibana, Rosa Godoy criou e foi a primeira coordenadora do Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional (NIDHIR), foi vice-chefe do Departamento de Filosofia e História do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes da UFPB e coordenadora do curso de História da Universidade, Campus 1.

# Boletim

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95



Informativo da ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior  
Nº 44 - Dezembro de 1996

## ELEIÇÃO NA ADUFPB-JP

# Nova diretoria e conselho serão empossados dia 19/12

O professor do Departamento de História, Jonas Duarte da Costa, foi eleito anteontem (11/12), o novo presidente da ADUFPB-JP. Ele encabeça a chapa Autonomia e Mobilização, que foi única, e teve 351 votos, dos 423 professores que compareceram às urnas. Seu mandato será de um ano. A posse acontecerá o dia 19, numa assembléia geral, no Auditório da Reitoria.

Junto com a eleição para a diretoria, também foram eleitos novos integrantes do Conselho de Representantes. 11 professores de vários centros se candidataram para as 28 vagas oferecidas. A votação foi totalmente desvinculada do processo de escolha da executiva da ADUFPB-JP. A votação aconteceu entre às 8h00 e às 20h00, nos locais onde existem aulas noturnas. A apuração aconteceu logo em seguida ao encerramento da votação, na sede da ADUFPB-JP, e consumiu cerca de uma hora.

Entre as metas de trabalho já divulgadas pela Chapa Autonomia e Mobilização, estão a realização de novas formas de luta sindical, além da greve, como também uma maior integração com outros sindicatos. Os membros da chapa também pretendem articular a criação de um Fórum Estadual de Defesa da UFPB, junto com seções sindicais de outros campi da universidade.

**VEJA NA PÁGINA 3 O  
QUADRO DE APURAÇÃO  
DAS URNAS**

### Chapa Autonomia e Mobilização

#### Diretoria

**Presidente:** José Jonas Duarte da Costa - *Depto. de História - CCHLA*  
**Vice-presidente:** Evanízio Roque de Arruda Jr. - *Depto. de Promoção da Saúde - CCS*  
**Secretário Geral:** Mônica Nóbrega Corteletti - *Depto. de Letras Clássicas e Vernáculos - CCHLA*  
**Suplente de Secretaria:** Vanda Régis de Menezes - *Depto. de Geociências - CCEN*  
**Tesoureiro:** Tadeu Antônio de Azevedo Melo - *Depto. de Tecnologia Mecânica - CT*  
**Suplente de Tesouraria:** Maria das

Graças Nóbrega de Almeida - *Depto. de Finanças e Contabilidade - CCSA*  
**Diretor de Imprensa e Divulgação:** Derval Golzio - *Depto. de Comunicação - CCHLA*  
**Diretor Cultural:** Antonio Luiz de Albuquerque Gomes - *Depto. de Tecnol. Química e de Alimentos - CT*  
**Diretor de Política Sindical:** Simone Elisabeth Duarte Coutinho - *Depto. de Enfermagem e Saúde Pública - CCS*  
**Diretor de Política Social:** Lenilma Bento de Araújo Menezes - *Depto. de Enfermagem Médico-Cirúrgico - CCS*  
**Diretor de Política Educ. e Cient.:** Judy Mauria Gueiros Rosas - *Depto. de Fundamentação da Educação - CE*

### ELEITOS PARA O CONSELHO DE REPRESENTANTES

#### TITULAR

**CCHLA**  
Reginaldo Salvador Alcântara  
Jose Ernesto Pimentel Filho  
Marli da Paz de Souza  
**CCSA**  
Plauto Mesquita  
Gláucia Silveira Silva  
Ademir Alves de Melo

#### CT

Walter Moreira Maia Júnior  
Alcides Leite de Amorim  
Jair Silveira

#### CE

Maria Aparecida Tavaréz Fialho Bezerra

#### CCS

Maria das Graças A. Toscano

#### SUPLENTE

Antonio Fernandes de Farias  
Mozart Vergetti de Menezes  
Antonio Gomes da Silva

Hélida Cristina C. Valério  
José Alfredo A. Leite  
Guilherme de Albuquerque Cavalcanti

Adjamir Dália da S. Júnior  
Eridon Celso Pereira  
Mabel de Barros Batista

Marta Cristina de Oliveira Farias

Kátia Queiroz Gujão

# Boletim

ADUFPB-JP

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiada à CUT  
 Centro de Vivência - UFPB  
 Caixa Postal: 5001 CEP 58.051-970  
 João Pessoa/PB  
 Fone: (083) 224-3801  
 Fax: (083) 224-8375

## EXPEDIENTE

### Diretoria Executiva

#### Presidente:

Jaldes Reis de Menezes

#### Vice-presidente:

Maria das Graças Toscano

#### Secretário Geral:

Dailton Lacerda

#### Tesoureiro:

Hélida Cristina C. Valério

#### Diretor de Política Sindical:

José Jonas Duarte

#### Diretor de Política Social:

Marcos Montenegro

#### Diretor de Política Educ. e Cient.:

Luis Tadeu D. de Medeiros

#### Diretor Cultural:

Jozemar Pereira dos Santos

#### Diretor de Imprensa e Divulgação:

Derval Golzio

#### Suplente de Secretaria:

Giovani Luiz de Carvalho Bezerra

#### Suplente de Tesouraria:

Judy Mauria Gueiros Rosas

## EDIÇÃO

#### Jornalista Responsável:

Glaudenice Nunes - MTB/PB 819

#### Diagramação:

Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 -  
 Mangabeira I - CEP 58055-620  
 João Pessoa - PB  
 Fone: (083) 982-3484/ 231-3945  
 Fone/Fax: (083) 231-1703

# A propósito de publicações em Geografia no Brasil: um desabafo

Jomário da Fonseca Lins

Esta pequena comunicação objetiva, como o próprio título diz, externar um profundo descontentamento com as nossas próprias práticas em relação a publicação de livros, artigos, ensaios etc., a nível de Brasil. A "boa educação" nos mostra que os conselhos editoriais das editoras de livros, revistas, periódicos que têm "periodicidade" etc., deveriam consultar as Universidades, os centros de pesquisas (que são no Brasil em torno de 80), sejam privados, municipais, estaduais ou federais, indagando se os Professores/Pesquisadores destas instituições têm trabalhos a serem apresentados.

Costumeiramente os Professores/Pesquisadores marginalizados, que são a imensa maioria, mendigam para os pequenos trabalhos sejam publicados em tais ou tais veículos já consagrados. É uma situação extremamente vexatória. É por isso e por outros motivos que as teorias dos "centros de excelência" que tem como um dos protagonistas José Goldemberg, tão atuais nesses últimos governos, por exemplo, vingam com facilidade no Brasil. Nutre-se o que já está nutrido e mata-se o que está desnutrido.

Nós Geógrafos, colaboramos nisso. Um lembrete expresso: aqui não vai nenhuma



crítica ácida, destrutiva, pessoal. A USP, por exemplo, tem Professores, pessoas de uma dimensão humana extraordinária. O que questiono vigorosamente são os processos e práticas em relação a publicações. Cito, à revelia dela, a Prof. Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira, colega de Departamento na UFPB: é uma Professora/Pesquisadora da mais alta responsabilidade, segundo Ruy Moreira, "é uma das maiores produtoras científicas em Geografia Agrária do Brasil". Cadê as editoras de Rio e São Paulo. São sempre os mesmos autores. As vezes é bom que nós, mortais comuns, descontentemos um pouco a vontade dos "Deuses do Olimpo".

Professor de Geociências da  
 UFPB, Campus I

Artigo republicado devido a divulgação incompleta

# Repúdio às declarações do ministro Paulo Renato

Os docentes do Setor das Federais (IFES) da ANDES-SN, reunidos em Brasília nos dias 29 e 30 de novembro, repudiam as declarações do Ministro da Educação e Desporto, Prof. Paulo Renato Souza, publicadas na Folha de São Paulo de 29/11 último, onde afirma que não conhece "nenhum professor que dê mais de 6 hora de aula por semana" e que os professores universitários "precisam dar mais aula". O ministro afirmou que quando "lecionava na Unicamp não dava mais de seis horas de aula por semana" e completa que os docentes "ganham por 40 horas".

Ao projetar em todos os docentes sua própria vida acadêmica, o ministro Paulo Renato quer des-

conhecer que, sobretudo, nos últimos dez anos houve um aumento do número de cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pelas universidades públicas, com um conseqüente aumento da produção acadêmica e da carga horária dos docentes, mesmo com a diminuição do quadro de professores.

As Universidades Federais passam, hoje, por uma série crise, não apenas financeira, como também pela falta de quadros docentes, decorrente de um grande número de aposentadorias e pedidos de demissão em virtude dos baixos salários, da falta de motivação e de expectativas, e da política atual adotada pelo próprio governo de

desmorte das universidades públicas e desmoralização de todo o funcionalismo público. Essa falta de docentes faz com que as universidades sejam obrigadas a contratar um grande número de professores em caráter temporário (no máximo por um ano), o que levou o próprio governo, recentemente, a liberar cerca de 2500 vagas para o concurso nas IFES.

O Senhor Ministro, ao fazer tais afirmações, demonstra não conhecer a definição do próprio termo UNIVERSIDADE, que é uma instituição onde, indissociadamente, se realiza ensino, pesquisa e extensão. O trabalho do docente, em suas 40 horas, não se reduz à atividade em sala de aula, mas também na orientação de alunos (iniciação científica, monografias, dissertações, teses, etc), na realização de projetos de pesquisa que geram conhecimento e tecnologia, nas atividades de extensão, onde a universidade se comunica com a sociedade, sendo também responsável na administração de todas as atividades da própria universidade em que atua. Essas atividades levam docentes a realizarem trabalhos além de suas 40 horas semanais, na elaboração de textos, preparação de aulas, correção de provas, pareceres e relatos de documentos e processos administrativos, enfim, uma série de atividades extra-classe da qual o Ministro quer desconhecer, levando-o a declarar inverdades.

As declarações do Prof. Paulo Renato de Souza demonstram, de fato, as verdadeiras intenções do governo Fernando Henrique Cardoso, também professor, de conduzir as universidades públicas à privatização, com desrespeito e insinuações contra a categoria docente e ao trabalho realizado no âmbito acadêmico.

Os docentes reafirmam a defesa da UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE SOCIAL.

## Quadro de votantes na eleição para Diretoria da ADUFPB-JP

CENTRO	Chapa 1	Branco	Nulos	Nº de votantes	Total
CCHLA 1 - Praça	89	15	02	106	106
CCHLA 2 - Artes/Com.	23	-	01	24	24
CCS - Hospit. Univers.	06	01	01	08	08
CCS - Cantina	45	04	06	55	55
CCS - Educ. Física	07	01	01	09	09
CCSA	32	02	01	35	35
CCJ	11	01	-	12	12
CE	39	09	05	53	53
CT	55	06	01	62	62
CCEN - Física	24	09	01	34	34
CCEN - Biologia	18	05	-	23	23
ADUFPB-JP	02	-	-	02	02
<b>TOTAL</b>	<b>351</b>	<b>53</b>	<b>19</b>	<b>423</b>	<b>423</b>

# STF julga esta semana recurso dos 28% para servidores federais

Será na próxima quarta ou quinta-feira a última oportunidade do Supremo Tribunal Federal analisar o recurso de 11 servidores públicos federais para a implantação do reajuste de 28% concedido aos militares em 93. Se isto não acontecer, só em 97, pois nos próximos dias o STF entrará de recesso de final de ano, só retornando ao funcionamento normal em janeiro. O julgamento estava marcado para acontecer quinta-feira (12/12), mas a ausência do ministro Marcos Aurélio de Mello provocou a suspensão.

O governo federal, através do ministro da administração Luis Carlos Bresser Pereira, fez pressão para o Supremo decidir contra o pedido dos servidores e terminou criando um conflito com o STF.

Bresser disse, numa entrevista, que se o Tribunal votasse favorável provocaria um desastre nacional. O presidente do Supremo, Sepúlveda Pertence rebateu dizendo que o desastre seria os ministros realizarem apelos apenas para influenciar nas decisões.

Se o resultado for favorável aos servidores, criará a jurisprudência necessária para que o restante do funcionalismo também consiga o benefício. A votação do recurso deveria ter acontecido no mês de maio último, mas o ministro Maurício Corrêa pediu vistas do processo. Naquele momento, a votação dos ministros do Supremo já apontava um voto a favor e outro contra.

O clima no Judiciário é favorável ao recurso, pois aquele

poder já estendeu aos juizes e funcionários o reajuste de 28,89%. O maior argumento jurídico para isto é o princípio da isonomia, previsto no artigo 37, inciso X, da Constituição Federal.

Outro aspecto que favorece aos funcionários, no julgamento do recurso, é o fato deles estarem há mais de 2 anos sem nenhum tipo de aumento salarial. Caso o Governo perca no Supremo, ainda poderá adiar para 98 o pagamento das diferenças devidas, através de precatórios judiciais, pois não existe dotação orçamentária para 97 com esta finalidade. Se isto acontecer, a previsão é que o Governo seja obrigado a pagar entre R\$ 7 bilhões a R\$ 10 bilhões.

## PREVIDÊNCIA

### *Suspenso desconto dos aposentados*

A Justiça Federal da Paraíba concedeu liminar ao mandado de segurança impetrado pela Assessoria Jurídica da ADUFPB-JP, para suspender o desconto previdenciário dos professores aposentados. Esta é a segunda vitória da entidade, para impedir o desconto.

Além de conceder a liminar, a justiça também confirmou a liminar da primeira ação impetrada pelo sindicato. A Assessoria Jurídica já deu entrada com um pedido para que esta decisão seja também estendida aos profes-

sores retardatários que não foram incluídos nos dois grupos beneficiados com a sentença.

Os advogados da ADUFPB-JP também pretendem impetrar, nos próximos dias, um mandado de segurança para conseguir o pagamento do abono pecuniário para os professores que tiveram este direito negado pela Universidade.

Esta ação depende apenas dos Departamentos enviarem para o sindicato, cópias dos pedidos do pagamento do abono negados pela Reitoria.

## Convite de posse e confraternização

A Diretoria da ADUFPB/JP-SSind (gestão ADUF PARATODOS) convida os professores para a solenidade de posse da nova Diretoria eleita para a gestão 96/97, no dia 19 de dezembro de 1996 (quinta-feira), que constará da seguinte programação:

**09h00** - Assembléia Geral, no auditório da Reitoria, com a seguinte pauta:

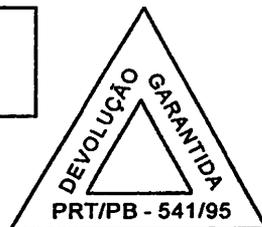
1 - Posse da Diretoria eleita "Autonomia e Mobilização" e Conselho de Representantes.

2 - Escolha de delegados para o XVI Congresso da ANDES/SN.

**20h00** - Confraternização festiva na Sede Sócio-Cultural da ADUF (Rua Gilvan Muribeca, 88, Cabo Branco)

# Boletim ADUFPB-JP

PORTE PAGO  
DR/PB  
PRT/PB - 540/95



Informativo da ADUFPB-JP/SSind. do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior  
Nº 45 - Dezembro de 1996

## Deputados aprovam LDB que prejudica a Educação

Após 8 anos de tramitação no Congresso Nacional, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi aprovada. Ela traz mais prejuízos para o setor público da educação do que benefícios. Apesar do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública ter se empenhado para adiar a votação, os 73 parlamentares que faziam oposi-

ção ao projeto não conseguiram evitar sua aprovação, por 349 deputados.

A nova LDB substitui a lei que foi criada em 1961 e reformada em 1971 e sua sanção presidencial ocorreu na sexta-feira (20/12). Sua tramitação começou em 1988, quando um conjunto de entidades do setor da educação, inclusive a Andes, colaborou com o se-

nador Cid Sabóia na elaboração de um projeto. Em 1994, o senador Darcy Ribeiro apresentou um substitutivo e seu texto ainda foi modificado pelo deputado José Jorge (PFL-PE), que incorporou no seu projeto as linhas gerais da política de educação do Governo do PSDB. Veja os pontos negativos na página 3.

### REPOSIÇÃO SALARIAL

## ANDES pede 65,64% ao MEC

A Diretoria da ANDES protocolou no último dia 5, junto ao Ministério da Educação, sua pauta de reivindicações para a data/base dos funcionários públicos. Ela pede uma reposição salarial de 65,64%, além do reconhecimento da data base da categoria no dia 1º de janeiro. O Sindicato Nacional também reafirmou que seu interlocutor junto ao Governo Federal é o MEC. Abaixo, a pauta na íntegra:

#### 1) Política Salarial

★ *Reposição das perdas salariais acumuladas a partir de janeiro de 95, de 65,64%, segundo o IVC do Dieese.*

★ *Reconhecimento da data base dos SPFs de 1º de janeiro de 1997, segundo a lei 7.706/88;*

★ *Política salarial definida por regras que contemplem reposição pelo índice do IVC-DIEESE, recuperação das perdas históricas e incentivo a atividade docentes;*

★ *Incorporação da GAE ao vencimento no seu valor mais alto;*

★ *pagamento integral dos valores decorrentes de sentenças judiciais;*

#### 2) Autonomia, Democracia e Verbas

★ *Garantia da autonomia, nos termos do Art. 207 da Constituição Federal;*

★ *Carreira Única, segundo proposta da ANDES-SN para os docentes das Instituições de Ensino Superior, já protocolada no MEC;*

★ *Isonomia entre as IFES;*

★ *Garantia de financiamento público para as IFES com destinação de 25%, no mínimo, do orçamento da Universidade para custeio e capital;*

★ *garantia de verbas para o funcionamento e manutenção dos Hospitais Universitários no orçamento do MEC;*

#### 3) Emprego

★ *Garantia do estatuto da estabilidade;*

★ *Concurso público, repondo-se integralmente as vagas existentes com a imediata contratação dos candidatos selecionados. Expansão de vagas de acordo com as necessidades das IFES.*

#### 4) Aposentadoria

★ *Manutenção da aposentadoria por tempo de serviço, conforme definido na Constituição Federal de 1988;*

★ *Manutenção da equivalência salarial entre os docentes da ativa e aposentados;*

★ *Manutenção do pagamento das aposentadorias e pensões como encargos do Tesouro Nacional através do Ministério da Educação e do Desporto. Este pagamento não pode se dar na conta da rubrica "Manutenção e Desenvolvimento do Ensino".*

# Boletim

## ADUFPB-JP

Boletim ADUFPB-JP é um veículo de divulgação da ADUFPB-JP Seção Sindical Andes/Sindicato Nacional - Filiada à CUT  
 Centro de Vivência - UFPB  
 Caixa Postal: 5001 CEP 58.051-970  
 João Pessoa/PB  
 Fone: (083) 224-3801  
 Fax: (083) 224-8375

### EXPEDIENTE

#### Diretoria Executiva

**Presidente:**  
 José Jonas Duarte da Costa  
**Vice-presidente:**  
 Evanizio Roque de Arruda Jr.  
**Secretária Geral:**  
 Mônica Nóbrega Corteletti  
**Tesoureiro:**  
 Tadeu Antônio de Azevedo Melo  
**Diretor de Política Sindical:**  
 Simone Elisabeth Duarte Coutinho  
**Diretor de Política Social:**  
 Lenilma Bento de Araújo Menezes  
**Diretor de Política Educacional e Científica:**  
 Judy Mauria Gueiros Rosas  
**Diretor Cultural:**  
 Antonio Luiz de Albuquerque Gomes  
**Diretor de Imprensa e Divulgação:**  
 Derval Golzio  
**Suplente de Secretária:**  
 Giovanni Luiz de Carvalho Bezerra  
**Suplente de Tesouraria:**  
 Maria das Graças Nóbrega de Almeida

#### EDIÇÃO

**Jornalista Responsável:**  
 Fred Oliveira - MTB/PB 506  
**Diagramação e Edit. Eletrônica:**  
 Ricardo Araújo - MTB/PB 631



Rua Prof. Arnaldo de Barros, 74 -  
 Mangabeira 1 - CEP 58055-620  
 João Pessoa - PB  
 Fone: (083) 982-3484/ 231-3945  
 Fone/Fax: (083) 231-1703

# Revista ADUFPB-JP: um veículo que faltava

Ernesto Pimentel

É certo que carecemos de publicações de caráter analítico e ensaístico em nosso meio local. Especialmente as de qualidade. A Revista da ADUF-PB/JP veio dar aquela sensação do espaço que começou a ser preenchido. Isto veio em acordo com o nosso desejo e as boas repercussões fizeram com que já começássemos a pensar no número 2. Sendo a revista uma modesta publicação, é também de feita trabalhada com as mãos, os dedos e o afeto intelectual. Pimbaaa!!!

Pretendemos que esteja colocada na exata (cons)ciência do que somos. Disse um certo intelectual do século XIII: "Não sou trabalhador manual." A modernidade mostrou-nos e mostra que é inútil semelhante protesto. Somos, antes de tudo, trabalhadores. Nunca nos foi tão necessária essa consciência: "Ensabooa mulata!"

Como *laboratores*, ansiamos pela informação e comunicação no seu sentido mais político e democrático. Eis a intenção fundamental da Revista. Esta informação deve ser mais ou menos concisa, clara e substancial. Esse foi o nosso espírito ao montar o projeto experimental do primeiro número. Isto por entendermos ser uma revista de divulgação que aborda temas relativos à **Universidade/Ciência/Política**. (Finalmente um parágrafo sério deste editor.)

A Revista não pode ter espírito escolástico, simplesmente retórico ou corporativo, e sim, o da univers(al)idade dos temas. Para tanto, faz-se necessária e premente a colaboração mais ativa das saúdes, das tecnologias, das ciências da natureza, da educação física e das humanidades. A revista reflete o esforço coletivo desses inúmeros colaboradores que resolvem, no exercício de seu ócio, dedicar um tempo à *comuna* dos professores univer-

sitários desta nossa instituição.

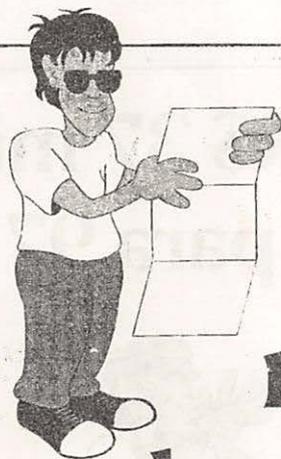
Se o tempo, que a cada dia nos oprime, não nos possibilita o ócio do artigo maturado, que ao menos lembremos de mandar aos editores uma carta sugestiva, de lembrete ou mesmo a voraz crítica. Tudo ao mundo se serve: em pratos florais, baixelas de prata ou na simples bacia devorada entre uma colherada e outra. Digerimos também as palavras mais cruas e delas tiramos proveito.

Por mim, adianto-me na observação de que faltou ao número 01, a presença candente do editorial. Não digo aquela apresentação formal e meramente ilustrativa, mas uma posição do conselho que venha a sintetizar os problemas e os encaminhamentos políticos da categoria e da diretoria da entidade. Talvez ainda, a referência à conjuntura ou a sinalização de uma questão ou fato mais emergente ao momento. Assim também, careceu o empreendimento de um projeto que tínhamos inicialmente: o de apresentar uma entrevista logo nas primeiras páginas. Não sendo de praxe nas revistas das entidades universitárias, a entrevista entra como componente que quebra, logo *de cara*, com o formalismo das publicações do gênero e desafia a incorporação de formatos de tipo *light*. Para o número 2, estamos pensando em algo sobre a questão das avaliações nas universidades e formas de avaliação implementadas pela UFPB.

Sugestões outras há. Esperamos que você participe e estamos certos da sua colaboração. Adiantamos o mote da capa, especialmente aos professores de economia, ciências sociais, geografia e área tecnológica: Globalização e Nova Ordem. Já estamos vislumbrando boas e instigantes matérias! *Au revoir!*

PS: não confundir comuna com corporação de ofício.

Professor do Depto. de História da UFPB- Campus I



# Veja os pontos negativos da nova LDB

## 1) Concepção e organização da educação

★ Não apresenta os princípios norteadores da educação nacional;

★ Confunde finalidades e objetivos da educação

★ Não prevê a articulação entre os diferentes níveis de ensino tratando a educação superior independentemente da educação básica, como se não fizessem parte de um Sistema Nacional de Educação.

★ Elimina a integração entre os diversos sistemas de ensino ( União, Estado, DF e municípios), mantendo a desarticulação que existe hoje,

## 2) Avaliação da educação básica:

★ Abre um leque considerável de opções ao propor critérios diferentes de organização e avaliação na educação básica.

## 3) Educação profissional

★ Não há definição sobre o que vem a ser a educação profissional

## 4) Gestão democrática da educação

★ Não existe o Fórum Nacional de Educação

★ Em relação ao CNE( Conselho Nacional de Educação), restringe suas atribuições democráticas de articulação com a sociedade, limitando-se a funções meramente de assessoria do MEC. ( Art. 1º J.J.), retirando ainda a competência do Fórum Nacional de Educação de elaborar o Plano Nacional de Educação.

★ Cabe ressaltar que só prevê gestão democrática para o ensino público

na educação básica, não se referindo em nenhum momento a este tipo de gestão nas instituições privadas, e também não explicitando como se dará a participação das comunidades nos conselhos a que se abre à participação.

★ No que se refere às "instituições públicas de educação superior", o Art.55, diz que as mesmas obedecerão aos princípios da gestão democrática sem definir quais são estes princípios; assegura a existência de órgãos colegiados deliberativos, com a participação dos segmentos da comunidade institucional local e regional, mas de forma incoerente, define que a participação dos docentes será de 70%.

## 5) Financiamento/Autonomia

★ Já no Art. 17, abre a possibilidade de Instituições privadas de ensino superior receberem verbas públicas, quando define que: além das instituições de ensino mantidas pela União e os órgãos federais de educação, também as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada integram o "Sistema Federal de Ensino".

Esta possibilidade se torna real ( Art 79) quando destina recursos públicos às escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas. Já no que se refere às instituições públicas, aqui entendidas como "Instituições de ensino superior" e "Universidades", (conforme definida por este), esta totalmente liberada a busca de financiamento na iniciativa privada.

Concede "autonomia" às instituições públicas, não só na busca de recursos, como também, para definir seu quadro de pessoal, seu regi-

me jurídico, seus planos de carreira ferindo o RJU, contratação e dispensa de professores ( Art. 52 e incisos) . No que se refere ao regime de trabalho do docente, extingue o regime de dedicação exclusiva.

Para o financiamento, o artigo 54 define "que caberá a União assegurar em seu orçamento geral, recursos suficientes para a manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantida", sem no entanto explicitar quais os parâmetros para a distribuição dos recursos.

No que se refere às Universidades (na concepção desta lei), as mesmas "gozarão, na forma da lei, de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo poder público, assim como dos seus planos de carreira e do regime geral do seu pessoal", deixando claro assim que as instituições públicas (Universidades e Instituições de Educação) terão estatutos diferenciados, não garantindo portanto a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e a extensão.

## 6) Divide o ensino superior em

★ Universidade - responsável pelo ensino, pesquisa e extensão]

★ Instituição de educação superior - responsável apenas pelo ensino

★ Institutos superiores de educação - que manterão cursos de formação de profissionais para a educação básica.

★ Com isto, além de retirar a formação dos profissionais para o magistério da educação básica ( Ensino médio e fundamental), das universidades, não respeita o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

★ As atividades de pesquisa poderão receber apoio financeiro do poder público; prova contundente do descompromisso do Estado para com a pesquisa e a extensão (Art.79, inciso 2º)

★ Nos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino público, não se inclui o pagamento de "pessoal docente e demais trabalhadores da educação, quando em desvio de função ou em atividade alheia à manutenção e desenvolvimento do ensino", abrindo aqui uma brecha para o não pagamento integral dos salários dos docentes e/ou técnicos administrativos liberados para mandato sindical.

# Congresso quer cortar R\$ 37 mi do orçamento do MEC para 97

O ano de 1997 será extremamente difícil para a educação superior no Brasil. Esta previsão está respaldada nos cortes que a Comissão do Orçamento do Congresso quer realizar nas verbas destinadas ao MEC. Serão R\$ 37 milhões que deixarão o setor da educação para atender especialmente àquelas emendas individuais e coletivas que escondem interesses políticos no setor de infra-estrutura.

As bolsas de mestrado, por exemplo, sofrerão um corte

de R\$ 4,3 milhões enquanto as de doutorado R\$ 5,1 milhões. O fornecimento de alimentação aos alunos pelo MEC também terá seu orçamento cortado em R\$ 3 milhões.

A votação do orçamento definitivo só acontecerá em 97, devido aos problemas causados pela enorme quantidade de emendas eleitoreiras apresentadas pelos parlamentares, além dos efeitos do escândalo da denúncia de propina para um dos deputados do PTB.



## Docentes querem adotar escola

Os professores da UFPB que buscam escolas de qualidade para seus filhos possuem agora uma alternativa para este problema na rede pública de ensino. Uma comissão de pais de alunos, com a participação de docentes da Universidade, está tentando repetir a experiência de sucesso da cooperativa de pais de alunos na Escola Estadual Sesquicentenário, do Conjunto Pedro Gondim. Eles estão se reunindo todas as quartas-feiras, às 19h00, na sede da escola.

Segundo o professor Paulo Adissi, do Departamento de Engenharia de Produção, que é membro da Comissão, explica que a adoção de uma outra escola pública foi a saída encontrada para atender a demanda dos pais que tentam matricular seus alunos na Sesquicentenário.

A crise econômica e as altas mensalidades escolares também incentivam os pais a esta iniciativa e a provável escola a ser adotada é a Antonia Rangel de Farias, no Bairro da Torre. Paulo diz que ainda não foi definido se a comissão de pais criará uma nova cooperativa ou uma associação, pois eles também possuem a preocupação de não substituir o Governo do Estado na sua função de dar educação à população. Os interessados podem entrar em contato com o professor Paulo Adissi pelos telefones 216-7394 ou 233-2805.

## REVISTA da ADUFPB-JP

A Comissão Editorial da revista ADUFPB-JP está recebendo artigos para o lançamento do seu número 2. A Comissão avaliou que o número de laudas deve ser ampliado para 8, sendo uma cópia em disquete e três em papel. Os artigos, que devem ter espaço 2 e corpo 12, deverão ser entregues até a segunda quinzena de janeiro de 1997.

## Pós-graduação

No último dia 18/12 o professor do Departamento de Matemática, Osvaldo Milaré Favareto, defendeu sua tese de doutoramento na Universidade Estadual de Campinas.